

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***‘QUEM NASCE NO BRASIL, É BRASILEIRO OU  
TRAIADOR!’***

**AS COLÔNIAS GERMÂNICAS E A CAMPANHA DE  
NACIONALIZAÇÃO**

**ROSANE MARCIA NEUMANN**

São Leopoldo

Julho de 2003

**ROSANE MARCIA NEUMANN**

***‘QUEM NASCE NO BRASIL, É BRASILEIRO OU  
TRAIADOR!’***

**AS COLÔNIAS GERMÂNICAS E A CAMPANHA DE  
NACIONALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final a obtenção do título de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Professor Dr. Marcos Justo Tramontini

São Leopoldo

Julho de 2003

*A que partiu*  
*Elsa Neumann, avó*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais Norberto e Traudi, irmãos Werno, Denise e Carine, tio Rubem, avó Elsa (em saudades), pelo apoio em todos os momentos, convivendo com a ausência prolongada, a falta de tempo e as constantes viagens.

Ao professor orientador Marcos Justo Tramontini, pela sua presença e dedicação incansáveis, mesmo nas circunstâncias mais difíceis.

Aos professores do curso do Programa de Pós-Graduação em História, pela oportunidade da convivência. Às secretárias, Janaína e Terezinha, pelo seu profissionalismo e eficiência.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos, pelo atendimento atencioso, em especial, Janaína Silva e Zina Keidan.

Aos amigos: Andrea Helena Petry, pela amizade e a parceria na realização do levantamento de fontes. Eliane de Mello, pela colaboração no recolhimento dos depoimentos orais e as discussões. Professores Paulo Zarth e Celso Acker, pelo constante incentivo e confiança. Carmem Ribeiro, amiga de todas as horas.

À CAPES, pela bolsa de estudo que cobriu os gastos com as disciplinas.

À Elis Bayer, pela revisão.

## RESUMO

Este trabalho propõe-se analisar a Campanha de Nacionalização, desenvolvida pelo Estado Novo, entre 1937 e 1945, cujo objetivo maior consistia em “abrasileirar” e integrar os denominados “quistos étnicos”, sobretudo os alemães, pela obrigatoriedade do uso da língua vernácula, com a conseqüente desestruturação de seus pilares fundamentais: a Escola, a Igreja e a Família.

Entende-se a Campanha de Nacionalização como inscrita num projeto mais amplo de construir uma Nação brasileira, liderado pelo próprio Getúlio Vargas. Daí a reelaboração de uma memória nacional e a sua propagação, com a organização de momentos comemorativos em que, ao mesmo tempo, reforçava-se a nacionalidade por meio da fixação de novos símbolos. Evidencia-se o papel da polícia, como encarregada da manutenção da ordem, bem como a recepção/resistência frente às medidas nacionalizadoras e os meios utilizados para transpô-las. Aponta-se, também, algumas das implicações da Campanha de Nacionalização.

Os choques e descaminhos entre o discurso homogeneizador nacional e os princípios germanistas serão contextualizados em uma área de colonização germânica por excelência, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul. Trata-se de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi.

O aporte teórico constitui-se de fontes bibliográficas, documentos burocráticos e jornais constantes em arquivos particulares, locais e regionais, além de depoimentos orais.

Palavras-chave:

Estado Novo – nacionalização – imigração – colonização alemã

## ABSTRACT

The work refers to a campaign of nationalization developed during the "Estado Novo" between 1937-1945, their main goal was to integrate the new immigrants mostly the Germans. They compelled the use of our language to get at essential basis like the church, the school and the family.

Actually, the nationalization campaign was part of a largest project of building a Brazilian nation with Getúlio Vargas as the leader. That's why it was important to keep a national memory, including, commemorative's dates because it forced the nationality when the new symbols were fix. The police was in charge of keeping the order if there was any resistance.

The shock between the nationalization and the German's principles will be setting in a German colonization area located in north-west of Rio Grande do Sul called Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi.

It will be pointing at some of the happenings in the nationalization campaign.

The research is from bibliography sources, bureaucratic documents and newspaper from private and regional files, as well as oral statements.

Keywords

Estado Novo – nationalization – Germany immigration and colonization

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	8
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1 NAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO MODERNA.</b>	<b>14</b>
1.1 Estado-Nação Moderno	14
1.1.1 Nacionalismo Republicano da América	20
1.2 Nacionalismo	22
1.3 Língua Nacional	26
1.4 Totalitarismo	28
1.5 Estado Novo: um Estado Autoritário.	33
1.5.1 Os Inimigos do Brasil e o Golpe de 37	36
1.5.2 Constituição de 1937: Uma Carta Autoritária.	42
1.5.3 A Legitimação do Estado Novo	44
<b>2 O NACIONALISMO COMO BASE DISCURSIVA E LEGITIMADORA DO ESTADO NOVO</b>	<b>48</b>
2.1 Adoção de Uma Política Nacionalista: Nação e Nacionalismo Brasileiro.	48
2.1.1 Nação na República Velha	51
2.1.2 O Estado Novo Como Mentor da Nação	57
2.2 Quem é o Brasileiro? As Discussões Raciais na Formação da Nação.	60
2.3 A Intelectualidade e a Construção da Nação	70
2.3.1 <i>Os Ideólogos do Regime</i>	74
2.4 A Propaganda e a Construção do Mito Vargas	77
2.4.1 A Propaganda Como Arma do Nacionalismo: O DIP.	81

2.4.2 Comemorar Para Bem Lembrar.	90
<b>3 A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO: A FACE</b>	
<b>REPRESSIVA DO ESTADO NOVO.</b>	95
3.1 Imigração: Conveniente e Necessária.	95
3.1.1 Império e os Imigrantes	95
3.1.2 Imigração na Primeira República	99
3.1.3 Imigração no Estado Novo: Desejáveis e Indesejáveis.	106
3.2 <i>A Inviabilidade da Pluralidade Étnica</i>	114
3.2.1 Assimilação	114
3.2.2 A Construção do “Ser Alemão” em Solo Brasileiro	118
3.2.3 A Imagem dos Alemães Antes da Campanha de Nacionalização	121
3.3 A Campanha de Nacionalização: a Repressão Legitimada em Prol da “Brasilidade”.	125
3.3.1 A Nacionalização dos “Desnacionalizados”	126
3.3.2 Língua Portuguesa: a Essência do Brasileiro.	134
3.4. A Construção dos Inimigos: o “Perigo Alemão” e a Vigilância.	137
3.4.1 O Inimigo Está por Toda Parte	137
3.4.2 “Cortando as Asas do Nazismo”	164
3.4.3 A Repressão Educacional	207
3.4.4 A Repressão Religiosa: os Protestantes.	231
3.4.5 Sociedades Alemãs: demarcadoras de Etnicidade.	244
3.4.6 Invasão de Privacidade: a II Guerra e o Cotidiano das Famílias.	249
3.5. "Agora, esta População de Origem Colonial, é Brasileira"	255
3.5.1 "Caça às Bruxas"	260
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	264
<b>OBRAS CONSULTADAS</b>	273
<b>ANEXO</b>	307



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AIB	Ação Integralista Brasileira
AN	Arquivo Nacional
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CG	Correspondência dos Governadores
CP	Correio do Povo
CS	Correio Serrano
DBJ	Deustches Brasilianisches Jugenring
DEIPs	Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DS	Diário Serrano
FS	Folha da Serra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FM	Folha das Máquinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
JE	Jornal do Estado
JTB	Juventude Teuto-Brasileira
LDN	Liga de Defesa Nacional
MADP	Museu Antropológico Diretor Pestana
MAHP	Museu e Arquivo Histórico Panambi
NSDAP	Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães
PRL	Partido Republicano Liberal
PRR	Partido Republicano Riograndense
RCP	Repertição Central de Polícia
SES	Secretaria de Educação e Saúde
SIPS	Serviço de Inquéritos Políticos Sociais
VP	Revista Vida Policial

## INTRODUÇÃO

O presente estudo contempla, como tema principal, a Campanha de Nacionalização, desenvolvida ao longo do Estado Novo brasileiro (1937-1945), enfocando-a sob a ótica repressiva, cujo agente principal era o Estado, materializado na instância policial.

O Estado Novo foi implantado no Brasil em 1937, por Getúlio Vargas, através de um golpe de estado, apoiado pelas principais forças governamentais, em meio a um contexto de crise econômica e de instabilidade política. Caracterizou-se como um regime autoritário e centralizado, que abarcava diferentes tendências políticas, sem uma base de apoio definida. Seguiu na sombra dos regimes fascistas europeus, apresentando algumas características comuns, como um nacionalismo extremado e uma discriminação racial indisfarçável, manifestada na busca pelo branqueamento e pela definição de categorias de “desejáveis” e “indesejáveis”. Empenhou-se em criar e manter um clima de instabilidade e insegurança, inspirado nos possíveis “perigos” internos e externos, pautado pela “lógica da desconfiança”, em conjunto com a Chefia de Polícia e com os demais órgãos censores, como um meio de legitimar seus atos mais contraditórios e arbitrários.

Uma das frentes defendidas pelo Regime era a nacionalização que, por sua vez, consistia na incorporação dos considerados “estrangeiros” ou “desnacionalizados” ao meio nacional. Em sua essência, a fronteira entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro” era determinada pelo conhecimento e pelo domínio da língua portuguesa. A resolução desse problema atendia ao seu objetivo de construir uma Nação brasileira una, coesa, que cultuasse as mesmas tradições,

falasse a mesma língua, respeitasse a mesma bandeira. Partia do princípio de que o Brasil constituía um Estado sem nação consolidada, inexistindo em sua população um sentimento de pertença, o qual deveria ser construído ou “despertado”. A nacionalidade gera no conjunto de seus membros um sentimento de inclusão o qual distingue o “nós” dos “outros”, os de dentro dos de fora, os nacionais dos estrangeiros. Internamente, o “outro” surgia na figura do imigrante e, por extensão, em seus descendentes.

Os imigrantes dirigiram-se ao Brasil desde as primeiras décadas do século XIX, povoando densamente a região Sul, com colônias relativamente homogêneas. Empenharam-se em manter traços de sua cultura de origem, com isso, delimitavam claramente as fronteiras com o nacional, porém, sem isolar-se completamente. O isolamento deve ser compreendido, segundo Tramontini (2000, p. 239), “como instrumento para a afirmação e demarcação de diferenças (exaltadas ou criticadas), numa expressão da concepção de etnicidade como excludente, como inventário de diversidades.” Assim, os colonos teriam se organizado por meio de um processo conflituoso, tanto interna quanto externamente, para conquistar/negociar espaços na nova sociedade, e não como forma de isolamento.

Isolados ou não, para o governo varguista formavam “quistos étnicos”, verdadeiros entraves para a propagação da proposta nacionalizadora, ameaçando a própria unidade nacional. “Abrasileirar” essas populações, eliminando de vez as possíveis pluralidades étnicas, consistia-se, a essa altura, numa questão de segurança nacional. Por isso, conquistar e dominar espaços fundamentais, como a Escola, Igreja e Família, era imprescindível. Em todas essas instâncias, a repressão consistia-se em uma prática comum, legitimada pelo discurso oficial.

As fontes e o próprio governo apontam os alemães como o grupo étnico mais enquistado e preocupado em manter sua cultura de origem. Considerável parcela das colônias germânicas localizava-se no Rio Grande do Sul, justificando, assim, seu pioneirismo na adoção de medidas educativas e, em maior escala, repressivas, como forma de quebrar as resistências. Internamente, uma das regiões mais problemáticas e características desses conflitos foi o Noroeste, onde se concentravam as chamadas “colônias novas”, instaladas no final do século XIX.

Nesse sentido, busca-se verificar como o Estado Novo atuou para implementar seu modelo de nação e as suas implicações nas zonas de colonização,

onde se localizavam grupos étnicos oriundos de movimentos migratórios. Tem-se aí um campo privilegiado do debate de interesses divergentes, de nacionalização e preservação, particularmente nas colônias predominantemente germânicas. Parte-se, então, de uma discussão nacional mais ampla, para se chegar à realidade micro de um núcleo germânico, salientando os pontos destoantes entre o discurso oficial e a sua operacionalidade na prática cotidiana.

Assim, adota-se como um exemplo para compreender as imbricações entre recepção, resistência e repressão no contexto da nacionalização, a colônia de Neu-Württemberg-Pindorama, atual Panambi. Produto da colonização particular, étnica alemã e protestante. Porém, cabe esclarecer que Neu-Württemberg não constitui o objeto da pesquisa, mas sim, um *locus* de análise delimitado para perceber essa problemática. As constatações, em boa parte, podem ser generalizadas para outras áreas do Rio Grande do Sul ou do país como um todo.

A temática é extremamente atual e relevante, tendo suscitado a atenção de vários estudos acadêmicos sobre os seus aspectos econômicos, culturais, políticos e educativos. Poucos há, no entanto, que tratam especificamente do controle repressivo exercido sobre a população de origem germânica localizada na zona de povoamento mais recente do Rio Grande do Sul. Uma das razões refere-se ao fato de ainda persistir como um tema eminentemente delicado e, por isso, silenciado. Para Pollak, (1989, p. 4), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.” O Estado Novo construíra uma memória nacional a seu respeito, ocultando as irregularidades ou, ao menos, amenizando-as, silenciando as memórias particulares daqueles que foram os alvos de suas medidas.

Aliás, a marca registrada sobre esse período é o silêncio. Segundo Orlandi (1995, p. 31), o dizer e o silenciar andam juntos. O silêncio, por si só, fala na ausência de palavras. Na dimensão política, o silêncio “pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).” Relativo ao Estado Novo, ele se manifesta nas duas extremidades: tanto por parte dos imigrantes e descendentes, objetos da nacionalização, como na documentação oficial.

Contudo, essas lembranças traumatizantes, proibidas, indizíveis ou vergonhosas permanecem zelosamente guardadas em estruturas de comunicação

oral, transmitidas de uma geração a outra, no espaço privado do domicílio familiar, em relações de sociabilidade afetivas e/ou políticas. Esse longo silêncio sobre o passado, “longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1989, p. 5).

Em relação ao Estado Novo, o silenciamento é ainda maior por remontar a um período extremamente recente. Segundo teóricos, pode ser enquadrado como história do tempo presente, por trabalhar com a curta duração, comum em estudos de história política. Partilha-se da afirmação de Rémond (1996), de que a política é um lugar de gestão do social e do econômico, argumentando serem os acontecimentos políticos os fundadores das mentalidades, moldando uma geração. Essa proximidade, por um lado, favorece a pesquisa, pois permite buscar indícios e respostas em depoimentos orais. Por outro, porém, permite deparar-se com o silêncio, por a memória dos protagonistas estar ainda muito viva, adquirindo qualquer declaração caráter de denúncia.

A documentação primária, bem como os testemunhos orais, são trabalhados na perspectiva de discursos construídos em um tempo e espaço para um determinado fim, não se constituindo documentos-verdade, mas uma das versões possíveis. Na documentação burocrática oficial, encontram-se expurgos, como na documentação relativa ao DOPS e à Repartição Central de Polícia. Nos arquivos municipais, há uma lacuna sobre esse período, com raros registros. Além da ausência de documentos, há a dificuldade em penetrar nesses arquivos e ter acesso aos mesmos.

Quanto à estrutura da dissertação, o primeiro capítulo procura mapear as discussões contemporâneas relativas às concepções de Estado, Nação, nacionalismo, sua construção e aplicação em diferentes espaços e tempos históricos. Suas variações extremas, como o Totalitarismo europeu, e a apropriação realizada no Brasil pelo Estado Novo sob a forma do autoritarismo.

O segundo capítulo trata do modelo de nação vigente no Brasil durante a Primeira República e aquele proposto pelo Estado Novo, buscando a construção de uma nacionalidade e de uma memória nacional. Essa elaboração passava pelas discussões raciais da época a respeito do “tipo brasileiro”, garimpando suas raízes históricas, bem como os principais ideólogos que buscam teorizar a legitimidade do regime e os meios empregados para difundir essas idéias, particularmente a

propaganda, apresentando Vargas como um mito. A invenção de uma tradição nacional, com a decretação de novos feriados, momentos cívicos, heróis nacionais, com a organização de um calendário comemorativo, proporcionando momentos de reafirmação contínua da nacionalidade pela coletividade.

O terceiro e último capítulo discute a Campanha de Nacionalização em si. Num primeiro momento, apresenta o processo imigratório como um todo, permitindo a formação de núcleos parcialmente homogêneos. A reorientação da política imigratória sob o Estado Novo, limitando cada vez mais o ingresso de estrangeiros, bem como a sua classificação em categorias de “desejáveis” e “indesejáveis”. Além disso, sua proposta de assimilação e caldeamento dos estrangeiros, concretizada na Campanha de Nacionalização.

Essas medidas entrariam em choque com o discurso germanista, amplamente proliferado entre a população de origem germânica. Com o intuito de tornar sua atuação mais efetiva nesse meio, ressuscitara-se o “perigo alemão”, em face da expansão nazista na Alemanha, com algumas ramificações locais. Por fim, a construção de uma ameaça constante ao Regime, representada pelos inimigos, os quais deveriam ser vigiados de perto pela instituição máxima do período: a polícia. Essa instituição tornara-se poderosa e o sustentáculo maior, responsável pela manutenção da ordem e pela repressão aos elementos que não se enquadrassem nas linhas gerais que definiam o Estado Novo.

As medidas repressivas atuavam em todas as frentes, seja diretamente, por meio das detenções, da vigilância, da criação de uma situação de instabilidade, como por meios mais sutis, como a implementação de um sistema de ensino nacional nas regiões coloniais, o fechamento de suas entidades associativas e recreativas e a criação de uma memória nacional oficial, de onde excluía-se a pluralidade étnica. Apresenta-se a inter-relação entre Família/Escola/Igreja, como três instâncias interdependentes e fundamentais para o sucesso da política de nacionalização. Por fim, alguns resultados obtidos pela Campanha de Nacionalização, segundo os seus mentores.

Cabe esclarecer que a documentação teve mantida sua estrutura original, atualizando-se a sua ortografia. Referente aos testemunhos orais, os mesmos são utilizados por sua importância imprescindível como fonte de pesquisa, porém, sem que sejam analisados teoricamente.

## **1 NAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO MODERNA.**

### **1.1 ESTADO-NAÇÃO MODERNO**

Nação e nacionalismo são termos complexos, mutáveis, sem uma definição amplamente aceita, além de haver discordância sobre a sua origem e incerteza quanto ao seu futuro. A língua, a etnicidade ou outros critérios utilizados para definir uma nação são ambíguos, opacos.<sup>1</sup>

O Estado-nação moderno foi consolidado pela Revolução Francesa, surgindo e operando num espaço e povo territorialmente definidos, administrando diretamente seus habitantes, como única fonte de soberania, alcançando os recantos mais longínquos nos seus limites (Cf. HOBBSAWM, 1990; KAPLAN, 1974; BREUJILLY, 2000). A precondição essencial para o surgimento desses “movimentos nacionais” será uma profunda crise numa antiga ordem, com o colapso de sua legitimidade e dos valores e sentimentos que a sustentavam (HROCH, 2000; GELLNER, 2000).

Nesse sentido, de acordo com Arendt, a estrutura do Estado seria resultante da evolução da monarquia e do despotismo esclarecido, com uma aristocracia decadente, sem uma classe que a substituísse, e com o abandono por parte da sociedade da gestão de seus interesses comuns, relegando-os à instituição governamental. O Estado-nação herdaria como função suprema a proteção de todos

os habitantes sob seu domínio, independente de sua nacionalidade, agindo como poder legal máximo, inclusive de coerção. O sistema de Estado-nação estaria acima de qualquer classe social, identificado com os interesses da nação. Isso aprofundaria a distância entre o Estado e a sociedade, que na ausência da figura do rei, possuía como elo de ligação sua origem comum, a qual encontrava sua expressão sentimental no nacionalismo.

Moderno, territorial e soberano, o Estado-nação tornou-se a estrutura mais importante da Europa no início do século XIX, havendo então uma tendência para que as populações desses Estados se identificassem com ele em termos nacionais. Arendt (1989, p. 261) complementa que sua tragédia surgiu

quando a crescente consciência nacional do povo interferiu com essas funções. Em nome da vontade do povo, o Estado foi obrigado a reconhecer como “cidadãos” somente os nacionais, a conceder completos direitos civis e políticos somente àqueles que pertenciam à comunidade nacional por direito de origem e fato de nascimento. Isso significa que o Estado foi parcialmente transformado de instrumento da lei em instrumento da nação.

No desenrolar da Revolução Francesa, o Estado atrelou-se à nação, no momento em que Napoleão dispensou o exército profissional substituindo-o pelo “povo armado”. A partir de então, a nação ocupará o lugar antes destinado ao exército. Como consequência, as invasões napoleônicas – exercendo o poder não em nome de um monarca ou de uma dinastia, mas em nome de um povo (o francês) – despertariam o sentimento nacionalista europeu. A França representava uma nação estrangeira, um povo tentando dominar outro, algo inaceitável (CHAUÍ, 1984).<sup>2</sup> Nesse processo, a nação decorre da ação do Estado, sem adquirir supremacia sobre ele.

---

<sup>1</sup> Por exemplo, os limites de um Estado-nação nem sempre correspondem aos da cultura e da língua. Um caso clássico é a América Latina, onde a língua espanhola é comum aos diferentes países. Cf. ANDERSON, 2000; HOBBSAWM, 1990.

<sup>2</sup> Para Chauí (1984, p. 24-25), “o conceito de povo – político e jurídico – opera geneticamente, isto é, como origem do Estado e da Nação, na medida em que estes não possuem qualquer suporte transcendente, mas apenas a idéia da soberania popular. Em contrapartida, na Alemanha teológico-política, o povo não é e não pode ser um conceito político-jurídico e será, pelo menos a partir do romantismo, uma realidade espiritual – o *Volksgeist* – que se manifesta originariamente como *cultura* (língua, costumes, sentimentos). A nação, neste caso, não emerge como unidade posta pela soberania popular, mas aparece como “vida comum” do mesmo povo. A determinação política sobrevém ao povo e à nação por intermédio de uma outra realidade espiritual, o Estado, cuja origem é a vontade do monarca. A unificação que, na França é operada pela política, na Alemanha aparece como unidade cultural coroada pela política.”



O termo nação é extremamente moderno, não indo além do século XVIII, mas imprescindível para compreender-se o mundo que se estruturou posteriormente. Não há uma definição consensual de nação – nas palavras de Benedict Anderson (2000, p. 7), qualquer tentativa de mapear esse terreno mais “tem a probabilidade de encontrar os autores de costas uns para os outros, olhando para horizontes diferentes e obscuros, do que empenhados em um ordeiro combate de mãos dadas”. Hobsbawm (1990, p. 18) a define como “um corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’”. Ou seja, como algo mais abstrato, podendo a nação ser ao mesmo tempo tudo, como também ser nada. Acton (2000, p. 37-38) argumenta que um Estado pode constituir uma nacionalidade, “mas a hipótese de uma nacionalidade constituir um Estado é contrária à natureza da civilização moderna. A nação retira seus direitos e seu poder da lembrança de uma independência anterior”.

Contraopondo-se a Arendt, Bauer, escrevendo na década de 1920, logo após o final da I Guerra Mundial – não dialogando, portanto, com Hobsbawm, Anderson e outros autores contemporâneos –, estabelece uma outra discussão. Aborda a nação a partir do conceito de caráter nacional, o qual entende como

o complexo de características físicas e mentais que distinguem uma nação de outra; para além disso, todos os povos têm características comuns que reconhecemos mutuamente como humanas, embora, por outro lado, as classes, profissões e indivíduos específicos de cada nação tenham propriedades individuais, características especiais que os distinguem uns dos outros (2000, p. 46).

Acrescenta que esse caráter é mutável, visto que os membros de uma nação ligam-se por uma comunhão de caráter num período definido.

Seguindo uma linha antropológica, Anderson (1997, p. 23-25) percebe a nação como “*una comunidad política imaginada como inherentemente limitada e soberana*”, explicando:

*Es imaginada porque aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión.*

*La nación se imagina limitada porque incluso la mayor de ellas, que alberga tal vez a mil millones de seres humanos vivos, tiene fronteras finitas, aunque elásticas, más allá de las cuales se encuentran otras naciones. Ninguna nación se imagina con las dimensiones de la humanidad.*

*Se imagina soberana porque el concepto nació en una época en que la Ilustración y la Revolución estaban destruyendo la legitimidad del reino dinástico jerárquico, divinamente ordenado. [...] La garantía y el emblema de esta libertad es el Estado soberano.*

*Por último, se imagina como comunidad porque, independientemente de la desigualdad y la explotación que en efecto puedan prevalecer en cada caso, la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal.<sup>3</sup> [grifo do autor]*

Compartilhando o princípio de que a nação moderna é uma “comunidade imaginada”, Hobsbawm (1990) aponta para a inexistência de nações reais, o que levaria a essa imaginação. Segundo ele, haveriam laços protonacionais, podendo os mesmos ser mobilizados pelos Estados e movimentos nacionais, reforçando os vínculos de pertencimento a uma coletividade já existente, o que numa escala macropolítica se enquadraria às nações e Estados modernos.<sup>4</sup>

Miroslav Hroch entende a nação como um grande grupo social, integrado por uma combinação de vários tipos de relações objetivas (econômicas, políticas, lingüísticas, culturais, religiosas, geográficas e históricas) e por seu reflexo subjetivo na consciência coletiva. Dentre esses laços, aponta três, insubstituíveis na sua construção:

(1) a ‘lembrança’ de algum passado comum, tratado como um ‘destino’ do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais; (2) uma densidade de laços lingüísticos ou culturais que permitam um grau mais alto de comunicação social dentro do grupo do que fora dele; e (3) uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil (2000, p. 86).

---

<sup>3</sup> Breuilly (2000), referindo-se à obra de Anderson, considera que seu modelo explicativo da formação da nação através da transformação das elites, se aplica melhor na América Latina, África Oriental britânica, Indochina francesa, sendo menos convincente em outras regiões e enfrentando sérios problemas em alguns casos europeus. “A razão disso é que a tese de Anderson funciona melhor quando há um vínculo estreito, ou até uma identidade, entre os grupos que desenvolvem concepções culturais da nacionalidade e os grupos, muitas vezes originalmente colaboradores do Estado imperial, que se encontram no centro da política nacionalista. Ela também funciona melhor em relação aos grupos culturais subalternos, na periferia de grandes Estados multinacionais, do que aos grupos culturais dominantes que se acham no centro desses Estados” (p. 169).

<sup>4</sup> Para Chauí (1984, p. 38), “povo, nação, sociedade civil e Estado são simultaneamente reais e imaginários, cada qual aparecendo como uma diversificação (povo e sociedade civil) e como uma unificação (nação e Estado). A realidade do povo (a divisão social das classes) permite imaginar a unidade nacional (a comunidade de todos os que nascem e vivem no mesmo território); a realidade da nação (território, mercado interno, instituições, leis, costumes) permite imaginar a unidade popular (todos os nativos como trabalhadores e proprietários). [...] Emerge a figura do Estado que é nacional por seu território, popular por sua soberania e autodeterminado pela inviolabilidade do espaço nacional e da independência política.”

Uma nação só existe quando um considerável número de membros se considera ou imagina como pertencente a ela, daí a importância dada à consciência nacional para a preservação e a essência da nação. A nação constitui-se, então, a totalidade das pessoas que têm consciência de fazer parte dela e reconhecem sua diferença em relação às outras nações. Nesse caso, conhecer o estrangeiro ou o diferente será essencial para a consciência nacional, grandemente facilitado hoje pelos meios de comunicação de massa (BAUER, 2000).

Em sua construção e legitimação, as nações modernas buscam seu enraizamento na antigüidade – opondo-se ao novo –, recorrendo às dinastias, embora essas não tivessem relação alguma com a nação em termos de nacionalidade, sendo pouco provável que uma nação desta época mantenha laços com seus ancestrais de dois ou três milênios atrás (HOBBSAWN e RANGER, 1997; BAUER, 2000;).

Evidencia-se, assim, que no transcorrer de sua formação as concepções de nação se modificaram, visto resultarem de um longo e complexo processo de desenvolvimento histórico. A definição usada no século XVIII não pode ser aplicada para explicar a nação do século XX. Na era das Revoluções (1830), entendia-se que a nação deveria ser una e indivisa; “a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como uma expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa” (HOBBSAWN, 1990, p. 31). Para os liberais, a nação deveria, necessariamente, possuir um território e povo suficientes para garantir o seu desenvolvimento, ou seja, foi associada ao progresso, o que implicava na assimilação de comunidades e povos menores.

Hobsbawm, perseguindo o pensamento dos ideólogos da era do liberalismo burguês (1830 a 1880), enumera três critérios que permitiam classificar um povo como nação: sua associação histórica com um Estado existente ou de passado recente; uma elite cultural longamente estabelecida, possuidora de um vernáculo administrativo e literário escrito; e uma comprovada capacidade para a conquista. Linearmente, a construção de uma nação se restringiria aos povos que preenchessem esses requisitos, com capacidade de progredir.

Assim, nem todo povo é uma nação e nem toda a nação constitui um Estado ou vice-versa. Bauer (p. 77, 81) assegura que o Estado deve seguir a nação e uni-la

politicamente, englobando toda e somente a nação. Ressalta que para isso acontecer, precisa haver “primeiro, o desejo de liberdade nacional, a rejeição à dominação externa, a demanda de ‘para cada nação, um Estado’; segundo, o desejo de unidade nacional, a rejeição ao particularismo, a demanda de ‘para a nação inteira, um Estado’”.

Prosseguindo, afirma que toda nação procura manter sua especificidade, mesmo ao copiar elementos de outras nações. Isso porque, ao adotá-los, adapta-os à sua realidade e interesses, submetendo-os a mudanças. O nivelamento de conteúdos materiais da cultura não abandona a particularidade nacional. Por exemplo, elementos da cultura norte-americana são assimilados de forma diferente pelos brasileiros, embora pareçam idênticos.

Nesse sentido, também para Arendt, o crescimento da nação se restringe ao seu próprio território e só via imperialismo pode se expandir.

De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados. Nenhum Estado-nação pode, em sua consciência, tentar conquistar povos estrangeiros, a não ser que essa consciência advinha da convicção que a nação conquistadora tem de estar impondo uma lei superior – a sua – a um povo de bárbaros. A nação, porém, concebe as leis como produto da sua substância nacional que é única, e não é válida além dos limites do seu próprio território, não correspondendo aos valores e anseios dos outros povos (p. 156-157).

Enfim, o mapa da questão nacional é complexo. Embora discordando em questões fundamentais, tanto Arendt quanto Bauer se opõem ao pensamento dos liberais, apresentado por Hobsbawm. Para a primeira, o imperialismo defendido pelos liberais não integra a definição de nação. Todos reforçam a idéia de uma nação constituída em um território delimitado, e a busca de legitimação do Estado através da nação, pois a comunidade imaginada passa a ser realidade e exige uma conformação. Portanto, a nação como um elemento da sociedade moderna, surgida inicialmente na Europa, se difunde para a Ásia, a África e a América. No exemplo americano, é uma reação contra a situação colonial. Mas, só é possível entender a trama de ligações e relações que se estabelecem dentro da nação se a

considerarmos como uma comunidade imaginada, conforme Anderson, a qual também forja a nacionalidade de seus indivíduos.<sup>5</sup>

### 1.1.1 Nacionalismo Republicano da América

Um único conjunto político, a Monarquia hispânica, originaria os Estados na América Latina, com exceção do Brasil. Caracterizava-se, a América espanhola anterior à Independência, como todas as demais sociedades do antigo regime europeu, ou seja, “um mosaico de grupos de todos os tipos, formais ou informais, entrelaçados e superpostos uns aos outros e mantendo relações complexas com as autoridades monárquicas igualmente diversificadas e embaralhadas” (XAVIER GUERRA, 1999/2000, p. 12).

Xavier Guerra explicita que a Independência dos Estados Americanos, no final do século XVIII e início do XIX, partia do princípio do *uti possidetis*, isso é, cada grupo defendendo o que ocupava. Todos eram Estados *criollos*, dividindo com a metrópole, contra a qual lutavam, a mesma língua e ascendência. O conflito fora provocado pela dispersão da soberania e o não-reconhecimento recíproco de poderes provisórios espanhóis e americanos, voltando-se, externamente, contra os espanhóis da “metrópole” e, internamente, ocasionando uma guerra civil contra os americanos leais à Coroa.

Essa explosão do nacionalismo hispano-americano inspirava-se na independência das Treze Colônias norte-americanas, em 1776, com a adoção de um regime republicano. No desenrolar da luta pela libertação, os revolucionários objetivavam pôr fim à sujeição ao domínio da metrópole, transferindo o poder para a América, redistribuindo-o. Não era pretensão destruir a velha metrópole espanhola e fazer triunfar os novos Estados americanos, mas sim, manter ambos paralelos, porém, independentes.

Nesses movimentos revolucionários, nem os norte-americanos, nem os *criollos* do sul temiam por sua eliminação física, uma vez que eram brancos,

---

<sup>5</sup> Acton (2000, p. 38) considera que “a diferença entre a nacionalidade e o Estado é exibida na natureza do apego patriótico. Nosso vínculo com a raça é meramente natural ou físico, ao passo que nossos deveres para com a nação política são éticos. Uma é uma comunhão de afeições e instintos infinitamente importantes e poderosos na vida selvagem [...]; a outra é uma autoridade que governa através de leis, impondo obrigações e dando sanção e caráter morais às relações naturais da sociedade.”

cristãos, falavam inglês ou espanhol e reclamavam a independência econômica. Eram guerras entre “parentes”, onde era mais perigosa uma insurreição escrava do que a invasão espanhola. Esses laços familiares permitiram o reatamento dos nexos culturais e, por vezes, políticos e econômicos, entre a antiga metrópole e as novas nações, ao findar do conflito (ANDERSON, 1997).

De acordo com Xavier Guerra, o que unia os povos americanos na luta pela independência era a sua identidade, apesar de informal, de serem nascidos na América, a qual foi utilizada e reforçada em vários momentos. Essa americanidade começou a se estabilizar a partir de 1770, quando a distinção entre americanos e europeus se acentuara. Ambos possuíam uma identidade espanhola e direitos, mas eram tratados de modo diferente por parte da Monarquia – os peninsulares desprezavam os *criollos*, colocando-os em posições inferiores. O desrespeito de seus direitos geraria a ruptura, unificando as queixas sobre a igualdade entre *criollos* e peninsulares nas reivindicações dos direitos da América. Essa nova identidade também comporta uma outra maneira de pensar as relações *criollas*-indígenas: todos, quaisquer que sejam as suas origens étnicas, eram americanos pelo nascimento no mesmo solo.

Dado isso, a origem da nação hispano-americana será eminentemente política e não cultural, fundada sobre a união das vontades dos povos americanos. Em algumas regiões, como no México e no Chile, a nação foi herdada sem muitas rupturas do reino. Nos demais casos, “a nação será o resultado frágil e em parte aleatório dos pactos entre os ‘povos’, numa primeira fase; e numa segunda, da unidade imposta aos ‘povos’ pelos exércitos dos Libertadores” (p. 27-29). O seu único elo comum era a identidade americana – política –, operatória na luta contra os peninsulares, mas internamente incapaz de fundar uma “nação americana”, englobando a imensidade de seu espaço.

Na América Latina, a independência precede tanto a nação como o nacionalismo. Seu problema não será o de diferentes nacionalidades formando Estados, mas sim, construir, a partir de uma mesma nacionalidade hispânica, várias nações independentes e com caracteres próprios. Será necessária, nessas novas nações, uma reordenação política, destruindo a sociedade de corpos para obter indivíduos e transformar os súditos em cidadãos; no aspecto cultural, fazer com que todos compartilhem de uma memória e imaginário comuns, mesmo que míticos. A

estrutura política que permitiu a organização dessas nações foi a cidade, principal fonte de poder e organização, cuja fundação estava associada à conquista.

A adoção, após a Independência, do Regime Republicano, foi mais um complicador para a construção nacional, pois tratava-se de algo completamente novo e precisava ser incutido em uma estrutura de nação extremamente frágil. O fato dessas novas repúblicas compartilharem a língua metropolitana, além de uma cultura e religião comuns, possibilitou as suas primeiras imagens nacionais. Então, a nação foi concebida tendo como princípio a língua e não o sangue, sendo a nacionalidade uma fatalidade. *“Vista como una fatalidad histórica y como una comunidad imaginada mediante la lengua, la nación se presenta simultáneamente abierta y cerrada”* (ANDERSON, 1997, p. 205). Diferentemente, a Independência de 1776 não menciona os referenciais da formação da nação norte-americana, deixando a sensação de que estava ocorrendo uma radical ruptura com o passado.<sup>6</sup>

No contexto americano, a única nação independente a manter uma monarquia foi o Brasil. Justamente quando o lado hispano-americano estava começando a fervilhar, a família real portuguesa, fugindo do assédio napoleônico, se instalou na Colônia, em 1808, onde permaneceria até 1820. Ao mesmo tempo, o Brasil passou da condição de Colônia para a de Reino Unido, o que elevou seu *status* e acalmou os ânimos dos que conspiravam pela independência. Ficara como regente D. Pedro, o qual, para evitar que “outros o façam”, proclamou a Independência em 1822, sem lutas ou movimentos populares. Tal como nos seus vizinhos americanos, tratava-se de uma questão de parentela, afastando o perigo de conseqüências mais sérias, permitindo em seguida o reatamento com Portugal, agora ambos independentes. Instalada uma Monarquia, a mesma perdurou até 1889, reprimindo de forma exemplar quem se opunha a ela. Enquanto os países da América espanhola se fragmentavam, o Brasil mantinha a sua unidade política e territorial, garantida em diferentes momentos.

## 1.2 NACIONALISMO

---

<sup>6</sup> O caso dos Estados Unidos é singular e vai contra o afirmado anteriormente, de que as nações buscam no passado sua antigüidade. Ao mesmo tempo, sabemos que não ocorre uma ruptura tão radical com o passado e as novas tradições “inventadas” como sendo a memória nacional, buscam muitos de seus elementos no período anterior. Cf. HOBBSAWM, 1990; 1997.



O Estado-nação sustentado pela nacionalidade, atingiu seu auge com a II Guerra Mundial.<sup>7</sup> O termo nacionalismo começou a ser empregado no final do século XIX.<sup>8</sup> Até então, a legitimidade das dinastias e reinos não dependia da nacionalidade. Isso tornava possível a existência dos grandes impérios europeus, dominando diferentes povos em áreas imensas e muitas vezes descontínuas, cujo laço de união era o governante em comum.

O *nacionalismo* é um projeto político e, em termos históricos, bastante recente. Ele afirma que os grupos definidos como “nações” têm o direito de formar e devem formar Estados territoriais do tipo que se tornou padrão desde a Revolução Francesa. Sem esse projeto, realizado ou não, ‘nacionalismo’ é uma palavra vazia. Na prática, o projeto geralmente significa exercer o controle soberano sobre uma faixa territorial tão contínua quanto possível, com fronteiras claramente definidas e habitada por uma população homogênea, que compõe seu corpo essencial de cidadãos (HOBBSAWM, 2000, p. 272-273). [grifo do autor]

De acordo com Chiaramonte (1993, p. 57), a nacionalidade, traduzida no sentimento de pertencimento à nação – lentamente construído –, sugere uma origem comum, compartilhando da mesma cultura e tradições. Em alguns casos, é essa nacionalidade que leva à formação do Estado-nação. O Estado não é o único responsável na consolidação da nacionalidade, uma vez que ela resulta de lutas, conflitos e conciliações de diferentes facções que confluem para a mesma.<sup>9</sup>

A educação foi uma das formas empregadas para a formação da nacionalidade das populações – especialmente entre 1880 e 1914 – levando todos a se ligarem a uma bandeira e a uma nação<sup>10</sup>. Ou seja, o indivíduo passa a pertencer

---

<sup>7</sup> Para Arendt, a I Guerra Mundial fora nacionalista, enquanto que a II Guerra mostrou-se imperialista. Além desses dois conflitos mundiais, um momento de explosão nacionalista anterior, inscrito em outro contexto, seria a Guerra Franco-Prussiana, em 1890.

<sup>8</sup> Breuille (2000, p. 158) chama atenção que teóricos e historiadores expressam coisas diferentes com o termo nacionalismo, para o qual visualiza três áreas de interesse distintos: doutrina, política e sentimentos. Seu interesse centra-se no nacionalismo como política, afirmando que “existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos./ A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação./ A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano.”

<sup>9</sup> Mesmo nas nações longamente consolidadas, surgem com frequência subnacionalismos, que pretendem a sua emancipação, pois se consideram membros de outra nacionalidade, em uma época em que a nacionalidade é um valor universalmente legítimo. Esse fato é comum em todos os continentes, exceto na Europa, onde, apesar de existir a vontade, esses grupos sabem que não é mais viável.

<sup>10</sup> Os Estados nacionais e movimentos criam um aparato simbólico, incorporando elementos da sua cultura e outros inteiramente novos, tais como o "hino nacional (dos quais o britânico, feito em 1740, parece ser o mais antigo), a bandeira nacional (ainda bastante influenciada pela bandeira tricolor da Revolução Francesa, criada no período de 1790 a 1794), ou a personificação da "Nação" por meio de



a uma nação, devendo agir de acordo com os princípios da mesma – do contrário, é considerado um apátrida. Esse crescente nacionalismo aumentou a diferença entre o “eles” e o “nós”, possibilitando sua manipulação, por exemplo, pelos movimentos racistas ao pregarem a superioridade nacional.

Os Estados usaram de toda sua maquinaria de comunicação para difundir e inculcar, principalmente nas escolas primárias, a imagem e herança da “nação”, criando ou inventando tradições, levando à adesão a esse modelo. Os símbolos maiores dos países, proclamando sua identidade e soberania, passam a ser a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais. Por isso, eles exigem um respeito e uma lealdade imediata, revelando todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (HOBBSAWM, 1997).<sup>11</sup> Esses símbolos, aliados a desfiles, cerimônias e outros atos públicos, foram incorporados ao imaginário nacional, como parte integrante e formadora da nação. Ofender um deles significa ultrajar toda a nação.

A identificação do Estado com a nação era arriscada, pois implicava na homogeneização e padronização de seus habitantes, com a assimilação das minorias nacionais. Para os ideólogos do nacionalismo, a língua era a alma da nação e o critério crucial da nacionalidade. No período de 1870 a 1918, a maioria dos movimentos nacionalistas destacava o elemento lingüístico e/ou étnico, que era algo novo.

Os conflitos internacionais são momentos em que se reforça o nacionalismo, como nas duas guerras mundiais, pois o soldado não luta individualmente, mas em defesa de sua nação, cujos conterrâneos nele confiam.<sup>12</sup> Até 1918, ainda não havia um sentimento nacional cristalizado, não se demarcando uma distinção entre a

---

símbolos ou imagens oficiais, como Marianne ou Germânia, ou não-oficiais, como os estereótipos de cartum John Bull, o magro Tio Sam ianque, ou o "Michel" alemão" (HOBBSAWM, 1997, p. 15).

<sup>11</sup> Por outro lado, Hobsbawm (1997, p. 313) acredita que uma outra linguagem do discurso simbólico público, qual seja, a teatral, revelara-se mais duradoura. "As cerimônias e desfiles públicos, bem como as reuniões de massa ritualizadas, não eram novas. Mesmo assim, foi notável sua utilização com objetivos oficiais e não-oficiais e seculares (manifestações de massa, partidas de futebol, e coisas do gênero). Além do mais, a estruturação de espaços rituais formais, já conscientemente permitida pelo nacionalismo alemão, parece ter sido sistematicamente levada a efeito, mesmo nos países que até então pouca atenção lhe haviam prestado".

<sup>12</sup> Outro momento de explosão do nacionalismo, em um grau diferenciado, talvez seja a Copa do Mundo ou as Olimpíadas, onde cada atleta ou time representa (ou se imagina como tal) uma nação, estabelecendo uma verdadeira "guerra" nas disputas esportivas. A vitória ou derrota são extensivos a toda a nação.

lealdade ao Estado e a lealdade à nação. Nesse caso, “a nacionalidade aparecia mais freqüentemente como um aspecto do conflito entre ricos e pobres, especialmente quando os dois pertenciam a diferentes nacionalidades” (HOBBSAWM, 1990, p. 151).

Logo após o primeiro conflito mundial, a identificação nacional adquiriu novas formas de se expressar em sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Dentre elas, destaca-se o surgimento dos meios de comunicação de massa modernos (imprensa, cinema e rádio), através dos quais as ideologias podiam ser padronizadas e homogeneizadas, sendo utilizadas com diferentes propósitos. Hobsbawm (1990, p. 170) diz que

a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional.

Essas habilidades foram desenvolvidas e amplamente utilizadas pelos regimes fascistas e autoritários na década de 1930, como veremos posteriormente.

O nacionalismo, desde fins do século XVIII, tem experimentado um processo de modulação e adaptação, conforme as diferentes épocas, regimes políticos, economias e estruturas sociais. Para isso, utiliza-se de alguns elementos do nacionalismo oficial, outros dos nacionalismos populares da Europa do século XIX, ou ainda do republicano das Américas.<sup>13</sup> Em decorrência, a “comunidade imaginada” estendeu-se para todas as comunidades contemporâneas. *“Sobre todo, la idea misma de “nación” há arraigado firmemente en casi todas las lenguas impresas, y lá nacionalidad de hecho es inseparable de lá conciencia política”* (ANDERSON, 1997, p. 191-192). O nacionalismo, portanto, não tem patente, podendo ser copiado e aplicado onde quer que seja.

---

<sup>13</sup> Anderson (1997) classifica o nacionalismo em três tipos: o oficial, o popular e o republicano da América. O nacionalismo oficial teria surgido na Europa em meados do século XIX, como uma política conservadora e reacionária, adaptado aos nacionalismos populares que a precederam, mas fora historicamente impossível, devido a oposição dos nacionalismos lingüísticos, que emergiram no mesmo período. Porém, não se restringiu apenas à Europa, sendo implantado em outras regiões. Os nacionalismos populares mostram-se como espontâneos. Já o nacionalismo americano baseava-se na instalação de um regime republicano após os movimentos de independência, assentados na união política.

Arendt (1989, p. 262) afirma que em sua essência “o nacionalismo é a expressão da perversa transformação do Estado em instrumento da nação e da identificação do cidadão com o membro da nação”. Habitualmente, o nacionalismo conservou sua lealdade ao governo, mantendo um precário equilíbrio entre a nação e o Estado, por um lado, entre os cidadãos de uma sociedade atomizada, do outro. O Estado permaneceu como uma instituição legal mesmo em sua forma pervertida, a lei controlava o nacionalismo; e, como esse havia surgido da identificação dos cidadãos com o seu território, era delineado por fronteiras definidas.

O nacionalismo geralmente é reforçado quando o indivíduo se encontra longe da pátria, ou seja, o português em solo brasileiro sente-se mais português do que nunca, pois assim se diferencia dos outros habitantes. Ao mesmo tempo, o nacionalismo costumeiramente conduz os cidadãos nativos de um Estado-nação a desprezar os naturalizados, visto que os primeiros pertencem à nação por nascimento, enquanto os segundos recebem esse direito por lei. Essa relação se acirrava nas áreas de imigração quando se implantavam políticas nacionalistas, como no Brasil na década de 30 e 40, pois o naturalizado jamais deixaria de ser um estrangeiro tolerado legalmente. Mas não houve uma distinção entre ambos, como ocorreu posteriormente na Alemanha nazista.

### 1.3 LÍNGUA NACIONAL

Um dos principais elementos listados para definir a nação, e adotado por muitos nacionalismos, é a língua. A língua como identificador de nacionalidade é um conceito erudito e não vivido, uma vez que povo e língua nem sempre coincidem. Na maior parte dos casos, as línguas nacionais são construções semi-artificiais, chegando em algumas situações a serem inventadas.<sup>14</sup> Para Hobsbawm (1990, p. 70-71), as línguas

são o oposto do que a mitologia nacionalista pretende que sejam – as bases fundamentais da cultura nacional e as matrizes da mentalidade nacional. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas

---

<sup>14</sup> Por "tradição inventada" entende-se "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado" (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos – e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada.

Contradizendo os mitos nacionalistas, informa que a língua de um povo não é a base da consciência nacional mas, sim, um “artefacto cultural”. Breuilly (2000, p. 161) enfatiza que a língua só adquiriu importância política “a partir do momento em que se tornou significativa nos três componentes institucionais da nacionalidade moderna: a lei, a política e a economia”.

O conceito europeu de nacionalidade como algo ligado a uma língua de propriedade exclusiva, exerceu uma forte influência sobre a Europa do século XIX e também sobre o desenvolvimento teórico subsequente. A escolha da língua nacional pelo Estado, em meio às línguas vernáculas e seu enraizamento, era um processo lento, gerando uma grande parcela de populações bilíngües.

A adoção da língua nacional oficial em um Estado não impedia a manutenção do dialeto no uso privado, não se configurando a língua falada um problema político de maior relevância, independentemente da classe social. Somente em alguns casos extremos, como durante o Estado Novo de Vargas, procurou-se proibir o uso e a circulação de outras línguas, uma vez que a nacionalidade brasileira era lingüística. Em outras situações, como na década de 1860, na Alemanha, os intelectuais defendiam que a língua definia a nacionalidade. Para os alemães e italianos, a língua era a única coisa que os fazia alemães e italianos, conseqüentemente, tinha um peso maior para a identidade nacional.

Com a grande produção editorial na Europa, foi criada e difundida a convicção de que as línguas eram uma propriedade pessoal de grupos determinados, os quais, por sua vez, as liam e falavam todos os dias, e que os mesmos, imaginados como comunidades, tinham o direito de um lugar num conjunto de iguais. Até metade do século XIX, todas as dinastias já haviam adotado uma língua vernácula, passando a se identificar como ingleses, alemães, etc. Na Europa Oriental, esse processo foi chamado de “nacionalismos oficiais” (ou seja, uma fusão voluntária da nação e do império dinástico) e desenrolou-se após os movimentos populares que ocorreram no continente europeu no decênio de 1820 e como uma reação a tais movimentos (ANDERSON, 1997).

No entendimento de Anderson (1990, p. 190), é errôneo tratar a língua como um emblema da nacionalidade, equiparando-a aos símbolos e costumes. O papel mais importante da língua reside em sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, forjando solidariedades particulares, pois “*la lengua impresa es lo que inventa el nacionalismo, no una lengua particular por sí misma*”. Depois, as línguas imperiais continuam sendo vernáculas e, como tais, particulares entre as muitas outras. Isso quer dizer que, se em Moçambique ou no Brasil falam a língua portuguesa, é porque assim se imaginam esses povos, além de ser uma forma de marcar a diferença em relação aos seus vizinhos. Modernamente, é difícil imaginar um Estado-nação sem uma comunidade lingüística.

*Podría parecer paradójico que los objetos de todos estos apegos sean “imaginados”: tagalos, tribus exterminadas, la Madre Rusia, o el tanah air, compatriotas anónimos, sin rostro. Pero el amor patriae no difiere en este sentido de los otros afectos, en los que hay siempre un elemento de imaginación afectuosa. [...] Lo que el ojo es para el amante – el ojo particular con el que se nasce-, la lengua es para el patriota – cualquiera que sea la que la historia le haya dado como lengua materna. Mediante esa lengua, encontrada en el regazo de la madre y abandonada sólo en la tumba, los pasados se respetan, las camaraderías se imaginan y los futuros se sueñan (1990, p. 217).*

Prevalece o consenso de que a língua não define a nacionalidade, muito menos na fase atual. Contudo, Bauer (2000, p. 59) lembra que “é impensável que uma nação se mantenha como uma unidade cultural sem manter a língua comum. Porém, a comunhão da língua não garante a unidade nacional.”

#### **1.4 TOTALITARISMO**

Ao final da I Guerra Mundial, frente a um quadro desesperador de crise, uma onda antidemocrática e pró-ditatorial, totalitária e semitotalitária varreu a Europa.

A corrida imperialista continental foi possível graças aos governos totalitários. O Totalitarismo, conforme Arendt, constitui-se numa forma de governo que abdica da política, uma vez que tem a pretensão do domínio total, o qual somente é possível sem política. A corrente totalitária sempre existiu de forma subterrânea, aflorando em meados da II Guerra Mundial. “A política totalitária [...] usa e busca de seus próprios elementos ideológicos, até que se dilua quase completamente com a sua base, inicialmente elaborada partindo da realidade e dos fatos” (1989, p. 21). Uma das

características de todos os movimentos totalitários foi o desprezo pelas leis, tanto as anteriores como as que eles mesmos promulgaram.

A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei (p. 514-515).

De acordo com Arendt (1989, p. 469), os dois exemplos de domínio totalitário que conhecemos foram a Ditadura do Nacional-Socialismo, a partir de 1938, e a Ditadura Bolchevista, a partir de 1930, que diferem dos outros tipos de governo ditatorial, despótico ou tirânico, pois suas características são novas.

O sistema é “total” somente no sentido negativo, isto é, o partido governante não tolera outros partidos nem oposição, nem admite a liberdade de opinião política. Uma vez no poder, a ditadura partidária deixa intacta a antiga relação de poder entre o Estado e o partido; o governo e o Exército têm o mesmo poder de antes, e a “revolução” consiste apenas no fato de que todas as posições governamentais são agora ocupadas por membros do partido. Em todos esses casos, o poder do partido reside num monopólio garantido pelo Estado, e o partido já não possui um centro de poder próprio.

Além de usar o partido como máquina de propaganda, o movimento totalitário, no extremo, também descarta o povo, o qual usara para fins de propaganda. Daí a instalação dos campos de concentração na Alemanha nazista, eliminando primeiro os judeus, depois os doentes, e assim por diante.

O “Estado-totalitário” é Estado apenas na aparência, e o movimento não mais se identifica verdadeiramente nem mesmo com as necessidades do povo. O movimento, a essa altura, está acima do Estado e do povo, pronto a sacrificar a ambos por amor à sua ideologia: “o Movimento [...] é o Estado, assim como é o Povo, e nem o atual Estado [...] nem o atual povo alemão pode ser concebido sem o Movimento” (SCHMITT apud. ARENDT, 1989, p. 298-299).

Mas, em todos esses movimentos, visava-se a destruição do Estado, porém, “os nazistas lucraram fingindo que constituíam um partido, e que seguiriam fielmente o modelo italiano do fascismo<sup>15</sup>” (ARENDT, 1989, p. 289).

---

<sup>15</sup> A palavra “fascismo” ou “fascista” deriva da palavra italiana “*fascio* (=feixe, união, do latim *fascis*, isto é, feixe, símbolo da autoridade dos magistrados romanos)” e associa-se historicamente ao movimento político fundado oficialmente por Benito Mussolini, em Milão, no dia 23 de março de 1919, “cuja expressão concreta era dada então pelos chamados “fasci di combattimento”. Inicialmente,

A permanência dos regimes totalitários no poder garante-se pelo apoio das massas. É objetivo bem como resultado desses movimentos totalitários a organização das massas, uma vez que dependem de sua força bruta, tanto que não são viáveis em países de populações pouco numerosas. O único exemplo de um movimento de massas moderno, formado dentro da estrutura de um Estado, e inspirado no extremo nacionalismo foi o Fascismo italiano. Essa massa também precisa ter certo gosto pela organização política.

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido o seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDETT, 1989, p. 361).

Em conformidade com a autora, esse caráter apolítico das populações dos Estados-nações veio à tona somente quando o sistema de classes entrou em colapso e destruiu toda a urdidura de fios visíveis e invisíveis que ligavam o povo à estrutura política. Os partidos políticos desapareceram com o totalitarismo e a instauração do unipartidarismo. Nesse contexto, o sistema partidário deixou de ser operante. Com o colapso do sistema de classes e a sua transformação em massa, encontrou na guerra, com a sua arbitrariedade constante e assassina e símbolo da morte, a “grande niveladora” e, portanto, a mãe da nova ordem mundial, restaurando a igualdade e a justiça.

O totalitarismo, uma vez no poder,

usa a administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento; instala a polícia secreta na posição de executante e guardião da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade e, finalmente, erige campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio local (ARENDETT, 1989, p. 442).

---

designava o movimento político liderado por Mussolini, vindo a denominar em seguida também o regime político imposto por ele e seus seguidores na Itália em 1922. “O conceito de “totalitário” origina-se, historicamente, no processo mesmo da autoconsciência fascista, pois, o chamado *stato totalitário* constituía a representação daquilo que era o objetivo político maior do fascismo italiano. Tal tipo de Estado, segundo Mussolini, aglutinaria todos os cidadãos e grupos sociais, sendo o partido fascista o instrumento-chave dessa completa integração, tal como também o seria, na Alemanha de Hitler, o partido nazista” (FALCON, 1991, p. 34).



Enfim, é da própria natureza dos regimes totalitários exigir o poder ilimitado, o qual só é concretizado se, literalmente, todos os homens, sem exceção, forem totalmente dominados em todos os aspectos da vida. “O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos”, ou seja, a transformação da natureza humana. “O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isso é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isso é, os critérios do pensamento)” (p. 508, 526).

Arendt sinaliza que uma das principais diferenças entre o movimento e Estado totalitário “é que o ditador totalitário pode e necessita praticar a arte totalitária de mentir com maior consistência e em maior escala que o líder do movimento” (p. 463). Em outros termos, precisa criar uma ilusão de Estado e sociedade fictícia do movimento como realidade para o povo, e ao mesmo tempo evitar que esse mundo fictício se torne estável, pois a

estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento e, com ele, a esperança da futura conquista do mundo. O líder totalitário tem de evitar, a qualquer preço, que a normalização atinja um ponto em que poderia surgir um novo modo de vida –um modo de vida que, após certo tempo, poderia deixar de parecer tão falso e conquistar um lugar entre os modos de vida muito diferentes e profundamente contrastantes das outras nações da terra (p. 441).

Além disso, esse líder jamais poderá admitir que falhou – tem que ser infalível. Por isso, assume diante dos cidadãos todos os atos que seus subordinados cometeram (sejam assassinatos, expurgos, prisões, etc.).

Os movimentos totalitários atacam o *status quo* mais rapidamente que qualquer antigo partido revolucionário. Outro traço marcante é o fato de que o modelo totalitário pode ser repetido indefinidamente e mantém a organização num estado de fluidez que permite a constante inserção de novas camadas e a definição de novos graus de militância.

Para atrair e converter novas camadas populacionais bem como convencer os outros países, esses movimentos valeram-se de intensa propaganda. A mesma dirigia-se aos não totalitários, os de fora do país, para convencê-los e conquistá-los. “Somente a ralé e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo; as massas



têm de ser conquistadas por meio da propaganda”. Ao mesmo tempo, a necessidade da propaganda sempre é exigida pelo mundo exterior, pois é esse que precisa ser convencido, uma vez que “por si mesmo, os movimentos não propagam, e sim doutrinam. Por outro lado, a doutrinação, inevitavelmente aliada ao terror, cresce na razão direta da força dos movimentos ou do isolamento dos governantes totalitários que os protege da interferência externa”. Além das ameaças diretas e dos crimes contra indivíduos, empregava-se o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra os que não fossem cooptados pela propaganda, seguidas de assassinato, não distinguindo entre ‘culpados’ e ‘inocentes’ (p. 390-394).

Nessa perspectiva, Arendt conclui que

do ponto de vista legal, a substituição totalitária da ofensa presumível pelo crime possível é ainda mais interessante que a transformação do inimigo suspeito em inimigo objetivo. O crime possível não é mais subjetivo do que o inimigo objetivo. Enquanto o suspeito é preso porque se presume que ele é capaz de cometer um crime que mais ou menos se ajusta à sua personalidade (ou ao que se suspeita corresponder à sua personalidade), a versão totalitária do crime possível baseia-se na previsão lógica de fatos objetivos (p. 477).

Por extensão, num regime totalitário, a Polícia Secreta constitui-se o órgão mais importante e bem organizado, que sabe tudo o que está acontecendo no âmbito governamental, escondendo os maiores segredos. Na Alemanha nazista, toda a expansão e a repressão foram executadas pela polícia, uma vez que Hitler não confiava no Exército, o qual lutava pelos interesses da nação e dificilmente atuaria no extermínio do próprio povo alemão. Todavia, sempre que o totalitarismo chegou ao poder,

criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país. Independentemente da tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. Os governos totalitários do nosso tempo evoluíram a partir de sistemas unipartidários; sempre que estes se tornavam realmente totalitários, passavam a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas ou de bom senso – podia mais nos ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação (p. 512).

Portanto, a radicalização do nacionalismo gera as formas de totalitarismo em que uma nação afirma sua superioridade em relação às outras, impondo seu ideário através da propaganda ou da força. Não aceita oposição, excluindo os que não se enquadram.

### **1.5 ESTADO NOVO: UM ESTADO AUTORITÁRIO.**

Em 10 de novembro de 1937, através de um golpe de Estado, Getúlio Vargas mudaria o regime, instaurando o Estado Novo, que perdura até 1945. Dentro da perspectiva de Arendt, tratava-se de um governo autoritário, com alguns traços totalitários, característicos dos regimes fascistas europeus.

Vargas chegara ao poder em um momento delicado da política brasileira. A Primeira República ou República Velha não correspondia aos anseios dos grupos que almejavam mudanças e ruptura. Era dominada pela oligarquia agrária ligada à exportação do café, cuja política visava a proteção desse produto no mercado externo. Politicamente, a sucessão obedecia à “política dos governadores” – ou “café-com-leite” –, liderada pelos paulistas e mineiros. Aliada a eleições fraudulentas, a República atraía contra si todos os descontentamentos.

No pleito eleitoral de 1930, num estado de esgotamento governamental, agravado pelos reflexos da crise de 1929, a situação se tornaria insustentável. Com o rompimento da política café-com-leite, Minas Gerais se aliara ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, formando a Aliança Liberal<sup>16</sup>, lançando a candidatura de Getúlio Vargas a presidente. São Paulo apoiava Júlio Prestes, o qual venceu as eleições.

Após as eleições, viria a represália: Washington Luís, em fim de mandato, cassou os deputados eleitos da Aliança Liberal por Paraíba e Minas Gerais, devido à traição. Já ao Rio Grande do Sul nada acontecera. Essa atitude levou à contestação dos resultados das eleições. O estopim para a eclosão do movimento de tomada do poder foi o assassinato do candidato a vice, João Pessoa. Rapidamente, a Aliança

---

<sup>16</sup> Pacto dos três Estados da Federação – Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais – para a presidência da República, foi assinado em junho de 1929, sob a denominação de Aliança Liberal, com Vargas para presidente e João Pessoa para vice. Pretendia a implantação de uma verdadeira democracia e o fim da fraude eleitoral, não se tratando de um movimento revolucionário, pois apenas queria impedir a candidatura de Julio Prestes.

Liberal foi reorganizada, estourando a Revolução<sup>17</sup>, em 3 de outubro de 1930, partindo do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio da quase totalidade das tropas da 3ª Região Militar.<sup>18</sup> O poder foi transmitido a Vargas em 24 de outubro, pela Junta Provisória, após a ação de diplomacia de Osvaldo Aranha. Justificando a tomada de poder, afirmava-se que “a República de 89 falhava de alto a baixo. Era um imenso arcabouço carcomido a pesar sobre a Nação, sem bases na tradição e no povo, sem laços que o ligassem às novas gerações” (Dantas, 1942, p. 27-28).

Para Seitenfus (1985, p. 4), a Revolução de 30 foi sobretudo um movimento político, resultante mais da ação de certos atores políticos do que da crise das estruturas fundamentais da sociedade. Com a vitória, uma nova geração de políticos assume o poder. Weffort (1983, p. 98) vê a data de 1930 como um marco divisor entre um período em que o poder estava repartido entre as diferentes oligarquias no conjunto do país, mesmo que desigualmente, de outro, onde o poder tende a se concentrar cada vez mais no Estado, concebido como um aparelho institucional.

---

<sup>17</sup> Ao longo do trabalho, será empregado o termo revolução ao referir-se a essa tomada do poder, por tratar-se de um termo já consagrado, embora saiba-se não ser o mais adequado. Referindo-se a isso, Faoro (1983, p. 88) reitera que o termo revolução seria inadequado para o caso de 30, mas não encontrando também outro para nominá-la: “não foi uma quartelada, nem um *putsch*, nem um golpe de Estado, transcendendo essas crises, pelo seu processo e pelas suas conseqüências.” Já Weffort (1983) considera que pode-se falar em revolução no presente caso, no sentido dela representar uma situação de ruptura histórica.

<sup>18</sup> Love (1983, p. 60-83) enfatiza que a conspiração objetivando tomar o poder presidencial já vinha se alastrando desde fins de 29, antes mesmo da realização das eleições. O líder da conspiração, nomeado por Vargas, fora Aranha, que usando da cobertura de sua posição de Secretário do Interior do Estado, traçava as articulações e importava armas. Os preparativos tornaram-se mais tímidos em decorrência da deserção de Prestes e da frieza dos mineiros. As autoridades federais acreditaram que a trama havia falido com a renúncia de Aranha de seu posto no governo do Rio Grande, a 28 de junho. Após as eleições de 30, há posições diversas. “O lema castilhistas – ‘nem apoio incondicional nem oposição sistemática’- era citado por Borges e Vargas como princípio orientador. Entrementes, procurava alternadamente apoiar as facções da *reconciliação* e as da *resistência* e foi realmente capaz de usar os grupos antagônicos para manter boas relações, tanto com os mineiros quanto com o presidente.” Com o assassinato de João Pessoa e a posse do novo Governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, os preparativos para a revolta foram retomados. “Góes Monteiro e Aranha prontamente começaram a movimentar-se com seus planos militares. Em setembro, Aranha comunicou a Vargas que possuía armas e munições suficientes para equipar 110 mil homens. A Brigada Militar estava pronta para o combate e seu equipamento era favoravelmente comparável ao do exército regular. Aranha e Góes garantiram a adesão da grande maioria das tropas da Terceira Região Militar, representando mais de um quarto de todas as forças federais, se uniria à revolta. Vargas fez seu jogo duplo até o final, dando a impressão de que a situação estava sob controle, e que o golpe não era verídico. Militarmente, a Revolução foi uma vitória das forças estaduais, aliadas aos contingentes rebeldes do Exército, sobre as forças legalistas do Rio. Seria esta a última vez que os Estados poderiam enfrentar o governo federal.

Por intermédio da Revolução<sup>19</sup>, Vargas pretendia instaurar um novo regime de governo, rompendo, definitivamente, com o passado aristocrático e libertando o Brasil da trágica experiência liberal da Primeira República. A base revolucionária não era muito sólida, visto resultar de uma aliança heterogênea dos diferentes setores contra a oligarquia cafeeira – grande parte das oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, das classes médias urbanas civis e militares e do proletariado. Uma vez tomado o poder, as divergências de idéias e pretensões afloraram.<sup>20</sup>

Os diagnósticos para a nova conjuntura eram variados.

Para uns, que a entendiam num sentido restaurador (republicanizar ou abasileirar a República), bastava confirmar a proposta liberal presente na plataforma da Aliança Liberal como caminho para corrigir os rumos da República. Outros, ao contrário, tendo participado ou não da frente revolucionária de outubro, viam na vigência do Governo Provisório a ocasião histórica para imprimir um rumo verdadeiramente novo à vida política nacional (OLIVEIRA, 1982, p. 15).

Nos primeiros anos, Vargas enfrentaria uma série de movimentos contestadores de seu poder. O governo provisório foi abalado pela Revolução Constitucionalista de 32, encabeçada por São Paulo, exigindo a promulgação de uma constituição. Sem saída, Vargas convoca uma constituinte, responsável pela sua elaboração, outorgada em 34, que o efetivou como presidente da república. Sua administração, até 37, caracterizou-se como um período de estruturação de uma base de apoio e de uma estratégia política.

---

<sup>19</sup> Oliveira (1982, p. 117-118) entende que no caso de 30, “A revolução é um ‘movimento restaurador da dignidade nacional’. Seu sentido pleno não se encontra no reino dos fatos materiais, mas em uma dimensão subjetiva e transcendental: a de reencontrar o espírito da nação em suas mais profundas tradições culturais e cristãs. [...] A proposta ‘restauradora’ da revolução brasileira, significando um retorno ao homem em sua dimensão total, assume uma feição espiritual de ‘reeducação’ do povo, o que não se pode realizar fora do cristianismo. Desta forma, se a política do novo Estado nasce do povo e para o povo, a autoridade legítima de seu projeto de fundação não exclui a sanção divina. A expressão, constantemente repetida, sintetiza o recurso elaborado pelo discurso oficial: o Estado está em conformidade com as tradições cristãs do povo brasileiro e por isso ele é legítimo, revolucionário e também democrático”.

<sup>20</sup> Logo, no entanto, apareceriam as divergências e interesses opostos dentro da Aliança Liberal, revelando sua fragilidade. “Uma clivagem mais profunda faz surgir duas tendências: de um lado aqueles que, como João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros, aspiram a que a revolução cumpra seu objetivo maior, isto é, a democratização do país e a elaboração de uma nova constituição; e de outro lado aqueles que, como Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, consideram a revolução como um fato concreto e irreversível, que não precisa de legalização” (SEITENFUS, 1985, p. 39). Isso mostra que a Aliança fora apenas uma formação eleitoral objetivando derrubar a oligarquia que ocupava o poder, mas incapaz de elaborar uma nova política e realizar um governo verdadeiramente revolucionário.

A ordem fora abalada novamente em 1935 pela Intentona Comunista,<sup>21</sup> movimento logo desmobilizado, mas de fundamental importância para o fortalecimento do Estado e a tomada de medidas autoritárias. Assim, em dezembro do mesmo ano, foi decretada a Lei de Segurança Nacional, com sucessivas decretações de “estado de sítio” e “estado de guerra”, de dezembro de 1935 a junho de 1937, concluída com o golpe de 37 e consolidada com o fracasso do *putsch* de 1938 (GARCIA, 1982).

### 1.5.1 Os Inimigos do Brasil e o Golpe de 1937<sup>22</sup>

Em meio a um clima tenso, em plena campanha para a sucessão presidencial, veio a público o Plano Cohen, atribuído aos comunistas.<sup>23</sup> Essa estratégia seria fatal para o convencimento do Congresso Nacional da prorrogação do estado de guerra, dando amplos poderes ao presidente. Desde 35, o comunismo fora declarado como o inimigo do país: censurava-se, prendia-se, torturava-se, tudo em nome da revolução comunista e do perigo iminente que representava. O imaginário anticomunista estava construído e enraizado.<sup>24</sup>

Dessa forma, o que se desprende é que mais importante do que desvendar o inimigo é tê-lo enquanto um mal para onde se pode direcionar as energias

<sup>21</sup> No dia 05 de Março de 1922, é fundado, em Niterói, o Partido Comunista do Brasil (PCB), reunindo comunistas, anarquistas cooptados, proletários, além de outros segmentos sociais. No entanto, o PCB cai na ilegalidade já no ano de sua fundação, pelas mãos de Eptácio Pessoa, sendo que o partido só volta a legalidade cinco anos mais tarde, em 1927. O PCB concorreu nas eleições de 30 com candidato próprio, não apoiando posteriormente a revolução.

<sup>22</sup> Schwartzman (2000, p. 6, 9) na introdução de seu livro *Tempos de Capanema*, referindo-se aos protagonistas do Estado Novo, escreve que “entender suas motivações e os propósitos de suas ações não significa, necessariamente, aceitar que as coisas ocorreram como eles as viam, percebiam ou queriam. Significa, isto sim, compreender como eles viam o mundo que os cercava, e como agiam a partir dessa compreensão.” Acrescenta: “Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não-autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, e houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muito das idéias, projetos e ações que eram publicamente propalados e defendidos anteriormente.”

<sup>23</sup> O “Plano Cohen” foi publicado em 29 de setembro, atribuindo-se a autoria ao Komintern, visando a tomada do poder pelos comunistas com a participação dos judeus. Foi redigido por Olímpio Mourão Filho. Seitenfus (1985) especifica que o golpe de 1937 foi bem calculado e estudado por Vargas. Inicialmente, ele consulta os amigos mais chegados, bem como garante o apoio das forças armadas. Para não se apresentar como vontade de um só homem, estabelece um plano de ação, como a destituição de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul e a nomeação do General Manuel Cerqueira Daltro Filho. No mais, usa o perigo comunista. Os projetos putschistas de Vargas foram abalados pela recusa do Legislativo em prolongar o “estado de guerra” em junho de 1937. Apresentado o plano à Câmara, a mesma vota o prolongamento de mais três meses do estado de guerra.

<sup>24</sup> O comunismo, no vocabulário das autoridades governamentais e policiais aparecia associado à medicina – doença, mal, cura – e à religião – demoníaco, satânico, infernal. Era apresentado como a encarnação do mal, alimentando o temor de uma revolução (DUTRA, 1997).

da nação e em seu nome assegurar-se um domínio no plano social, reagrupando princípios, idéias e pessoas. Por outro lado, temos a associação da idéia de localização do inimigo como diagnóstico de um “mal obscuro” com o “perigo social”, o que focaliza o mal e o perigo enquanto duas idéias complementares e vitais à figuração do inimigo [...] (DUTRA, 1997, p. 39).

Para enfrentar esse “inimigo”, a ordem social deveria ser preservada, a sociedade saneada e os poderes resguardados.

Ao lado da iminência comunista, Vargas via o clima pré-eleitoral como “transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação” (VARGAS, 2002, on-line). A tomada do poder, assim, representava a salvação do caos que ameaçava o país, bem como uma forma de rompimento com a democracia liberal, responsabilizada em grande medida pelo mesmo.

O Estado Novo ocorreu em meio a uma onda de transformações mundiais, como a ascensão de regimes totalitários na Europa. Ao contrário destes, não resultou da tomada de poder por nenhum movimento revolucionário ou de massa. No seu discurso legitimador, 30 e 37 surgem como dois momentos de um mesmo processo revolucionário: o segundo querendo e devendo consolidar as mudanças iniciadas pelo primeiro. Nesse sentido, escreveria um cidadão na década de 40:

O advento de 10 de novembro de 1937 com a serenidade ponderada do homem que o idealizou assinala em nossa história o momento decisivo do Brasil. Foi a hora da alvorada estranha que despontou sobre a imensidade geográfica em que se estrutura o solo nacional para conduzi-la sem sangue, sem luta e sem violência à estabilidade imprescindível ao rumo edificante de sua evolução. Nessa altura é que o presidente Getúlio Vargas passa ao domínio da predestinação. O Estado Novo naquele instante foi a alva que o envolveu para refleti-lo na imortalidade da imaginação brasileira (ACHILLES, 1943, p. 76).

Getúlio Vargas, com a nova Constituição em mãos, dirigia-se à Nação, explicando as razões que o obrigaram a tomar essa medida drástica:

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do País, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança Nacional (VARGAS, 2002, on-line).

Prosseguia seu manifesto descrevendo sua ação e política governamental, afirmando mais de uma vez que as medidas adotadas não resultavam de um ato individual do governo, mas consequência das circunstâncias que ameaçavam o país. Trabalhava com a idéia de que “forças ocultas” ameaçavam a integridade nacional. Ao longo de sua administração, Vargas alimentava a suspeita de que havia um complô conspirando para derrubar o regime – nacionais e estrangeiros infiltrados –, legitimando e explicando as medidas autoritárias adotadas.

Mais adiante, alegava que a estrutura governamental, com todas as barreiras legais, os problemas econômicos, sociais e políticos, não correspondia mais a atual situação do país, que precisava ser modernizado. Nesse caso, quando o sistema de governo deixava de contemplar os interesses do povo, não restava outra solução, a não ser mudá-lo, estabelecendo outros moldes de ação, o que fora feito.

O novo regime apresentava-se, então, como um retorno à ordem e em defesa da legalidade, dentro de um contexto de “desordem”, ameaçado pelo caos. O golpe era entendido como uma violência limitada, permitida, necessária, voltada contra os adversários – os comunistas –, que naquele momento delimitavam na cena política um espaço de desordem a ser eliminado (DUTRA, 1997).<sup>25</sup>

Restaremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino (VARGAS, 2002, on-line).

O Estado Novo não deixava espaço para a atuação de um partido de sustentação, suprimindo sua existência. Nesse ponto, distanciava-se substancialmente dos regimes fascistas europeus – Fascismo italiano e Nazismo alemão –, nos quais o partido representava a base de apoio do governante, não permitindo, porém, a existência da oposição. No limite, Vargas (2002, on-line) pensava que

tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas,

---

<sup>25</sup> Dutra (1997) lembra que a concepção de desordem é mutável, variando conforme a situação e necessidade, bem como os adversários. No transcorrer de todo o Estado Novo, os inimigos número um serão os comunistas, mas por vezes essa posição será dividida com os integralistas, “quinta-colunas”, súditos do “eixo”, etc.



a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos. A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para ele, os partidos ameaçavam a unidade da pátria e colocavam a nação em perigo, visto dividirem o povo em diferentes facções, provocando a discórdia civil. Além disso, os partidos eram dirigidos por profissionais, aos quais o povo relegava esse poder, constituindo verdadeiros caudilhismos regionais.<sup>26</sup>

Por conseguinte, extinguiu todos os partidos políticos por meio do Decreto-Lei número 37, de 02 de dezembro de 1937, julgando que no novo regime os intermediários – partidos – entre o Estado e o povo eram dispensáveis.<sup>27</sup> Manteve essa posição ao longo de sua legitimação no poder.

Isso implicou na concentração dos poderes em nível de Executivo, com o fechamento do Congresso e das Assembléias estaduais, podendo o presidente legislar, demitir, transferir, reformar e afastar funcionários civis e militares. Dali por diante, com a sucessiva decretação do “estado de emergência”, suspendiam-se os direitos políticos e individuais, bem como proibia-se o funcionamento dos partidos e associações; além de aperfeiçoar o sistema repressivo a ampliar os órgãos policiais e de censura e reorganizar e fortalecer as Forças Armadas (Cf. GARCIA, 1982).

O Estado Novo pretendia e se autocaracterizava como um regime novo e nacional.

É ‘novo’ na medida em que procura modernizar o país. É novo porque pela primeira vez se apresenta voltado oficialmente para as verdadeiras raízes da nacionalidade. E nesse processo entra em contato com o que existe de mais nacional. Ao se implantar um novo regime político autoritário, são recusados os modelos liberais importados. Pela primeira vez o brasileiro deixa de ‘macaquear’. O moderno e o tradicional estão assim imbricados no princípio doutrinário que organiza o sistema político do país (OLIVEIRA, 1990, p. 193).

---

<sup>26</sup> No transcurso da República Velha, Alberto Torres entendia os partidos políticos como forças passageiras e acidentais (MARSON, 1976).

<sup>27</sup> Como consequência do golpe e da supressão do regime representativo, desapareceria também a função eleitoral do coronel, havendo a perda de seu poder político e, em decorrência, a perda do poder de barganha e de obtenção de favores que ele intermediava. Desse modo, Vargas desarticulava a estrutura coronelista que vigorava no país.



A originalidade do regime brasileiro seria uma das frentes de afirmação do mesmo, ressaltada em diferentes oportunidades por Vargas, como numa visita a Porto Alegre em 1940.

Dotamos o país de uma estrutura governamental que a prática vem demonstrando corresponder às suas necessidades. Não fomos buscar modelos estrangeiros, nem antigos, nem modernos, mas nos organizamos à feição puramente nossa. Aplicando sincera e corajosamente os ensinamentos da nossa experiência, das nossas vicissitudes e dificuldades, apuramos quais os males a curar, os defeitos a corrigir e os melhoramentos a promover. E foi assim que, sob aplausos generalizados, com a compreensão e a simpatia no país inteiro, dissolvemos os partidos políticos, condenados como forças de desagregação de caráter nacionalista, criadoras de divergências, prevenções e rancores locais, extinguímos as associações, grêmios e outras formações estrangeiras que pretendiam exercer atividade política dentro da comunhão nacional; abolimos todas as bandeiras, símbolos e distintivos que não fossem os emblemas da Pátria única e soberana (CP 14/ mar./1940, nº 61, p. 2).

Resumindo, o Federativismo fora contornado, unindo o Brasil em torno de uma só bandeira, um hino e um povo, como será visto mais adiante.

O Estado Novo assumiu uma feição própria, sendo centralizador, ao reunir em nível federal as decisões antes partilhadas com os estados,<sup>28</sup> e autoritário<sup>29</sup>, concentrando no Executivo as imputações anteriormente divididas com o Legislativo.

Sua proposição máxima de que só um governo forte torna possível a realização da verdadeira democracia envolve múltiplas interpretações do conceito de democracia. Sua ideologia política recupera práticas autoritárias que pertencem à tradição brasileira, assim como incorpora outras, mais modernas, que fazem da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social (OLIVEIRA, 1982, p. 10).

---

<sup>28</sup> Nesse ponto, Vargas em certa medida retomará uma estratégia política usual em anos anteriores no Rio Grande do Sul, quando o castilhismo montara suas bases políticas locais (nos municípios e distritos), garantindo um controle político "de baixo para cima". Essa experiência seria continuada posteriormente por Borges de Medeiros. O castilhismo buscou sempre o consenso e equilíbrio entre cooptação e coerção, canalizando a autoridade do caudilho para o Estado. Os coronéis eram, na grande maioria, cooptados pelo partido no poder, sem que o mesmo conscientemente se apercebesse do esvaziamento do conteúdo de seu mando local, cabendo-lhe o papel de subalternidade e o compromisso de desenvolver uma relação de obediência frente ao poder do Estado, instrumentalizado também para o uso da coerção, quando necessário (Cf. FÉLIX, 1987). Vargas, na década de 30/40, usará da mesma tática, dadas as devidas diferenças, para acabar com o poder local de mando, tornando-se o único chefe nacional, ao qual os demais deviam obediência, bem como tentará estabelecer uma relação próxima com os municípios, sem ter que passar pelas malhas do governo estadual.

<sup>29</sup> A essa altura, a nova democracia brasileira procura "preservar a liberdade e respeitar o indivíduo, ao contrário de um regime totalitário que, sobrepondo-se ao homem, reduz tudo ao Estado. Porém, já não se trata do reino do livre-arbítrio individual que ignora o interesse social e minimiza o papel do Estado, como ocorre no liberalismo. A democracia brasileira propõe a prevalência do princípio da autoridade não como um obstáculo à liberdade individual, mas como o único meio legítimo de sua realização" (OLIVEIRA, 1982, p. 131).

Como assinala José Murilo de Carvalho (1999, 341-343), a nacionalização da política inclui pelo menos três dimensões: a criação de atores nacionais, de uma agenda nacional e de um centro nacional decisório forte. Acredita que a relação entre Vargas e os militares faz parte desse processo, no que diz respeito à construção e desconstrução de atores políticos. Nesse sentido, entre 1930 e 1937, haveria a construção de dois atores políticos centrais: Vargas e os militares, num processo dialético, embora Vargas tenha sido o pólo dominante. Essa construção teria como base comum a luta “contra as oligarquias regionais e a construção de um poder realmente nacional.” Naquele contexto, o grande inimigo, tanto dos civis como militares revolucionários, eram as oligarquias, que não aceitavam a perda de influência e poder que detinham durante a República Velha e deveriam ser desconstruídas.<sup>30</sup>

Com um regime recém implantado, Vargas se ancoraria nas Forças Armadas, organizando e disciplinarizando-as, institucionalizando sua identidade, de maneira a transformá-las no ator político de que necessitava. Para isso, uma das táticas usadas seriam os expurgos.<sup>31</sup> A hegemonia dentro do Exército da facção militar surgida em 30, liderada pelos generais Góes Monteiro e Gaspar Dutra, possibilitou a unificação da instituição do ponto de vista político e ideológico (CARVALHO, 1999).

O Estado Novo contou com o total apoio do Exército, o qual necessitava de Vargas para assumir o comando, visto ser o processo de unificação ainda recente e essa instituição não ter condições internas nem organização para que um general assumisse o poder sem despertar a rivalidade de outros generais.

Assim, nos primeiros anos do Estado Novo, Vargas criou e utilizou o ator viável para o momento, ou seja, o militar, cujo poder centrava-se na capacidade do uso da força. A partir de 42, criaria outro ator: o Trabalhismo, movimento operário

---

<sup>30</sup> O autor destaca três momentos que pontuaram a derrota dessas oligarquias, entre as quais se sobressaíam a paulista, a mineira e a gaúcha. Foram três pequenas guerras: a primeira, e mais dura, corresponde à Derrota da Oligarquia Paulista em 1932. A segunda foi a Escaramuça Militar de 1937 que expulsou Flores da Cunha do Rio Grande do Sul. E a terceira, que não houve, foi, obviamente, a Mineira, que se resolveu pela escolha de Benedito Valadares para interventor em 1933 (CARVALHO, 1999).

<sup>31</sup> Carvalho (1999) enumera três momentos ou ondas de expurgo, sobretudo no Exército, sem excluir a Marinha. O primeiro teria ocorrido após a Revolta Paulista de 32, cuja derrota implicara na expulsão de 508 oficiais. Em seguida, a Revolta Comunista de 1935, cujo final redundou na expulsão de mais 107 oficiais. Enfim, a Revolta Integralista, em 1938, resultando na expulsão de mais 10 generais. Esses expurgos sucessivos da oficialidade divergente, permitiram à facção surgida em 30 tornar-se dominante dentro das Forças Armadas.

que se institucionalizaria no Partido Trabalhista Brasileiro. Todavia, o trabalhismo era recebido com reserva pelos militares, que viam nele características comunistas. Essa situação gera uma crise na relação entre Vargas e as Forças Militares, resultando na sua deposição em 1945. Ou seja, os militares que o depuseram – Góes Monteiro e Gaspar Dutra – foram exatamente os mesmos que o puseram no poder em 1937 e que o sustentaram durante o Estado Novo.

### **1.5.2 Constituição de 1937: uma Carta Autoritária.**

No Brasil, o ideário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade, como entre os integralistas e setores do Estado Novo (Francisco Campos, Góes Monteiro, Filinto Müller). Porém, a imagem da sociedade “*una*, homogênea e harmônica, veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder” (CAPELATO, 1998, p. 31-32). Os ideólogos do regime e os próprios setores governamentais não convergiam nesse item: uns pretendiam dar uma face mais democrática ao governo, enquanto outros, imprimiam-lhe traços totalitários, mostrando-se grandes admiradores do nazi-fascismo. Essas duas tendências conviviam no seio do Estado Novo, bem administradas pelo “jogo duplo” de Vargas, pelo menos até 42, quando parte do ministério “germanófilo” caiu.

A nova Constituição, promulgada por Vargas em 10 de novembro de 1937, em substituição à Constituição de 1934, fora redigida por Francisco Campos. Sua semelhança com a Constituição Alemã do III Reich valeu-lhe o cognome de “Constituição Polaca”. A nova carta, tipicamente autoritária, por delegação de poder, passou ao Executivo a faculdade de elaboração das leis nacionais, o que num regime democrático seria responsabilidade do Congresso Nacional. Isso deu poder e força ao Executivo para intervir na ordem política, econômica e social durante o Estado Novo (ALVES, 1993).

A centralização político-administrativa foi a fórmula encontrada para manter o Estado forte e independente das influências político-partidárias. O fortalecimento do Estado a partir do Executivo, mais especificamente na pessoa do presidente, resultou em um conjunto de mudanças na legislação e na organização de um aparato burocrático-administrativo para permitir o funcionamento dos diferentes aparelhos de Estado. Paralelamente, a centralização em nível de Executivo Federal

implicou a redução dos poderes regionais dos estados – efetivada simbolicamente na queima das bandeiras dos mesmos. Igualmente, exigiu a instauração de um complexo jurídico-institucional para viabilizar uma prática de governo em sua relação com a sociedade (ALVES, 1993).

Outra inovação introduzida com a Constituição de 37 foi o princípio do Decreto-Lei, independente de consulta da instância do Congresso Nacional. O decreto-lei, a partir de então, será o modo legal de administração, na regulamentação da organização administrativa e na repressão do Estado.

Em seus artigos 167 a 170, foi instituído o “estado de emergência” em substituição ao “estado de sítio” que constava nas Constituições de 1891 e de 1934. Nessas circunstâncias, todos os atos praticados pelas autoridades eram em benefício do “interesse da segurança do Estado” e assim não poderiam ser contestados pela via judicial. A saber, os tribunais de apelação não poderiam acolher mandado de segurança contra decisão de autoridades da República, como o presidente, os governadores/interventores e prefeitos municipais (ALVES, 1993). Esse contexto permitia às autoridades públicas conduzirem sua política repressiva sem ameaça de serem importunadas pelo Poder Judiciário, nem sofrer ações judiciais por parte dos cidadãos.

A Constituição também concedia poderes ao presidente de intervir nos Estados e municípios, decretar intervenção, nomear ou demitir as autoridades que ocupavam os cargos de governador e prefeito, bem como julgar seus atos. Sob intervenção federal, as autoridades possuíam seus cargos disponíveis e submetidos à autoridade de Vargas. Nesses casos, os direitos constitucionais dos cidadãos nem sempre estavam garantidos.

Analisando a Carta de 37, Seitenfus (1985, p. 148-149) salienta cinco características, que considera fundamentais: a primeira seria sua não aplicação, pois a nova Constituição deveria ser aprovada por referendo, mas esse jamais será organizado e Vargas satisfaz-se em governar por decreto. Isso fez do Estado Novo um regime forte e personalizado. A segunda característica era a concentração do poder nas mãos do Estado, personificado por um chefe carismático. Outro traço foi a submissão completa do Legislativo ao Executivo. A quarta característica foi a criação de um Conselho da Economia Nacional, encarregado, dentre outras tarefas, de

promover a organização corporativa da economia nacional. Por último, a idéia de proteção que o Estado deveria conceder à organização sindical.

Dali por diante, o regime varguista buscava por todos os meios a legitimação de seu governo, marcado por um discurso autoritário e nacionalista, utilizando-se de modo intensivo dos meios de comunicação da época, isso aliado a uma forte repressão aos oponentes.

A história do Brasil será recuperada como fruto do pacifismo, de renúncia, visto que o povo brasileiro, devido a seu espírito cristão, era mais ligado à unidade do que ao separatismo. A recuperação do passado recebia um espaço expressivo no discurso governamental, procurando mostrar o novo Estado como o realizador do passado, ou seja, estar-se-ia realizando no presente o que no passado não foi possível, devido aos obstáculos impostos 'de fora para dentro'. "O Estado Novo coloca-se como o divisor de águas entre o 'velho Brasil' e o 'Brasil Novo', possibilitando ao país retomar os seus 'verdadeiros caminhos, a partir do abandono das fórmulas liberais" (OLIVEIRA, 1982, p. 86).

### **1.5.3 A Legitimação do Estado Novo**

Um golpe de estado, mudança de regime, interrupção do processo eleitoral, fechamento do Congresso, promulgação de uma nova Constituição, dentre outras alterações legais, necessitavam de uma explicação para adquirir legitimidade junto ao povo e a elite. Sem uma base governativa sólida, o governo tornava-se instável e profícuo a não resistir a manifestações da oposição – a qual seria desbaratada imediatamente. A legitimação do regime será a tônica oficial adotada.

O golpe mostrou-se a si mesmo como pronto, acabado, no ato de sua instalação. O Estado Novo surgia como a única medida adequada para aquele contexto histórico, e Vargas o homem capaz de sustentá-lo. Ao mesmo tempo, apresentava-se como a consolidação da Revolução de 30, da qual tomaria de empréstimo sua origem mítica de fundação – o grande momento de ruptura, o marco fundante no delineamento da nacionalidade brasileira (LENHARO, 1986). Sua meta maior era a manutenção da ordem, "porque na desordem nada se constrói", nas palavras de Vargas, assegurando a confiança e a estabilidade. Uma manifestação posterior reforçava essa idéia: "guardar atitude passiva ante as ameaças dos

elementos desagregadores é o mesmo que aliar-se a eles. Constitui função precípua dos governos a garantia da ordem. Mas o melhor meio de garantir a ordem é prevenir a desordem evitando as suas funestas e danosas conseqüências" (VARGAS apud. SILVA, 1940).

Dentro dessa linha de pensamento, comparava-se o Brasil freqüentemente a um grande hospital, tendo Vargas como o responsável pela cura – para isso necessitava de poder e era o responsável pela prescrição do tratamento –, precisando resolver os problemas de perversão, infiltração comunista e agressão integralista, para assegurar a ordem.

Quanto a sua preocupação de “organização”, Pécaut (1990) salienta que a mesma seria a negação da democracia política, por recusar a tudo que seja divisão política, manifestada pelos partidos ou pelos clãs, e em certa medida a própria política, que transformando-se em um fim em si mesma, se desliga da realidade, consagrando-se às falsas aparências.

Disso não resulta que o Estado não tivesse limites na expressão da sua autoridade: a “organização” desempenhava o papel de limite. Ela é a presença da sociedade dentro do Estado e do Estado dentro da sociedade. Essa interpenetração não se realizava da mesma forma, segundo se tratasse das massas ou dos componentes articulados da sociedade. No primeiro caso, o Estado devia “civilizar” e “enquadrar”: o autoritarismo era uma resposta a uma demanda tácita do povo, desejoso de que lhe dessem uma imagem de sua unidade (PÉCAUT, 1990, p. 55-56).

O Estado Novo foi recebido não só como o protagonista da mudança, mas o responsável pela passagem de uma sociedade rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial. O golpe de 37 tinha por diferencial o reconhecimento e a decisão de enfrentar a questão social do país, preocupando-se em construir uma sociedade da ordem e do trabalho com vistas à concretização do “progresso”, resultando dessa meta a justiça social (OLIVEIRA, 1982; CAPELATO, 1996).<sup>32</sup> Essa sua obsessão seria um dos vínculos de proximidade com o povo.

Assim, transformar-se-ia na voz que falava por todos, que atendia os anseios do povo antes mesmo que os manifestassem – pretendia ser a voz e os ouvidos do povo. O criador, a partir do Estado, da Nação. “Antes idealizada por pensadores de

---

<sup>32</sup> Nesse ponto, conforme o estudo de Capelato (1996; 1998), o varguismo distancia-se substancialmente do peronismo, cuja base seria a justiça social – justicialismo.

cunho autoritário como um vir a ser, a Nação agora constitui a prova cabal de uma obra consumada” (LENHARO, 1986, p. 35).

Todavia, a mudança de regime não deixaria de causar inquietações e expectativas no exterior, num contexto em que vários regimes totalitários se consolidavam. O acontecido viraria manchete nos principais jornais estrangeiros, como nos Estados Unidos e na Europa, as quais por sua vez repercutiriam de diferentes formas internamente. O jornal “Correio da Manhã” coligira alguns comentários e os publicara em sete de dezembro de 37, sob a manchete “Como vai sendo comentada no estrangeiro a modificação política operada no Brasil”. A mesma reportagem fora enviada em correspondência aos interventores.<sup>33</sup> O jornal norte-americano *New York Times*, especulando sobre a mudança de regime brasileiro e o decreto que aboliu todos os partidos políticos, afirma:

A aplicação formal dessa medida aos Integralistas –os camisas verdes-Fascistas do Brasil- tem em vista abafar os boatos correntes de que o Sr. Vargas tencionaria modelar seu regime, nos sistemas de ditadura dos partidos de Hitler e Mussolini. Mas é, pelo menos, possível que ele ainda ache necessário servir-se novamente desse partido, como o fez durante os últimos meses.<sup>34</sup>

O golpe inicialmente recebera acolhida favorável e entusiástica na Itália, posição que se arrefeceu lentamente, como consta na correspondência:

O entusiasmo fascista pelo novo regime brasileiro arrefeceu consideravelmente. Os jornais aplaudiram, até pouco, a atitude do presidente Vargas, publicando colunas inteiras sobre a história do Brasil, seguidas de colunas de comentários elogiosos ao “NOVO ESTADO FASCISTA”. Mas, depois que o regime de firmou e o Sr. Vargas fez várias declarações assegurando que permaneceria fiel aos ideais americanos, o Brasil, e as cousas do Brasil desapareceram subitamente das partes noticiosas e editoriais da imprensa italiana. As afirmativas do Sr. Vargas, de que o governo brasileiro nada tinha de fascista, aqui não foram reproduzidas. Ordens foram dadas aos jornalistas para que o Brasil, daí por diante, fosse tratado com cortesia, como qualquer outra nação amiga, mas de modo algum elogiável, como país de ditadura firme.

Ao findar a reportagem, o periódico brasileiro pergunta-se:

Um telegrama é da terra Roosevelt que acaba de firmar um pacto com Stalin o ditador vermelho; o outro é de terra de Mussolini que acaba de firmar um pacto anti-liberal democrático com a Alemanha e o Japão.

---

<sup>33</sup> Correspondência Recebida Interventor Federal-1937, Maço 73, CG, AHRS.

<sup>34</sup> Correspondência Recebida Interventor Federal-1937, Maço 73, CG, AHRS. Sublinhado no original.



Que rumo toma o estado forte brasileiro?<sup>35</sup>

No decurso do Estado Novo, Vargas aspirava um autoritarismo desmobilizador e mostrava-se vacilante em suas iniciativas em formar organizações de massa (PÉCAUT, 1990). Aliás, sua relação com as massas não foi tão próxima como no Peronismo argentino, ou nos regimes fascistas europeus. Ao contrário de Vargas, Perón, num período posterior, chegara ao poder com o apoio das massas, daí que intensificava sua propaganda junto a elas, para fazer frente à oposição e se manter no poder. Já Vargas precisava legitimar seu governo junto a elas. Assim, na Argentina as massas tinham uma participação política, enquanto no Brasil eram excluídas (CAPELATO, 1996; 1998). Em parte, esse distanciamento justifica-se pela própria oscilação e divisão interna de seu governo. Nem todos compartilhavam dos traços autoritários que o governo ostentava, bem como olhavam com receio para as massas. Na realidade, na busca de um caminho autêntico para o regime, Vargas evitava imitar ou copiar elementos muito “suspeitos” que poderiam identificá-lo com o fascismo.<sup>36</sup>

Os caminhos perseguidos em sua legitimação seriam os mais variados, de acordo com as contingências que as ocasiões impunham.

---

<sup>35</sup> Correspondência Recebida Interventor Federal-1937, Maço 73, CG, AHRS. Sublinhado no original.

<sup>36</sup> “O Estado passava a ser reificado na imagem de um governo neutro, acima dos interesses pessoais, dos grupos e das classes. A estrutura administrativa, composta de órgãos e conselhos técnicos, servia de argumento justificador das medidas que eram apresentadas como determinadas por princípios de eficácia e racionalidade, ocultando-se os interesses políticos em que se fundamentavam. Nessa estrutura, do Estado neutro e técnico, a autoridade suprema deveria caber a um único chefe, de forma a garantir a unidade administrativa e evitar a diluição de responsabilidade, idéia que Francisco Campos explicitava como uma frase similar a um ‘slogan’ do nazismo alemão: Um chefe, um povo, uma nação” (GARCIA, 1982, p. 87).



## 2 O NACIONALISMO COMO BASE DISCURSIVA E LEGITIMADORA DO ESTADO NOVO

“Nós somos americanos. O Brasil é dos brasileiros.  
Por isso o nosso credo é o nacionalismo.  
A brasilidade a nossa convicção.”  
(*Achilles, 1943, p. 15*)

“Inimigos políticos não são jamais nem tão inimigos  
que não possam vir a ser meus amigos.”  
(*Vargas apud. Seitenfus, 1985, p. 35*)

“O autoritário de ontem terá sido o totalitário da véspera,  
o liberal de hoje foi o autoritário do mês passado,  
o esquerdista se transmuda em reacionário.  
Na oposição, fora do governo e do mando,  
há liberais de todas as tribunas...”  
(*Raimundo Faoro, In: Medeiros, 1978, p. IX-X*)

### 2.1 ADOÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONALISTA: NAÇÃO E NACIONALISMO BRASILEIRO.

Notavelmente, a nação e o nacionalismo são construções modernas. A nação foi a mais importante das tradições inventadas “duradouras”, re combinando elementos já existentes, difusa e adaptada nas mais diferentes sociedades. Cada nação procura manter sua especificidade e identidade. A nação, imaginada e abstrata, foi elevada a símbolo e a uma base de classificação num sistema internacional de Estados nacionais, definindo tanto a relação entre os membros e o Estado – distinguindo-os dos membros dos outros Estados –, como entre os Estados. Seu uso e sentido ambíguo evocam sentimentos e disposições formados

em relação a ela através de períodos da chamada construção nacional (VERDERY, 2000).

A nação, ao contrário das linhas de parentesco imaginadas, seria aberta, acolhendo e naturalizando o forasteiro ou imigrante – que juridicamente passaria a ser um nacional, embora em momentos de explosões nacionalistas torne a ser olhado como um estranho.<sup>37</sup> No transcorrer de sua construção, os elementos não conformes precisam ser tornados visíveis, para posteriormente serem assimilados ou eliminados – o que pode ocorrer de “um modo físico, através da violência recente associada à ‘limpeza étnica’” (VERDERY, 2000, p. 243). Mesmo assim, a nação constitui-se uma comunidade imaginada, permanente e indestrutível, da qual com certeza se é membro, sem fazer nada, não podendo ser expulso. Se nasce e se permanece nela. Surge como o último recurso para aqueles que não podem confiar em pertencer a mais nada (HOBSBAWM, 2000).

O Estado nacional constitui-se um processo histórico-político contínuo e não uma forma acabada de organização social. As construções do Estado e da Nação dizem respeito, então, a processos dinâmicos que interagem continuamente com as práticas concretas de classes e grupos com as quais desempenham um jogo de influências mútuas (REIS, 1988), razão pela qual a problemática da nação e da tradição permanece extremamente atual, mesmo em meio à globalização, dado o fato de as pessoas continuarem a nascer num determinado país e região, a falar a sua língua, a adquirir seus costumes, a se identificar com seus símbolos e valores, serem convocadas para defender e morrer em defesa de suas fronteiras (OLIVEN, 1992).

O nacionalismo, segundo Hobsbawm (2000), pressupõe a nação como dada – fazer a Itália para depois fazer os italianos –, exibindo um discurso “homogeneizador, diferenciador ou classificatório”. Dirige seu apelo a pessoas que supostamente têm algo em comum, em contraste com as que se acredita não terem ligação mútua, como formas de cultura e tradição, bem como uma história singular (VERDERY, 2000). O sentimento nacionalista também serve como catalisador na

---

<sup>37</sup> Balakrishnan (2000, p. 218), analisando a obra de Anderson, acrescenta: “apontando as afinidades entre a conversão religiosa e a naturalização política, Anderson sugere que ambas têm por premissa concepções de pertencimento que *anulam* as fatalidades brutas do nascimento, do parentesco e de raça. [...] Para Anderson, são as nações modernas que se rejubilam com uma espécie de mistura imaginada de raças”.

carência de uma longa tradição nacional e, em particular, em situações de crise, pois somente ele pode obter a unanimidade.

O processo de criação de um Estado Nacional Brasileiro, centralizador e monárquico, só se consolidara por volta de 1850, reconhecendo-se, a partir de então, como país, mas ainda não como uma nação. Confundiam-se várias imagens de nação entre 1822 e 1945, sobressaindo-se pelo menos três: a primeira podendo ser caracterizada pela ausência de povo, a segunda pela visão negativa do povo e a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma delas o povo fizera parte da construção da imagem nacional (CARVALHO, 1995).<sup>38</sup>

A experiência coletiva de maior impacto, vivenciada durante o Império, contribuindo decisivamente para a criação de uma identidade nacional, desde a Independência até 1930, fora a Guerra do Paraguai (1865-1870). Além de mobilizar todo o país, as vitórias causaram um entusiasmo nacional, o qual aflorava no cotidiano, na imprensa, na utilização da Bandeira, no vislumbramento do Imperador como líder da Nação. O governo também não deixara de explorar o tema da guerra para promover o patriotismo, dando margem para a construção dos primeiros heróis militares nas figuras de Caxias, Osório, Mena Barreto, Barroso. Até então, considerou-se o imperativo da construção do Estado muito mais relevante do que o da nacionalidade – na época, o desafio era constituir um centro de poder, em território tão vasto, carente de integração regional e com áreas escassamente povoadas.

A Abolição da Escravidão (1888) e a República (1889) introduziriam importantes mudanças na tentativa de construir e definir a nação. Na década de 30, a discussão acerca dos princípios nacionais foi retomada com toda intensidade. Acreditava-se que o Brasil era no máximo “uma nação em marcha”, um conjunto populacional com algumas afinidades, reunido sob um mesmo governo. Justificava-se essa posição a partir de algumas evidências: o Federativismo permitia que as províncias mantivessem sua autonomia econômica, política, social e cultural. Somasse a isso a diversidade cultural, pois entre o nordestino e o sulino, por exemplo, a distância cultural e de tradições evidenciava-se. Em meio a tudo isso, havia consideráveis contingentes de estrangeiros e seus descendentes residindo no país,

---

<sup>38</sup> No Brasil colônia, a idéia de nação brasileira praticamente inexistia. Quando se falava de pátria, a referência recaía sobre a província (Cf. CARVALHO, 1995).

preservando em suas comunidades os costumes, as tradições e a língua de origem – em especial os alemães e seus descendentes –, visto ser um país de imigração.

Getúlio Vargas, ao assumir o poder em 30, e mais incisivamente durante o Estado Novo, atribuiu-se tarefa maior de formação da Nação brasileira, despertando no povo a “consciência nacional”, o sentimento de pertencimento, que até então acreditava-se ausente ou adormecido, desencadeando uma ferrenha campanha de nacionalização.<sup>39</sup>

A nação surgia como a única forma capaz de integrar distintas tradições, religiões, etnias, classes e como a entidade máxima à qual se deveria lealdade. Daí a própria construção da “nação em marcha”, atinando para uma imagem da nação em movimento, descobrindo-se a si mesma. Por outro lado, era a forma de legitimar o Estado.

Para essa caminhada, concorreriam diferentes modelos e tendências, algumas até contraditórias, as quais seriam trabalhadas ao longo do Estado Novo. Seriam ressuscitados antigos projetos nacionais, como o de Alberto Torres, Euclides da Cunha e Sílvio Romero. Outros surgiriam, como o de Oliveira Vianna, Cassiano Ricardo e Gilberto Freyre. Essa variedade de propostas resultava do próprio hibridismo do governo, que cooptara a intelectualidade.<sup>40</sup>

### 2.1.1 Nação na República Velha

O Movimento Republicano alastrou-se no Brasil, na segunda metade do século XIX, junto com a Campanha Abolicionista, envolvendo parte da intelectualidade, tanto na discussão como na ação. Dentre seus objetivos, os

---

<sup>39</sup> Oberacker Jr. (1985, p. 31-32), um dos intelectuais germanistas do Rio Grande do Sul, na introdução de sua obra explicava que entendia o Brasil como uma nação em formação, cujo elo de união era representado pela língua. Já a nação compreendia como “a consciente comunhão espiritual e de vontade da população de determinado território. [...] Um dos requisitos essenciais da nação é a direção política comum, um Estado que é a sua afirmação, em cuja defesa está empenhada. [...] A nação difere das modalidades de origem, raça, tribo e etnia, porque surge independente de quaisquer leis da natureza. No Brasil, a nação se formou com caldeamento de raças. A formação da nação não é fenômeno “natural” e sim autêntico processo “histórico”, ele não é regido por qualquer lei natural e sim uma decorrência da estruturação do agir humano, manifestado na política e na história”.

<sup>40</sup> O varguismo caracteriza-se pela constante cooptação das oposições. Por cooptação entende-se “o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa [...]. O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política realizada sem violência” (FÉLIX, 1987, p. 16).

republicanos pretendiam substituir o governo e construir a nação. No entanto, a implementação da República, em 15 de novembro de 1889, e sua estruturação, fora algo decepcionante para os intelectuais: a República real não correspondia à tão sonhada e pela qual haviam lutado, sendo marginalizados das funções políticas e dos centros de poder, os quais foram tomados pela oligarquia cafeeira.<sup>41</sup>

Afastados do poder, restava aos intelectuais pensar a nação e o ser brasileiro, bem como compor uma nova história nacional, correspondente aos ditames republicanos, em substituição à história imperial.<sup>42</sup> A construção de uma nova memória nacional<sup>43</sup> implicava a seleção de novos eventos, heróis e “grandes personalidades” do passado. Mesmo sendo a memória “plástica e seletiva, ela não é arbitrária, não estando aberta a todas e quaisquer alternativas” (GOMES, 1997, p. 122). O problema a resolver referia-se ao passado imperial: advogava-se a eliminação da história de D. Pedro I e II e da Princesa Isabel, inserindo Tiradentes e o Sete de Setembro – guardado como uma data de honra, comemorada desde 1895, com paradas militares.

Na República Velha, o clima e os reflexos do pós-I Guerra Mundial reacenderiam a discussão nacionalista, tanto na política como na Literatura (ambas caminhavam juntas). Repensar-se-ia, então, a visão pessimista do ser nacional, o atraso econômico do Brasil e os problemas racial e climático, numa tentativa de reverter a situação. Os fatores negativos seriam o produto da concepção da elite

---

<sup>41</sup> Carvalho (1989) lembra que existiam pelo menos três modelos de República à disposição dos brasileiros: o norte-americano, e duas tendências francesas: a positivista e a jacobina. Na primeira década republicana, dois projetos principais de República estavam em choque: “a das oligarquias cafeeiras – federalista, liberal, voltada para o exterior, socialmente excludente e elitista – e o ‘jacobino’ – militarista, radical, nacionalista, mobilizador e antioligárquico” (COSTA apud. OLIVEIRA, 1990, p. 92). Outro modelo, exercendo forte influência sobre os militares e adotado como cartilha no Rio Grande do Sul foi o Positivismo.

<sup>42</sup> Oliveira (1990, p. 143) ressalta que esta nova história da nação teve que dialogar com a outra, “não mais defensora do regime monárquico, mas organizada sobre valores naturais e de longa duração como a terra e o caráter do ser humano que a habita. Esta corrente, chamada de ‘ufanismo’, está ligada menos a eventos e figuras do mundo da política do que a elementos componentes do mundo da cultura. Sua interpretação da história da nação está recheada de elementos que reforçam o otimismo, o que a faz ter maior aceitação.”

<sup>43</sup> Referente a isso, Pollak (1989, p. 9) afirma que “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis.”

brasileira, a qual pensara a si mesma e o país dentro dos parâmetros da mentalidade européia – se essa se mostrava em decadência, não havia mais porque continuar tomando-a como modelo (VELLOSO, 1993). Essas questões circulavam tanto nos meios políticos – para o saneamento do problema da escravidão e imigração estrangeira, apelando para uma maior centralização política – como intelectuais, estampadas nas páginas de jornais, revistas, livros teóricos e literários.

Sobressaíam duas interpretações ou modelos de identidade nacional: uma conservadora e a outra marcada por uma certa lusofobia. A primeira, avaliava positivamente o passado colonial e imperial. Considerava que o caráter nacional herdado do português, visível na excelência das tradições locais, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica, seria a maneira mais pacífica para resolver a situação brasileira, garantindo a estabilidade. Para eles, a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular. A outra interpretação via a República como a ruptura necessária com o passado português, representado pelo regime monárquico, e a nacionalidade como efeito da construção de uma nova sociedade rompida com o passado luso e integrada ao mundo americano (OLIVEIRA, 1990).<sup>44</sup>

Escrevendo sobre a questão nacional em finais do século XIX e início do XX, Alberto Torres<sup>45</sup> afirmava que o grande inimigo externo seria o Imperialismo e não este ou aquele país. Opunha-se a regeneração patriótica, julgando que o problema do Brasil não era a ausência de patriotismo, mas a necessidade de independência, demonstrando capacidade própria de dirigir o país. A nacionalidade, para ele, relacionava-se à terra. Entendia que

'a terra é a base da vida social, fonte de sua prosperidade e desenvolvimento. O sentimento nacional transplanta-se, do seu objetivo

---

<sup>44</sup> Oliveira (1987; 1990) destaca que entre a intelectualidade predominavam, entre 1870 e 1914, três tipos de mentalidade: a mentalidade católico-conservadora, a liberal e a cientificista (positivista), possuindo cada qual seus representantes e seu ideário. Diferentes intelectuais dedicaram-se ao tema, dentre eles, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho e Bomilcar.

<sup>45</sup> Marson (1976, p. 10-11) esclarece que “A ideologia nacionalista contida nos escritos de Alberto Torres inscreve-se no campo ideológico da sociedade brasileira, determinada por um conjunto de transformações que podem ser periodizadas entre os anos de 1890 a 1914. Segundo a terminologia consagrada, trata-se de uma variável *defensiva* do nacionalismo, própria das condições particulares das sociedades dependentes. Distingue-se pelo modo de inserção no quadro mencionado de transformações articuladas do desenvolvimento capitalista (no plano interno e externo). [...] Pode, ainda, classificar-se de *nacionalismo de oposição* por desenvolver uma crítica social (ao aparato institucional, às ideologias, às práticas políticas do regime político em vigor no Brasil), e por não se identificar com os objetivos do setor de classe economicamente dominante e hegemônica (os representantes da agro-exportação do café e suas composições).” [grifo do autor].

vivo, para o patrimônio material da nação, berço da sua existência'. Ou ainda: 'A terra pode nos suprir tudo de que carecemos para viver'. É a terra que consolida o espírito da nação. A pátria é a terra; a terra, por sua vez, é o território da nação no sentido de solo, de meios de produção e de fonte de prosperidade (TORRES apud. OLIVEIRA, 1990, p. 123).

Geralmente, a retomada da discussão nacional vinculava-se a momentos de crise. Um deles fora a I Guerra Mundial, quando sentiu-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro, reinterpretando sua história. O vocabulário da guerra, marcado ainda por um tom social darwinista, injetava ânimo ao povo, juntando-o numa grande mobilização em prol do saneamento do Rio de Janeiro, combate às doenças, nacionalismo econômico, além de aumento do sentimento de envolvimento na política internacional, alimentado pela aliança com os Estados Unidos no conflito, sendo o único país latino-americano a declarar guerra à Alemanha e seus aliados.

Isso num momento em que ocorriam significativas transformações na compreensão do nacionalismo.

Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e na qualidade das raças que formam o homem brasileiro – dois traços que caracterizavam o nacionalismo de tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país (OLIVEIRA, 1990, p. 145).

Esse nacionalismo envolveu a busca de uma nova nacionalidade, não mais baseada no pensamento racista. A partir de então, dois novos elementos fariam parte da receita para a cura de todos os males brasileiros: saúde e educação. Essa guinada afastava do país a tese de inferioridade racial do brasileiro. Igualmente, o homem escritor juntara-se ao da ação, estudando questões nacionais. Esses "homens isolados e humilhados" tornaram-se porta-vozes da nação.

A Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922,<sup>46</sup> redimensionaria as discussões sobre a nacionalidade brasileira, propondo uma nova reflexão sobre o nacional e uma literatura própria, rompendo com os estrangeirismos e combatendo a

---

<sup>46</sup> O movimento modernista, além da literatura, envolvia artes plásticas, arquitetura, escultura e pintura; o teatro e o cinema. Não foi um movimento uniforme, surgindo diferentes correntes, cada qual publicando seu manifesto, no decorrer dos anos 20/30. Dentre elas, destacam-se verde-amarelismo, antropofagia e regionalismo. Na historiografia brasileira a geração de 1870, rotulada de pré-modernista, como os integrantes de 1922, está associada às idéias de "transformação, ruptura e modernidade: Abolição, República, e Escola do Recife de um lado; Tenentismo, Comunismo, Revolução Estética de outro" (DE LUCA, 1999, p. 19).



imitação, que na sua visão impedia o surgimento de uma Literatura e de um pensamento genuinamente brasileiro, retornando a um primitivismo radical e modernizador. Nas suas diferentes correntes e estilos, buscava a singularidade brasileira – ser moderno era ser brasileiro<sup>47</sup>. O Modernismo caracterizava-se como um projeto revolucionário em seus objetivos, no entanto, abrigava tendências diferenciadas e ambíguas, predominando a tentativa autoritária de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir.<sup>48</sup> A questão da brasilidade constitui um tema obrigatório no debate modernista, mobilizando indistintamente todos os intelectuais.

Aos olhos dos modernistas, São Paulo representava o ideal da nacionalidade, o centro cultural, industrial, da vida familiar, o exemplo da modernidade e a imagem do país futuro (idéia ferrenhamente defendida da década de 20 até o Estado Novo pelo grupo verde-amarelo). Já o Rio de Janeiro, embora mantendo sua importância e posição política, perdia seu espaço de centro pensante, visto, freqüentemente, como em decadência.<sup>49</sup> Entretanto, isso não significava que o Rio ficara de fora do Modernismo. Na capital transitavam vários intelectuais e artistas de renome, como Manuel Bandeira, agremiados em centros literários e Academias. Gomes (1993, p. 77) o define como “mais moderno que modernista, sem deixar, contudo, de abrigar

---

<sup>47</sup> Em um texto datado de 1924, Mário de Andrade cuida em esclarecer o seu conceito de *brasilidade*, oposto às deformações ideológicas anteriores: “...Veja bem: abasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo = o Brasil pros brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil, pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a Civilização da Terra, tem de concorrer pra esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a Civilização. [...] Nós teremos o nosso lugar na civilização artística humana no dia em que concorreremos com o contingente brasileiro, derivado das nossas necessidades, da nossa formação por meio da nossa mistura racial transformada e recriada pela terra e clima, pro concerto dos homens terrestres” (ANDRADE apud. CASTELLO, 1983, p. 172).

<sup>48</sup> Velloso (1993) acresce que, embora o modernismo não se assuma como anti-regionalista, “ele introduz uma nova concepção do regional, acrescentando elementos que viriam mediar a relação regionalismo-nacionalismo. As diferenças existentes entre as várias regiões brasileiras passam a ser vistas como partes de uma totalidade corporificada pela nação. A perspectiva de análise é extrair do singular os elementos capazes de informar o conjunto. Portanto, a visão do conjunto cultural é que deve direcionar a pesquisa do regional.”

<sup>49</sup> Outros aspectos também seriam levantados para desqualificar o Rio de Janeiro em relação a São Paulo, como a “promiscuidade de suas praias, o aspecto anárquico de sua economia, a futilidade dos hábitos cariocas e a violência e amoralidade do carnaval são objeto de inúmeras crônicas e charges publicadas no *Correio Paulistano*. Até a questão da diferença climática entre os dois estados aparece como fator favorável ao progresso paulista. O clima frio propiciaria o conforto, a intimidade e a concentração de energias no trabalho, enquanto o calor favoreceria a displicência a promiscuidade das ruas e praças” (VELLOSO, 1993).



debates e toda uma diversificada produção artística que alterou e revigorou sua própria tradição intelectual.”

Os intelectuais da Semana de Arte Moderna alinharam-se posteriormente a uma tendência do nacionalismo (conservador ou progressista, patriótico ou esclarecido). Alguns sonhavam com a contra-revolução católica (Jackson Figueiredo, Alceu Amoroso), defendendo a tutela da Igreja sobre o ensino público, outros, ingressariam no integralismo.

A discussão extravasava os âmbitos políticos, assumindo aspecto relevante em revistas especializadas, sugerindo um modelo de nação a ser seguido, como o paulista, através da mensária Revista do Brasil.<sup>50</sup> De Luca (1999, p. 47) salienta que as múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da relativização e reinterpretação de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical, que parecia fadado à incompletude. Pretendiam formar a consciência nacional, a qual consideravam ausente.

Dar um sentido de conjunto ao país, incutir no seu povo a consciência do próprio valor, estabelecer uma ‘corrente de idéias e pensamentos’, tais os remédios que se pretendia ministrar ao paciente a fim de combater o seu ‘estado mórbido’ e equipará-lo ‘às raças adultas, emancipadas e sadias’.

A publicação, concentrada nas mãos de uma elite intelectual, fora concebida enquanto um meio de ação capaz de “colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir”.

Todavia, a possibilidade de futuro apresentada estava atrelada à imposição do exemplo paulista ao resto do país. Para De Luca (1999, p. 78), “cada vez mais a nação foi sendo identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutava de uma prosperidade econômica sem similar no país.” Contribuía o fato de possuir um mito de origem: o bandeirante-desbravador, destemido, altivo, determinado, independente, leal, líder inato – que se

---

<sup>50</sup> A Revista do Brasil era editada mensalmente em São Paulo. Idealizada por Júlio de Mesquita. Na sua primeira fase circulou ininterruptamente de janeiro de 1916 a março de 1925, como principal publicação de caráter cultural da República Velha. Em 1918 foi vendida para Monteiro Lobato, falindo em 1925, sendo adquirida então por Assis Chateaubriand, transferindo-a ao Rio de Janeiro, onde fora editada por 4 meses entre 1926/27. Relançada em 1938, circulou até 1943, num total de 56 números, exibindo várias seções e características da primeira fase (Cf. DE LUCA, 1999).

tornaria sinônimo de paulista, e a construção da nacionalidade encarada, desde os seus primórdios, como obra paulista.

Esse ideário seria retomado em outras oportunidades, como por Cassiano Ricardo, interligando o mítico bandeirante ao homem almejado pelo Estado Novo, mas não obtendo mais o mesmo sucesso.

### **2.1.2 O Estado Novo como Mentor da Nação**

A construção da nação no Brasil, em todos os momentos, deu-se de cima, a partir do Estado, atribuindo-se a capacidade de resgatar a brasilidade e confirmá-la. Embora nessas circunstâncias, “a nação só pode construir e realizar-se se conhece a anti-Nação, todos aqueles elementos que, em parte, se acham no seu interior e, por outro lado, se encontram agindo no plano externo” (MARSON, 1976, p. 82).

O discurso do poder, em geral, reduzia a brasilidade a parâmetros geográficos e econômicos, partindo mais tarde para a integração étnico-cultural. O solo ganhava cores e despertava sentimentos de amor e de respeito. Partia-se do pressuposto de que a nação não se completara, havendo, pois, necessidade de integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política (CAPELATO, 1996). Essa nova concepção demandaria um movimento de autoconhecimento e definição do Brasil, tanto geográfico quanto humano.

Segundo Carvalho (1989, p. 278-279),

Vargas foi o primeiro a colocar politicamente o problema da incorporação do povo ao sistema político. Antes dele, de Euclides a Freyre, a construção intelectual do Brasil se dava apenas em termos de sociedade e de cultura. O caboclo de Euclides, o migrante de Graça Aranha, o Jeca Tatu de Lobato, o negro de Gilberto Freyre, foram abasileirados mas não foram feitos cidadãos.

Entretanto, transformar esses contingentes em cidadãos implicava inculcar neles o sentimento de brasilidade, o que desencadearia a Campanha de Nacionalização, no final da década de 30.

O regime autoritário desenvolveria uma ideologia segundo a qual Estado e Nação constituíam uma unidade indissolúvel que dispensava os mecanismos da representação. A base política dessa unidade seria a figura do chefe do governo e sua política nacionalista, antiestadual. Mas permaneceu o fato de que “o povo não falava por si mesmo, não tinha voz própria, era ventríloquo, sua identidade e a

identidade da nação eram outorgadas pelo regime.” Em outros termos, “calava-se a nação para se falar em seu nome” (CARVALHO, 1995, p. 33-34).

O Estado Novo não produziu uma doutrina oficial, apelando ao Nacionalismo,<sup>51</sup> trabalhando na difusão do sentimento cívico, do amor a uma Pátria una, forte, pelo culto das suas tradições, de seus heróis, de sua língua, de sua religião, de seus valores e costumes. Novos valores seriam criados, enquanto recuperavam-se outros, manipulados de modo conservador.

Por seu turno, o Estado Novo adotaria uma nova postura frente ao brasileiro e seu meio, com a recuperação do homem do interior, o sertanejo, o sertão,<sup>52</sup> em contraposição ao urbano,<sup>53</sup> ao litoral, considerado degradado, viciado, intoxicado. O auge dessa retomada, concretizada na “Marcha<sup>54</sup> para o Oeste”, integrando a “civilização” e a “barbárie”.

A construção da “Marcha” atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de tal integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de

---

<sup>51</sup> Argumentando que “as instituições haviam sido estruturadas em função da realidade nacional, reivindicava-se a identidade entre Nação, Estado e Chefe, que Francisco Campos condensava na fórmula ‘Estado Nacional’. A expressão ‘nacional’, reforçando a idéia, passava a ser amplamente repetida para qualificar as diversas medidas e identificar órgãos, empresas, projetos” (GARCIA, 1982, p. 87-88).

<sup>52</sup> Oliveira (2000, p. 71) distingue duas conotações para o termo sertão: uma identificada com a tradição romântica e a outra com a realista, no trato do espaço geográfico e do homem que o habita. “Na perspectiva romântica, o sertanejo aparece como símbolo da nacionalidade pelo seu admirável modo de vida, caracterizado pela destreza e simplicidade. Natureza e organização social se fundem na base deste julgamento positivo, opondo-se à vida degradada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades. Na perspectiva realista, a vida interior perde esta visão idealizada. O sertão passa a ser visto como um problema para a nação e se opõe à urbanidade do litoral. Sob a visão cientificista do final do século XIX, as explicações raciais sustentam uma suspeita sobre os tipos miscigenados portadores da degeneração. Aqui, o ‘sertão atinge o seu ápice como antítese da nação desejada”.

<sup>53</sup> Na Argentina, “idealizou-se o campo/natureza como lugar de ‘pureza e harmonia’ em contraposição ao ‘inferno urbano’. A idealização do campo aproxima o ideário brasileiro do argentino, mas o significado da imagem rural não é o mesmo nos dois países: na Argentina, o campo se opunha a Buenos Aires, lugar da grande presença de imigrantes e da realização do progresso; no Brasil, o campo se opunha ao litoral, visto como lugar da exploração capitalista estrangeira e seus aliados nacionais, as oligarquias agrárias, que, desde o início da colonização, exploraram as riquezas da terra brasileira, impedindo sua prosperidade. No litoral desenvolvera-se o materialismo corrupto, degenerador dos costumes e provocador das desordens, afirmavam os nacionalistas” (CAPELATO, 1998, p. 217).

<sup>54</sup> O uso do termo marcha denota a face sofisticada da elaboração do lema. “Sutilmente, a propaganda do regime foi despejando dispositivos de participação militarmente concebidos. A marcha compreende um movimento orientado, cadenciado, disciplinado. Ela exige fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade. Mas acima de tudo, disciplina” (LENHARO, 1986, p. 74).

modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional (LENHARO, 1986, p. 15).

A junção das duas deveria redundar na Nação integrada e purificada. O povoamento, colonização e exploração do sertão, comporiam as bases do progresso e hegemonia futura, servindo as imagens do interior/sertão, como um dos pilares da construção da nova identidade nacional coletiva (CAPELATO, 1996).

O ideário estadonovista também adotaria o corpo como metáfora da nação, associando a imagem cristã do Corpo Místico de Cristo (sentido religioso) com o corporativismo (sentido político). Assim, associara-se nação

a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 16-17).

Será recorrente, então, falar-se no corpo da nação, em combate à doença, infecção, etc, ou seja, o emprego de um vocabulário cristão e médico para a resolução dos problemas e para a manipulação do imaginário comum.

Essa postura inovadora exigia um movimento em prol do conhecimento do território nacional, auxiliado pela Geografia, para delinear os limites, bem como fomentar uma visão unitária e homogênea do nacional, colaborando poderosamente para precisar o *nosso* e o *deles*.<sup>55</sup> Todavia, ela também poderia ensejar a apreensão do espaço como diferença, contradição, dependendo do ângulo divisado, quando analisado por região. Surgiam, então, vários “brasis”: o do norte e o do sul, o do litoral e o do sertão, que traziam à tona ambigüidades subestimadas ou ignoradas no âmbito do projeto unificador (DE LUCA, 1999). Isso em certa medida desmobilizava o discurso ufanista do início do século, que exaltava a grandiosidade do território nacional, ainda desconhecido, onde a

valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos da natureza não aparece sozinho. Seu reverso também faz parte do imaginário sobre o país

---

<sup>55</sup> Velloso (1993) considera que o mapa do Brasil, uma representação geográfica do território, se transforma a partir de então em objeto de culto cívico e poético, porque através dele se consegue criar o sentimento nacional.

desde seus primórdios, e assinala os perigos, as ameaças relacionadas à natureza dos trópicos (OLIVEIRA, 2000, p. 70).

A construção do Brasil-Nação implicava, ao lado de uma política nacionalista de valorização do nacional, um movimento em direção à definição do tipo brasileiro, busca essa que envolveria todos, incluindo uns e excluindo outros, de acordo com o contexto histórico e os interesses em jogo. Esse movimento atuará em diferentes direções, nas discussões raciais, no controle e propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda, nas comemorações e na Campanha de Nacionalização propriamente dita, atingindo os núcleos coloniais.

## **2.2 QUEM É O BRASILEIRO? AS DISCUSSÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO.**

A grande questão que permeava a discussão nacionalista do Estado Novo dizia respeito à idéia de nação incompleta. A completude dependia de vários fatores, como o caldeamento étnico, integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento da autoridade estatal em todos os cantos do país, comunhão cultural e religiosa do povo. Os intelectuais, envolvidos com o novo regime, propunham-se a “completar a nacionalidade” e “forjar a identidade nacional coletiva”.

*Definir quem era o brasileiro, o que marcava esse povo, sua origem, qual o lugar e importância dos imigrantes na formação desse “cadinho”, seria uma das missões do Estado Novo.<sup>56</sup> Essa tarefa seria desempenhada tanto pela recordação historiográfica quanto pela cultural.*

O cerne da problemática girava em torno do conceito de raça, que além de uma definição biológica, recebera uma interpretação sobretudo social. Naquele contexto histórico, seu sentido seria constantemente renegociado e experimentado.<sup>57</sup> A referência à raça era muito evasiva, imprecisa, além de tratar-se

---

<sup>56</sup> A definição de uma identidade nacional assolava toda a América Latina, a qual buscava um caminho e uma explicação para a sua situação econômica, política, social e racial. Circulavam, no final do século XIX e início do XX, quatro visões diferentes de idéias e identidade na América: o argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), propondo a dicotomia “civilização e barbárie” (1850); o cubano José Julián Martí y Perez (1851-1895) e sua perspectiva sintetizada na idéia de “nossa América” (1891); o uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) e sua crítica que denominou de “nordomania” exposta em seu ensaio “Ariel” (1900); e o brasileiro Manoel Bonfim (1868-1932), com a concepção patológica dos “males de origem” da América (1905) (Cf. CARVALHO, E., 2000).

<sup>57</sup> O termo *raça* “é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges

de um conceito fluido, manipulado em diferentes sentidos. Como salienta Schwarcz (2000, p. 64-65), a percepção da “diferença” era antiga, contudo, sua “naturalização” fora recente. Em outros termos, apenas no século XIX, com as teorias das raças, é que a apreensão da diferença transformou-se em um projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças’ significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. [...] Da biologia surgiam os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificava as diversidades”. Seyferth (1996, p. 52) acrescenta que

os dois termos – raça e tipo – são utilizados para classificar e hierarquizar a população brasileira através de critérios de superioridade e inferioridade quase sempre associados a supostos traços de caráter geneticamente (racialmente) determinados. A cor da pele é o elemento preponderante que define as categorias raciais empregadas, mas a hierarquização é subjetivamente ancorada, num sentido civilizatório, na ordem moral. [...] há uma divisão bipartida onde, de um lado, estão os brancos (assimiláveis ou não) e do outro todos os diversos graus de “inferiores” – pois mesmo a concepção de “mestiço superior” implica distanciamento seletivo por contraste com o civilizado pleno – branco.

As discussões raciais, embora chegando tardiamente ao Brasil, foram bem aceitas.<sup>58</sup> Até a década de 30, essas teorias foram vistas como ciência – inicialmente como “moda” e só muito tempo depois como prática de produção –, daí que diferentes profissionais, como etnólogos, antropólogos, médicos e advogados dedicaram-se a elas. A partir da ciência, reconheciam e determinavam-se inferioridades. Resultaria daí a implementação de programas científicos, como a campanha sanitária e as melhorias urbanas no Rio de Janeiro.

Em finais do século XIX, o Brasil era encarado como um festival de raças. Falava-se de um “espetáculo brasileiro de miscigenação”. Naturalistas estrangeiros em viagem pelo país descreviam essa miscigenação como degradante.<sup>59</sup> Aliás, era

---

Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (STOCKING apud. SCHWARCZ, 2000, p. 47)

<sup>58</sup> Skidmore (1976) informa que três escolas influenciaram o pensamento racista brasileiro: a primeira foi a escola etnológico-biológica, que sustentava a criação das raças humanas através das mutações diferentes das espécies (poligenia); a segunda, a escola histórica, representada pelo próprio Gobineau, que partia da suposição de que raças humanas – as mais diversas – podiam ser diferenciadas umas das outras – com a branca permanentemente e inerentemente superior a todas, sendo enriquecida com o acréscimo do culto ao arianismo (Chamberlain); a terceira escola de pensamento racista era o darwinismo-social.

<sup>59</sup> Autores europeus escrevem sobre o Brasil, condenando a miscigenação, como: Buckle (sem nunca o ter visitado), Gobineau (visitou o país em 1869), odiava o Brasil, seu clima, sua gente, sua insalubridade, calculando que em menos de 200 anos os lusos e os imigrantes que os seguiram iriam desaparecer devido sua “degenerescência” genética. Outro estrangeiro, o francês Louis Couty (1877-

essa a imagem difundida no exterior, constituindo uma pista para explicar o atraso ou a possível inviabilidade da nação.

Embora miscigenado, acreditava-se estar numa fase de transição, passando por um processo acelerado de cruzamento, tendo em vista a depuração mediante uma seleção natural. Alguns chegavam até a fazer previsões e cálculos, antevendo o branqueamento da população em um século – aliás, o branqueamento fora o orientador de todo o debate e ação.

No resgate das raízes raciais do brasileiro, eventualmente aparecia a visão romântica do índio, especialmente o Tupi,<sup>60</sup> apontado como a matriz da nacionalidade, posto que foram as alianças e a mestiçagem luso-tupi que consolidaram a presença portuguesa na América e estabeleceram os primeiros troncos de famílias brasileiras. A língua geral ou *nheengatu* fora conservada no interior e pelos intelectuais oitocentistas (MONTEIRO, 1996). Por outro lado, o negro era encarado como o atraso da nação.

Na segunda metade do século XIX, uns dos centros de discussão da problemática racial foram os museus etnográficos e os arquivos Histórico e Geográfico Brasileiro, que agregavam a maior parte da intelectualidade. Nos mesmos, como demonstra Schwarcz (2000), o tema racial pareceu auxiliar na construção de uma história branca e européia para o Brasil, mesclando para isso diferentes elementos das teorias raciais. A sua maneira, esses núcleos almejavam discutir o homem brasileiro, delimitando o atraso ou reafirmando a inferioridade da miscigenação e das raças formadoras. Os museus e arquivos lideraram essa discussão até a década de 20, quando entraram em declínio por falta de incentivos e afastamento de muitos cientistas e dirigentes.

---

1925), que atribuiu aos africanos a situação em que viva o país. Já Louis Agassiz (1865), após uma expedição científica, publicou três anos mais tarde com a mulher, um relato de viagem, onde diz: “qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por malentendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (SKIDMORE, 1976, p. 46-48).

<sup>60</sup> Na construção cultural imperial, havia o Tupi – aliado dos portugueses, bom – e o não-Tupi ou Tapuia – o inimigo, que impedia a expansão, inassimilável, recalcitrante. Imediatamente à independência, o indianismo tornou-se moda social e intelectual entre a elite. O tupi era proposto com seriedade como língua oficial em lugar do português. “Com a maturidade do romantismo literário, o índio tornou-se o símbolo das aspirações nacionais brasileiras” (SKIDMORE, 1976, p. 23).



Outro espaço por onde essas questões circulavam foram as faculdades de direito e de medicina.<sup>61</sup> Cada qual dentro de sua tradição, defendia um modelo de nacionalidade e nação, mais ou menos conservadora, contemplando os seus interesses. Um de seus expoentes foi o médico baiano Nina Rodrigues defensor da medicina legal e da tese de que a miscigenação degenerava as raças, aumentando a criminalidade. Baseado nesses estudos, procurava atestar a infantilidade dos povos inferiores e sua propensão ao crime, afirmando que a responsabilidade legal das “raças inferiores” não podia ser tratada como igual ou equivalente a das “raças brancas civilizadas”.

Publicações importantes, dentre jornais e revistas, também foram transformadas em tribuna de debates da intelectualidade, com a profissionalização dos jornalistas. A Revista do Brasil, por exemplo, em suas análises avaliava que

os componentes que integravam o estoque étnico da nação normalmente continham uma boa dose de confiança, caucionada menos nos méritos ou atributos individuais de cada um dos elementos do que na certeza de que a superioridade inata do branco acabaria, mais cedo ou mais tarde, por também triunfar nos trópicos (DE LUCA, 1999, p. 175).

Advogava como modelo de brasileiro o paulista, cujo mito de origem residia no bandeirante, “a quem o Brasil já devia o território, os feitos gloriosos de sua história e o vigor econômico presente”; bem como resolvera de modo exemplar a assimilação dos imigrantes, contando com um alto índice de branqueamento. Nas páginas da mesma,

higiene e eugenia freqüentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação das pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie (DE LUCA, 1999, p. 223).

---

<sup>61</sup> Enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam programas “eugênicos de depuração”. Na Bahia é a raça, “ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à ‘perfectibilidade’ biológica”. Instaura-se, então, uma certa disputa pela hegemonia e predomínio científico entre o direito e a medicina: “de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto na mão dos outros” (SCHWARCZ, 2000, p. 190-191, 241).



Nas décadas de 10 e 20, defendia-se higienizar o país e educar seu povo, como meio viável de corrigir a natureza e aperfeiçoar o homem, resgatando o país da sua posição de inferioridade. Essa proposta fora sustentada pelo movimento sanitário, o qual via os problemas nacionais atrelados ao baixo padrão de vida da população, especialmente do interior, o que provocava a decadência desses trabalhadores – o Jeca Tatu não era assim, mas ficara assim, fora condenado pela raça, mas absolvido pela medicina. A saída seria levar a medicina até eles e curá-los (Cf. DE LUCA, 1999; SCHWARCZ, 2000; LIMA e HOCHMAN, 1996).

O governo fora apontado como o responsável pela situação de apatia e atraso do Jeca Tatu. A atenção voltava-se para os custos sociais da doença, a qual também representava um obstáculo para a política de imigração.<sup>62</sup> “Reabilitar e valorizar o brasileiro, ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo em um agente capaz de concretizar as inumeráveis potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador” (DE LUCA, 1999, p. 216).

A explicação racial do caso brasileiro passava por caminhos diversos. A incompatibilidade teórica européia com a realidade nacional era evidente. A adequação teórica se fazia necessária, pois do contrário, inviabilizaria a própria discussão, ou indicaria mesmo que o Brasil, fortemente miscigenado, não tinha perspectivas de saída.<sup>63</sup> Ocorreu então um trabalho de interpretação, reelaboração e mesmo recusa dos princípios que eram francamente desfavoráveis – traduziam-se apenas alguns textos de determinados autores, sem analisar a obra como um todo.

---

<sup>62</sup> “O Brasil é um imenso hospital”. Frase pronunciada pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, em outubro de 1916. A descoberta de um Brasil doente pelos médicos e higienistas contrapunha-se às demais visões, tanto as negativistas como ufanistas. “O que distinguia os sertões brasileiros e seus habitantes era o fato de terem sido abandonados pela ‘República dos Bacharéis’ e se encontrarem doentes. Esse pedaço de Brasil abandonado não era nem tão longínquo nem tão pequeno assim. Afinal, como lembrava o médico e escritor Afrânio Coutinho, os sertões do Brasil começavam quando terminava a Avenida Central, portanto na periferia da cidade do Rio de Janeiro, capital da República” (LIMA e HOCHMAN, 1996, p. 37).

<sup>63</sup> Das teorias excludentes e problemáticas para o caso nacional, adaptavam-se alguns aspectos. Por exemplo, o evolucionismo declarava o Brasil de imediato como inferior, exigindo-se então uma explicação para essa inferioridade e a compreensão da defasagem. O pensamento brasileiro iria encontrar a chave dessa explicação no meio e na raça, ou seja, em termos deterministas. Em relação ao darwinismo social, adotava-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem problematizar, no entanto, as implicações negativas da miscigenação (Cf. ORTIZ, 1985; SCHWARCZ, 2000).

Adaptaram-se as teorias para a realidade vigente, sustentando que, embora mestiço, o Brasil tinha futuro e era possível.<sup>64</sup>

Dentre os pensadores locais que então emergiram, os posicionamentos variavam. Sílvio Romero afastava-se dos modelos teóricos puros, encontrando no mestiço a vitória do branco no país, na inexistência de um grupo étnico definitivo. Ao invés de condenar a hibridação racial, descobria nela a futura “viabilidade nacional”. Porém, seu posicionamento em relação à raça era ambíguo, adotando e misturando diferentes teorias, apesar de se dizer darwinista social. Ao mesmo tempo em que concordava com a miscigenação, pretendia o branqueamento.

Com a chegada dos anos 30, haverá a grande guinada. Do discurso racial passou-se para um discurso culturalista: a inteligência seria adquirida e não transmitida através da cor da pele. Simultaneamente, as teorias raciais retornaram com toda força na Europa, enquanto que, no Brasil, processava-se a implementação de um projeto político com vistas à formação da nação, e em resposta à pergunta “quem é o brasileiro?”.

A viabilidade da nação parecia depender da natureza da interpretação dada ao secular problema da mestiçagem. Nesse caso, a miscigenação não era mais vista como degenerativa, mas sim, como a raiz do verdadeiro brasileiro. Para ela concorria o triângulo mítico das “três raças”:<sup>65</sup> branco, índio e negro. “Dispostos para suavizar o confronto das diferenças, o triângulo das três raças fora armado para criar de vez o brasileiro e assegurar as bases unitárias da sociedade nacional, integrada numa dimensão biológica e natural” (LENHARO, 1986, p. 121). Esperava-se formar uma liga homogênea, que deveria dar um tipo nacional característico, a “raça futura”. O que era mestiço tornara-se nacional.

O racismo brasileiro não buscava o branqueamento da raça no sentido do nazismo europeu, e sim, sua depuração, sem transformação do *status quo* da dominação social. O pessimismo da década de 20, em relação à mestiçagem e à

---

<sup>64</sup> Havia uma diferenciação essencial entre a Europa e a América. A primeira passara por um longo processo de seleção racial, de sedimentação vagarosa, formando um contingente populacional com características físicas e culturais estáveis. Já a América era um continente de ocupação recente com imigrantes das mais diversas procedências, havendo uma fusão violenta, num espaço de tempo exíguo, de diferentes materiais étnicos (DE LUCA, 1999).

<sup>65</sup> Ortiz (1985) ressalta que o mito das três raças começou a ser usado apenas no final do século XIX, com a abolição da escravatura. Até então, o negro não era considerado como um componente racial.

situação sem saída do Brasil como uma nação, foi substituído pelas teorias eugênicas, ou seja, a regeneração do brasileiro. Mais uma vez, os modelos estrangeiros não foram copiados, mas adaptados ao meio nacional, uma vez que

as práticas eugênicas, em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população. Autoritários, como o momento que então se anunciava, os projetos eugênicos retiravam dos médicos baianos a má consciência de diagnosticar a falência irrevogável da nação (SCHWARCZ, 2000, p. 217).

A eugenia<sup>66</sup> tinha como meta organizar, facilitar e acelerar os efeitos da seleção natural no âmbito da espécie humana, baseada nos estudos da hereditariedade. Segundo seus pressupostos, o indivíduo já estava destinado ao nascer: a inferioridade e a superioridade eram dadas *a priori*, determinadas pela própria natureza. Daí que “melhorar a raça” exigia em contrapartida “sanear” a sociedade de pessoas que apresentassem determinadas enfermidades ou características consideradas como “indesejáveis”<sup>67</sup> (DE LUCA, 1999, MACIEL, 1999). A questão recebera tal relevância que desencadearia na realização do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, no Rio de Janeiro, suscitando vários pontos polêmicos, com os quais o Estado Novo conviveria posteriormente.<sup>68</sup>

Apesar do posicionamento estadonovista, a aceitação da mestiçagem não era ponto pacífico, implicando em algumas ressalvas e reservas. Para Silvio Romero, houve a formação de uma sub-raça mestiça e crioula; Euclides da Cunha repuxava para o lado da mestiçagem indígena; Nina Rodrigues via no negro um obstáculo natural e fator direto da inferioridade do brasileiro como povo; Alberto Torres deixava à mostra sua desconfiança em relação à possibilidade de

---

<sup>66</sup> A eugenia consiste em intervir na reprodução das populações, buscando uma possível eliminação das raças inferiores. O termo "eugenia" – *eu: boa; genus: geração* – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (SCHWARCZ, 2000).

<sup>67</sup> A eugenia fora levada aos extremos na Alemanha nazista, cuja tônica oficial girava em torno da formação de uma raça eugenicamente pura, superior: a raça ariana. Na sua concretização, várias categorias foram tachadas de indesejáveis e elementos passíveis de contaminar os demais. Dentre eles, eliminaram-se doentes físicos e mentais, homossexuais, velhos, judeus.... e a esterilização de outros tantos.

<sup>68</sup> O Congresso integrava as comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina. Um dos pontos mais polêmicos levantados, dividindo as posições, fora relativo justamente a imigração, apontada por um setor como um perigo de “contaminação”, ou seja, um contágio capaz de corromper a população e que poderia pôr a perder os esforços em prol do aprimoramento da raça empreendidos até então. O principal propagandista e articulador das teorias eugênicas no país fora o médico Renato Kehl, o qual fundaria a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), do Boletim de Eugenia (1929) e da Comissão Brasileira de Eugenia (1931) (Cf. SCHWARCZ, 2000; MACIEL, 1999).

aperfeiçoamento racial através da mestiçagem. Mesmo Gilberto Freyre, para quem o mestiço era o brasileiro idealizado, deixava entrever a proeminência do branco na mistura étnico-racial e no arianismo de Oliveira Vianna, seu racismo compulsivo parece sugerir descaso pela armação e uso do mito das três raças. Para ele, o brasileiro é apenas branco (LENHARO, 1986). Outros, porém, mostravam-se favoráveis à política de miscigenação total, afirmando que a mesma

é a mais sábia, pois não nos propõe uma questão insolúvel no porvir, como ocorrerá fatalmente em outros países onde a separação entre as raças é absoluta [...]. Resolvemos, sem luta, os dois problemas mais importantes para a nacionalidade – a questão racial e a religiosa, exatamente pela ausência de preconceitos de raça ou de religião. Somos, neste respeito, o povo mais feliz da terra. Teremos o direito de destruir toda esta herança, padrão de glória que nos foi legado pelos nossos antepassados? (NEIVA, 1944, p. 407-408).

Outro poderoso elemento de eugenia era o melhoramento estético da população. Nesse item, a educação física ou educação do corpo, tal qual na Europa, recebera uma atenção especial. Por intermédio das atividades físicas, pretendia-se a formação de um corpo perfeito e saudável, bem como uma raça brasileira – até aquele momento, apenas uma miragem. A Educação Física fora institucionalizada pela Constituição de 1937 e, por intermédio do Exército, o Ministério de Educação e Saúde moldara a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Delegara-se ao exército a formação física do novo cidadão da Pátria, que deveria defendê-la. Essa escalada militarização e treinamento do corpo tinha como modelo a Alemanha nazista, cuja experiência de militarização do esporte impressionara (LENHARO, 1986).

Na efetivação desse projeto de homogeneização racial, a pluralidade não era possível. Por isso o Estado Novo não admitir a existência de quistos étnicos. O discurso baseava-se no caldeamento das raças, para formar a partir daí o tipo humano ideal. “Assim, a idéia da formação invariavelmente vinha acompanhada dos termos caldeamento e fusão, sugerindo um processo violento no qual as altas temperaturas deveriam atuar como forças disciplinadoras, capazes de amalgamar elementos distintos e nem sempre compatíveis” (DE LUCA, 1999, p. 160). Entre os intelectuais, esse ponto fora tratado através de movimento diferenciado de “subtração”, “combinação”, “seleção” e elegia

*Subtrair* de um conjunto ainda amorfo, mas sobretudo saudável, robusto e varonil, os indesejáveis – doentes, degenerados e criminosos. *Combinar* os elementos estéticos e biológicos da “boa dosagem” e da “boa mistura”, o que faria com que o processo de mestiçagem, irremediavelmente consolidado, fosse de fato eugênico. *Selecionar* novos ingredientes – “populações”, “povos” e “raças” estranhas à nossa tríade original (CUNHA, 1999, 273). [grifo do autor]

Esse modo de pensar e agir mexeria numa questão delicada: a imigração, necessária mas comprometedora. Se por um lado os imigrantes eram bem vindos e imprescindíveis para a purificação racial, por outro, a formação de quistos étnicos figurava no rol das ameaças à soberania nacional. Mais preocupante ainda era a possibilidade da vinda de asiáticos e os prognósticos dos efeitos da presença de raças inassimiláveis – nas palavras de Oliveira Vianna, o amarelo era como o enxofre: insolúvel. Para assegurar a viabilidade de seu programa, Vargas incentivava a entrada de portugueses.

Na recuperação das raízes da nação, ao contrário da Argentina, o Brasil não valorizará a lusitanidade, apontando o português como o explorador (CAPELATO, 1996). No transcorrer da elucidação de um modelo único de nacionalidade e de um mito de origem comum, o ponto zero da história do país, os paulistas mencionavam constantemente as Bandeiras (um movimento de expansão territorial e ocupação de “vazios” demográficos) e o bandeirante como símbolo do nacional.<sup>69</sup> Gilberto Freyre apresentava o elemento resultante da casa grande e senzala (fazenda nordestina): o mestiço, como o brasileiro genuíno.

A elaboração de um perfil autêntico do brasileiro perpassava também a Literatura, pois “o marco valorativo da obra literária passa a ser o grau maior ou menor com que expressa a terra e a sociedade brasileira” (VELLOSO, 1993, on-line), o que daria origem a visões e propostas diversificadas. Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, publicado em 1902, apresentava o homem do interior nordestino, marginalizado, vivendo numa situação dramática, antes descartado e apontado

---

<sup>69</sup> Bandeiras e bandeirantes estiveram no centro de duas imagens conflitantes na construção da memória histórica do país: por um lado, foram acusados de serem assassinos cruéis, instrumentos selvagens da classe dominante, por outro, seriam os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta. “A recuperação da imagem do bandeirante na história brasileira desempenhou uma função mítica capaz de organizar o mundo simbólico principalmente para os paulistas, que estavam atravessando um processo rapidíssimo de industrialização, tendo que transformar em brasileiros um enorme contingente de forasteiros, imigrantes que dele participaram. [...] a retomada, a revalorização do bandeirante – de seus atributos – serve não para dizer “quem é” o paulista, mas para dizer “como é” o paulista, e assim ser possível socializar, aculturar seus migrantes e imigrantes” (OLIVEIRA, 2000, p. 90).

como a barbárie, agora como o cerne da nação, o núcleo de onde poderia surgir uma identidade étnica para o país. Porém, preocupava-se com a miscigenação, partilhando das preocupações da elite. No mesmo ano, Graça Aranha publicaria *Canaã*, voltando seu olhar para a imigração europeia alemã, analisando suas vantagens (como o branqueamento) e desvantagens (a não assimilação) para a formação da nação. Seus personagens, dois alemães, um otimista em relação à assimilação e à miscigenação, apontando para o melhoramento do brasileiro, para o qual pendia o autor; o outro, pessimista, considerava a miscigenação como degenerativa e problemática. Essa abordagem deixaria a elite preocupada. Outro intelectual, influenciado pelo movimento sanitarista que tomou conta do Rio de Janeiro na segunda década do século XX, abandonaria seu discurso racista, atribuindo o atraso e a situação do brasileiro a questões de saúde. Trata-se de Monteiro Lobato que, seguindo a linha de Euclides, apresentava o trabalhador rural – e não mais o Jeca Tatu –, o sitiante das regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro.

Tanto Euclides da Cunha quanto Graça Aranha haviam tentado lutar contra a teoria racista. O primeiro chegara a aceitar o índio como contribuição positiva, embora considerasse o negro um peso morto. Para Skidmore (1976, p. 130-131), o sucesso dos dois livros “mostrava a preocupação geral com o papel do brasileiro na sua terra. Poderia a nação sobreviver à instalação de imigrantes superiores e do tratamento desumanizante do nativo brasileiro no interior?” A maior parte da elite aderira a esse pensamento, com a exceção dos dissidentes Manuel Bonfim e Alberto Torres, os quais concordavam que o Brasil só poderia escapar ao seu relativo atraso por uma análise cuidadosa das causas históricas dessa condição.

Manuel Bonfim considerava o arianismo ridículo, desprezando a escola histórica do pensamento racista. Sua maior contribuição “foi fazer do seu anti-racismo parte de uma posição nacionalista e anti-imperialista”. Condenava os latino-americanos por adotar teorias raciais e aplicar numa realidade diferente da europeia, excluindo negros e índios. Dizia que a real inferioridade da América Latina jazia na sua falta de habitação e de educação (SKIDMORE, 1976).

Alberto Torres<sup>70</sup> também ridicularizava o arianismo. Para ele, “o Brasil era um museu vivo, o que desmentia as teorias de superioridade ariana, uma vez que os alemães e demais tipos saxônicos estavam na mesma situação dos outros grupos étnicos na luta para adaptar-se às condições do Brasil” (SKIDMORE, 1976, p. 136). Entendia que os problemas brasileiros advinham da falta de adaptação inteligente ao meio. Nos seus estudos, concluiu que a miscigenação era prejudicial e deveria ser evitada, mas seus divulgadores da década de 30-40 não enfatizaram esse ponto.

Resumidamente,

os pensadores sociais, a elite imigrantista comprometida com o modelo de colonização baseado na pequena propriedade, e os próprios legisladores, ao articular assimilação/miscigenação com imigração européia, estavam sinalizando a nação pretendida – mestiça, porém com um povo branco na aparência, mantidas as características sócio-culturais da civilização latina de língua portuguesa. Nessa configuração, os grupos mais apegados à sua identidade nacional e considerados, portanto, avessos à mistura e distantes da *latinidade*, eram inaceitáveis (SEYFERTH, 2002, p. 134).

### 2.3 A INTELLECTUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Na construção da Nação e nacionalidade brasileira a partir do Estado, Vargas chamará a intelectualidade, cuja crença na força da arte e da cultura talvez fosse, naqueles anos, a única forma de legitimar o convívio entre os intelectuais e o poder do Estado Novo. A intelectualidade das décadas de 20-40 estava preocupada com a identidade nacional, produzindo estudos em duas direções: a primeira, a partir dos tipos raciais, como os de Cassiano Ricardo, e a outra, sociológica, na linha de Mário de Andrade.

Com raras exceções, esse setor não participara da Revolução de 30, desacreditada pela maioria. Vargas, no transcorrer de seu governo, afastara-se gradualmente do liberalismo, conquistando, em contrapartida, a simpatia e a adesão dos intelectuais. Reconhecera, também, a profissão dos intelectuais, dando-lhes um estatuto oficial, dentro da ótica do corporativismo.

---

<sup>70</sup> Alberto Torres fora republicano entusiasta na década de 80, mais tarde Ministro da Justiça (1896-97), Governador do Estado do Rio de Janeiro (1888-1900) e membro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909) (cf. SKIDMORE, 1976; MARSON, 1976).



O Estado Novo agregara ao seu redor quase toda a intelectualidade brasileira, empenhada na construção de um projeto nacional.<sup>71</sup> Modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas são encontrados trabalhando lado a lado. O regime assumira como ideário que cada povo deve construir suas instituições, obedecendo às inspirações históricas de seu tempo. Nessa perspectiva, o intelectual é visto como aquele capaz de captar as aspirações do inconsciente coletivo de um povo. O intelectual não possuía um perfil definido, entendendo-se por tal aqueles que pensaram e expressaram suas idéias, sejam em forma de livros, artigos de jornal, panfletos, além dos que atuaram diretamente na doutrinação do povo, como o caso dos pastores e professores nos núcleos coloniais alemães.

Um dos precursores oficiais da discussão da nacionalidade brasileira foi o arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro,<sup>72</sup> que agregava a elite política e pensante nacional. Procurava sistematizar uma história oficial para o processo de formação do Estado nacional brasileiro, logo após a Independência. Tinha como função “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. Prevalencia a intenção de “dar” um passado ao país e generalizar histórias de certos grupos regionais influentes, elevando e memorizando o que se julgasse conveniente (“para bem lembrar é preciso muito esquecer”, concomitantemente, “lembrar para comemorar, documentar para bem festejar”) (SCHWARCZ, 2000, p. 99; 135). As transformações do final do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte serviriam de matriz para o pensamento estadonovista, com a recuperação, reinterpretação e adaptação de obras de autores desse período, como Alberto Torres.

No Estado Novo, esse debate tomou forma oficial e mais incisiva, contando com o trabalho simbólico de inúmeros intelectuais, ideólogos do Regime,

ocupados em construir uma política que expressasse, representasse, produzisse a construção da nação. Seja na educação, no canto orfeônico,

---

<sup>71</sup> Perón tentara organizar os intelectuais, mas estes se opuseram ao regime. “Com as armas das letras, peronistas e antiperonistas travaram uma luta destruidora da imagem da ‘sociedade unida e harmônica.’” (CAPELATO, 1998, p. 128).

<sup>72</sup> “A fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico em 1838 responde também à lógica do contexto que segue à emancipação política do país. Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um ‘monarca ilustrado’ e centralizador” (SCHWARCZ, 2000, p. 24).



na educação física, nas festas e comemorações do regime estimuladas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), na defesa do Patrimônio Histórico, na criação do Museu Imperial de Petrópolis, na criação do Parque Nacional de Itaipu, estão presentes atividades simbólicas destinadas a construir sentimentos de pertencimento à nação. O campo intelectual, como aparecia nos discursos e artigos da época, marchava junto com outras esferas da vida política, todos envolvidos com a montagem de uma estrutura que garantisse ao governo a realização de suas diretrizes – a montagem do novo “Estado Nacional” (OLIVEIRA, 2000, p. 10-11).

Mas esse aliciamento não fora unânime. Alguns intelectuais simpatizavam com os diversos movimentos totalitários surgidos após 30, ou mais tarde aderiram ou foram cooptados pelo regime de 37. Segundo Pécaut (1990, p. 15), “suas discordâncias, convergem na reivindicação de um *status* de elite dirigente, em defesa da idéia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade”. O autor argumenta que a geração intelectual dos anos 25-40 não solicitou a proteção do Estado, ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases nacionais. Participando ou não das funções públicas, sustentou uma linguagem que era a do poder, proclamando (ou reivindicando) sua vocação para elite dirigente. Isso porque, melhor do que ninguém, conseguia “captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito” (p. 38).

Trilhando esse caminho, sua preocupação era com o Brasil real, disposta a eliminar o hiato criado pela República entre o “país político” e o “país real”, propondo, assim, questões e soluções coerentes com a realidade nacional. O papel atribuído a essa classe na década de 30 encaixava-se no projeto maior de “redescoberta do Brasil” e na construção científica da identidade nacional, teorizando a realidade e tomando parte ativa na propaganda nacionalista. Para Oliveira Vianna (apud. MEDEIROS, 1978, p. 159), “a nossa sociedade sertaneja equivaleria ao ‘Brasil real’, enquanto que a sociedade cosmopolita, universitária, bacharelesca e parlamentar equivaleria ao ‘Brasil legal’, ‘oficial’, ‘transplantado’”.

Ortiz (1985, p. 7-8) chama atenção a que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença.” Mas para afirmar essa diferença, necessita-se primeiro definir a identidade nacional interna. Seguindo esse raciocínio, o autor enfatiza que toda identidade é uma construção simbólica, não

existindo “uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. O ‘pessimismo’ de Nina Rodrigues, o ‘otimismo’ de Gilberto Freyre, [...] são as diferentes faces de uma mesma discussão, a da relação entre cultura e Estado”.

De modo geral, concordava-se com a política autoritária de Vargas, calcada, parcialmente, no pensamento de Alberto Torres, que afirmara:

coordenar, por ação consciente, estes movimentos da sociedade, é o grande encargo da política; eis por que não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação se não tem *uma política, a sua política*, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às *políticas* doutrinárias e sempre falazes dos partidos, é instintiva, tradicional, costumeira nos velhos países (TORRES apud. PÉCAUT, 1990, p. 43). [grifo do autor]

Pécaut acrescenta ainda que o projeto estadonovista pretendia-se mais “cultural” do que mobilizador, aproximando-se nesse ponto com os intelectuais. Tratava-se de construir o “sentido da nacionalidade”, de retornar às “raízes do Brasil”, de forjar uma “unidade cultural”. Ao longo do regime, no entanto, o cultural e o político foram duas instâncias inseparáveis. A cultura nacionalista representava o ponto de encontro entre os “intelectuais do regime” e os outros, visando suscitar uma “cultura de consenso”, não no sentido de uma cultura para o uso do povo mas sim de uma cultura das elites. A liberdade de divergência existia ou era tolerada. “O regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas” (1990, p. 72).

Assim, a intelectualidade fora cooptada e arregimentada pelo Estado Novo e engajada na construção da Nação brasileira, forjando a unidade nacional.<sup>73</sup> Defendia um projeto centralizador para a política brasileira, atacando o Federalismo e o Liberalismo. Outro ponto era a defesa do papel predominante, prioritário e exclusivo das elites no processo de mudança social, já que as camadas sociais não estavam

---

<sup>73</sup> Almir de Andrade se destacaria como o principal doutrinador. É otimista no possível aproveitamento dos traços psicológicos do homem brasileiro, desde que usados de uma forma consciente, e analisa o período imperial positivamente. A República teria adotado a liberal-democracia e levado o federalismo às últimas conseqüências, ocasionando os problemas. No seu projeto ideológico, os não-lusos foram excluídos. Além dele, destacam-se Afonso Celso e Álvaro Bomílcar. Azevedo Amaral considera o regime de 37 legítimo no próprio ato de sua fundação, a centralização do poder no Estado. Qualificava o Estado Novo como um regime democrático. Outro intelectual de proeminência fora Cassiano Ricardo, que dirigindo as revistas publicadas pelo DIP, teorizava a Marcha para o Oeste.

preparadas.<sup>74</sup> Isso implicava na formação de uma nova elite intelectual, ligada ao Exército e à Marinha, com novas idéias. A proposta do “novo” realiza-se com a combinação entre o moderno e o tradicional. Vinculando a obra de Vargas às raízes culturais brasileiras, Almir de Andrade “possibilita não só a convivência de intelectuais de diferentes origens e perspectivas doutrinárias, mas também atribui ao intelectual um papel predominante enquanto intérprete da vida nacional” (OLIVEIRA, 1982, p. 33).

Essa elite também desfrutava de um espaço privilegiado para expor suas idéias, composto pelas revistas oficiais editadas pelo DIP: *Cultura Política*<sup>75</sup> e *Ciência Política*. Publicar nelas era uma forma de colaborar com a legitimação do novo regime, dentro do projeto maior de atrair a intelectualidade, mesmo os opositores, para seu meio. Ambas as revistas tinham um discurso voltado para a organização e legitimação do Estado Novo. *Cultura Política* estava voltada para a produção do discurso, ao passo que a *Ciência Política* estaria mais voltada para a difusão. “Enquanto a *Cultura Política* se propõe a ‘definir’ e/ou ‘esclarecer’ o rumo das transformações político-sociais, fornecendo as coordenadas do discurso, a *Ciência Política* se autografa enquanto ‘escola de patriotismo’, voltada para a difusão dos ensinamentos do Estado Novo” (OLIVEIRA, 1982, p. 76).

### 2.3.1 Os Ideólogos do Regime

A estrutura governativa de Vargas estava marcada pelo hibridismo, representado por diferentes interesses e tendências no poder. A unanimidade de pensamento jamais seria alcançada de forma total. Mas esse fator fora coordenado com habilidade por Vargas, que lentamente reduziria a força da oposição.

---

<sup>74</sup> O programa cultural brasileiro privilegiou as elites, atribuindo a elas a missão de construir ou completar a nacionalidade brasileira. Na Argentina, acreditava-se que a nacionalidade já se completara mas fora alterada pela presença estrangeira. A reargentinização passava, contudo, pela atuação das classes populares para as quais se voltava a política cultural argentina (CAPELATO, 1998).

<sup>75</sup> Essa revista foi publicada regularmente de março de 1941 a fevereiro de 1945, procurando manter certa unidade, mostrando-se a mais importante e completa do gênero. Dentre seus dirigentes, o que mais tempo permaneceu e exerceu forte influência fora Almir Andrade (Cf. GOULART, 1990).

Dentre os principais ideólogos do Estado Novo, destacam-se Francisco Campos e Azevedo Amaral, ambos compartilhando de idéias antiliberais e adeptos de um regime autoritário de fundo nacionalista.

Em Francisco Campos identifica-se o típico ideólogo do Estado e político ao mesmo tempo, atuando de dentro do aparato parlamentar e burocrático do poder. Iniciando sua carreira junto com Vargas como Ministro da Educação, dentro do acordo com Minas Gerais, fora nomeado Ministro da Justiça em setembro de 1937, permanecendo no cargo até 1942. É de sua autoria a nova Carta Constitucional, outorgada em novembro de 37. Atuou na renovação dos sistemas educacional, político e jurídico do País, calcado na idéia de que o Estado Novo estava construindo, montando, um novo Brasil. Suas idéias foram reunidas no volume O Estado Nacional, publicado em 1940, caracterizando-se como textos de um ideólogo no exercício de funções do poder, o que o diferencia, na visão de Medeiros (1978), de Alberto Torres, que quando escreveu, já se encontrava dele afastado. Embora defendesse um estado autoritário, buscava afastar-se dos dois extremos, quais sejam, o liberalismo e o totalitarismo.

Azevedo Amaral, que era antes de tudo um jornalista, mostrava-se, por sua obsessão pela industrialização, como um representante daqueles tecnocratas autoritários cujo papel seria decisivo (PÉCAUT, 1990). Medeiros identifica nele sobretudo o ideólogo “cidadino”, profissionalmente vinculado a um dos setores de ponta do campo ideológico dominante, qual seja o das comunicações, através de suas permanentes atividades jornalísticas. Para Azevedo Amaral, o Estado autoritário, que seria também um Estado nacional, mostrava-se como saída para o país. “Entre nós, no Brasil, o autoritarismo seria esta forma possível de representação e de identificação entre o Estado e a Nação e, por isto, o nosso Estado autoritário era também um Estado nacional e um Estado democrático”, além de moderno e elitista. Defendia que

governar é mandar e mandar é forçosamente contradizer... O segredo do estadista consiste exatamente em estabelecer uma espécie de *modus vivendi* entre o seu pensamento e os seus objetivos e as tendências da coletividade, de modo que esta se encaminhe no sentido por ele desejado, sem excessivo constrangimento e identificando-se tanto com a idéia do governante que acaba por julgá-la originada na sua própria consciência coletiva (AZEVEDO AMARAL apud. MEDEIROS, 1978, p. 104).

Para ele, o líder/chefe deveria ter o instinto da ordem, bem como o nacionalismo seria próprio das elites, pois somente elas poderiam apreender e assimilar a idéia nacional; já o patriotismo, seria próprio das massas.

Outro expoente, Oliveira Vianna, publicando suas primeiras obras, já ao longo da década de 20, dedicando-se à Antropologia Cultural, distanciado da sensibilidade católica, adepto entusiasta do corporativismo e contratado como especialista no Ministério do Trabalho de 1932 a 1940, colocava-se ao lado do autoritarismo desmobilizador. Analisando suas obras, Medeiros (1978, p. 159) destaca três preocupações fundamentais:

a) a *unidade nacional* – compreendida aqui em sua dimensão territorial, política, social e econômica – a partir da qual deve ser entendido o seu nacionalismo; b) a *modernização institucional* – que ele tinha como sinônimo do corporativismo, sobretudo administrativo; c) a *conciliação das classes sociais*. [grifo do autor]

Para Oliveira Vianna, ser nacionalista era ser autoritário. O cerne de seu pensamento político era compartilhado pela grande maioria dos brasileiros no entre-guerras. O Estado moderno seria elitista, daí a ênfase dada ao ensino secundário e superior, pois esses visavam formar a elite dirigente, já que somente ela poderia influir e orientar as massas. Era favorável à colonização do interior do país por pequenas propriedades, desde que não formassem quistos étnicos, e favorável à desproletarização urbana.

A Igreja Católica representava seus interesses através de seus intérpretes. Dentre eles, Alceu Amoroso Lima, preocupado em restaurar a identidade cristã do Brasil, baseava suas intervenções no sentimento religioso, hesitando entre um projeto desmobilizador e um projeto mobilizador (PÉCAUT, 1990). Fora dirigente de organizações religiosas, jornalista, professor e reitor universitário. Juntamente com a ala católica, defendeu a educação religiosa nas escolas públicas, divergindo nesse ponto de Francisco Campos.

Enfim, considerando-se

a situação concreta dos ideólogos autoritários na conjuntura política brasileira dos anos 30, vemos que esta “equidistância” dos “extremos” e este ensaio de “conciliação” entre o indivíduo e o Estado dentro de uma concepção e de uma prática autoritária da política e do Estado eram, afinal, um campo ideológico comum que os identificava entre si, superando, no que concerne à sua posição política face ao Estado Novo, suas origens e divergências doutrinárias “opostas”. Francisco Campos, Oliveira Vianna,

Azevedo Amaral e Amoroso Lima [...] não obstante se alinharam a fontes teóricas que nem sempre se compatibilizavam entre si – apesar de um denominador comum idealista – identificavam-se, em concreto, em um só consenso político em torno ao autoritarismo estadonovista (MEDEIROS, 1978, p. 285).

Outro traço marcante dessa classe no transcorrer do Estado Novo fora a sua incorporação, cada vez mais sistemática, à máquina burocrática do Estado, atuando nas mais diversas frentes. O objetivo maior, ao lado da construção de uma linha de atuação política e nacionalista, era conhecer o Brasil, sua terra e sua gente, o que fortalecia certo xenofobismo. Ressoaria por todos os cantos o clamor de Alberto Torres “O nacionalismo é ou não é. E o que se opõe ao nacionalismo não é outro nacionalismo, mas tão-somente ou o cosmopolitismo dissolvente ou a alienação voluntária ou inconsciente” (SADEK, 1983, p. 444).

A intelectualidade também participava ativamente na propaganda do regime, seja na fundamentação teórica, seja na divulgação jornalística. Em conformidade ao discurso estadonovista, cabia à elite a produção e manipulação das representações relativas ao regime. Já para os intelectuais de menor projeção, atribuía-se a prática da propaganda, difundindo aos mais variados setores da sociedade o ideário já estabelecido (Cf. OLIVEIRA, 1982). Muitos que ocupavam cargos no Ministério da Educação não se identificavam ideologicamente com o regime, pois também não se exigia deles fidelidade ideológica. O Estado Novo não possuía uma unidade de pensamento em seu interior, o que não impedia ou acarretava maiores problemas. A divergência era possível desde que não ameaçasse o projeto maior do Estado Novo. O limite de tolerância não implicava liberdade para o exercício da crítica.

## **2.4 A PROPAGANDA E A CONSTRUÇÃO DO MITO VARGAS**

O Estado Novo articulava sua legitimidade via atos políticos, medidas sociais e econômicas, mas especialmente através de uma intensa propaganda. Por meio dela, tentava-se demonstrar que Vargas era o Chefe ideal, capaz e adequado para concentrar o poder, o grande “coronel nacional”<sup>76</sup>, o “salvador” da pátria. Girardet

---

<sup>76</sup> Félix (1987, p. 15, 22) define o coronelismo como “o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem”. Ao referir-se aos caudilhos e/ou coronéis, tanto no período imperial como republicano, tem presente traços gerais, sendo o mais importante o reconhecimento de sua autoridade, legitimada pelo consenso de seus liderados, através da aceitação de seu poder de fato, independente de ser ou não de direito, e traços específicos como o predomínio do papel militar,

recorda que os apelos mais veementes ao “herói salvador” coincidem precisamente com os períodos de intermitência da legitimidade, momentos de desequilíbrio, de incerteza ou de conflito, como fora o caso da Alemanha do pós-guerra ou do Brasil no pós-Revolução de 30 ou Golpe de 37. Seja qual for o modelo,

o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou anuncie aquelas que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É na manifestação do presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes”. Associados à expressão de sua lenda, são sempre, aliás, as mesmas imagens, os mesmos símbolos que encontramos (GIRARDET, 1987, p. 80-81).

Os primeiros traços do mito<sup>77</sup> Vargas delineavam-se, manipulando sua imagem, associada a expressões carismáticas como “o pai dos pobres”, “defensor dos humildes”, “presidente sorriso”, governo paternalista. A partir de então, de uma forma oficial, o presidente teve a preocupação em fazer produzir ou aproveitar um conjunto de princípios e idéias para sua auto-interpretação e para provar sua importância na sociedade e na história brasileira.<sup>78</sup>

No imaginário popular como nas publicações, Vargas era visto e descrito como portador de qualidades excepcionais, predestinado, iluminado, onipotente e onipresente, o grande guia do Brasil.<sup>79</sup> Ao mesmo tempo, reforçavam-se suas qualidades como humano, simples e acessível, líder que personificava os interesses do povo e os exprimia. Alguns teóricos, para explicar a Nação brasileira e o seu

---

do sentido carismático de liderança e do caráter mais transitório no caudilho, em contraposição do predomínio do papel político e do caráter mais permanente da ação do coronel. Em termos gerais, num contexto histórico outro, Vargas mantém-se no poder como um coronel, empregando meios modernos e mais sutis de domínio, sem o contato tão próximo com o povo e sem eleições.

<sup>77</sup> Mito tem várias definições e sentidos. “O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções” (GIRARDET, 1987, p. 13).

<sup>78</sup> Paralelamente, veiculava-se a imagem de “uma sociedade homogeneizada e massificada em que os interesses divergentes das classes e frações ficavam diluídos no ‘interesse do povo’ ou da ‘nação’. A partir daí eram todos igualados, ‘tanto o operário como o industrial, o patrão como o empregado... não se diferenciavam perante a Nação: são todos trabalhadores’” (GARCIA, 1982).

<sup>79</sup> Essa descrição e concepção está presente tanto em publicações, na sua maioria patrocinadas pelo DIP, como as manchetes de jornais. A imagem construída e difundida não deixava espaço para a contestação.



governo, buscariam sua fundamentação na ordem sobrenatural. Lenharo (1986, p. 203) afirma que “seja através de uma nova religiosidade criada, seja a religiosidade milenar do cristianismo, a ordem totalitária não abre mão da ordem sobrenatural.” Nesse caso, o grande Chefe, seja ele Vargas, Hitler, Mussolini ou um vidente, um chefe profético,

não aparece mais, então, como o simples representante, o simples executante da vontade geral. Ele é a sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais; encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro. Perder-se nele é, sem dúvida, renunciar à identidade individual; mas é reencontrar, ao mesmo tempo, a integralidade da identidade coletiva, a fusão íntima e indissolúvel com a comunidade mãe (GIRARDET, 1987, p. 79-80).

Azevedo Amaral, por exemplo, descreveu Vargas como o grande estadista, um gênio político, além de ser portador da “idéia nacional” – atitude de “absoluta independência” de seu regime ante qualquer sistema ideológico – e ter instinto de ordem. Vargas surgia como o “pai fundador” da nação, uma figura até então singular e absolutamente isolada, o fundador de uma linhagem que até então não havia (aliás, ausente em todo mundo) em decorrência do liberalismo (Cf. GOMES, 1997; OLIVEIRA, 1987; 1990).

Marcondes Filho, titular do Ministério do Trabalho, discursando na ocasião das comemorações em homenagem ao aniversário de cinco anos do Estado Novo, em 1942, exclamava:

Consumou-se o milagre que o Brasil aguardava. Unidade. Soberania. Autoridade. Trabalho. Justiça. Uma só bandeira. O mesmo hino. É a Nação, sr. Presidente, é verdadeiramente a Nação que se encontra reunida para aclamar em v. ex.<sup>a</sup> o fundador do Estado Nacional, o instaurador duma época, o patrono duma geração, o estatutário da grandeza futura. (COMEMORAÇÕES do Estado Nacional..., 1943, p. 126-127)

Outro meio privilegiado para a propagação de uma imagem homogênea e dos discursos de Vargas era a Escola. O livreto editado por José Pereira da Silva, em 1940, sob o título de *As melhores páginas de Getúlio Vargas*, apresenta fragmentos do pensamento de Vargas, acompanhados de uma sumarização e questionários,



orientando o professor no uso do referido material e no que deveria ser discutido a partir dele.<sup>80</sup> Na apresentação do livro, o autor escreve:

O Chefe da Nação incarna, pelo seu apostolado, o mais completo dos magistrados dirigentes que nunca tivemos, revestindo-lhe a personagem os atributos com que acima definimos civismo [Devoção ao interesse público, sentimento gerador de patriotismo, formador do bom cidadão]. Intelectual equilibrado, pragmatista a seu jeito, emotivo sem transportes delirantes, desde que iniciou suas pregações uma linha soberba de coerência se traçou, e a vem seguindo, tecendo de contínuo páginas eivadas de brasilidade estreme, que o colocaram no ápice do magistério nacional pelo molde dos ensinamentos que há ministrado (SILVA, 1940, s.p.)

Capelato (1998), comparando os manuais escolares brasileiros com os argentinos, destaca que a imagem de Vargas, embora amplamente divulgada, não era tão ilustrada e chamativa como a de Evita e Perón, nos manuais argentinos.

Enfim, na construção do mito Vargas<sup>81</sup> estavam presentes, de um lado, “a magia, a intuição, a profecia e a predestinação; de outro prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão”, na observação de Oliveira (1982).

Getúlio transformava-se assim em gênio político, qualidade que justificava sua liderança e legitimava suas decisões, ao mesmo tempo em que era popular o suficiente para compreender e defender os interesses do povo. Sua superioridade o tornava merecedor de ser seguido, sua simplicidade demonstrava que compreendia seus seguidores (GARCIA, 1982, p. 88-89).

Contudo, a propaganda e os meios empregados na construção do mito Vargas não foram aleatórios. Lenharo chama atenção que as imagens não se acumulavam indiscriminadamente. Apesar de sua diversidade, elas surgiam selecionadas e articuladas de modo especial, colocando-se em relevo aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro, isto é, a sacralização da política – tese com a qual trabalha o autor.

---

<sup>80</sup> Ao professor, direcionava essas linhas: “Acompanha-lo no caminho áspero, mas iluminado pela predestinação, é dever dos que mestream e, daí, as sumarizações formuladas que acompanham os excertos oferecidos à leitura, os quais, explanados à base dos conhecimentos hauridos explícita e implicitamente neles, corporificar-se-ão em assinalado serviço à mocidade do Brasil. Tais roteiros (as sumarizações), convenientemente desenvolvidos pelo mestre (as explicações), comportam lições múltiplas sobre cousas brasileiras, suscitando na juventude – apelada tantas vezes pelo senhor Getúlio Vargas – entusiasmo raciocinado, e mesmo um místico fervor pela Grande Pátria” (SILVA, 1940, s.p.).

<sup>81</sup> Na ótica de Girardet (1987, p. 181-182, 15), o nascimento de um mito político se situaria no instante em que “o traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico. É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele encontra sua origem”. Tal como o mito religioso, “o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é preciso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se

Ali se encontra o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação – de comunhão – entre Getúlio e as massas, as novas leis, atos e atitudes aprovados por todos, concretização da universalidade eclesial ('pai, que todos sejam um'). O discurso do poder penetra e caminha por dentro do conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão (LENHARO, 1986, p. 194).

Ao lado do apelo cristão das imagens, estava a família como uma célula de formação e educação para o respeito e dedicação ao regime governamental – uma mini-nação. A mesma seria requisitada de modo incisivo tanto no plano nacionalista varguista, quanto do nazismo alemão, bem como no projeto integralista de Plínio Salgado. A associação entre pátria-nação/mãe-família será recorrente em todo o período. Ou seja, a estruturada nacionalidade estava assente sobre o tripé família, pátria e religião, semelhante ao lema integralista Deus, Pátria e Família.

Mesmo com toda essa mobilização, Vargas não se consagrou um mito nacional a altura de Eva Perón, na Argentina, a qual consagrara-se fenômeno popular, ao lado ou não do marido, sacrificando-se até o final, sacralizando o mito com a sua morte. O presidente brasileiro, nesse sentido, estava sozinho, pois sua esposa, Darcy, praticamente ficava escondida na sombra do marido. Mas ele também se sacrificaria e seu suicídio apagaria da memória os anos da ditadura. Porém, o mito Eva, a feminilidade, é mais forte e ainda permanece (Cf. CAPELATO, 1998).

#### **2.4.1 A Propaganda como Arma do Nacionalismo: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.**

Uma arma política moderna e amplamente empregada no início do século XX foi os meios de comunicação de massa. Seu emprego pelo varguismo inspirava-se nos modelos nazi-fascistas, que já haviam descoberto seu poder, utilizado com fins políticos.

A propaganda, como explica Garcia (1982, p. 10, 16), é “uma certa forma de difusão de idéias, realizada por homens determinados, em determinadas condições de sua existência concreta.” Ou seja, “um processo pelo qual um grupo promove a difusão sistemática dos componentes de uma ideologia, através de mensagens

---

veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; é preciso igualmente entender que um mesmo

adequadas aos interesses e às condições dos receptores, visando obter ou reforçar sua adesão, de molde a possibilitar a condução eficiente de ações dirigidas à manutenção ou mudança da ordem existente”.<sup>82</sup>

Assim, Vargas empregava a propaganda com o objetivo imediato de persuadir as classes subalternas de que a ideologia dominante, a estruturação e a organização do Estado e as diretrizes propostas e implementadas, correspondiam aos seus interesses e aos interesses gerais da nação. Para convencer e conquistar a opinião pública, a propaganda política valia-se de idéias e conceitos, transformando-os em imagens e símbolos facilmente assimiláveis e atrativos, além de incorporar marcos culturais. Essa mistura de elementos repetia-se incessantemente nos meios de comunicação, objetivando seduzir as massas – a referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional, eficaz na conquista de adesões políticas (CAPELATO, 1996; 1998).

Capelato (1998) enfatiza que em qualquer regime a propaganda política constitui uma estratégia para o exercício do poder. Mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula, procurando bloquear toda atividade espontânea.

As imagens, símbolos e mitos produzidos para fins propagandistas conseguem receptividade maior nos momentos de mudanças rápidas e crises que provocam instabilidade e insegurança: a marcha, os uniformes, as palavras do chefe, os símbolos, compõem um cenário que transmite a

---

mito é suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações”.

<sup>82</sup> Nota-se um corte teórico entre o estudo de Garcia e Capelato: o primeiro utiliza o conceito de ideologia, enquanto Capelato tenta seguir uma linha inovadora, mas constituindo-se ainda numa seqüência do anterior. Essa questão não será aprofundada, dado fugir dos objetivos da pesquisa. Segundo Garcia (1982, p. 15-16), “elaborada, a ideologia é generalizada através de um processo de difusão que se realiza de duas formas fundamentais. Em primeiro lugar, a ideologia é difundida de forma indireta, estabelecendo a orientação e os limites de funcionamento das instituições que Althusser denomina ‘aparelhos ideológicos do Estado’ e que compreendem os sistemas religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural etc. Por outro lado, a ideologia é difundida diretamente, pela transmissão sistemática de seus componentes, através dos meios de comunicação, aos agentes que vivem em uma formação social. A este segundo processo denominaremos propaganda ideológica, ou simplesmente propaganda. Importa considerar que a difusão direta da ideologia através da propaganda é sempre anterior ou, ao menos, concomitante à indireta. E que não se pode traçar limites e orientações para a ação dos aparelhos ideológicos sem que aqueles limites sejam passíveis de serem considerados como legítimos. A título de exemplo, as exposições de motivos e os ‘consideranda’, as plataformas e programas, as doutrinas de segurança, os princípios didático-pedagógicos, geralmente constituem uma prévia ou simultânea forma de propaganda destinada a legitimar e assegurar o funcionamento dos aparelhos jurídico, partidário, militar, policial e escolar, respectivamente”.

sensação de ordem. O espetáculo fascina os olhares e mobiliza as energias, compensando as frustrações e medos (CAPELATO, 1996, p. 329).

O oferecimento desses espetáculos pelo Estado, em demonstrações “patrióticas” e de intimidação, era comum tanto na Alemanha nazista quanto na Itália, que atingiam seu auge com os pronunciamentos dos seus ditadores. Já no Brasil, não alcançaram a mesma projeção, com menor militarização, destinando-se mais para os escolares, embora tentativas não faltassem.

A Constituição de 1937 deu à imprensa um tratamento de entidade autônoma, legislando sobre sua atuação o artigo 122, da seção de direitos e garantias individuais: “todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.” Mas, para garantir a paz, a ordem e a segurança pública, permitia-se a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, cabendo à autoridade competente a decisão sobre a sua permissão ou não. Atribuía-se à imprensa uma função de caráter público, não podendo recusar-se a publicar notas oficiais. Assegurava a todo brasileiro o direito de resposta gratuita em caso de difamação, proibindo, contudo, o anonimato. O diretor do jornal era o responsável pelo que publicava e sujeito a penas. Vedava a propriedade das empresas jornalísticas aos estrangeiros e sociedades por ações, bem como ordenava que “a direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos” (CONSTITUIÇÃO de 37, 2002, on-line).

Então, o Estado assumiu o monopólio da comunicação social. O jornalista, amparado pelo governo, passou a ser considerado funcionário do Estado e como tal deveria contribuir para o progresso nacional.

Para gerenciar a produção e circulação de informações criou-se um órgão específico: o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP –, em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto-Lei n.º 1.915, subordinado diretamente à presidência da República.<sup>83</sup> Segundo seu regimento, sua principal função seria “a elucidação da

---

<sup>83</sup> Anteriormente, em 2 de julho de 1931, Vargas havia criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), com o objetivo de organizar, sob sua tutela, um órgão com planos e objetivos de controle da informação, divulgando as notícias oficiais, especialmente pelo rádio. Em 1934, o DOP foi reorganizado, resultando em 10 de junho no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que atuava junto à Imprensa Nacional. Enfrentaria novas mudanças em 1938, redundando no Departamento Nacional de Propaganda (DNP). A partir de então, suas atividades se ampliariam,

opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira” (GOULART, 1990, p. 62).<sup>84</sup> Ao mesmo tempo em que “vulgarizava” o Estado Novo aos mais longínquos recantos do país, coligia dados sobre o estado de espírito das populações interioranas, estabelecendo uma rede de informações interligada com a polícia, obtendo um mapa sobre a recepção as medidas do regime e o movimento/organização de estrangeiros e seus descendentes em território nacional.<sup>85</sup>

O DIP, ao lado de seu papel de emissor da propaganda e autor da censura, também promovia manifestações cívicas e culturais, exposições demonstrativas das atividades do governo, bem como patrocinava a publicação de revistas e livros que serviam de base legitimadora do regime. Como titular responsável nomeara-se Lourival Fontes.<sup>86</sup>

Monopolizava, controlava e vigiava os veículos de informação nos mínimos detalhes, visando garantir a uniformidade das mensagens e eliminar a contrapropaganda. Possuía amplos poderes para

censurar, controlar, sancionar, cobrar taxas, conceder isenções, prêmios, favores, cuidar dos direitos e deveres de funcionários e empresas, zelar por direitos autorais, intermediar convênios, cadastrar todos os funcionários e empresas envolvidos com a comunicação (GOULART, 1990, p. 50).

O Estado decidia tanto o que deveria ser emitido como ocultado, atuando através de seu principal instrumento: a censura, que por si só

---

investindo maciçamente na campanha de educação cívica. No ano seguinte, seria encampado pelo DIP (GOULART, 1990).

<sup>84</sup> O DIP dividia-se em: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiofusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa, Serviços Auxiliares. Paralelamente, foram instituídos em 4 de setembro de 1940 os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), tornando a fiscalização mais intensa e sistemática. O DIP foi extinto pelo decreto-lei n.º 7.582 em 25 de maio de 1945, quando havia perdido sua função, em decorrência da abertura democrática e a deterioração de sua estrutura. Foi substituído pelo Departamento Nacional de Informações (DNI) diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo também extinto logo em seguida (GOULART, 1990).

<sup>85</sup> O DIP possuía fichas de cada município e distritos, com os principais dados políticos, econômicos, sociais e das principais figuras, bem como das áreas com habitantes estrangeiros, as quais eram repassadas à Polícia (Cf. *O SIPS e suas finalidades*, 1940; CANCELLI, 1993). Contudo, não existe ainda um estudo que comprove a eficácia do uso das mesmas, e como eram usadas.

<sup>86</sup> Lourival Fontes permaneceu à frente deste órgão até 1942. Em julho de 1942 foi substituído pelo Major Antônio José Coelho dos Reis, e no ano seguinte, pelo major Amílcar Dutra Menezes. Fontes, em sua atuação política demonstrava uma certa simpatia pela Alemanha e o regime nazista, tanto que o noticiário sobre esse país sempre esteve presente nas páginas dos periódicos locais, pelo menos até o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

intimida, ameaça e reforça a auto-censura; cria um clima que coíbe as manifestações culturais divergentes da ideologia oficial e reduz a capacidade de contra-informação, que se torna cada vez mais cifrada, inteligível apenas para um círculo restrito de iniciados. A censura, num sentido mais amplo, massacra a produção cultural, castra as manifestações intelectuais, abafando a vida cultural e intelectual como um todo. É um dado permanente e decisivo que permeia todo o universo social (GOULART, 1990, p. 128).

Orlandi (1995, p. 79, 108) explicita que a censura estabelece “um jogo de relações de força pela qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.” Quando intervém a censura, a relação com o “dizível” é modificada, não se tratando mais “do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível). Ou seja, não se pode dizer o que se pode dizer”. A censura não age sobre o que o sujeito não sabe mas justamente sobre aquilo que ele é suposto sabedor – o já-dito.

Conforme a autora, na proibição está o “outro” sentido. Seus meios de ação atingem a constituição da identidade do sujeito, não havendo auto-censura, uma vez que a censura sempre envolve um “outro”, dando-se “na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de ‘um’ e do dizer do ‘outro’”. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer”. Nessa dimensão, num sistema autoritário, o sujeito não pode ocupar diferentes posições, mas somente o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. Ela não funciona apenas ao nível da informação mas de circulação e de elaboração histórica dos sentidos.

No Estado Novo, o aparato censor alcançara efetivo desenvolvimento. As comunicações nesse sentido davam-se, geralmente, através de comunicados verbais, via telefone ou telégrafo, quando os meios de comunicação eram informados sobre as notícias que poderiam ser divulgadas, as que deveriam ser divulgadas nos limites da ‘versão oficial’, as que deveriam ser exibidas sem comentários ou apenas comentários favoráveis e as de inserção obrigatória. Em determinados momentos e casos, também foram indicados censores – agentes do governo ou policiais – para conferir os originais antes de serem impressos.<sup>87</sup> Já as

---

<sup>87</sup> O jornal ijuiense *Correio Serrano*, do ano de 1942, na sua forma original, pertencente à Coleção da família Löw, apresenta o carimbo do censor, nesse caso, o delegado de polícia local. No entanto, não há sinais de que alguma notícia fora censurada, apenas palavras, com problemas de ortografia foram destacadas. Isso leva a crer que a autocensura do proprietário do jornal era intensa, ou a autoridade policial responsável amenizara na fiscalização.

notícias da Agência Nacional eram fornecidas prontas para os jornais,<sup>88</sup> inclusive com determinações sobre a página em que deveriam aparecer, com que destaque e os tipos a serem utilizados. Referente à censura de programas radiofônicos, letras de músicas, cinema, teatro ou outras representações e apresentações públicas, era realizada previamente, com autorização ou interdição (GARCIA, 1982). Os discursos de Vargas, proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda.

A censura e a propaganda estavam intimamente ligadas. Ao mesmo tempo em que se limitava a divulgação de certos assuntos, impunha-se a difusão de outros, de modo adequado e atendendo aos interesses do Estado. Sendo assim, a censura não se caracterizava apenas pelo aspecto negativo (proibição), mas era positiva no sentido de enfatizar em determinada direção, delineando uma concepção unidimensional da realidade. Como nota Orlandi (1995, p. 55), nesse caso, há uma “declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta ao dizer”.<sup>89</sup> No entanto, ele não é transparente, mostrando-se tão ambíguo quanto as palavras.

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s) (ORLANDI, 1995, p. 105).

Na imprensa, onde predominava a censura, sobressaía o silêncio – as duas instâncias andavam juntas. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 1995, p. 31).

---

<sup>88</sup> Capelato (1998) afirma que 60% das matérias publicadas nos periódicos eram fornecidas pela Agência Nacional. Além disso, havia os órgãos de imprensa cooptados ou encampados pelo governo engajados na propaganda do regime: *O Estado* de São Paulo, *A Noite* de São Paulo e *O Dia* do Rio de Janeiro.

<sup>89</sup> Orlandi (1995, p. 60) acrescenta também que o silêncio não é imediatamente visível e interpretável. “É a historicidade inscrita no tecido textual que pode ‘demovê-lo’, torná-lo apreensível, compreensível.” Assim, a atuação do DIP torna-se mais visível e compreensível aos olhos contemporâneos do que aos que viveram sob sua ação, e muitas das medidas atualmente vistas como limitadoras da liberdade de expressão, no período eram até aceitas como normais.



Como no Brasil os meios de comunicação impressos eram mais abundantes e utilizados na propagação das realizações do regime, seu controle requeria maior atenção. Uma das táticas indiretas empregadas seria a cooptação de jornalistas que, em retribuição a favores recebidos, redigiam matérias tecendo loas ao regime ou defendendo teses oficiais. Outro meio de ação junto aos jornais que deixavam de corresponder às expectativas do governo, era a intervenção direta no corte do fornecimento de papel ou suspensão da isenção da taxa alfandegária. Esse procedimento permitia, por seu turno, controle do número de folhas utilizadas no país, tornando impossível a impressão de jornais clandestinos.

A música também desempenhava, ao lado do rádio e do cinema, um papel central neste esforço educativo de mobilização, onde a linha divisória entre a cultura e a propaganda tornava-se tão difícil de estabelecer. Além disto, ela contava com a presença ativa e influente de uma forte personalidade, Heitor Villa-Lobos, maior incentivador do canto orfeônico, como mais um meio de nacionalização.<sup>90</sup> O Estado Novo patrocinou um nacionalismo cultural, tanto através de expressões culturais, como pela construção de estabelecimentos destinados a esse fim.

Na difusão e incremento da propaganda, o meio mais moderno para se comunicar com as massas fora o rádio, alcançando os recantos e as populações mais distantes. Vargas seria o primeiro da América Latina a utilizar o rádio nos moldes de Hitler, bem como a máquina de propaganda do Estado Novo assemelhava-se à utilização por Goebbels.<sup>91</sup>

O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. Efeitos sonoros de massa podiam atingir e estimular a imaginação dos rádio-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política” (LENHARO, 1986, p. 40-41).

---

<sup>90</sup> Sobre o uso do canto orfeônico como um meio de nacionalização no Rio Grande do Sul, há o estudo de Avancini, 2000.

<sup>91</sup> Nessa década o rádio firmara-se como um importante meio de comunicação, de grande prestígio entre os ouvintes, graças a sua programação diversificada, com “programas humorísticos, musicais, transmissões esportivas, radiojornalismo e às primeiras radionovelas. Em 1937 havia 63 estações e em 1945, 111. O número de radiorreceptores aumentou durante o Estado Novo, de 357.921 aparelhos para 659.762 em 1942” (CAPELATO, 1998, p. 76).



O rádio também contribuía para espalhar a imagem onipresente de Vargas por todo o país, ou seja, até onde suas ondas alcançavam, penetrando no cotidiano das famílias, na intimidade de seus lares, fazendo um pacto com cada cidadão para condensá-lo simbolicamente no coletivo da nação<sup>92</sup> (LENHARO, 1986). Nessa perspectiva, criar-se-ia, em 1931, o programa “Hora do Brasil”, reestruturado em 1939, após a criação do DIP, voltado para a reprodução de discursos, mensagens e notícias oficiais, bem como à exaltação do patriotismo. Tinha três finalidades: informativa, cultural e cívica. Era irradiado diariamente entre as vinte e vinte e uma horas, em cadeia com todas as emissoras brasileiras e mesmo para o exterior, estabelecendo um contato com as regiões mais longínquas, driblando o analfabetismo. Todavia, o controle do rádio mostrava-se fragmentado: Fontes controlava a “Hora do Brasil”, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, tinha sua faixa própria de atuação dentro do horário governamental, Capanema controlava o Sistema de Radiodifusão Educativa e Cassiano Ricardo encarregava-se do Departamento de Divulgação Político-Cultural, da Rádio Nacional (CAPELATO, 1998).

Vargas valorizava o sistema de radiodifusão pela sua importância enquanto meio de educação cívica, ao mesmo tempo que informador das diretrizes do governo e do alcance de suas medidas. Embora contando com a produção e difusão de um ideário estadonovista, a recepção/interpretação da propaganda e a ação não eram unânimes, nem no Brasil, nem no nazi-fascismo europeu. A propaganda pretendia seduzir, manipular, mas os resultados seriam incontrolláveis, pois os consumidores inventam, deslocam, distorcem (CAPELATO, 1996). O fim último, almejado pelo DIP, eram os resultados, e não apenas impressionar.

Para auxiliar o DIP e vigiar de perto, instituíram-se os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs), em 4 de setembro de 1940, pelo

---

<sup>92</sup> “A estratégia radialista do Estado Novo parece acompanhar as pegadas deixadas por Hitler, para quem a palavra falada, não a escrita, tinha sido a responsável principal pelas grandes transformações históricas. O líder nazista apregoava, por sinal, a necessidade da propaganda ser popular e de se equiparar ao nível intelectual da capacidade de compreensão dos mais ignorantes entre aqueles a quem ela era dirigida. A propaganda, afirmou Hitler, devia levar em consideração principalmente o *sentimento de massa*, acompanhar os ‘desejos vagos e as convicções indeterminadas’ do povo para alcançar os fins a que se propunha” (LENHARO, 1986, p. 42).

Decreto-Lei nº 2557. Em nível local, expressavam o pensamento governista e, portanto, intérpretes do Estado Nacional.<sup>93</sup> Objetivavam a aproximação entre

governantes e governados; a divulgação da obra administrativa e política do governo; a divulgação das atividades da administração estadual; a promoção de uma obra cultural visando a unidade nacional pela defesa das autênticas tradições brasileiras; a orientação da imprensa e da publicidade no esforço pela ordem interna do país, pela harmonia da família brasileira e para a defesa da soberania e da honra do Brasil (GOULART, 1990, p.77).

Nessa perspectiva, o DIP desempenhava uma dupla função: era o responsável pela fiscalização do cumprimento das normas de funcionamento dos meios de comunicação em geral, atuando juntamente com os departamentos estaduais sob sua tutela; e o produtor de bens culturais, ao editar livros, cartazes, folhetos, revistas, noticiário jornalístico, além de programas de rádio e filmes, através dos quais divulgava a ação e propostas do varguismo, contribuindo para a propaganda do regime e de seus dirigentes (GOULART, 1990).

Usada em defesa da estrutura governamental, a propaganda transformou-se numa importante arma, interferindo no inconsciente do homem, modificando comportamentos e moldando atitudes discricionárias. Mesmo assim, a oposição não fora totalmente anulada. A imagem de sociedade “una, homogênea e harmônica” veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. As manobras de Vargas dentro dos Ministérios já davam margem para perceber que nem todos estavam de acordo com a política oficial. A resistência e oposição permaneciam. Nas palavras de Capelato (1998, p. 199),

por mais que essas ideologias varguistas tenham sido dominantes, não poderiam ter eliminado completamente as idéias, crenças, valores e tradições anteriormente presentes na cultura popular. Ou seja, só a propaganda não constrói o mito, são precisas ações. O recebimento dessa propaganda nem sempre provocava imediatamente a adesão, e sim, a desconfiança, a resistência, o afastamento.

---

<sup>93</sup> Em telegrama datado de 18/09/1940, dirigido ao interventor Cordeiro de Farias, comunica sobre a criação dos DEIPs e a sua estruturação. Informava que todos os serviços de imprensa, radiodifusão, diversões públicas, propaganda, publicidade e turismo, além de outros deveriam ser reunidos em uma só repartição. A criação dos departamentos estaduais seria de competência das administrações estaduais, à qual estaria subordinado. Caberia ao DIP traçar a orientação técnica, com o intuito de dar unidade aos serviços de propaganda em todo país. “Cada Estado tendo em conta suas possibilidades orçamentárias organizará livremente departamentos, ficando apenas ato nomeação diretor geral serviços sujeito aprovação Presidente da República.” Termina o telegrama pedindo urgência na criação do referido departamento, para iniciar um trabalho conjunto. Telegramas recebidos, Maço 138, CG, AHRS.

## 2.4.2 Comemorar para bem lembrar.

A organização de comemorações cívicas, a celebração de datas nacionais, regadas por discursos exaltados, fora uma das marcas do Estado Novo.

A escolha das datas a serem marcadas, reatualizadas e sacralizadas através da lembrança pública e da celebração, conduziam, automaticamente, a espaços de silêncio, ao esquecimento, à seleção entre o “relevante” e o “irrelevante”, o “grandioso” e o “vergonhoso”. “Através do contraste entre a celebração e o silêncio, é possível compreender que lugares foram conferidos a determinadas práticas e discursos que aludiam à formação da nação através de processos de engenharia e classificação social” (CUNHA, 1999, 262).

O Estado Novo recorreria então à “redescoberta” do Brasil e do brasileiro, como já assinalado anteriormente, recuperando da sua história heróis e datas nacionais, bem como incorporando outras julgadas essenciais. Dentre as comemorações, destacavam-se as paradas de 7 de Setembro, 15 de Novembro<sup>94</sup> e os comícios do 1º de Maio. Além dessas, outras datas tipicamente celebrativas do governo Vargas foram incorporadas, como o seu aniversário,<sup>95</sup> e o 10 de Novembro (implantação do Estado Novo). Ocupavam seu espaço tanto nas capitais como nas pequenas cidades do interior. Tornaram-se momentos privilegiados para a entrega ou inauguração de obras públicas, especialmente escolas.<sup>96</sup>

O governo induzia e organizava as comemorações através do DIP e do Ministério da Educação e Saúde. Conseqüentemente, não brotavam dos anseios da

---

<sup>94</sup> As festividades patrióticas já se revestiam de grandiosidade antes mesmo do Estado Novo, além de momentos de integração étnica: “Neu-Wuerttemberg - Festa de 15 de Novembro (1915?). Nesta colônia foi solenemente festejado a gloriosa data de 15 de novembro. Tomou a si essa patriótica tarefa o Club Republicano local, representado por seus diretores tenentes Gustavo Streppel, Jacob Bock e capitão Minoly Gomes de Amorim [...]. O regozijo popular foi imenso tanto de parte da população alemã, como da Nacional. Estiveram presente o estimado diretor dessa colônia, sr. Hermann Faulhaber, Pastor Kolfhaus, tenente Joaquim Amorim Junior, digno escrivão da Coletoria Estadual dessa cidade, exmas. Famílias, moradores da zona de campo, associações, etc. [...] Em seguida foram pronunciados dois aplaudidos discursos pelos oradores oficiais capitão Minoly Amorim (em português) e tenente Gustavo Streppel (em alemão), estando o salão Heinrich literalmente repleto de povo e exmas. Famílias. Falou também o nosso amigo Pedro Silva [...]. O corresp.” (ÁLBUM de recortes de jornal de Minoly Gomes de Amorim).

<sup>95</sup> Em 1940, sugeriu-se a data natalícia de Vargas (19 de abril) como o dia da Juventude Brasileira, recebendo a iniciativa o apoio, por exemplo, do Ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, o qual ressaltava as medidas de nacionalização adotadas tendo por alvo a mocidade brasileira, enfrentando o problema da educação moral e cívica da sociedade (CP 16/mai./1940, n. 113, p. 3). A sugestão foi acatada oficialmente em abril de 1941. (Cf. Telegramas recebidos 1941. Maço 144, CG, AHRs).

população e o civismo ali representado tornava-se um tanto artificial e forçado. A organização era coordenada pelo poder central.

TELEGRAMA RIO, 08/03/1941. Of. – Interventor Cordeiro de Farias - P ALEGRE. Transcorrendo dia 19, aniversário Presidente Getúlio Vargas, Cruzada Nacional de Educação resolveu comemorar essa data com expressivo programa solenidades que assinalará gratidão nacional ao Chefe Governo, que tanto tem feito pela instrução espiritual das novas gerações brasileiras. Afim de que essas comemorações se revistam do maior brilhantismo em todos os pontos País, solicito interesse Vossência junto Prefeitos municipais desse Estado no sentido ser dado pleno apoio a iniciativa. Cordiais saudações GUSTAVO CAPANEMA – Ministro Educação Saúde.<sup>97</sup>

Elas também serviam para confirmar a propaganda política que enfatizava a busca de harmonia social e a eliminação dos conflitos, ocultando a coerção e as práticas repressivas ocorridas quotidianamente (CAPELATO, 1998).

Em todas as ocasiões, o Estado Novo explorava as representações visuais do regime, colocando em primeiro plano a Bandeira Nacional e a figura de Vargas. Suas fotografias integravam o cotidiano das famílias, tanto nas suas residências, como em repartições públicas, escolas, entidades sociais.<sup>98</sup>

Os monumentos, alusivos ao regime, ocupavam os espaços das praças. De acordo com Le Goff (1984, p. 95), o monumento “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.” Regra geral, o poder vale-se dos monumentos para sua perpetuação. O valor da lembrança antecede a sua instauração/construção como um *locus* da memória pública. Nora (1993) acrescenta que os monumentos só se transformam em um lugar de memória se a imaginação os investe de uma aura simbólica, de um significado, do contrário, não adquirem sentido nenhum.

A inauguração de cada monumento ou fotografia de Vargas merecia uma solenidade oficial e a sua ampla divulgação, através de jornais ou do envio de telegramas às autoridades competentes, dando conta do fato. Em 19 de agosto de

---

<sup>96</sup> Cf. Correspondência recebida 1941. Maço 144, CG, AHRS.

<sup>97</sup> Correspondência recebida 1941. Maço 142, CG, AHRS.

<sup>98</sup> Na Alemanha, instaura-se o culto à personalidade de Hitler, divulgando a imagem positiva de Hitler, representada nos mais diferentes gêneros: bustos, estátuas, fotos, brochuras, monografias ilustradas, álbuns, etc. Nos lares a fotografia do *Führer* invadia os espaços e a sua voz entrava nas casas através do rádio, operando junto ao mental coletivo.

1939, o exator estadual de Cruz Alta, Victor Hugo Azevedo, comunicava ao interventor que “nesta data presente altas autoridades civis e militares foi inaugurado solenemente nesta exatoria o retrato do eminente Presidente da República Dr. Getúlio Vargas.”<sup>99</sup> Seguindo a lógica de Le Goff (1984), era mais uma forma de integrar a memória pública e tornar-se monumento histórico, pois “a razão fundamental de ser um lugar de memória, é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. Nora (1993) acresce que há (criam-se) locais de memória porque não existem mais meios de memória.

Os banquetes concorridos, bem como as festas, recepções, as viagens pelo interior do país, pretendiam-se como momentos e ocasiões de unidade nacional, bem como uma maneira de solidificar o poder por todo o território. Nessas oportunidades, aproveitava-se para ostentar a grandeza do poder, além de estimular a sensibilidade dos assistentes, com o intuito de causar forte comoção, exacerbando emoções (CAPELATO, 1998).

Para assegurar o sucesso das comemorações e abranger um público maior, a imprensa foi fundamental, tanto na criação da expectativa em torno desses acontecimentos quanto na cobertura completa dos mesmos, descrevendo nos mínimos detalhes todos os movimentos, os cortejos, os discursos e os jantares.<sup>100</sup> Um exemplo típico, que sensibilizaria todos os gaúchos, foi a visita de Vargas ao Estado do Rio Grande do Sul, em março de 1940: a descrição do jornal Correio do Povo levava o leitor para um mundo de fantasia, alimentando um clima de expectativa e ansiedade. Vários números do jornal referiam-se à vinda de Vargas, mobilizando toda capital para a sua recepção. Os escolares eram o principal alvo:

---

<sup>99</sup> Correspondência Recebida 1939. Maço 132, CG, AHRS.

<sup>100</sup> “O noticiário político ressaltava a presença de um Estado provedor, com planos e soluções para todos os problemas da vida nacional. As grandes datas do regime eram marcadas por longas matérias, frequentemente de primeira página, nos jornais. E quase sempre incluíam fotos do presidente, emblemas ou desenhos com *slogans* de celebração do regime. A elaboração desses artigos geralmente mantinha a mesma estrutura: eles retratavam de início a situação política do país anterior a 1930, ressaltando a falta de objetivos, a cegueira política dos líderes da Primeira República e a ameaça da desordem e do caos. Por vezes, descreviam sucintamente o período constitucional pós-30, tomado como fase preparatória, fase de erros e acertos, onde as instituições ganharam forma e buscaram equilíbrio. O Estado Novo aparecia, então, como o ponto de chegada, o clímax da vida política nacional, fechando o ciclo do movimento revolucionário de 1930” (GOULART, 1990, p. 113-114).

Convocação aos escolares. A Secretaria da Educação convoca todos os alunos das escolas primárias, públicas e particulares, e dos ginásios, masculinos e femininos, para comparecerem amanhã, às 13 horas, ao estabelecimento de ensino em que estão matriculados, a fim de participar da recepção do Presidente da República, que será às 15 horas. A convocação é extensiva aos alunos que ainda não possuem fardamento. A juventude porto-alegrense saberá, sem dúvida, evidenciar, mais uma vez que deposita a sua fé e a sua confiança na pessoa do Chefe da Nação (CP 12/mar./1940, nº 59, p. 1).

Ao mesmo tempo, convidava-se o povo de Porto Alegre a sair às ruas:

Devendo chegar hoje, à esta cidade, o grande brasileiro Dr. GETÚLIO VARGAS, tenho o prazer de convidar a população para recepcioná-lo condignamente. Neste momento, a presença do povo a este ato de carinhoso acolhimento, impõe-se mais do que nunca, como imperativo de gratidão ao eminente Chefe, que, tendo facilitado os recursos financeiros à Capital, proporcionou à nossa linda cidade todos os surtos de progresso destes dois últimos anos. José Loureiro da Silva, Prefeito (CP 12/mar./1940, nº 59, p. 1).

Já a narrativa da chegada de Getúlio na Capital, em 12 de março, foi estampada em longas manchetes e ocupou boa parte das páginas da edição do dia seguinte. A manchete, com vários subtítulos, dava a idéia da importância do acontecimento:

O sr. Getúlio Vargas chegou ontem a Porto Alegre. A recepção ao Presidente da República revestiu-se de extraordinário brilhantismo – Cerca de 20 mil escolares em desfile – As demonstrações populares – S.Excia. fala ao povo riograndense – Programa de homenagens – O embarque amanhã para Saycan”

Expectativa intensa – 20 mil crianças – A chegada – O desembarque – Fala o prefeito da cidade – O arco triunfal – O desfile – No Palácio do governo – Comissão de recepção – Oficiais a disposição – Fala o chefe da Nação – A homenagem das professoras – S.Excia recolhe-se aos aposentos em Palácio – Liga de Defesa Nacional – Uma conferência – Jantar íntimo – Embarque para Saycan – Casa da Criança inválida – Banquete de 50 talheres – O dia de hoje e de amanhã – Inauguração da Caixa Econômica (CP 13/mar/1940, nº 60, p. 7).

Sobressaía, na reportagem, a reunião de cerca de 20 mil escolares, devidamente fardados, distribuídos em diferentes locais de Porto Alegre, saudando as autoridades. Ressaltava-se, mais uma vez, a preocupação que o governo federal e o estadual dispensavam ao setor educacional e às crianças, almejando sua cooptação em defesa dos interesses nacionais e sua nacionalização enquanto ainda estivessem nos bancos escolares. Essa aura de demonstrações nacionalistas, estampada nas páginas do jornal, visava contagiar os que estavam presentes e os recalitrantes.

Conclui-se que, ao longo do Estado Novo, a busca pela criação de uma história e de uma memória nacional guiava boa parte das medidas adotadas, dentre as quais a promoção de grandiosas e comoventes comemorações. De acordo com Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea”, daí que é preciso criar arquivos, museus, manter aniversários, organizar celebrações, dado que essas operações não são naturais e sem uma vigilância comemorativa, a história facilmente as varreria.

### **3 A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO: A FACE REPRESSIVA DO ESTADO NOVO.**

É um erro supor que o Estado implantado a 10 de Novembro, é inimigo dos estrangeiros e se ferra de um nacionalismo impertinente, exorbitante e cego. A nova fórmula estatal, brasileira, sobreveio à confluência destes dois imperativos: realizar a paz e fomentar a prosperidade. *(Serviço de Divulgação da Polícia do Rio, CS 28/mai./1938, p. 1)*

#### **3.1 IMIGRAÇÃO: CONVENIENTE E NECESSÁRIA.**

##### **3.1.1 O Império e os Imigrantes**

Migrar faz parte da vida da humanidade. Trata-se de um fenômeno complexo, podendo incluir tanto um movimento de população dentro de uma comunidade e uma curta distância, quanto um movimento transoceânico, durando desde poucos dias até pelo restante da vida. Desse modo, o termo migração é ambíguo e indefinido, não havendo uma unidade de pensamento historiográfico a seu respeito.<sup>101</sup>

Raison (1986, p. 488) entende a migração como “qualquer deslocação individual ou colectiva de um ponto para outro, desde o contínuo movimento dos

---

<sup>101</sup> Viales Hurtado (2000, on-line) lembra que devem ser colocadas algumas questões importantes para entender o fenômeno migratório e tentar estabelecer padrões gerais: “¿Por qué migran las personas? ¿hacia dónde migran? ¿qué determina la magnitud, temporalidad y composición de las “mass migrations”? ¿cuáles son los efectos, en general, en los migrantes y los países de origen y recepción?”.



povos caçadores ou recolectores até ao grande êxodo estival que sobrepovoa, no mês de Agosto, as praias do Mediterrâneo”. Para ele, trata-se de um fenómeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. Um movimento migratório aparentemente homogêneo pode apresentar em seu interior motivações diversas, desde econômicas, sociais, políticas, religiosas ou demográficas (Cf. KLEIN, 1999).

O migrante vive numa constante dialética de expulsão e atração. No século XIX, a Europa experimentava um grande crescimento econômico e demográfico, refletido numa rápida industrialização e urbanização. Essa transição implicou profundas mudanças no sistema produtivo, como o encarecimento das terras e a conseqüente expulsão do campesinato; a substituição gradativa do trabalhador pela máquina, etc. Ao contrário, a América necessitava de mão-de-obra, abundando em terras férteis e baratas. Dessa forma, as correntes migratórias européias que rumavam para o “Novo Mundo” resolviam os problemas demográficos e de trabalho de ambos. Todavia, esse movimento apresentava desdobramentos peculiares, pois, segundo Sayad (1998, p. 54-55),

um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, nesse caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho [...]. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.

Os efeitos do fenómeno migratório manifestam-se geralmente após um período relativamente longo, tanto no ambiente emissor quanto no receptor, extrapolando os dados estatísticos (RAISON, 1986). Em geral, provoca um desequilíbrio no mercado de trabalho (sobra ou carência de mão-de-obra), elevadas taxas de crescimento (ou decréscimo) da população em um curto espaço de tempo, novas necessidades sociais – infra-estrutura urbana, moradia, educação, saúde, alimentação, etc.

O movimento migratório também exige a existência de duas vontades, social e politicamente construídas, que convergem:

a “vontade” do país em receber e a “vontade” do grupo em ser recebido. De um lado, o porquê da imigração, as normas, os valores, as idéias, a filosofia e as práticas jurídico-políticas definem o *ethos* da sociedade receptora e, de outro lado, há o projeto do grupo migrante, que inclui desde os motivos que o trouxeram à nova terra até as suas metas de fixação ao novo ambiente (PEREIRA, 2000, p. 10).

Isso também suscita outras questões fundamentais para a posterior integração e assimilação: “à receptividade da sociedade aos de ‘fora’, à compatibilidade entre a sociedade acolhedora e o grupo acolhido e às dimensões social e cultural implícitas no processo de integração” (PEREIRA, 2000, p. 10).

O Brasil figurava como um dos destinos dos excedentes populacionais europeus. No início do século XIX, o governo imperial investiu maciçamente em propaganda para atrair trabalhadores estrangeiros, com o intuito de povoar os “vazios geográficos”, assegurar fronteiras, desenvolver a agricultura e obter soldados. Essa política atendia interesses e reivindicações de setores específicos: São Paulo queria mão-de-obra barata para as lavouras de café, o Rio Grande do Sul buscava trabalhadores dispostos a se estabelecer de forma definitiva, em pequenas propriedades agrícolas, valendo-se do trabalho familiar. Gradualmente também se instituiu o trabalho livre numa sociedade predominantemente escravocrata.

Outro objetivo, nem sempre declarado mas que preocupava as oligarquias, era o branqueamento da população. “A classe mais favorecida do Brasil via a construção da nacionalidade brasileira como uma batalha na qual a existência real da sociedade afro-brasileira seria neutralizada pela miscigenação, e a proibição da entrada de africanos, eventualmente, faria a comunidade desaparecer” (LESSER, 1994, p. 121). Vivia-se numa sociedade dividida por dois extremos: preto ou branco. Para os mestiços ou amarelos, restava uma posição intermediária ambígua, com a qual jogava-se conforme os interesses. A brancura como requisito de inclusão na “raça” brasileira sempre foi importante, mas ser branco em 1850 e em 1937 mudara marcadamente.

O governo imperial distribuía internamente os imigrantes conforme chegavam em seus portos. Ao longo do Império, a política imigratória sofreu vários reveses. Ora o governo imperial era o responsável, ora o provincial. No caso sulino,

paralelamente à iniciativa oficial, incentivou-se a vinda espontânea de estrangeiros. Até a primeira década do século XX, não havia uma legislação específica referente à imigração, definindo quem era o imigrante, ou estabelecendo um perfil desejado, permitindo assim a entrada dos denominados “indesejáveis”.

Uma parcela considerável dos imigrantes dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, província de importância capital no momento, por sua posição estratégica de fronteira, disputada palmo a palmo com os castelhanos. No período republicano, os governantes também vislumbravam nos estrangeiros uma possibilidade de oposição ao poder e hegemonia dos pecuaristas latifundiários, com a formação de uma classe de pequenos proprietários, dedicados à produção agrícola diversificada e familiar, barrando a expansão da campanha e neutralizando seu poder de decisão.

Os primeiros imigrantes de origem germânica foram introduzidos na província pelo governo imperial em 1824, estabelecendo-se na Real Fitoria do Linho e Cânhamo de São Leopoldo, às margens do rio dos Sinos. Várias levas se seguiram, rumo ao mesmo local. Com a sua expansão, povoaram densamente os vales dos rios Sinos, Caí e Taquari.<sup>102</sup>

O imigrante recebia, para se estabelecer, um lote colonial, inicialmente de 77 hectares, decrescendo gradualmente para 25 hectares, além de auxílios em sementes, instrumentos de trabalho, auxílio financeiro, com facilidades de pagamento. Depois de 1850, com a Lei de Terras,<sup>103</sup> passara-se a exigir o pagamento do referido lote, originando então a dívida colonial. Porém, a área de terras que cada família adquiria era insuficiente para a reprodução do campesinato ali formado já a partir da segunda geração, redundando numa grande mobilidade dessas populações (SEYFERTH, 1988).<sup>104</sup> Uma geração de imigrantes esgotava o

---

<sup>102</sup> Após os alemães, seguiram-se os italianos, a partir da década de 1870, em grande número, além de outros grupos étnicos, como poloneses, austríacos, árabes, japoneses, chineses, etc. Ao longo de todo período, a entrada de espanhóis e portugueses foi constante e elevadíssima.

<sup>103</sup> A lei 601, embora editada em 1850, apenas foi regulamentada em 1854. Pela mesma, o controle das terras devolutas passou para as províncias, bem como definiu a concessão de terras devolutas exclusivamente por compra – o que permitiu a sua apropriação por empresas colonizadoras particulares.

<sup>104</sup> O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 transferiu para as províncias a competência em matéria de colonização. A partir de 1850, o governo provincial incentiva a imigração espontânea. Outra lei importante foi promulgada em 1854, vigorando até fins do século XIX, estabelecendo que as terras não seriam mais doadas aos colonos, mas vendidas, à vista ou a prazo (sem juros, pagáveis em cinco anos), o que foi utilizado no Rio Grande do Sul como a verdadeira carta de colonização. Uma

solo com o seu uso intensivo, somado ao desmatamento e à utilização de técnicas incompatíveis com a estrutura agrária e a altas taxas de natalidade, não restando opção para a geração seguinte (ROCHE, 1969).

Assim, no Brasil, o colono<sup>105</sup> nunca foi tão sedentário quanto o agricultor na Alemanha. Caracterizavam-no “a ânsia por novas terras e o *‘Wanderlust’* (desejo de peregrinar). Quando encontrava terras melhores para si e seus filhos, tornava a se mudar novamente” (FOUQUET, 1974, p.30), não dando mostras de apego à terra, mas sim, à propriedade. Roche (1969) aponta que excetuando os que permaneciam no lote paterno, os descendentes de colonos emigravam em média uma vez durante sua vida, alimentando as migrações internas, o que representa uma marca distintiva da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

O “pioneirismo” permanente expandiu rapidamente a fronteira agrícola, formando novos núcleos de imigrantes em áreas cada vez mais afastadas da capital. As empresas colonizadoras particulares foram fundamentais nesse processo, adquirindo grandes extensões de terras públicas com o compromisso de colonizá-las.

### 3.1.2 Imigração na Primeira República

A Constituição Republicana de 1891 não mexeu significativamente na política imigratória e de colonização. No Rio Grande do Sul, o novo governo de feições positivistas adotou o sistema de colônias mistas, fixando, em um mesmo núcleo, imigrantes de diferentes grupos étnicos. O primeiro empreendimento, obedecendo a esse novo padrão, foi a colônia de Ijuí, na região Noroeste do estado, fundada em 19 de outubro de 1890. Para a mesma, também afluíram inúmeros colonos da antiga região colonial. A esse processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas,

---

decisão de 24 de dezembro de 1879 suspendia todas as despesas com a imigração oficial e substituía o Regulamento de 1867 por novas disposições (ROCHE, 1969).

<sup>105</sup> Nesse estudo, entende-se por colônia a terra a ser ocupada e cultivada, destinada à atividade agrícola. Já por colono o indivíduo que cultivava a colônia, ou seja, este espaço destinado à agricultura. Salienta-se que nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. No contexto analisado, trata-se de um colono deslocado de sua terra de origem para outra, o Brasil. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. No caso brasileiro, a intervenção governamental fora imprescindível. Logo, os imigrantes passaram a se identificar e reconhecer como colonos e seus espaços como colônias. Todavia, atualmente há uma nítida diferenciação: colono refere-se ao homem do meio rural, e em muitos casos, de forma depreciativa, como sinônimo de ignorante, “atrasado”. Sobre esses conceitos, conferir os trabalhos de GIRON, 1997; SEYFERTH, 2000; WEBER, 2002.

promovido pelas sucessivas frentes pioneiras, compostas por colonos filhos de imigrantes ou eles próprios, Roche (1969) denominou “enxamagem”.<sup>106</sup>

As zonas florestais do Planalto, chamadas de “colônias novas”, transformaram-se no escoadouro dessa população. Para isso, contribuíram a construção da ferrovia, ligando Cruz Alta a Santa Maria, em 1894, além dos baixos preços e a fertilidade do solo.<sup>107</sup> Havia, também, o desejo de povoar esse recanto com camponeses, já expresso em 1887 pela Câmara de Cruz Alta, disponibilizando gratuitamente 115 lotes de terras, o que não foi aceito pelo governo provincial, retardando a colonização até 1890, quando foi fundada Ijuí (ZARTH, 1997).<sup>108</sup>

A ocupação do Planalto Médio gaúcho iniciou por volta de 1800, com a penetração de paulistas e lusos, instalando seus ranchos provisórios nas zonas de campo e legalizando as suas posses, recebendo, alguns, ainda sesmarias.<sup>109</sup> A região de Cruz Alta pertencia no século XVIII aos povos da redução missioneira de São João Batista, integrante dos Sete Povos das Missões. Além disso, fazia parte do caminho das tropeadas de mulas rumo à Sorocaba (São Paulo), em cujas andanças, “pelos suas aguadas, ótimas pastagens, amenidade do clima, Cruz Alta convertia-se em pouso dos tropeiros. Assim foram estabelecidos os primeiros ranchos – que eram

---

<sup>106</sup> Com a colonização mista, pretendia-se evitar a formação de quistos étnicos, bem como propiciar a integração mais rápida dos imigrantes com o elemento nacional. Assim, dirigiram-se para Ijuí, poloneses, alemães, italianos, suecos, austríacos, russos, árabes, etc.. A colonização oficial foi paralisada pela Revolução Federalista, quando houve um incremento do afluxo de colonos oriundos das colônias velhas. Como aponta Fischer (1967, p. 6) “o que deu a Ijuí aquele cunho especial de tratar-se aparentemente de uma colônia ‘alemã’, foi a conglomeração das massas de teuto-russos, de austríacos e, principalmente, de teuto-brasileiros, além de um bom punhado de teuto-poloneses, de teuto-húngaros, e de teuto-romenos. Todos estes grupos étnicos apenas falaram o alemão como sua ‘língua materna’, sendo portanto em geral tratados simplesmente ‘alemães’, embora os grupos se distinguiram consideravelmente uns dos outros nos caracteres e costumes”. A emancipação de Ijuí transcorreu em janeiro de 1912.

<sup>107</sup> A instalação das primeiras famílias e o arroteamento das primeiras terras, bem como a ampliação da viação férrea logo incidiram nos preços das terras, que em poucos meses tiveram seus valores multiplicados (Cf. ZARTH, 1997).

<sup>108</sup> Conforme Amstad, Ijuí e São Leopoldo apresentaram traços e papéis similares. Como São Leopoldo fora o “centro de irradiação das chamadas colônias antigas, ou colônias ‘velhas’, assim Ijuí seria o centro de irradiação das colônias ‘novas’ no norte e noroeste do Estado. A partir daí, a região se transformou num grande laboratório de experiências de colonização. Entre os anos de 1890 e 1930, foram implantados, no mínimo, quatro modelos de colonização. Ijuí foi uma iniciativa do governo federal, Santa Rosa, do governo estadual, e Santo Ângelo, um projeto municipal. Todas as demais colonizações foram empreendimentos particulares, ou de empresas, ou de associações ou de pessoas físicas” (AMSTAD, 2002, p. 20).

<sup>109</sup> Mesmo havendo várias sesmarias na região serrana, sua concessão foi por pouco tempo. Pois em 1822 a doação de sesmarias é abolida e as terras passam a ser concedidas mediante a emissão de títulos de posse.

estâncias embrionárias” (ROCHA, 1964, p. 10). Originava-se, então, o povoado de Cruz Alta, fundado em 18 de agosto de 1821.<sup>110</sup> Elevado a vila, transformou-se no centro político e econômico – economia baseada no tripé erva-mate, mulas e gado vacum – do planalto gaúcho, posição que manteve por todo século XIX e início do XX.<sup>111</sup> Em 1889, com a mudança do regime, converteu-se num reduto republicano (Partido Republicano Riograndense), chefiado pelo coronel Firmino de Paula.<sup>112</sup>

Paralelas à sede cruzaltense, as terras mais afastadas também povoavam-se lentamente, como a zona de campo da futura colônia de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Entre seus povoadores, predominavam os estancieiros e posseiros luso-brasileiros, os quais, mesmo estabelecidos de forma isolada, mantinham relações comerciais e sociais entre si e com a sede de Cruz Alta, incrementando um pequeno comércio e instalando fábricas artesanais familiares. A partir de 1880, tanto os campos de Encarnação como de Boa Vista foram povoados rapidamente, contribuindo para isso a ferrovia, decisiva para

---

<sup>110</sup> Cruz Alta foi elevado a Comarca Eclesiástica em 1 de julho de 1832, e a paróquia em 24 de outubro do mesmo ano; à categoria de Vila em 28 de maio de 1834 e a cidade em 12 de abril de 1879. Possuía uma área de aproximadamente 60.000 km<sup>2</sup>, inicialmente. Como uma pequena vila isolada nascente, sua “economia municipal escorava-se no tripé – erva-mate, mulas, gado vacum. O principal item da arrecadação era constituído pelo imposto sobre a exportação da erva-mate, que passava pelo rigoroso crivo das barreiras alfandegárias, quando, acaso, não se evadia pelos descaminhos do contrabando.” A extração da erva-mate era efetuada pelos ervateiros, que em sua maioria eram posseiros ou pequenos agricultores e extraíam a mesma nos ervais públicos (Cf. ROCHA, 1964; FÉLIX, 1987).

<sup>111</sup> “Na sua formação histórica, há muitas diferenças entre a região Planalto Médio e, por exemplo, a campanha, na metade sul do estado, até a fronteira. Uma delas é a presença de extensas áreas de matas nativas de erva-mate – por dois motivos básicos. A extração da erva-mate foi a riqueza econômica primordial da região, mantendo essa importância ao longo do séc. XIX e durante a República Velha, com tudo que trouxe de consequências sócio-políticas, e que veremos configurada na luta entre o poder do mato (representado pelos ervateiros, lavoureiros e chacareiros, identificados com as forças da oposição política) e o poder do campo (representado pelos estancieiros, identificados com as forças do situacionismo). Por outro lado, a mata densa, ao contrário dos pampas da campanha, constituía-se em local de fácil refúgio até para a fuga pelo Rio Uruguai, o que terminou fazendo da região, no Império e na República Velha, sobretudo de Palmeiras das Missões, um reduto de grande concentração de bandidos e marginais, responsável pelo alto grau de violência que acompanhou a história deste município. [...] Enquanto Cruz Alta, juntamente com Passo Fundo são cidades formadas por tropeiros paulistas e paranaenses e voltadas para a criação de gado, Palmeira é de formação heterogênea, com bandidagem oculta na mata” (FÉLIX, 1987, p. 83-84).

<sup>112</sup> Em Cruz Alta, na transição política houve a substituição no poder político do Cel. José Gabriel da Silva por um representante do poder do PRR, o Gen. Firmino de Paula, general da Revolução Federalista, coronel da Guarda Nacional, primo de Júlio de Castilhos e homem de absoluta confiança de Borges de Medeiros; nomeado como subchefe de polícia da 2ª região, em 1901. De personalidade forte e autoritária, dominou a política serrana por mais de 30 anos, até seu falecimento em 1930. Para substituí-lo na subchefia de polícia na década de 20, preparou seu genro, Coronel Victor Dumoncel Filho, do distrito de Santa Bárbara (cf. FÉLIX, 1987).

integrar o Planalto ao restante do Estado,<sup>113</sup> o que facilitou o deslocamento dessas populações, bem como o escoamento da produção. Um resultado imediato foi a valorização das terras.

A instalação da Comissão de Terras e Colonização, em 1917, iniciaria uma fase de política de terras, vindo a disciplinar e incrementar o crescimento demográfico da região. Concomitantemente, a antiga área colonial já se encontrava densamente povoada. Contribuíam para isso a vinda constante de novos contingentes imigratórios e o elevado crescimento vegetativo dessas populações. Todavia, a gleba de terras que o imigrante recebia era muito reduzida, o que não proporcionava a permanência dos filhos nela. Além disso, o esgotamento do solo já se tornava visível, bem como o valor das terras arroteadas era muito elevado. Teve início, então, um processo de migração interna rumo a novas terras, inexploradas, férteis e baratas. Esse fenômeno desencadearia a colonização da região Norte e Oeste do Estado.

Ao lado das colônias oficiais, propagavam-se as “particulares”, com características próprias. Roche (1969) afirma que elas não desenvolveram meios de comunicação na mesma proporção que as do governo, resultando num isolamento mais acentuado, primando pela homogeneidade étnica e confessional. As mesmas, apesar de receberem muitos imigrantes, contavam com cerca de 50% de migrantes internos.

Um exemplo típico de colonização particular no Planalto gaúcho, foi a colônia de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, da Empresa Colonizadora Herrmann

---

<sup>113</sup> Um dos primeiros povoadores da área que formaria Neu-Württemberg foi o estancieiro paulista Manoel José da Encarnação, instalando-se por volta de 1823, na área que atualmente compreende a localidade de Encarnação e arredores. Em sua fazenda, construiu uma capela, denominada de Nossa Senhora da Conceição. Faleceu em Cruz Alta, em 29 de setembro de 1846. Outro morador foi João Luis Malheiros, português, veio para o Brasil em 1855, adquirindo sua posse de terras no povoado de Cruz Alta. Em 1858 casaria com a filha de Encarnação, Maria Magdalena, fixando-se na atual Boa Vista. Explorava uma cascata no Arroio Farinheiro, onde construiu uma atafona para a fabricação de farinha de mandioca e outros. Em 1880, juntamente com seus filhos, montou uma loja de secos, molhados e ferragens, abastecendo vasta região, e mantendo relações comerciais com Santa Maria, Porto Alegre, e locais da campanha gaúcha. Nessa época, também instalou uma olaria para fabricar telhas e tijolos. Na área que compõem o atual centro de Panambi, Francisco Manoel de Barros (Chico Saleiro), outro grande proprietário, possuía uma serraria e um engenho de farinha de mandioca, além de trabalhar no comércio de sal. Por volta de 1900, já havia 5 atafonas em terras panambienses. “A Parada Belizário da ferrovia foi inaugurada em 31/mai./1897 no povoado das nascentes do Arroio Lajeado. A parada foi elevada à categoria de Estação em 13/nov./1922, conforme Aviso Ministerial nº 156 dessa data” (MALHEIROS, 1990, p.34).



Meyer, de propriedade do editor alemão Herrmann Meyer<sup>114</sup>, que teve importante atuação na região Noroeste do estado, a partir de 1896, quando adquiriu as primeiras terras.<sup>115</sup> A compra mais importante e de maior extensão territorial efetuiu-se em 1898, tratando-se da futura colônia Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, reunindo várias posses adquiridas de particulares (estancieiros), localizada próxima à viação férrea, no interior do município de Cruz Alta (ver ANEXO A e B ). Serviu, desde o princípio, como “cartão-postal” da colonizadora na propaganda para a atração de camponeses, artesãos, professores, pastores, etc, tanto na Alemanha como nas colônias velhas.

Com Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, Meyer objetivava formar um núcleo étnico e confessional, trazendo imigrantes alemães – o que era sugerido pelo próprio nome – e protestantes.<sup>116</sup> Esse discurso transparecia de modo explícito em

---

<sup>114</sup> Herrmann Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hislburghausen. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual posteriormente torna-se chefe. Realizou estudos de antropologia nas universidades de Leipzig, Berlim e Estrasburgo. Motivado pelo êxito das expedições de Karl von den Steinen ao Brasil Central, também empreendeu uma em princípios de 1896, visitando o Xingu matogrossense. Foi aí que surgiu a idéia de adquirir uma gleba de terras no Brasil destinada a colonização, deixando isso a cargo de Carlos Dhein, que o acompanhara na expedição e conhecia as terras do alto Uruguai. O mesmo efetuou várias aquisições de terras desde 1896, realizando as compras mais significativas em agosto de 1898, tratando-se das posses que compuseram a colônia Neu-Württemberg. Meyer visitou pela primeira vez essas possessões em novembro do mesmo ano, seguindo para a região do Xingu em 1899. Sua última viagem ao Brasil, visitando suas colônias transcorreu em 1900, logo após contrair matrimônio, chegando em Porto Alegre em 1 de setembro, demorando-se até dezembro, dirigindo-se então a Neu-Württemberg. Foi a última vez. Faleceu em Leipzig em 17 de março de 1932. A empresa encerrou suas atividades, declarando sua falência no início dos anos 1950, após um longo processo, contando com vários problemas e dívidas (Cf. LEITZKE, 1980).

<sup>115</sup> Em 17 de outubro de 1897, Dhein escreveria a Meyer confirmando a aquisição de uma área de terras, a qual denominou Xingu. “Título de 18 de julho de 1883. Escritura de 12 de Novembro de 1897 de uma área de 18.182.812 metros quadrados, sita na freguesia de Santo Antonio da Palmeira e comprada a Maria Rita do Espirito Santo”. Essa colônia nunca progrediu devido ao seu isolamento no Estado, mas marca o início da fase de colonização da empresa. As demais áreas adquiridas por Dhein, atendendo em parte a sua ambição pessoal de colonizar, foram: posse de Antônio Galvão Pereira, em 05.05.1898, com uma área de 10.000.000 m<sup>2</sup>, na Colônia de Boi Preto, atual distrito de Palmeira; a posse de Maria Magdalena de Moraes, em 31/ago./1898, com área de 9.507.336 m<sup>2</sup>, formando parte da Colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, ampliada com as aquisições: posse Cassiano de Oliveira Mello, em 1898, com área de 2.601.688 m<sup>2</sup> e posse de Francisco Manoel de Barros a 01/mai./1899 com área de 12.901.055 m<sup>2</sup>; posse de Evaristo Teixeira do Amaral, em 09.03.1899, com área de 92.994.430 m<sup>2</sup>, em Erval Seco; posse de Júlio Prates de Castilhos, em 31.10.1900, com área de 10.867.905 m<sup>2</sup>, colônia Castilhos, atual Júlio de Castilhos (FAUSEL, 1949, p. 6; A NOTÍCIA Ilustrada, 17/ago./1998, p.1).

<sup>116</sup> O povoado de Panambi, quando teve início a colonização, era conhecido como Salinas, de acordo com a primeira escritura de terras, quando pertencia ao quarto distrito de Cruz Alta. A partir de 1898, com a entrada da empresa colonizadora, a área adquirida passa a se chamar Neu-Württemberg. Em 1901, a vila, e somente a vila, recebeu o nome de Elsenau, em homenagem da Sra. Else, esposa de Herrmann Meyer. Em 1916 foi criado o 8º Distrito do município de Cruz Alta, desmembrado do 4º Distrito de Santa Bárbara do Sul, que recebeu o nome oficial de Neu-Württemberg, com sede na vila Elsenau.



um livreto de propaganda de sua autoria, escrito em 1904, em língua alemã, com circulação tanto no Brasil como na Alemanha. Após descrever as características naturais e o potencial agrícola de suas colônias, afirmava que nelas aceitavam-se apenas agricultores alemães, preservando a sua cultura. Assegurava, também, que as atividades comerciais mais relevantes eram desenvolvidas por alemães, e que os “intrusos” que por ventura houvessem já estavam partindo em retirada para áreas mais longínquas (MEYER, 1904, p. 1-5). Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi mostrava-se, então, como um projeto de colônia para receber alemães, “um exemplo notável de homogeneidade no povoamento, que foi essencialmente germânico e, em grande maioria, protestante” (ROCHE, 1969, p. 348).<sup>117</sup>

Em outra publicação, lançada na década de 1930, por uma entidade local e tendo como público alvo a Alemanha, reafirmava-se essa imagem, salientando que em Neu-Württemberg o caráter alemão era mantido, tanto através da Igreja como das escolas e entidades culturais, apresentando-a como um possível destino para os emigrantes europeus (FAULHABERSTIFTUNG, 1933).

Contrariando o projeto de seu idealizador, a maior parte dos imigrantes não viria da Alemanha, muito menos de Württemberg.

Durante uns trinta anos, as antigas colônias forneceram da metade aos dois terços dos novos habitantes da colônia; Neu-Württemberg poderia também ter-se chamado “Nova Teutônia”, pois a antiga colônia deste nome deu, sozinha, quase o terço do contingente deles, de 1905 a 1935. Não só Neu-Württemberg serviu de exutório às antigas colônias, mas seu desenvolvimento foi facilitado pela homogeneidade e pela experiência pioneira da maior parte de seus fundadores (ROCHE, 1969, p. 349).<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Pela documentação consultada, percebe-se que pelo menos até o final da década de 1920, enquanto Faulhaber administrava a empresa, raramente eram vendidas terras para quem não fosse de origem alemã. Weber (2002), referindo-se ao caso de Ijuí, mas o qual pode ser generalizado para toda região, explica que os termos “brasileiro” e “de origem” integram o vocabulário étnico regional. Assim, ser “de origem” significa descender de imigrantes europeus. Por oposição, há os “brasileiros”, que englobam os descendentes de portugueses, os negros e os mestiços. O referido termo trazia embutida uma carga de preconceitos, como a menor disposição ao trabalho comparativamente aos descendentes de imigrantes, além de tê-los como promotores de desordens.

<sup>118</sup> As primeiras famílias de origem alemã que se radicaram em Neu Württemberg em julho de 1899, oriundas das colônias velhas, foram: Jacob e Peter Bock e Ernest Müller. Em sete de Agosto de 1899, veio a segunda leva, que se estabeleceu na área destinada para a vila: famílias Hermann Sörensen, Hermann Fenske, August Schmidt, August Steinhorst e Hermann Goecks, todas pomeranos de São Lourenço e Pelotas. No mesmo mês, também chegou Luiz Züguel, imigrante alemão da região de Württemberg (FAUSEL, 1949; LEITZKE, 1997). Há uma polêmica entre os pesquisadores referente ao início propriamente dito de Neu-Württemberg: alguns adotam como marco a aquisição da primeira posse de terras, ou seja, 31 de agosto de 1898 (posse Magdalena); outros, porém, levam em consideração o início efetivo da colonização, qual seja, a vinda em julho de 1899 de um considerável número de famílias de origem alemã. No presente estudo, optou-se pelo primeiro marco.

Os imigrantes europeus, nos primeiros anos, foram relativamente insignificantes em termos numéricos, no entanto, eram reservadas para eles as posições chave na colônia, desde a administração até o ensino, atendimento religioso e organização de atividades culturais. Esse contato de imigrantes recém-chegados e colonos internos

é duplamente vantajoso, uma vez que os primeiros trazem um equipamento técnico e cultural mais moderno e os segundos já contam com uma experiência em atividades agrícolas mais condizentes com a realidade do país. Esse fato talvez tenha tornado menos dramáticos os primeiros momentos em áreas novas de colonização (PETRONE, 1977, p. 122).

A fase de implantação da colônia Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi se consolidara até fins de 1902, quando 90 famílias já se haviam fixado nas diversas linhas coloniais<sup>119</sup>, com maior densidade nas linhas Berlim, Italiana e Brasil. O povoamento acentuar-se-ia a partir de 1906, quando se delineava uma área com características de vila, com a multiplicação do número de casas, principalmente em torno da Praça e as quadras centrais com terrenos de confrontações às atuais ruas Herrmann Meyer, Josino Lima e Herrmann Faulhaber (LEITZKE, 1980).

Depois de superar os problemas administrativos, o núcleo começou a progredir, atraindo mais colonos.<sup>120</sup> Também os preços das terras elevavam-se. A administração local só foi estabelecida com a chegada do pastor Herrmann Faulhaber, em 1902, da Alemanha. O mesmo assumiu o compromisso com Herrmann Meyer de vir para a colônia de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, por um período de cinco anos. Uma vez aqui, Faulhaber e sua esposa Maria assumiram, além da Igreja Luterana, a escola (construída pelos alemães em 1903) e a

---

<sup>119</sup> A colônia era dividida em linhas, com seu nome próprio. Cada linha era composta por um conjunto de lotes coloniais variável, contando com uma sede social, onde se encontrava a escola, salão de festas, cemitério, igreja, casa comercial, oficinas artesanais, etc. No geral, essa estrutura permanece até os dias atuais, embora desfalcada.

<sup>120</sup> A sociedade de Herrmann Meyer com Carlos Dhein foi dissolvida na última visita de Meyer, no final de 1900, devido às altas dívidas e aos prejuízos que a empresa estava apresentando. Assumiu a administração e direção da colônia Neu Württemberg, então, Horst Hoffmann, que chegara a Porto Alegre em julho de 1900, tomando posse de suas funções a partir de 06/11/1900. Hoffmann administrou a colonização até dezembro de 1903, quando assumiu Alfred Bornmueller, vindo da Alemanha. Em 1901, construiu-se o Barracão dos imigrantes, sendo que o local também servia para a realização de eventos sociais e cultos. Desde que Horst Hoffmann assumira, a sede da administração central da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer situava-se em Porto Alegre. Em Cruz Alta, havia um administrador regional, na época o Dr. Rudolf Scharf, que se deslocava periodicamente para Neu-Württemberg, a fim de ver o andamento dos trabalhos, sem haver uma administração local.

administração da colônia, até 1926.<sup>121</sup> Esse período foi marcado por grandes obras de melhorias das condições de trabalho, comunicação e habitação, com um constante aumento populacional, pois “quase todas as semanas chegam aqui verdadeiras caravanas de colonos procedentes da zona das colônias velhas, como seja de S. Cruz, Estrela, Lajeado, S. Lourenço, etc,” (ÁLBUM de recortes de jornal de Minoly Gomes de Amorim, 31/ago./1911).

### 3.1.3 Imigração no Estado Novo: desejáveis e indesejáveis.<sup>122</sup>

Ao longo de mais de um século de imigração, o perfil do imigrante se modificou, tal qual as exigências para o seu recebimento. De 1824 até 1907, não havia uma lei constitucional brasileira que regulamentasse a imigração, nem ao menos uma definição sobre quem era o imigrante.<sup>123</sup> As leis editadas em 1924 passaram a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, entendendo-se como tal “todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias” (ROCHE, 1969, p. 131).

Com a queda da República Velha e a ascensão de uma nova elite ao poder, em 1930, houve uma reorientação da política imigratória, com a intervenção direta do governo federal. Através de um decreto, em 1932, proibiu-se momentaneamente a entrada de estrangeiros almejando a permanência. A Constituição de 1934 reservou ao governo federal o serviço de imigração e colonização, o qual passou a ser dirigido pelo sistema de quotas - quota anual de 2% do número de imigrantes de cada nação que haviam chegado nos cinquenta anos anteriores, dando preferência

---

<sup>121</sup> Devido ao agravamento do déficit da Empresa Colonizadora, problemas de regularização de posses de terras e da colônia de Mondai, Hermann Faulhaber se suicidou em 1926. A partir de então, a empresa teve outros administradores, dentre eles Paul Pflugel, até a sua falência na década de 1950 (Cf. MICHEL, 2001; FAUSEL, 1949).

<sup>122</sup> Ramos (1996, p. 62) assinala que “desejáveis” e “indesejáveis” “não são *nomes* que designam determinadas populações de uma vez por todas, são sim *categorias* que são mobilizadas por agentes sociais para classificar as populações imigradas. Estas categorias foram mobilizadas tanto por intelectuais e políticos brasileiros quanto pelos próprios imigrantes nos processos de luta simbólica que envolveram a imigração. Vale dizer que a classificação de uma população como desejável ou indesejável não se tratava de algo dado de uma vez por todas, mas dependia sim de uma negociação simbólica entre os agentes envolvidos na imigração.”

<sup>123</sup> “Por política migratória entende-se o conjunto de leis, circulares e disposições de um governo relativas à entrada, circulação e estadia de estrangeiros no território de soberania do Estado-nação. Por política de nacionalidade entende-se o conjunto de leis e de medidas que regulamentam as condições de acesso à nacionalidade em um determinado Estado-nação” (REIS, 1999).

(quase exclusividade) aos agricultores.<sup>124</sup> Em um estudo realizado sobre a imigração semita no Brasil em 1939, Artur Hehl Neiva (1944, p.233) daria o seu parecer referente ao sistema de quotas:

então, se a capacidade de absorção de imigrantes pelo Brasil é considerável, e a necessidade de braços se faz sentir com acuidade, porque motivo foi estabelecida a quota constitucional? A resposta é simples. O legislador quis, já que era conveniente para o país ser dotado de uma civilização branca, proibir a entrada de elementos amarelos e negros, julgando suficientes os que já aqui existiam.

Nas linhas seguintes, afirmava que isso não se tratava de uma medida racista, e que atitudes nesse sentido eram impossíveis num país miscigenado como o Brasil. Considerava que se tratava de uma precaução visando a melhoria da raça brasileira, dado que os brancos dominavam o mundo, devido ao mais alto grau de civilização que atingiram.

Com o Estado Novo, as restrições aos imigrantes foram cada vez mais severas. Através do Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938 (LEX, 1938, p. 162-173), instituiu-se o Conselho de Imigração e Colonização, diretamente subordinado ao Presidente da República, responsável a partir de então pela imigração e distribuição dos imigrantes no país, bem como pela resolução dos problemas de assimilação, permissão de entrada e estudos relativos à questão. O mesmo decreto também estabelecia o perfil dos imigrantes: não eram aceitas pessoas com algum problema físico ou psíquico, com doenças contagiosas, menores de 18 e maiores de 60 anos que viajassem sós, salvo exceções; além de pessoas de “conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”, bem como os expulsos de outros países ou do Brasil.

Dos estudos das diferentes comissões desse Conselho, nasceriam os Decretos nº 24.215 e nº 24.258, orientando a conduta das autoridades brasileiras: primeiro porque conflitaram com a tradição de considerar o imigrante como todo estrangeiro que viajasse de 3ª classe. Esse passou a ser classificado em duas categorias: imigrante e não-imigrante. Imigrante seria “todo estrangeiro que se

---

<sup>124</sup> De acordo com o art. 4º, se a quota de uma nacionalidade não atingisse 3000 pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização – CIC poderia elevá-la até esse limite. “E, no caso do saldo real das quotas não ser utilizado, o CIC poderia autorizar o aproveitamento *em favor de agricultores* de outra nacionalidade cuja quota já se estivesse esgotado. Entretanto, uma ressalva pondera esta aparente elasticidade: o Conselho deveria ter sempre em vista ‘a *necessidade de assegurar a integridade étnica, social e moral da nação*’ (CARNEIRO, 1988, p. 182) [grifo do autor].

dirigisse para o Brasil por mais de 30 dias com o intuito de exercer atividades profissionais lícitas e lucrativas que lhe assegurassem subsistência,” sendo dada preferência aos agricultores e técnicos. O art. 4º, do Decreto nº 24.258, instituiu as *cartas de chamada* requeridas por um parente, fazendeiro ou firma que aqui o contratasse, e que seriam enviadas ao consulado para a obtenção do visto de entrada. A autorização de livre embarque e desembarque no território nacional era fornecida pela polícia. Aos não-imigrantes era dispensável a ‘carta de chamada’ (CARNEIRO, 1988, p. 159).<sup>125</sup>

Através da publicação da Revista de Imigração e Colonização, o Conselho desenvolveu o conceito de

‘imigração cientificamente policiada e orientada’, tendo em vista o imigrante como elemento de composição racial no ‘*melting-pot* brasileiro’. Aquele, destinado a ‘contribuir para a melhoria crescente de nossa etnia’, deveria ter como requisito essencial: ‘*raça branca*, escolhida dentre as nacionalidades que já provaram *ser facilmente assimiláveis pela nossa demografia brasileira*’ (CARNEIRO, 1988, p. 343-344) [grifo do autor].

O governo no controle da imigração, poderia, a qualquer momento, “limitar ou suspender, por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens”, conforme as recomendações do Conselho de Imigração e Colonização. Seu controle tornara-se mais ferrenho ao exigir o registro de todos os imigrantes ao desembarcar no Brasil, bem como das empresas de navegação.

Mesmo com a aprovação e implementação dessa legislação, cada caso era um caso. As infrações e interpretações eram diversas, contemplando os interesses em jogo. Muitos grupos que anteriormente ingressavam no país em larga escala foram apontados como “perigosos” para a sociedade brasileira. Criaram-se categorias de grupos aceitáveis/desejáveis e não-aceitáveis/indesejáveis. Lesser (1994, p. 150) ressalta que

a política imigratória durante o governo Vargas continuou a ser expressão importante de uma ideologia ‘racista’ que pretendia refazer o Brasil daqui para diante numa espécie de linha mítica européia/norte-americana. Embora o mito de um futuro Brasil após 1930 não fosse diferente do de décadas anteriores, esperava-se que os métodos para atingir as futuras metas fossem radicalmente novos. Políticos federais e intelectuais tornaram claro

---

<sup>125</sup> Essa nova legislação fora aprovada em 1934. Já as cartas de chamada abriam espaço para um comércio paralelo ilegal, ou seja, a emissão em massa de cartas de chamada falsas, envolvendo tanto particulares como altas autoridades do Itamarati (Cf. CARNEIRO, 1988).

que a política imigratória do passado tinha recebido bem muitos 'indesejáveis' simplesmente por não serem descendentes de africanos. As novas políticas assim funcionavam no sentido de dar ao regime o direito de escolher quem era apto a entrar enquanto assumia serem todos os demais indesejáveis.<sup>126</sup>

Ou seja, os imigrantes “eram diferentes, num país onde o sentido popularmente dado a essa palavra descreve algo que se equilibra na linha divisória entre o aceitável e o inaceitável”. Por outro lado, “a aspiração das elites de tornar ‘brancos’ os imigrantes, independentemente de sua raça biológica ostensiva, casou-se bem com as esperanças dos imigrantes, de virem a ser incluídos na categoria desejável” (LESSER, 2001, p. 18, 20). Por sua vez, os imigrantes japoneses eram bem vistos no início do século XX, pelo seu desenvolvimento econômico e social, sua docilidade e trabalho. Paralelamente, porém, alimentava-se o medo da “mongolização”, o “perigo” do imperialismo do Japão.

Concernente aos judeus, vedava-se sua entrada no país de forma mais sutil, agarrando-se às leis restritivas de imigração, baseadas no sistema de quotas, retratando o país de forma positiva no exterior (Cf. KREBS, 1999). Artur Neiva, por exemplo, concordava com a imigração judaica, alegando tratarem-se de brancos, os quais não constituíam uma raça no sentido científico entendido no período, nem uma nação. Representariam, então, nenhum perigo à nacionalidade brasileira.

Admitamos no entanto, por absurdo, que sejam uma raça. Não temos, o direito de, no Brasil, ter preconceitos étnicos, tal a variedade do nosso melting-pot, cujos elementos componentes principais são os mais díspares: branco, negro e índio. Se não queremos maior influxo de sangue negro ou amarelo, tal atitude não é proveniente do preconceito racial, mas porque

---

<sup>126</sup> Lesser (1994) trabalha as negociações realizadas entre o governo Vargas e a Liga das Nações visando a entrada no Brasil de um grupo de assírios fugidos do Iraque por questões políticas e que não foram aceitos, por se enquadrarem naquele momento no grupo dos indesejáveis para a formação da nação brasileira. Ele destaca também, ao lado do debate oficial, o travado na imprensa e o seu posicionamento, alinhando-se com o governo. Outro caso semelhante ocorreu com um grupo de negros norte-americanos, que também não receberam permissão de entrada, pois não era racialmente vantajoso trazer negros, e ainda por cima com a consciência norte-americana. Com os judeus, o tratamento não foi diferente: embora fossem brancos e em muitos casos europeus, justificava-se o racismo pela via econômica, qual seja, não eram agricultores e não se adaptavam a esse modo de vida. Em outro estudo, Lesser (2001, p. 26-27) referindo-se a discriminação *oficial* para com os imigrantes que ingressavam no Brasil, assegura que esta já existe desde o século XVII até pelo menos 1942, quando as políticas, sob diferentes roupagens, impedia a entrada de judeus, cristãos novos, dentre outros considerados indesejáveis na época. Com a independência, permitiu-se a entrada de não-católicos, mas a população nativa demonstrava aversão aos estrangeiros. “Em 1889, a República foi proclamada, e o primeiro decreto do governo, com relação à imigração, proibia a entrada de asiáticos e africanos. Trinta anos mais tarde, o governo estendeu essa proibição a todos os que ele considerasse ‘africanos’ ou ‘asiáticos’, incluindo aqueles que jamais haviam estado na África ou na Ásia.”

desejamos formar, no futuro, uma civilização brasileira branca (NEIVA, 1944, p. 407).

Contudo, em qualquer circunstância, o judeu era identificado como um estrangeiro, incapaz de se adaptar e integrar nos países onde se instalava. Ele sempre é apresentado como um indivíduo hostil à civilização, “explorador dos mais fracos, desrespeitador da fé cristã, imoral, anti-social, depredador e de espírito revolucionário: uma anomalia social e racial. O judeu, do ponto de vista econômico, é visto sempre como um homem rico e poderoso, detentor do capital” (CARNEIRO, 1988, p. 40-41).

Apesar dessa reorientação da política imigratória, os alemães continuavam a ser vistos como ideais, dado o seu sucesso econômico no sul do país. Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi recebeu, ao longo das décadas de 20 e 30, várias famílias germânicas, com outro perfil: predominavam os trabalhadores urbanos – operários, artesãos, profissionais liberais – em detrimento dos camponeses. Isso constata-se ao consultar uma listagem de imigrantes entrados na colônia nessas décadas e a sua respectiva alocação: das 178 famílias (perfazendo mais de 600 pessoas), 61 instalaram-se na área urbana ou imediações. As demais dirigiram-se às diferentes localidades do interior (ver ANEXO C). Contudo, não sabemos quantas delas se dedicaram realmente a atividades agrícolas e por quanto tempo. Todavia, é interessante ressaltar que nas décadas de 1920/30 surgiram no núcleo grande número de pequenas indústrias, dedicadas a atividades diversas, de propriedade de imigrantes alemães, denotando que a grande maioria já trazia alguma experiência da terra de origem.

### **3.1.3.1 Imigrantes são bem vindos...**

Muitos imigrantes alimentavam o desejo de retornar para a pátria de origem. “Fazer a América” já era o sonho dos portugueses em 1500, nutrido pelos demais imigrantes posteriores, especialmente pelos italianos. Nas palavras de Sayad (1998, p. 45-64)

a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.



Muitos oscilam nessa contradição. Na maioria dos casos, as condições econômicas foram determinantes para definir o regresso ou não à pátria de origem.

Argumenta que é verossímil que a imigração necessita “para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo”. O imigrante jamais deixa de ser um estrangeiro, nem para ele nem para a sociedade que o acolhe, onde é tolerado nesse sentido de provisoriedade, que vinculado ao “trabalho”, proporcionando apenas vantagens e, no limite, nenhum custo. O que é perfeitamente aceitável se visto na ótica de que “‘exportam-se’ ou ‘importam-se’ exclusivamente trabalhadores, mas nunca – ficção esta indispensável e compartilhada por todos – cidadãos, atuais ou futuros”. Quando o imigrante reclama por direitos de cidadania, torna-se um problema, uma vez que mantém os laços com a cultura original.

Reforçando essa posição, Oliveira Vianna (1932, p. 130), no início da década de 30, referindo-se aos núcleos coloniais na região Sul e seus habitantes, afirmou que o estrangeiro naturalizado

nunca é integralmente nacional, nem sob o ponto de vista cultural, nem sob o ponto de vista biológico. Sob o ponto de vista cultural, há neste adotivo sempre qualquer coisa que resta ou subsiste da sua mentalidade originária; a sua identificação com a nova pátria é mais aparente do que real.

Sublinhava que o filho do estrangeiro nascido no Brasil não era um brasileiro nato, pois que continuava ligado ao grupo ancestral, especialmente nas áreas de imigração.

As restrições quanto à entrada de imigrantes acirraram-se no período anterior à II Guerra Mundial.

Em parte, essas restrições estavam atreladas às premissas de uma nação assimilacionista que não podia tolerar a presença de grupos etnicamente identificáveis no seu território. Não se trata, propriamente, de um apego maior ao *jus sanguinis*; para a nacionalidade e a cidadania, vigorava o *jus soli*, embora a idéia de *brasilidade* tivesse alcance muito maior do que a pertença ao Estado. Daí o uso sistemático do termo *alienígena* para designar estrangeiros e também descendentes de imigrantes nascidos no Brasil mas cujas etnicidades divergiam do ideal nacional. Só o alienígena assimilado podia ser um brasileiro legítimo (SEYFERTH, 2002, p. 138) [grifo do autor].



O Estado Novo valia-se de diversos obstáculos legais para impedir a entrada de imigrantes, política essa balizada pelo discurso nacionalista, visando a formação da nação brasileira.<sup>127</sup> A própria legislação de 1937 regulamentava algumas limitações aos estrangeiros permanentes, como a proibição de exercer atividades políticas, de obter concessões de terras nas zonas de fronteira, obrigação de inscrever-se no registro de estrangeiros mantidos pelo delegado especial.

Mesmo assim, nas palavras do responsável pelo Conselho de Imigração e Colonização, “as dificuldades demográficas, quer provenientes do excesso, quer pela falta de população, só podem ser resolvidas pela migração. Proibir ou restringir as correntes migratórias é perder de vista a realidade e privar-se do único remédio contra as crises de população” (MUNIZ, 1940, p. 4). O governo encontrava-se numa posição contraditória: necessitava dos imigrantes mas ao mesmo tempo, se mal distribuídos, comprometiam a unidade da nação brasileira.

As discussões por parte da intelectualidade e dos agentes governamentais sobre a forma de trazer novos imigrantes, bem como a resolução dos problemas pendentes com os que residiam no país, eram acaloradas. Misturavam-se desde teorias raciais até econômicas, políticas, sociais, culturais. Nesse momento, autores do início do século XX foram retomados, como Alberto Torres, Sílvio Romero, Euclides da Cunha...

No princípio do século XX, Alberto Torres, um ruralista convicto e partidário do retorno da população ao campo, também emitira seu ponto de vista sobre a imigração. Seus posicionamentos foram retomados na década de 30 por uma nova geração de intelectuais, reunidos sob a designação de Amigos de Alberto Torres. Para Torres, a introdução de imigrantes para suprir a falta de mão-de-obra barata e eficaz era dispendiosa para a economia nacional, além de oferecer perigos sociais e

---

<sup>127</sup> A Argentina, em particular sua capital Buenos Aires, foi o maior centro receptor de imigrantes da América Latina. Na década de 30, os nacionalistas argentinos também preocupavam-se com os estrangeiros em seu meio. Segundo eles, “a presença massiva de imigrantes e a formação de um *crisol de razas*, teria criado uma crise de identidade nacional, por isso, empenharam-se na luta em prol da renacionalização do país. A solução encontrada foi a revalorização e busca da origem no passado colonial hispânico, adotando a partir de então o lema ‘governar é argentinizar’ (valorização do interior em detrimento ao cosmopolitismo de Buenos Aires) – em substituição ao lema liberal ‘governar é povoar’, quando pretendia-se extinguir a barbárie (campo-interior), introduzindo a civilização (imigrante para branquear e formar uma sociedade urbana). ‘A reivindicação de uma origem enraizada na Mãe-Pátria – Espanha – atuou como ferramenta unificadora da ‘mezcla’ provocada pela imigração estrangeira, fazendo com que ‘*Yo y el outro*’ se convertesse em ‘*nosotros*’” (CAPELATO, 1996; 1998).

vencer na concorrência o trabalhador nacional, que era mais vantajoso para o governo. Além do mais, considerava que os imigrantes, sofrendo nenhuma seleção oficial, desviavam-se em larga escala da zona rural, aumentando o número de pequenas indústrias no meio urbano, formando um contingente de operários nômades e não produtores. Era ferrenhamente contrário à introdução de imigrantes estrangeiros, justificando a tese do aproveitamento do “trabalhador nacional”.

Torres comparava os imigrantes aos primeiros colonizadores que vieram ao Brasil: alimentavam a intenção de saquear as riquezas do país, além de aumentar o número de estrangeiros. “O colono estrangeiro será, quase absolutamente, sempre, por índole, por força do espírito, dominante na vida mundial e intensíssimo entre nós, de avidez de ganho, um instrumento de exploração da nossa terra e da nossa gente, indiferente ou hostil a tudo quanto nos interessa” (TORRES apud. MARSON, 1976, p. 159). De acordo com seu raciocínio,

quando o governo do Império cogitou de importar colonos, para começar a solver o problema do trabalho assalariado, e quando o primeiro bandeirante de São Paulo, que teve a vantagem de se apropriar de terras, expulsou seu companheiro de aventuras, para dar lugar na fazenda ao estrangeiro emigrado, a monarquia e o proprietário ignorante, senão egoísta, iniciaram o processo de abandono do brasileiro e a dispersão da nacionalidade, que, a partir do sacrifício do primeiro pajem caboclo, para a valorização do café – e da desnacionalização do nosso alto comércio e das nossas grandes indústrias, para a desnacionalização dos instrumentos superiores da vida mental, desde a imprensa até à educação e às religiões – estão fazendo da nossa terra uma hospedaria de exploradores, sobre um território depredado (TORRES apud. MARSON, 1976, p. 160).

Alberto Torres retoma a ênfase racionalista. Defende o trabalhador nacional, dentro da lógica de Monteiro Lobato: o nacional, embora seja o Jeca Tatu, é nacional, e pode ser regenerado. Ou no discurso nacional getulista, ele não é assim, mas ficou assim. Embora seja contrário à introdução de trabalhadores estrangeiros, aceita-a com a condição de que ela se ajuste às contingências do país, protegendo o trabalhador nacional e oferecendo melhores condições de produção e comercialização ao proprietário nacional, permitindo o estabelecimento de uma concorrência leal entre ambos, não representando o imigrante uma ameaça.

O Estado Novo pretendia limitar e controlar a imigração, desde a seleção dos imigrantes, classificando-os em desejáveis e indesejáveis, até a sua distribuição e movimento interno no território nacional, tornando obrigatório o seu registro, para coibir a formação de quistos. Os imigrantes, trazidos como fator de progresso, não

deveriam representar fator de desagregação social e desordem política em solo brasileiro.<sup>128</sup> Além do mais, fomentando a Marcha para o Oeste, a ocupação do interior<sup>129</sup>, não interessavam imigrantes urbanos, e sim, agricultores – sem causar prejuízos aos nacionais. Isso aumentava ainda mais as restrições quanto à entrada de estrangeiros.

Em seu discurso de posse como presidente do Conselho de Imigração e Colonização, em 1943, o Embaixador Frederico Castelo Branco Clark lembrava que

a política imigratória brasileira cuja alta finalidade é converter o bom imigrante em bom brasileiro. Em todo imigrante devemos ver um brasileiro em potencial, como bem acentuou o vosso ex-presidente, a quem tenho a honra de suceder. Uma boa política de imigração deve correr parilha com uma sadia política de nacionalização. As duas se completam, na frase feliz de Ribeiro Couto, são diferentes 'momentos' de um só fenômeno – o da contribuição estrangeira para a formação étnico-social do Brasil (CP 27/jan./1943, nº 22, p. 8).

O constante fluxo de imigrantes deu lugar a um processo de migração interna, no qual os elementos estrangeiros deixavam as áreas rurais quando atraídos pelas possibilidades apresentadas pelas cidades, ainda mais com o incremento industrial. Outro fator fora o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural.

## 3.2 A INVIABILIDADE DA PLURALIDADE ÉTNICA

### 3.2.1 Assimilação

O imigrante, uma vez no Brasil, deveria, automaticamente, assimilar-se, dado que não se permitiria a predominância de um grupo étnico estranho localmente.<sup>130</sup>

<sup>128</sup> Uma medida decisiva no sentido de limitar a imigração foi a Lei dos 2/3 (Decreto nº 19.482), datada de 1931, a qual obrigava o empregador respeitar essa proporção entre trabalhadores nacionais e estrangeiros em seu estabelecimento.

<sup>129</sup> A Marcha para o Oeste inseria-se na política nacionalista do Estado Novo, de valorização do homem rural, em detrimento da vida urbana, bem como do interior do país, apontando o litoral como centro de exploração e decadência. Também atacou a questão concedendo terras nas fronteiras (Decretos-Leis nº 1.968 e nº 2.610 de 17/1/40 e 20/9/40 respectivamente) e pela organização de colônias agrícolas (Decreto-Lei nº 3.059 de 14/2/41) (Cf. OLIVEIRA, 1982).

<sup>130</sup> Essa posição era compartilhada no início do século XX por vários intelectuais gaúchos, dentre eles, Ernesto Pellanda, funcionário público, que escreveu *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*, em 1925. Para ele, a nacionalização já estaria resolvida, uma vez que quem nascera no Brasil, era brasileiro, não representando a língua um problema e uma ameaça à nacionalidade brasileira. A

Segundo Willems (1940, p. 7-8), a assimilação constitui-se em “um processo social e cultural que envolve, de um lado, a fusão de heranças culturais e, de outro lado, a modificação de sentimentos e atitudes e a incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo.” Para isso, torna-se necessário haver contato e comunicação entre os grupos. Parte desse processo seria inevitável, iniciando no momento do desembarque em solo estrangeiro, podendo ser acelerado ou retardado via medidas formais ou oficiais, como a política de nacionalização varguista, mas jamais parado. Porém, trata-se de um movimento bilateral, provocando mudanças em ambos os lados.

Assim, continua, a “assimilação pode ser definida como mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e valores, que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente”. Ela implicará na seleção de certos dados dos grupos adventícios e a eliminação de outros, abrangendo caracteres transmitidos pelo convívio e pela educação, apresentando-se sempre incompleta, mas viável em todas as culturas, mesmo precedida de vários conflitos oriundos do confronto de um certo número de padrões culturais.

As atitudes-valores novas envolvem, não raro, aceitação compulsória de outros valores, imprevistos e indesejáveis, pelo menos a princípio. [...] Mas à medida que os imigrantes ou seus filhos se ‘habitua’ às condições diferentes, vão surgindo novas atitudes-valores, fazendo com que pareça ‘natural’ o que a princípio constituía motivo de desespero (WILLEMS, 1980, p. 6-7).

Esse processo, geralmente, mostrava-se mais lento nos núcleos rurais e mais acelerado nos urbanos, também variando conforme os grupos religiosos e classes sociais.

A dificuldade básica que se opunha à assimilação residia no sentimento de lealdade que prendia o imigrante à cultura do seu grupo, estimulado pelo constante fluxo migratório. O problema da desnacionalização fora agravado mais tarde pelo germanismo e pela propaganda de agentes nazistas.

Na segunda metade da década de 30, os grupos étnicos chamavam a atenção dos intelectuais e das autoridades governamentais, despertando mais uma vez o fantasma do “perigo alemão”. Como resultante, desencadeara-se a Campanha

---

assimilação dos imigrantes também fora uma preocupação constante nos Estados Unidos, onde o afluxo era bem mais intenso do que no Brasil. Uma das medidas adotadas fora a limitação nos anos

de Nacionalização, na qual assimilação e caldeamento foram encarados como sinônimos. “Nacionalizar significa integrar indivíduos ou grupos na consciência coletiva de uma nação, a ponto de sentirem-se solidários em tudo quanto afeta a existência, os interesses e valores vitais dessa nação” (WILLEMS, 1940, p. 301). Evidentemente, para haver a nacionalização, era necessária a desnacionalização, requerendo-se, por conseguinte, um processo assimilador. Essa reorientação política atingiria todos os não assimilados, tanto das áreas rurais (consideradas mais enquistadas) como das urbanas, bem como todos os grupos étnicos. Objetivava erradicar “quistos étnicos” tolerados pela República Velha.

Truda,<sup>131</sup> escrevendo em 1930, atribuía o baixo índice de assimilação das populações imigrantes ao descuido educacional e religioso nas colônias por parte do Império.

Fica, porém, a descoberto o descaso do governo imperial pelo problema fundamental da assimilação do colono. Não só não se fizera nada para apressar a fusão desejável, mas até mesmo os filhos de colonos, nascidos no Brasil, não conseguiram ver reconhecida a sua qualidade de brasileiros: ao contrário, eram tratados como estrangeiros (1930, p. 134).

Sob o governo recairia a responsabilidade pela situação alarmante reinante, dado que não oferecera as condições necessárias para a integração do imigrante à nacionalidade brasileira. Truda salienta que desde o princípio deveria ter-se proporcionado acesso fácil a escolas, ensinando-lhes a língua nacional.

Já Porto (1934)<sup>132</sup> vislumbrava o Exército como um instrumento de democratização da sociedade e de assimilação dos imigrantes. No que diz respeito à nacionalização, constatava que os choques entre imigrantes e nacionais eram muito

---

20 do número de imigrantes que se permitiria entrar (OLIVEIRA, 2000).

<sup>131</sup> Truda, filho de imigrantes, ao freqüentar o curso superior, foi colega de grandes figuras, como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e João Neves. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* ainda constituiu-se publicação, embora tardia (1930), alusiva ao centenário da imigração, influenciada fortemente pelo positivismo, justamente no momento em que a imigração alemã era mal vista em muitos setores nacionais. Através da publicação, tenta mostrar o contrário.

<sup>132</sup> Porto escreve *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, em 1934, tratando sobre a imigração alemã em São Leopoldo. A obra fora encomendada pelo prefeito da época, Teodomiro da Fonseca, seu primo. Constitui-se monumento do discurso étnico adotado, não problematizando as questões apresentadas. Descreve os imigrantes alemães como “gente ordeira, pacífica, trazendo da pátria originária as noções de uma disciplina que foi, em todos os tempos, o penhor da grandeza teutônica, o alemão, transplantado para a América, veio continuar, aqui, as suas tradições inigualáveis de trabalho orgânico e construtor. Paciente e forte, isolando-se, completamente, no mundo à-parte que formara dentro de sua *picada*, nem por isso descurou das suas precípuas instituições de cultura, levando para os desertos que povoava, junto do pastor evangélico, o professor primário para os filhos” (PORTO, 1934, p. 222).

antigos, iniciados logo ao findar da Revolução Farroupilha.<sup>133</sup> No entanto, para ele, a assimilação desses contingentes estrangeiros estava concretizada e era irreversível. “Felizmente, tudo passou. Integrados, hoje, completamente à nossa vida, compreendendo o orgulho de serem filhos de uma pátria grande e bela, de que são colaboradores eficientes, honrando, mesmo, as tradições de seus maiores, eles podem levantar a frente, sem que nela persista a sombra de qualquer desconfiança” (PORTO, 1934, p. 223).

Outro aspecto, levantado por Fouquet (1974, p. 167-168),<sup>134</sup> refere-se às associações culturais, as quais, sob seu ponto de vista, nunca comprometeram a assimilação dos imigrantes, visto que se enquadravam nos moldes brasileiros.

Adaptou-se, quando necessário, a contingências locais e históricas, assim como a novas diretrizes legais, tendo sido abalado apenas por duas vezes. As sociedades nunca foram nem são, como podemos verificar, corpos estranhos dentro do país, antes constituindo órgãos que auxiliaram o estrangeiro em sua adaptação ao novo ambiente. Atenuaram o impacto inicial a que todo o imigrante está sujeito e também o ampararam, ajudando-o a resolver dificuldades espirituais e materiais, preservaram as tradições, completaram com valores a vida brasileira, a música por exemplo, além de velarem pelo comportamento e pela honra de seus sócio.

O Estado Novo condenaria o sistema de imigração e colonização adotado até então pelos governos anteriores, o qual havia permitido a formação de quistos e o abandono dessas populações após instaladas.<sup>135</sup> Sua responsabilidade, portanto, seria romper esses quistos, por intermédio da Campanha de Nacionalização, eximindo os colonos de culpas.

---

<sup>133</sup> Já então, surgiram complicações em São Leopoldo quanto a contratação de um intérprete, pois a Câmara de vereadores vedou a possibilidade desse cargo ser ocupado por alemães ou seus descendentes, pois poderiam enganar as autoridades, especialmente tratando-se de Hillebrand. A questão foi mais longe, exigindo-se que os cargos públicos fossem exercidos por brasileiros e católicos, excluindo dessa maneira os imigrantes alemães e mais todos os protestantes (PORTO, 1934).

<sup>134</sup> Carlos Fouquet, nascido em Blumenau, publicou *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*, em 1974, por ocasião do sesquicentenário de São Leopoldo, mas não como obra comemorativa.

<sup>135</sup> Um caso típico de “abandono” dos alemães evangélicos, apontado numa publicação do Sínodo Riograndense, na década de 40, fora o movimento messiânico dos Mucker, condenado oficialmente desde logo pelo Sínodo. Os religiosos, liderados por Jacobina Maurer e seu marido, concentravam-se no Morro Ferrabrás (Sapiranga), na época interior de São Leopoldo, resultando em violências e sua desmobilização pelas forças oficiais do Estado. Na referida análise em questão, atribui-se o movimento a falta de religiosos para orientar essas populações num país católico, e sugere-se que o mesmo mereceria mais estudos. Contudo, ressalta mais uma vez que “Todas as instituições criadas até aí, eram fruto dos próprios esforços e sacrifícios [dos imigrantes], honroso mérito e desvantagem ao mesmo tempo” (SAENGER in ROTERMUND, 1943).

### 3.2.2 A Construção do “Ser Alemão” em Solo Brasileiro

Imigrando e instalando-se no Brasil, esses contingentes germânicos necessitavam construir uma identidade pessoal e um elo de ligação entre si, como uma forma de defesa frente ao “outro”, representado pelo luso-brasileiro. Para isso, resgatavam desesperadamente qualquer dimensão de imagem que remetesse à pátria de origem. Manuela Cunha (1987, p. 88) enfatiza que a

tradição cultural serve, por assim dizer, de “porão”, de reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades do novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como *sinais diacríticos* para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, *manipulada* para novos fins, e não uma instância determinante. [grifo do autor]

Ou seja, na impossibilidade de reconstruir seu modo de ser alemão, na íntegra, na nova pátria, adaptariam o que fosse possível no novo meio.

Para Barth (1998, p. 195, 214), a pertença étnica seria, ao mesmo tempo, uma questão de origem bem como de identidade corrente. Acresce que o grupo étnico seleciona, dentro das suas características, as que são relevantes para a sua identificação e diferenciação em relação ao *outro*. “Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”.

Os imigrantes alemães provinham de diferentes locais, regiões e épocas, carregando cada qual as marcas de sua origem.<sup>136</sup> “O que se tinha, então, era uma espécie de colcha de retalhos em que uma diversidade enorme de trajetórias se entrecruzavam, movidas pelo estímulo da emigração, da busca de terra própria ou de liberdade em face dos constrangimentos políticos, sociais ou religiosos do ‘velho mundo’” (WOORTMANN, 2000, p. 210). Em meio à pluralidade, construiu-se como identidade comum o “ser alemão”.<sup>137</sup> Bairon Santana (1993/1994, p. 21-22)

---

<sup>136</sup> Oliveira Vianna, referindo-se a origem e tipos dos alemães, bem como a endogamia, afirma: “Nestes novos centros constituídos ao sul pelos núcleos coloniais, ao contrário: destas três raças continentais só aparece uma – a caucasica – e o trabalho destes núcleos é fundir apenas as cinco ou seis variedades européias, em que ela se desdobra. Neste sentido, os cruzamentos que se estão operando nas nossas ‘colônias’ do sul equivalem a um *melting-pot* – porque neles assistimos o mestiçamento de verdadeiras variedades humanas: a Celta, a Nórdica, a Slavonica, a Ibérica, a Dinarica, a Atlântica. Raças estas, das quais algumas tão distantes e tão diferentes entre si, antropologicamente, como cada uma delas o é do negro ou do índio” (OLIVEIRA VIANNA, 1932, p. 96-97).

<sup>137</sup> Uma sociedade plural seria aquela sociedade “poliétnica integrada no espaço mercantil, sob o controle de um sistema estatal dominado por um dos grupos, mas deixando amplos espaços de



esclarece que a sustentação desse imaginário estava na “presença de uma ausência”, ou seja, “a presença da pátria-mãe no imaginário teuto-brasileiro na forma de pequenas narrativas metafóricas já que no campo simbólico ela está ausente”. Aqui, a lembrança tornar-se-ia o sustentáculo da memória coletiva, cuja referência a qualquer objeto alemão remetia à pátria de origem. Em outros termos, nunca se fora tão apegado às tradições culturais do que na diáspora – nunca se havia sido tão alemão quanto no Brasil. Todavia, em terras brasileiras, esses grupos étnicos representavam formas de organização novas e adaptadas ao “aqui e agora”, compartilhando de uma identidade bem como de interesses econômicos e políticos (CUNHA, 1987).

Nesse sentido, a colonização tornara-se o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria dos pioneiros transformara-se em heroísmo e as suas raízes brasileiras firmavam-se na epopéia pioneira, onde o colono, abandonado à própria sorte, mas objetivo, decidido e corajoso, vencera no novo mundo. “Novo, mas não seu, pois o seu mundo continua com a pátria-mãe” (BAIRON SANTANA, 1993/1994, p. 27).<sup>138</sup> Enquanto os primeiros cortavam os laços com a pátria mãe, iniciando sua árvore genealógica a partir da epopéia heróica do primeiro imigrante, os ádvenas do século XX encontravam-se muito mais próximos da pátria de origem, bem como contavam com menos dificuldades de desbravamento.<sup>139</sup>

Embora todos fossem originários do território da Alemanha, a diferenciação entre uma leva de imigrantes e a seguinte sobressaía-se, provocando conflitos e um distanciamento cultural a ser transposto. Nesse sentido, os que já residiam no país há várias gerações, eram vistos como “inferiores” pelos que recém haviam chegado da Alemanha, até completar-se a “igualação cultural”. Ou seja, os alemães recém

---

diversidade cultural nos setores de atividade religiosa e doméstica” (BARTH, 1998, p. 197).

<sup>138</sup> “Nesse ínterim, é possível compreender que a consciência tomada pelo teuto-brasileiro de si, torna seu ser cultural uma grande denegação. Ao identificar-se como teuto, denega o brasileiro e, ao dizer-se ‘brasileiro’ denega o teuto. Sua ‘dupla identidade’ aprofunda-se numa enorme crise com seu universo simbólico. A necessidade de repetir os significados de ‘alemão’ simboliza, prioritariamente, uma falta presente.” (BAIRON SANTANA, 1993/1994, p. 29).

<sup>139</sup> “A História da colonização havia se tornado uma verdadeira epopéia, na qual as atitudes heróicas de toda uma comunidade garantiram a saga do colono alemão. Engana-se, porém, aquele que pensar que existem sujeitos históricos de nomes-próprios bem definidos em tal discurso. Neste discurso, o sujeito da narrativa é o colono, símbolo da comunidade, o herói é anônimo e define-se na relação de qualquer colono com sua ‘nova’ Heimat...” (BAIRON SANTANA, 1993/1994, p. 19).



vindos precisavam adequar-se ao nível de vida local, embora isso significasse uma degradação cultural.

Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi representava outra colcha de retalhos, marcada pela diversidade. Não causa espanto, então, o desconsolo de Faulhaber ao encontrar a colônia em completo desleixo religioso e educacional ao assumi-la em 1902. Suas primeiras medidas confluíam no sentido de resgatar as raízes de sua cultura, objetivando nivelá-la culturalmente aos recém emigrados da Europa. Aliás, essa seria a tônica nos anos seguintes, difundindo um discurso tipicamente germanista.

A situação de imigrante era complexa. A diferença essencial entre os alemães imigrados e os de origem derivava do fato dos primeiros serem legítimos, enquanto os segundos não. Um ponto os igualava: o duplo pertencimento e rejeição, pois ambos passavam por “filhos adotivos” da Alemanha e, em contrapartida, viam-se na mesma situação em relação ao Brasil. “Quando estou na Alemanha eu me alegro voltar para o ensolarado Brasil, e lá me alegro na minha terra natal” (Biografia de Charlotte Wolgien). Essa contradição, em momentos de (re)negociação da identidade e de disputas por prestígio local, vinha à tona.<sup>140</sup>

Mesmo localizando sua origem na Alemanha, a distância e as dificuldades de relacionamento entre os alemães imigrados e os nascidos no Brasil existiam. Os imigrados, especialmente no início do século XX, alimentavam o sonho do retorno (mais raro nos primeiros). Dentre esses, uma considerável parcela residia na localidade de Ocearu e, durante as festividades que guardavam, como a do Natal, reuniam-se na propriedade de David Müller, em torno de 10 a 15 famílias, todas elas imigrantes. Nessas reuniões, relembavam e enalteciam sua origem e sua terra natal. “E eles disse(ram) assim, que eles não conseguiam entender que eles não podiam mais voltar. Saudade... isso é triste...” (Depoimento de Walter Wahlbrink).<sup>141</sup>

---

<sup>140</sup> Para os que perceberam que não havia mais o caminho de retorno, desapareceu também o caminho do súdito. “Para eles, o *novo futuro estava no Brasil*. Teriam de construir um lugar no Brasil, articulando relações sociais da cultura de origem com a cultura nacional brasileira, produzindo inclusive a partir dessa sociabilidade diferenciada, os novos neo-brasileiros.” Os que se fecharam à assimilação, cairiam rapidamente nas malhas da polícia do Estado Novo (DEZEM, 2000, p. 20). [grifo do autor]

<sup>141</sup> Os imigrantes japoneses alimentavam a idéia de imigração temporária e de curta permanência no Brasil, objetivando a acumulação rápida de capital, o que levaria alguns meses ou poucos anos. Então retornariam à sua pátria de origem, à qual dedicavam sua lealdade, fidelidade e honraria social.

O sonho do retorno embalava a vida dessas pessoas na nova pátria, como da família Hesselmann. Uma das filhas, ao relatar sua trajetória migratória, acentua que ao despedirem-se da avó materna, nunca imaginaram que aquele seria o último encontro. Uma vez no Brasil, dedicando-se à agricultura, jamais alcançariam uma estabilidade econômica tal que lhes permitisse regressar para a Alemanha.

Ele [seu pai] pensou que se fosse para a colônia [meio rural] ele iria enriquecer. Mas ele não era camponês, não sabia trabalhar com a enxada, e o dinheiro que recebeu pela venda de sua casa na Alemanha teve que empregar todo para comprar sua colônia no Brasil. Eles queriam muito voltar para lá uma vez, mas nunca foi possível, nunca [...] era tão ruim, se ganhava tão pouco, que muitas vezes não tinha [dinheiro] que chega para pagar o fósforo.

Se os patriarcas terminaram seus dias sem rever a terra natal, a filha recentemente o realizaria, revendo, inclusive, a casa onde passara sua infância (Depoimento de Charlote Wolgien).<sup>142</sup>

A partir das relações, muitas vezes conflituosas e ásperas entre os alemães natos e os descendentes, formavam-se alguns estereótipos, difundidos tanto no imaginário popular quanto na imprensa.

Comparado ao alemão, o teuto-brasileiro é um trabalhador capaz e cioso de seu valor, com um intelecto pouco ágil e com visão limitada, dotado de pouco altruísmo, “cabeça-dura” e muito conservador, a quem freqüentemente a forma interessa mais que o conteúdo, de maneira que quase se poderia dizer que ele cuida da escola mais por um instinto atávico do que movido por uma necessidade interna. Uma grande qualidade é a sua forte inclinação familiar associada com uma bem desenvolvida consciência racial. [O alemão] é intelectualmente mais vivaz e polivalente e mais aberto a novas idéias, de onde deriva que não raras vezes ele se ache ainda mais inteligente do que na realidade é e fique presunçoso. O ponto de vista do outro lhe parece sempre ultrapassado e ele - uma pessoa moderna e sem valores religiosos - o trata com superior condescendência. O amor à terra ainda lhe é estranho, os laços familiares não necessariamente sagrados.” (*Kaiserlich Deutsches Konsulat* apud. MEYER, 2001, [on-line]).

### 3.2.3 A Imagem dos Alemães Antes da Campanha de Nacionalização

O imigrante desejável – branco, protestante, camponês –, até 30, era sinônimo de progresso e portador das qualidades almejadas para a formação do brasileiro idealizado. O bom colono deveria ter amor ao trabalho, à família e respeito

<sup>142</sup> Na Alemanha, seu pai se dedicara à construção de barcos e a mãe, dona-de-casa. A razão da migração, em 1924, relacionava-se ao contexto pós-I Guerra e a crise econômica daí advinda. Seu pai fora combatente na guerra, nas forças da marinha (Depoimento de Charlote Wolgien).

às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc.

As primeiras descrições sobre a colonização com alemães e descendentes em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi foram deixadas pelo Capitão Minoly Gomes de Amorim,<sup>143</sup> na imprensa cruzaltense. Materializava o elo de ligação político local entre o mundo “alemão” e luso-brasileiro, a pequena propriedade e os grandes estancieiros. Se Hermann Faulhaber era o “pai” dos colonos, seu provedor, pelos recursos da Colonizadora (e da Alemanha, por extensão), o outro se responsabilizava pela barganha junto à municipalidade de Cruz Alta, por melhorias e mais recursos.

O noticiário sobre a nova colônia girava em torno de sua vida cotidiana, dos acontecimentos mais marcantes, visitas, problemas, eventos sociais, dentre outros. Num de seus primeiros artigos, apresentava aos leitores o espaço e seus habitantes:

colonos alemães são os que vêm povoando o pitoresco núcleo de New-Württemberg(sic) e atualmente que tudo vai multiplicando-se pelo trabalho, pela dedicação na arena do labor, é agradabilíssimo, surpreendente, o espetáculo que se nos depara aos olhos uma dessas colônias. Casinhas de belo aspecto, erguem-se no meio dos milharais, circundadas de paióis abundantes de produtos, arvoredos, poteiros verdejantes onde serpenteando, rumorejam regatos de água pura, cristalina, – tudo enfim, nos dá uma idéia do que é trabalho, a luta tranqüila pela vida, esse suor finalmente abençoado por Deus e que proporciona essa paz confortável de espírito, que goza o rude colono, sempre feliz e despreocupado, ante o viço das suas roças, prometendo-lhes abundante colheita. (ÁLBUM de Recortes de...., 07/jul./1907).

Ao concluir sua exposição, comentara:

---

<sup>143</sup> Minoly Gomes de Amorim, o Capitão da 2ª Companhia do 42º Batalhão de Infantaria, foi o primeiro professor público da colônia, de acordo com uma notícia por ele recortada: “Professor Municipal. Por ato de 1º do corrente do ilustre intendente municipal, dr. Candido Machado, foi nomeado professor municipal do 4º Distrito, o nosso correligionário Minoly Gomes de Amorim.” (ÁLBUM de Recortes de...., 08/fev./1906.). Assumira também outros cargos relevantes: a partir de 1915, sub-delegado do quarto distrito, sub-prefeito posteriormente, além de proprietário rural. Também representava localmente o PRR (Partido Republicano Riograndense), recebendo com frequência a visita dos chefes republicanos regionais (Cel. Firmino de Paula). Afirmava que em Neu-Württemberg, “conta também o partido republicano de Cruz Alta uma corte invencível e superior a 400 eleitores o que eloqüentemente tem sido demonstrado nas urnas, e prova bem robusta temos na existência do Club Republicano, cujo número de sócios é avultado” (ÁLBUM de Recortes de...., 17/out./1909). Considerável número de alemães integrava as fileiras republicanas. Os testemunhos dos que o conheceram, afirmaram que Amorim relacionava-se muito bem com os alemães e seus descendentes, mesmo durante a Campanha de Nacionalização, e que falava fluentemente a língua alemã (sua esposa também era de origem germânica). No arquivo de Panambi, encontram-se vários cartões endereçados a Hermann Faulhaber e sua esposa, justificando ausência em aulas. Pelo que foi apurado, a família Faulhaber oferecia aulas particulares de língua alemã ao capitão, enquanto que ele ensinava a língua portuguesa ao casal.

Quanto de poesia não anda nesse drama da vida quotidiano, nesse quadro animado da existência, quando, numa tarde avermelhada de estio, o colono, ou seja melhor dito – o herói do trabalho ao deixar suas lides do dia, vai repousar o corpo cansado, ao lado da fiel consorte e no meio da prole loura e risonha como os anjos do Senhor! (ÁLBUM de Recortes de..., 07/jul./1907).

Nessa, como em outras referências, o imigrante alemão ou de origem surgia associado ao trabalho (“abelhas do nosso progresso”). Onde se instalavam, em poucos meses a mata dava lugar a casas, roças – “essas são cuidadosamente limpas, como é costume entre os colonos alemães” (ÁLBUM de Recortes de..., 14/jul./1907) – e ao movimento constante de colonos nos seus afazeres.<sup>144</sup> A transformação e o progresso eram visíveis e perfaziam o cotidiano dos demais moradores e autoridades, justificando a imigração.

Se a expectativa dos luso-brasileiros em relação aos imigrantes era essa, em contrapartida, uma vez em solo brasileiro, os ádvenas valeriam-se desses atributos (laboriosos, ordeiros, dignos) como fator de defesa contra os nacionais, ou de superioridade, nos momentos de barganha da nacionalidade. De modo geral, esses imigrantes vinham para o Brasil para construir uma nova pátria, sem perspectivas de retorno. Mais precisamente, conforme Woortmann (2000), eles deixaram as lembranças da velha pátria no outro lado do oceano, dando início à construção de uma nova identidade no navio que os trouxera. Sua vinculação para com a nova pátria perpassava pelo trabalho: trabalhavam para o engrandecimento do Brasil e isso, para eles, bastava para provar que eram brasileiros.

O processo de colonização de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi fora rápido, dado que, só no ano de 1911, a Empresa Colonizadora já vendera cerca de 150 lotes, além de considerável número de lotes urbanos e chácaras, não havendo mais muita terra disponível. Amorim sugeria ao governo que procedesse imediatamente a medição da “Serra do *Inhame* e *Fiúza*, junto a esta colônia, onde

---

<sup>144</sup> Num texto subsequente, exibe-se uma tabela estatística, baseada no recenseamento do ano anterior, para confirmar o grande desenvolvimento dessa região: Habitantes 710; Casas 131; Animais muares e cavalares 242; Gado vacum 254; Porcos 1.208; Arados 59; Carroças 19; Casas comerciais 5. Também constam os profissionais: ferreiros, 2; funileiro, 1; pedreiros, 4; hoteleiro, 1; cervejeiros, 2; alfaiate, 1; moleiro, 1; açougueiros, 2; carpinteiros, 5; celeiro, 1; cortidor(sic) e lombilheiro(sic), 1; fotógrafo, 1. (ÁLBUM de Recortes de..., 14/jul./1907) Quanto ao número de habitantes, provavelmente refere-se apenas a Neu-Württemberg, entendida como a área adquirida pela empresa colonizadora, dela excluindo os estancieiros residentes na região de campo e os posseiros, uma vez que Malheiros (1990) chega a afirmar que em 1898 o número de habitantes da área que hoje compreenderia o município de Panambi já passava de mil.

existe um complexo de talvez 3 léguas de sesmaria de excelentes terras de agricultura, podendo, então, os colonos realizarem compra diretamente do governo ou dos posseiros que conseguirem seus títulos de legitimação” (ÁLBUM de Recortes de..., 31/ago./1911). Ao lado das propriedades particulares, restavam ainda pequenas áreas de terras devolutas ocupadas por posseiros.

Aparentemente, nota-se que a relação entre brasileiros e alemães/descendentes era pacífica, sem maiores incidentes. Minoly Amorim, em saudação aos representantes da Alemanha (Cônsul Freiherr von Stein e o Propst. Braunschneig), representando o Intendente de Cruz Alta, afirmara que “os brasileiros e alemães aqui estão de tal modo confraternizados que jamais se preocupam com estéreis questões de raças, religião ou mal entendido patriotismo; que a luta que a todos preocupa e que de dia a dia mais se impõe é a luta do trabalho, mas essa é a grande luta que dignifica o homem, a pátria e a família.” (ÁLBUM de Recortes de..., [1913]).

Portanto, Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, embora se definisse ou se desejasse como uma “colônia alemã”, vivia em constante contato com o elemento luso-brasileiro, seja ele o posseiro, o estancieiro ou a autoridade cruzaltense, transpondo as barreiras lingüísticas. Estava inserida na rede local de lealdades aos “coronéis”, os quais dominavam politicamente, constituindo-se base republicana governista, formada e mantida através de coerção e cooptação.<sup>145</sup>

Essa convivência harmoniosa fora abalada, segundo Malheiros (1990), pelos elementos que compunham as novas levas imigratórias vindas após o final da I Guerra Mundial, dentre os quais encontravam-se professores, pastores, trabalhadores especializados e pouquíssimos agricultores. Ao se instalarem, tentariam reproduzir na colônia uma Alemanha que existia no além mar, com suas formas culturais e ideológicas. Todavia, esses laços inexistiam entre os imigrantes vindos há mais tempo e os oriundos das colônias velhas, para os quais a Alemanha constituía-se numa referência como “pátria-mãe” distante. Nesse contexto, as diferenças entre os *neudeustcher* ou *Reichdeutsche* e os de origem tornariam-se cada vez mais salientes, gerando certa animosidade. No discurso dos primeiros, a

---

<sup>145</sup> Se a maioria era republicana, havia também as dissidências, como Martin Hach, o qual pertencia ao Partido Liberal, sendo preso em 1923, por apoiar Assis Brasil. Contudo, quando o Partido

Alemanha sempre figurava como o ponto de referência cultural, econômico e de modernidade, ou seja, lá tudo era melhor. “Os imigrantes falavam com muita arrogância e orgulho do país de origem. E nós que já nascemos aqui não tivemos como comparar, não tínhamos termo de comparação...” (Depoimento de Walter R. Kepler). Em relação aos luso-brasileiros, as distinções agravavam-se. Um dos filhos de uma tradicional família de imigrantes alemães, dedicados ao ramo industrial, relembra:

Nós, os filhos de imigrantes, quando vinha um cabeludo, barbudo, esfarrapado, sujo e bêbado, nós, os brasileiros sem saber que somos brasileiros, [dizíamos] ‘olha um brasileiro, olha um brasileiro’. Ele vinha da campanha, bêbado, e nós vinha atrás gritando, ‘olha um brasileiro, olha um brasileiro’... Aqui no Colégio Evangélico, quando eu era um piá, queria brigar com alguém, eu só passava por alguém e dizia ‘o brasileiro’, pauleira estava feita... eu pra ter orgulho de ser brasileiro eu posso dizer que estava beirando os dezessete, dezoito anos, quando comecei a sentir orgulho de ser brasileiro. Até lá, eu não admitia se alguém me chamasse de brasileiro. Brasileiro para mim era sinônimo de vergonha, sujeira, mal cheiro, cabeludo, barbudo, bêbado e esfarrapado e sujo (Depoimento de Walter R. Kepler).

Grosseiramente, vislumbram-se algumas nuances e silêncios construídos ao longo do desenvolvimento das colônias predominantemente germânicas, como Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. A complexidade das relações ocultava inúmeros conflitos, canalizados para questões particulares e não étnicas como, por exemplo, o relacionamento entre lusos e alemães. Com o Estado Novo, houvera uma redefinição dessas discussões: esses núcleos populacionais foram demarcados como “quistos étnicos” e por extensão, desnacionalizados. Como antídoto, sugerira-se uma campanha de nacionalização em termos nacionais, variando sua aplicabilidade de acordo com o contexto regional.

### **3.3 A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO: A REPRESSÃO LEGITIMADA EM PROL DA “BRASILIDADE”.**

“Porque é preciso despertar os brasileiros para a grandeza do Brasil, é necessário arrancar os filhos do colono e do caboclo ao indiferentismo e à ignorância, é indispensável levar-lhes, com a cartilha do ABC, o catecismo de nossa religião e o breviário de nosso civismo.”  
(Paranhos Antunes in Lenzi, 1940, p. 24)

---

Republicano perdeu as eleições em Cruz Alta, assumiu a subprefeitura de Neu-Württemberg, em substituição a Minoly Gomes Amorim.

Dentro do Brasil só há brasileiros ou estrangeiros.  
 Estrangeiros, aqueles que nasceram sob outro céu,  
 que falam outra língua, que cantam outros hinos.  
 Brasileiros, aqueles que aqui receberam a vida,  
 que estão sujeitos às nossas leis,  
 obrigados a vestir a farda do nosso Exército,  
 que tem de prestar culto à nossa bandeira.  
 Não existem outras categorias.  
 Não reconhecemos prefixos.  
 (Transcrito do 'Jornal do Estado', CS 28/jan./1942, p. 2)

### 3.3.1 A Nacionalização dos “Desnacionalizados”

A Campanha de Nacionalização fora mais repressiva do que educativa. Seus idealizadores viam na pluralidade étnica uma ameaça para a formação da nacionalidade brasileira, devendo ser eliminada. O grande problema girava em torno de definir quem era o brasileiro, pois, de modo mais amplo, essa denominação englobava tanto o estrangeiro residente como os brasileiros naturalizados e os brasileiros de nascimento. Em nome da proteção dos valores nacionais, então, todo estrangeiro passou a ser tratado como um infrator em potencial (REIS, 1999). Schwartzman (2000, p. 19) ressalta que a formação do Estado Nacional

passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. [...] A uniformização cultural implicava na exclusão dos "estrangeiros", entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização. A amplitude do que era considerado "estrangeiro" poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial.

Em 1940, o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, enviava uma mensagem ao clero católico e seus fiéis, orientando-os sobre as concepções de “Pátria e patriotismo”.

Quem é brasileiro? Todos. São brasileiros, sem nenhuma adjetivação. Necessidade de assimilar os elementos estranhos, dizendo que o 'Brasil, país de imigração tem necessidade de assimilar os elementos estranhos, confundindo-os na mesma população, a fim de construir, no mais breve prazo uma nacionalidade coesa e forte.' Por isso, aqueles que fazem distinção entre brasileiros e brasileiras, em virtude das diferentes procedências etnológicas, cindem a Nação em partes, soprando entre si os seus componentes, preparando, dessa maneira, um terreno propício a revoltas e tendências separatistas. Tal procedimento é antipatriótico (CP 23/ jun./1940, nº 146, p. 12).

A política adotada pelo governo estadonovista objetivava o caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. “A categoria ‘alienígena’



englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade” (SEYFERTH, 1997, p. 1). Essa questão integrava as discussões de diferentes setores por várias décadas. A novidade, nos anos 30, segundo o diretor do Conselho de Imigração e Colonização, Cônsul geral João Carlos Muniz, residia na vontade por parte dos poderes públicos, de resolvê-la.

O problema será resolvido, terá de ser resolvido, com prudência, mas com energia. Com prudência, porque não devemos esquecer que a responsabilidade da situação é mais nossa que dos elementos de colonização, de um modo geral, animados em reconhecer quanto são justas as medidas governamentais a prol da nacionalização, e com energia, para vencer os recalcitrantes que são em pequeno número e não poderão construir obstáculo sério a meritória campanha pela unidade do sentido nacional (CP 19/ago./1939, nº 196, p.5).

Essa tendência seria reforçada com a chegada de Osvaldo Aranha ao Ministério das Relações Exteriores, em março de 1938, fortalecendo a posição nacionalista e antitotalitária do governo. Adotam-se, então, várias medidas legais com vistas à assimilação imediata dos grupos estrangeiros. Como alvo, figuravam todos os núcleos coloniais percebidos como quistos étnicos-desnacionalizados. Dentre eles, salientavam-se as colônias predominantemente germânicas. Entretanto, poloneses,<sup>146</sup> japoneses, espanhóis não estavam isentos de sofrerem restrições e perseguições.<sup>147</sup>

### 3.3.1.1 *O discurso germanista*

As discussões em torno da imigração e da assimilação perpassavam e atraíam as mais diferentes esferas da sociedade brasileira, como autoridades governamentais, intelectuais, e, de forma particular, os líderes das comunidades

---

<sup>146</sup> No Paraná, os mais atingidos seriam os poloneses, levando as autoridades diplomáticas a limitar a sua entrada, fechando suas escolas e entidades sociais estabelecidas, bem como órgãos de imprensa, motivados pelo “perigo polonês”. Sobre a nacionalização dos poloneses no Paraná, ver o artigo de CARNEIRO, 1993/1994.

<sup>147</sup> Os espanhóis, apesar de serem considerados um grupo de fácil assimilação à cultura nacional e desejáveis racialmente, também foram alvos de intensa repressão. A justificativa passava pelo ideário político defendido pelos membros de algumas associações, dentre as quais os centros republicanos, de tendência liberal e esquerdista, influenciando, segundo o discurso policial, negativamente os trabalhadores nacionais, instigando-os a movimentos revolucionários. Como agravante figurava a Guerra Civil Espanhola, a qual levava muitos espanhóis radicados no Brasil a retornarem à sua pátria de origem, engajando-se nas tropas republicanas. Outros seriam deportados por questões políticas (SOUZA, 2001).

imigrantes. No Rio Grande do Sul, um dos focos de debate e contra-ataque circunscreveu-se a um grupo de intelectuais de nacionalidade alemã, autodenominados “teuto-brasileiros”. Sua atuação viabilizava-se através da escola, igreja, entidades culturais, órgãos de imprensa – vários jornais, *kalender*, revistas e outros escritos. Dentre eles, destacavam-se o pastor protestante Hermann Dohms,<sup>148</sup> líder do Sínodo Riograndense, sediado em São Leopoldo e o jornalista Franz Metzler, expoente do grupo católico, ambos orientando seus leitores nas décadas de 20-40 sobre a conduta que deveriam adotar.<sup>149</sup>

Dohms, como líder do Sínodo Riograndense, falava de um local privilegiado para um considerável público de origem alemã, localizado nas mais diversas áreas do Rio Grande do Sul. Seu discurso, ainda que germanista, não era nacional-socialista, tendência da qual procurava distanciar-se. Defendia, sob qualquer circunstância, a integração dos imigrantes alemães e seus descendentes ao meio nacional brasileiro. Inclusive, utilizando a língua vernácula, desde que isso não implicasse na renúncia da cultura de origem. Ou seja, conciliar a nacionalidade alemã com a cidadania brasileira, dado que “a América ainda é, a América do Sul o será ainda por muito tempo, terra de imigração que recebe os imigrantes de todos os países com a intenção de fazê-los desaparecer em seu meio” (2001, p. 213-214). Logo, seria difícil preservar usos, costumes e idéias especiais, ou seja, cultura, na América. Acrescentava que enquanto o nacionalismo na Europa vivia da história, no Brasil vivia do futuro – o vir a ser de uma nação.

Quando este nacionalismo almeja a nação, não busca manter e fortalecer o que tem etnicamente, mas exige que, assim como desiste de sua própria cultura, outros façam o mesmo por amor à nação que ainda há de surgir. [...] assim o nacionalismo sul-americano é orgulho de haver nascido no novo, amplo país do futuro: é nativismo que se volta sentimentalmente contra o estrangeiro, que vem de fora, que critica com medidas estranhas o que simplesmente requer colaboração, e que quer cultivar tradição ao invés de se dissolver no novo (2001, p. 215).

---

<sup>148</sup> Maiores informações sobre a biografia, atuação profissional e intelectual de Dohms podem ser encontradas em DREHER, 1984; DOHMS, 2001.

<sup>149</sup> O pensamento dos alemães e seus descendentes residentes no Brasil pode ser dividido em quatro correntes: o *católico*, através do jornal *Deutsches Volksblatt*, o almanaque *Familienfreund Kalender*, a revista mensal *St. Paulusblatt*, e a publicação também mensal *Lehrerzeitung*; o *liberal*, difundido através dos jornais *Deutsche Zeitung* e *Neue Deutsche Zeitung*; o *luterano*, expresso no jornal *Deutsche Post*, o almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, escritos de Wilhem Rotermund, Hermann Dohms, etc. e o de autores *lusu-brasileiros*, que discutem as questões referentes aos imigrantes alemães, como Aurélio Porto, Ernesto Pellanda e Leonardo Truda (Cf. RAMBO, 1999).

Nesse sentido, imigração não significa apenas escolha de novo país de residência, mas inclusão em nova cultura.

Por sua vez, o jornalista Franz Metzler<sup>150</sup>, escrevendo posteriormente a Dohms, preocupava-se mais com a questão do teuto-brasileiro.<sup>151</sup> Ao defender a hifenização, propunha um equilíbrio entre a fidelidade ao Brasil e a fidelidade à Alemanha:

Os teuto-brasileiros se fazem presentes quando se festejam datas da história alemã, e quando o sete de setembro dos brasileiros é festivamente comemorado, marcam presença também. Quem interpreta essa atitude como um pendular de cá para lá, que o faça sem problema. Nós o interpretamos como o equilíbrio entre a fidelidade ao país de nossos antepassados e o nosso amor pela nova pátria (METZLER apud. RAMBO, 1999, p. 187).

Essa oscilação entre as duas identidades colocava os imigrados e seus descendentes brasileiros numa posição instável. Não eram aceitos como alemães pelos “alemães do Reino”, nem como brasileiros pelos brasileiros. Assim, numa hora eram considerados nacionais baseado no *jus soli*; noutra, estrangeiros, por sua falta de “brasilidade”. Metzler sublinhava que “a interpretação errônea da nossa maneira por parte dos brasileiros com certeza sempre existiu, pois manifestava-se na forma de animosidade da parte de indivíduos isolados contra a nossa presença”.

Apontava que para os indivíduos de fala alemã que emigravam da Europa para o estrangeiro revelavam-se duas possibilidades:

Ou permanecem até o fim alemães ou de pertencer a qualquer outra identidade que possuam por ocasião da viagem, o que aliás seria o normal, ou adotam a cidadania da nova terra, renunciando à cidadania do país de origem quando encontram no país de destino uma segunda pátria definitiva e que um dia abrigará a sua sepultura (1999, p. 190).

Na sua visão, o Brasil era o país de destino e a adoção da cidadania brasileira, através da naturalização, não significava renegar a sua origem. A nova e

---

<sup>150</sup> Franz Metzler publicou em 1936 no seu jornal *Deutsches Volksblatt* várias reflexões discutindo a questão do teuto-brasileiro e os problemas a ele concernentes, sob os títulos “O Teuto Brasileiro”, “Teuto Brasileirismo” e “Teuto-Brasileiro ou Brasileiro de Origem alemã?” (METZLER apud. RAMBO, 1999).

<sup>151</sup> Rambo (1999, p. 185) entende o teuto-brasileiro como “teuto, porque vivia de acordo com os costumes, os hábitos, os valores e falava a língua de seus antepassados. Brasileiro, porque nasceu em território brasileiro, como brasileiro fora registrado e como brasileiro se assumiu e agiu”.

única pátria à qual deveriam fidelidade seria o Brasil.<sup>152</sup> A conciliação entre a identidade de origem e a assumida na nova terra definiria a identificação do indivíduo. “A via pela qual cada um constrói o equilíbrio entre as duas grandes realidades, objetos de seu amor, a terra em que vive e o sangue que corre em suas veias, é uma tarefa individual. Se for bem sucedido terminará transformando-se em teuto-brasileiro” (1999, p. 191). Todavia, esse equilíbrio poderia pender para um dos lados, definindo seu pertencimento, levando por vezes a radicalismos.

Consoante Metzler, a nacionalização despertaria a consciência teuto-brasileira.

A própria adesão ao teuto-brasileirismo já contém em si a aceitação do brasileiro. É preciso permitir ao teuto-brasileiro ser brasileiro como melhor condiz com as suas características e sua maneira de ser, caso pretenda que isso valha alguma coisa e signifique um ganho para os brasileiros no seu conjunto. A pressão nacionalizadora teve o efeito de despertar a consciência do teuto-brasileirismo (1999, p. 192).

Na mesma linha, acresce que “o verdadeiro, o autêntico portador do teuto-brasileirismo é o brasileiro de descendência alemã nascido no Brasil, para quem o Brasil é ao mesmo tempo terra natal e pátria” (1999, p. 193).

Divergindo de Dohms, cuja conclusão indica que as minorias étnicas seriam impossíveis na América, Metzler recebia como uma ofensa a possibilidade de considerar os núcleos alemães instalados no Brasil como possíveis minorias étnicas.

Somos brasileiros pela nossa vontade e não somos “inferiores” porque algum acordo internacional imposto o exige de nós. É uma ofensa sermos comparados às minorias nacionais, fato que não se repetiu não poucas vezes. Não passou também de uma ofensa nos terem considerado como “germanidade no estrangeiro”, como “alemães no estrangeiro”. E nós mesmos não nos esforçamos por esclarecer essa avaliação equivocada que se fazia a nosso respeito (1999, p. 194).

Igualmente, considerava um ultraje referir-se ao Brasil como país de adoção, hospedeiro, opondo-o à velha pátria. Asseverava que os teuto-brasileiros reconheciam apenas uma pátria: a brasileira, mas que, ao mesmo tempo, “fomos educados e é uma questão de honra para nós teuto-brasileiros, que nos orgulhemos da nossa origem, que preservemos a sua maneira de ser e a sua língua” (1999, p.

---

<sup>152</sup> Entendia por pátria “a terra pela qual, em casos extremos, não é apenas permitido, mas é um dever derramar o sangue, realidade que vale para todos os cidadãos, também os naturalizados” (METZLER apud. RAMBO, 1999, p. 191).

195). Tal qual Dohms, acreditava que ser cidadão brasileiro não implicava em renunciar sua cultura de origem.

Outros alemães e descendentes, fortemente marcados pelo germanismo, engajar-se-iam no debate e na difusão desse posicionamento, formando uma legião de adeptos e inimigos. Um dos seguidores escreveria:

nós, brasileiros de origem alemã, não pretendemos qualquer privilégio em nossa Pátria. Não queremos ser considerados mais brasileiros do que os nossos patrícios de outras origens, mas também não admitimos que nos taxem de menos brasileiros, nem aceitamos lições de patriotismo de quem quer seja.

Não admitimos que nos atirem a pecha de antipatriotismo, quando jamais faltamos ao cumprimento dos nossos deveres para com a nossa pátria e quando os nossos antepassados, que aqui chegaram, em 1824, e nos anos subsequentes, desde o momento em que pisaram solo brasileiro, se sentiram brasileiros e sempre agiram como brasileiros (PETRY, 1950, p. 21).

Contrapondo-se a esse ideário, encontravam-se os nacionalistas brasileiros.

### **3.3.1.2 O discurso nacionalista do Estado Novo**

Se os germanistas construíam e defendiam sua posição, os nacionalistas luso-brasileiros contra-atacavam com seus argumentos, impondo-os à força durante o Estado Novo. Alegava-se que aos estrangeiros residentes no país, mesmo naturalizados, faltava o sentimento de brasilidade. Oliveira Vianna, um dos intelectuais do novo regime, afirmara que a hifenização e o pertencimento a um Estado e uma nação distintos não existiam.

No Brasil existe apenas uma comunidade brasileira, embora o cerne do nosso povo seja constituído pelo elemento português. Os termos “luso-brasileiro”, “teuto-brasileiro”, “slavo-brasileiro” só são usados pelos preconizadores do isolamento dos descendentes de alemães; os brasileiros desconhecem isso (OLIVEIRA VIANNA, 1940, p. 39).<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> Para Coelho de Souza, não há teuto-brasileiros, “há, simplesmente, brasileiros, qualquer que seja a sua origem étnica.” (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 56) Acrescenta que faltaria ao teuto-brasileiro fundamento histórico, visto o Brasil, já possui três séculos de língua, tradição e história, e fundamento jurídico, pois ao chegarem, este sistema já estava formado, e ao aceitarem a soberania brasileira, na se constituíam em minorias étnicas. Coelho Souza classifica os alemães e seus descendentes em três grupos: o primeiro, os que se incorporaram inteiramente à nacionalidade brasileira, ignorando até a língua dos antepassados; o segundo, os “tradicionalistas”, que mantêm bem viva a língua, as artes e os hábitos alemães, compostos por católicos e parte dos luteranos não alimentam pretensões políticas, conservam a tradição por ordem espiritual (foi nesse grupo que foram recrutados os nazistas); o terceiro, a minoria nazista ‘é um grupo nazista na ideologia, nas ligações com a chefia européia, nos processos; célula caracterizada de quinta coluna em organização” (COELHO DE SOUZA, 1941, p. 19).

Corroborando, Lindolfo Collor, descendente de uma família alemã de São Leopoldo, que ocupava lugar de destaque no cenário político federal, por ocasião de uma homenagem recebida em sua cidade natal, afirmara:

no Brasil ou se é brasileiro, ou se é estrangeiro. O teuto-brasileiro não existe. Aqui há o brasileiro e há o alemão, como há o brasileiro e o italiano, o brasileiro e o português. Si tivéssemos como compatível com a realidade nacional a existência de um tipo teuto-brasileiro, dividida estaria a unidade espiritual da Pátria. Que digo eu? Solapada se encontraria a sua própria coesão política. Porque? Porque a idéia do teuto-brasileiro equivale, ao pé da letra, exatamente, rigorosamente, ao reconhecimento da existência de uma minoria étnica entre nós (CP 7/ fev./1942, nº 33, p. 5).

Reforçando essa postura, a imprensa porto-alegrense publicara um artigo, transcrito no jornal ijuiense, asseverando:

‘a invocação de teutos, ítalos, nipos ou outros prefixos gentílicos, para estes homens nascidos no Brasil, não é apenas um equívoco lamentável – é muito mais – é um insulto à Pátria, um desrespeito às nossas tradições, uma renúncia à nossa soberania! [...] Dentro do Brasil só há brasileiros ou estrangeiros. Estrangeiros, aqueles que nasceram sob outro céu, que falam outra língua, que cantam outros hinos. Brasileiros, aqueles que aqui receberam a vida, que estão sujeitos às nossas leis, obrigados a vestir a farda do nosso Exército, que tem de prestar culto à nossa bandeira. Não existem outras categorias. Não reconhecemos prefixos. Daí, a oportunidade crescente daquela frase que o Senhor Interventor federal com rara felicidade atualizou: ‘Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!’ Não há dois caminhos. [...] No Brasil só há brasileiros ou estrangeiros’ (Do ‘JE’ apud. CS, 28/jan./1942, nº 8, p. 2).

Nessas circunstâncias, não sobrava espaço para a manifestação do diferente. Lutava-se para formar um todo nacional e homogêneo, diluindo ao máximo a pluralidade, seja étnica ou regional. Nas palavras de Vargas, em 1941, havia no Brasil naquele momento “uma só bandeira e um só hino e as leis que definem e asseguram os direitos dos cidadãos deixaram de ser regionais e se aplicam igualmente no norte e no sul do país” (CP 26/jun./1941, nº 143, p. 3).

Era de fatal importância transformar essas populações em brasileiros, despertando nelas o sentimento de brasilidade, de pertencimento à nação, cortando os laços com a pátria de origem. Para Vargas,

ser brasileiro não é, somente, respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É ter o sentimento que lhes permite dizer: ‘o Brasil nos deu o pé, mas nós lhes daremos o sangue’. É ter o sentimento de brasilidade, pela dedicação, pelo afeto, pelo desejo de concorrer para a realização dessa grande obra, na qual todos somos chamados a colaborar, porque só assim poderemos contribuir para a

marcha ascensional da prosperidade e da grandeza da Pátria (CP 13/mar./1940, nº 60, p. 3).

O hífen teuto-brasileiro deveria ser eliminado – na proposta do governo, imediatamente, embora alguns reconhecessem que era um processo cultural lento, independente de atos políticos.<sup>154</sup> Nas palavras de Couto (1941, p. 31-32),

não podemos estranhar que um filho de alemão, mas perfeitamente brasileiro, se exalte com as glórias avoengas, case com uma alemã, queira ensinar alemão aos filhos e tenha em casa livros alemães. O que podemos é combater o seu isolamento cultural num meio homogeneamente alemão, porque senão ele perderá as características espirituais brasileiras que o haviam afeiçoado ao nosso ambiente. Também não devemos partir do princípio de que há “culpa” nessa flutuação dos elementos “marginais” da nossa formação étnica. Não se trata de apurar culpas, mas de atacar fatores mesológicos perfeitamente normais.

Apreendendo esse conjunto complexo de posições frente à nacionalidade e ao pertencimento nacional, torna-se mais clara a posição da colônia de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, onde esses dois discursos chocavam-se de modo exemplar. Se, por um lado, havia os imigrantes e os de origem alemã, promovendo e preservando suas origens nacionais, seja através da língua, das festas, da religião protestante, das atividades esportivas, das associações sociais e de ajuda mútua, seus líderes, representados, inicialmente na pessoa de Hermann Faulhaber e, posteriormente, pelos professores da Escola Elsenau e seus satélites, dos pastores protestante e batista, e outras lideranças de menor e restrita projeção, filiavam-se ideologicamente ao ideário germanista – não necessariamente nazista. No extremo oposto, estavam os defensores do ideário nacionalista, naquele momento tido como oficial. Dentre eles, encontravam-se os luso-brasileiros, como o subprefeito e o subdelegado, e os descendentes de alemães em busca do reconhecimento de sua brasilidade.

---

<sup>154</sup> Nessa relação, “apareceu a concepção de uma identidade dupla (com hífen em português) e seu corolário derivado de *Deutschtum*. A categoria *Deutschbrasilianer* contém, subentendido, um germanismo à brasileira, ou *Deutschbrasilianertum*, que dá destaque à origem nacional alemã e à cidadania brasileira. A identidade teuto-brasileira, portanto, concilia o pertencimento ao Estado brasileiro com um ideal de *jus sanguinis* baseado no nacionalismo alemão do período romântico, e que supõe uma *Volksgemeinschaft* (portanto, um território étnico) no Brasil” (SEYFERTH, 2000, p. 167) [grifo ao autor].



### 3.3.2 Língua Portuguesa: a Essência do Brasileiro.

A Campanha de Nacionalização adotara como elemento fundamental e definidor do ser brasileiro a língua, nesse caso, a portuguesa. O indivíduo que residia em território nacional e a desconhecia, automaticamente era tachado de desnacionalizado e uma ameaça potencial à nacionalidade brasileira.

Por meio da língua, expressam-se e inventam-se cidadãos. A imposição de uma língua oficial, atribuindo-lhe uma certa ancestralidade, para legitimar medidas políticas, marcou grandemente a formação dos Estados-nação. O emprego do idioma administrativo no cotidiano das pessoas, seja nas escolas, nos assuntos públicos, ou nos meios de comunicação e denominações de ruas e instituições, fazia com que coincidissem os limites políticos com os lingüísticos, o que condenava as línguas usadas em certos locais públicos e familiares. Junto com o idioma nacional, difundiam-se tradições, aspirações e ideais nacionais, que deveriam ser comuns a todos os habitantes dessa “comunidade imaginada” (DE LUCA, 1999).

De acordo com De Luca (1999, p. 251), na Revista do Brasil, a língua fora constantemente apontada como importante fator de coesão nacional.

Essa perspectiva abria caminho para a construção de uma noção de estrangeiro marcada pela simbologia da falta, da negatividade –‘estrangeiro é aquele que não fala a nossa língua, é aquele que nos procura só para tirar algum partido; é estrangeiro o imigrado ou filho de imigrado enquanto não pensa e não sente um pouco como brasileiro’. Cerrar fileiras em torno do português significava combater os efeitos deletérios provocados pela presença, no corpo da nação, de elementos estranhos que perturbavam sua integridade e coesão. A existência de jornais e revistas em língua estrangeira – ‘lidos por pouquíssimos brasileiros, nem na repartição de polícia são lidos!’ –, era condenada sob alegação de que num país novo, receptor de estrangeiros, tal presença constituía-se num empecilho à assimilação.

Ou seja, a assimilação tornava-se necessária para permitir a comunicação entre os nacionais e os imigrados. A Revista Vida Policial (jan./1943, nº 54, p. 35) advertia: “o estrangeiro tem por obrigação moral, uma vez fixando residência num país, aprender expressar-se somente na língua oficial desse país. Compete ao estrangeiro assimilar-se à terra estranha e não a esta assimilar-se ao estrangeiro”.

Os resultados obtidos pelo censo do IBGE, realizado ao longo do ano de 1940, confirmavam o alarma dos nacionalistas. Apurara, no caso do Rio Grande do Sul, que do total da população, 3.320.689 habitantes, haviam 747.899 que não

usavam a língua portuguesa habitualmente no lar, dentre os mesmos, 393.934 usavam a alemã. Desses totais, Cruz Alta possuía uma população de 57.515 – 236 brasileiros naturalizados, 1.297 estrangeiros e 4 de nacionalidade não declarada. Em Pindorama, totalizava 9.318 habitantes, concentrando-se a maior parcela na área rural: 7.842, e o restante, 740, na urbana e 836 na suburbana.<sup>155</sup>

Os alemães e descendentes, por sua vez, contra-atacavam com a mesma estratégia. A língua alemã constituía-se elemento mais forte de identificação étnica, mais forte até do que dentro das fronteiras da Alemanha. A sua preservação era decisiva para continuar sendo aceito e respeitado dentro do grupo (BOMENY, 1999). Para Manuela Cunha (1987, p. 99-100)

A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos.<sup>156</sup> [grifo do autor]

Nesse sentido, a língua surge como um dos principais traços, pois é um “sistema simbólico que organiza sua percepção de mundo e um diferenciador por excelência”. Todavia, sua preservação na diáspora por várias gerações torna-se complicada. Quando se consegue, como os descendentes de alemães em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, “ela perde sua plasticidade e se petrifica, tornando-se por assim dizer uma língua fóssil, testemunha de estados anteriores. Ora, quando não se consegue preservar a língua, constrói-se muitas vezes a distinção sobre simples elementos de vocabulário, usados sobre uma sintaxe dada pela língua dominante” (CUNHA, 1987, p. 99-100). Conseqüentemente, naquela colônia, “um dos problemas são as línguas. Infelizmente grande parte dos imigrantes fala nem um alemão correto nem o português”.<sup>157</sup>

<sup>155</sup> O mesmo censo constatara que do total da população do Rio Grande do Sul, havia 375.731 alemães brasileiros natos; 2.468 alemães brasileiros naturalizados; e 15.703 estrangeiros alemães. Dados do IBGE (Censo de 1940, v. 20, p. 1, 6, 126, 262).

<sup>156</sup> Cunha (1987) sublinha que não se podem definir grupos étnicos a partir de sua cultura, embora ela entre de modo essencial na etnicidade. Acrescenta que a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural.

<sup>157</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.

Referindo-se à língua, Dohms (2001, p. 216) afirmava que na América ela não era uma característica distintiva, dado que na América Central e do Sul haviam-se formado diversos povos compartilhando a mesma língua. Assim,

a língua é casual, não é língua de um povo, mas língua do Estado, não é o meio que preserva, vivo, rico passado, mas meio para reunir nas fronteiras de um Estado partes distintas de um todo populacional. A aceitação da língua do Estado ou do país é tida por sinal decisivo para a aceitação do Estado; a preservação da língua do povo de ascendência pelo nascido no país é, em contrapartida, traição à pátria. As escolas que não se valem do português como língua de ensino são designadas na legislação brasileira de “escolas estrangeiras”, mesmo que sejam mantidas exclusivamente por cidadãos brasileiros e mesmo que muito eduquem em prol do Estado brasileiro e cultivem o conhecimento da língua do país, e enquanto o imigrante e seus descendentes não tiverem abandonado e esquecido a língua materna, o nativismo os considera “estrangeiros” que, segundo seus conceitos, não podem almejar o pleno reconhecimento como cidadãos do Estado.

No mesmo contexto, lembrava que num país de imigrantes como o Brasil, a língua estrangeira não poderia ser excluída imediatamente, acrescentando que o sistema escolar nacional muitas vezes não estava estruturado para atender a demanda existente, obrigando os próprios imigrados a suprirem essa carência com estabelecimentos de ensino próprios.

Os resquícios que restavam da cultura de origem, no caso, germânica, eram adaptados da melhor maneira ao novo meio, para delimitar e reforçar o contraste frente aos luso-brasileiros. Os porta-vozes de Cordeiro de Farias e Coelho de Souza afirmavam que sua pretensão não era que os imigrantes perdessem seu amor aos antepassados, nem suas tradições, cultura e língua, contudo, deveriam integrar-se à cultura e língua nacionais, multiplicando os fatores de abasileiramento. Ressaltava que “o primeiro de todos e acima de todos será sempre a língua. Pela prática instintiva de uma língua é que se pode medir o grau de íntima e secreta consciência nacional” (CP 27/abr./ 1941, nº 98, p. 3). Daí justificar-se a proibição do uso de línguas estrangeiras em público, nas celebrações religiosas e, em alguns casos e excessos, no próprio espaço privado. Para garantir a eficiência da campanha, atuavam as instituições policiais.

### 3.4 A CONSTRUÇÃO DOS INIMIGOS: O “PERIGO ALEMÃO” E A VIGILÂNCIA.

Nossa função é preservar a ordem e defender as autoridades constituídas,  
o que quer dizer, defender o Estado e defender a Nação.  
Quem quiser atentar contra qualquer dessas coisas,  
é nosso inimigo e como tal será tratado.  
(Filinto Müller, CP 2/abr./1942, nº 78, p. 3)

#### 3.4.1 O Inimigo Está por Toda Parte

A máquina governativa do Estado Novo empenhava-se em garantir a legitimidade do governo. Para isso, quaisquer recursos eram válidos, desde os legais aos mais sórdidos. Dentre eles, um dos mais eficientes e ao qual Vargas recorria com frequência, cristalizando-o no imaginário popular, fora o fantasma do inimigo – interno ou externo –, o qual ameaçava a soberania nacional e a formação da nacionalidade.

Via-se a criação de um inimigo externo poderoso e ameaçador como algo inevitável e necessário à defesa nacional. Essa situação facultava-lhes ganhar a adesão e a coesão internas, bem como a justificção para um movimento interno de militarização, adotando medidas autoritárias e repressivas. Dutra (1997, p. 151) destaca que

a figura do inimigo estrangeiro ocupa o lugar central na operação que o realimenta. Seja ele figurado no comunismo, no fascismo ou no imperialismo, ele é [...] o mal, a peste, a doença, a escuridão, a morte, a guerra, o demônio, enfim, o responsável sempre por todas as infelicidades de um presente sombrio e sem segurança.

A figura de um inimigo representava um papel essencial nas manifestações nacionalistas, por excitar a fé patriótica do povo. Cumpria uma função decisiva na autodefinição do grupo social e/ou nacional, na construção de sua identidade (DUTRA, 1997). Já o nacionalismo, mobilizado na defesa contra a ameaça externa, conseguia angariar uma coleção heterogênea de aliados, unidos acima das divisões políticas ou sociais internas, fornecendo ao povo a consciência de sua unidade. Cada qual deveria sentir-se o “Eu Brasil”. “O inimigo da Nação – o outro – serve, na verdade, como cortina de fumaça...” (LENHARO, 1986, p. 71).

Essa estratégia fora fundamental para o Estado Novo: os inimigos, reais ou fictícios, sempre rondavam e ameaçavam o poder. Os homens do complô existiam por toda parte, como uma anormalidade social, constituindo

no interior de toda comunidade consciente de sua coerência, um corpo exógeno obscuramente submetido às suas próprias leis, obedecendo apenas a seus próprios imperativos ou a seus próprios apetites. Surgidos de outra parte ou de parte alguma, os fanáticos da conspiração encarnam o Estrangeiro no sentido pleno do termo (GIRARDET, 1987, p. 42-43).<sup>158</sup>

Na década de 30, o comunismo figurava como o inimigo exógeno do país, tratado como um movimento externo, exótico, internacionalista, sem raízes nacionais, perturbador da saúde pública. O regime conclamava todos a lutar contra ele, transformando-o no bode expiatório. Após 38, os integralistas ocupariam por um curto espaço de tempo esse lugar. Com a iminência de um conflito externo e do crescimento do partido nazista na Alemanha, novos perigos seriam criados, como o “perigo alemão”.

As autoridades oficiais, particularmente as polícias, sentiam-se constantemente ameaçadas por inimigos e conspiradores, sejam internos ou externos. Esse clima de insegurança espalhava-se entre a população, como uma maneira de legitimar as medidas adotadas. A referência ao inimigo/conspiração transitava por um vocabulário especial. De acordo com Girardet (1987, p. 17, 44), “o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará colocado em referência a uma certa simbólica de mácula: o homem do complô desabrocha na fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção...” A representação iconográfica e literária do complô “reúne tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde, bem como o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção: a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo...” No entanto, no centro “desse pulular repulsivo, ágil, negro, voraz e peludo, a aranha constitui aparentemente a imagem simbólica privilegiada entre todas: estende suas armadilhas com paciência infinita, envolve sua vítima em seus fios, devora-a com lentidão.” Essa última fora amplamente explorada pelo Estado Novo, de forma singular pelos órgãos policiais na revista gaúcha *Vida Policial*, ao referir-se à infiltração nazista no Estado e à atuação da quinta-coluna. Inúmeras capas e ilustrações menores preenchiam-se com aranhas tecendo suas

---

<sup>158</sup> No início do século XX, após a I Guerra Mundial, “Fortaleceu-se em toda a Europa e América o conceito de “estrangeiro indesejável”, manipulado em certo fanatismo pelas classes dirigentes que, no meio da crise, sentiram necessidade de apontar o causador de todos os males que atingiam a nação, indicando uma solução para o problema. Como bode expiatório apontou-se o judeu, que carregava consigo o triplo estigma de ‘comunista’, ‘indesejável’ e de ‘raça impura’” (CARNEIRO, 1988, p. 52).

teias de modo arbiloso e insuspeito, enredando os elementos alemães e de origem, escapando e driblando a vigilância policial.

O fantasma do “perigo alemão” não era uma novidade. Desde o início da imigração alemã no país, setores da intelectualidade e da elite chamavam atenção ao problema da concentração de estrangeiros da mesma nacionalidade em uma mesma área. Alegavam que essa política comprometia a formação da nacionalidade brasileira. A presença de um núcleo de estrangeiros, o qual participava ativamente da vida brasileira, com seu trabalho e com a obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que os prendiam à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades nacionais: um misto de admiração e medo. A questão retornara ao debate com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando foram tomadas algumas medidas para acelerar a assimilação. Com o Estado Novo, a problemática ressurgia, desta vez com maior intensidade, e as providências para a sua resolução condensavam-se na campanha de nacionalização.

A criação de um perigo ameaçador da ordem estabelecida exigia contornos e feições mais ou menos definidas. No caso do “perigo alemão”, tratavam-se de elementos muitas vezes imprecisos: não se conhecia o número exato de alemães, nem no Brasil nem na América Latina.<sup>159</sup> O segundo ponto fundamental e preocupante residia na impossibilidade em definir precisamente o que era um alemão: um nato que veio para o hemisfério ocidental há poucos anos ou um da terceira ou quarta geração? Essa imprecisão levava a uma oscilação de referências e lugares sociais, dada a multiplicidade de interpretações, dependendo do momento e das autoridades envolvidas. Isso proporcionava e mantinha um clima de insegurança entre as populações implicadas.

Para justificar ou ressuscitar o perigo alemão, aceitava-se qualquer associação, desde as mais desconexas, até as presumíveis. No primeiro caso, emergiram afirmações como:

a Guerra dos Muckers, todavia, estava predestinada a servir de exemplo, para o futuro, do espírito de fanatismo de que é dotado o alemão: *apareceu um chefe, qualquer destino serve*. Prestou-se, igualmente, para demonstrar a capacidade de organização dos germânicos, qualquer que seja a sua condição social (ALARCON, 1942, p. 85) [grifo do autor].

---

<sup>159</sup> Pelo censo de 1940, a população total do Rio Grande do Sul perfazia 3.320.689 habitantes. Dentre eles, 88,66% eram ou se declaravam brancos; 11,26% pretos e pardos; 0,03% amarelos; e 0,05% de cor não declarada. Dados do IBGE, censo de 1940, v. 20, p. 1; 6.

O imaginário estadonovista valia-se, também, de imagens bem presentes no cotidiano brasileiro para fundamentar seu discurso e chegar aos seus fins. Percebia a nação/pátria como a grande mãe e os brasileiros os seus filhos. Conseqüentemente, trair a pátria era o mesmo que trair a mãe: imperdoável. Os traidores, portanto, não seriam apenas inimigos do Brasil, mas dos brasileiros. A causa nacional era a causa de todos (DUTRA, 1997).

Outro vocabulário comum, empregado durante a campanha de nacionalização, era o médico. A infiltração de idéias estrangeiras era vista como uma doença, um mal que precisava ser exterminado, antes que se alastrasse no corpo social. Para tanto, qualquer diagnóstico era válido (receitado pelo responsável da cura). Um autor do período escrevera: “quanto a inimigos internos de qualquer natureza, devem ser segregados, isolados e, como fístulas malignas, ser cuidadosamente cauterizados, para não infeccionarem o organismo todo. É, pois, uma questão de Polícia e de Justiça” (ACHILLES, 1943, p. 199).

O sucesso das autoridades na descoberta de um complô, seja comunista, integralista, nazista ou de espionagem sempre provocava um grande estardalhaço na imprensa e nos meios oficiais, com descrições detalhadas da ação policial e dos meios empregados pelos envolvidos.

Não há complô cuja descoberta não se apresente como uma descida progressiva para longe da luz, ali onde as trevas se fazem mais e mais densas. É quase sempre a noite que os conjurados escolhem para se reunir, dispersando-se ao nascer do dia. [...] O subterrâneo ou seu equivalente – cripta, jazigo, quarto fechado- desempenha, de fato, no legendário simbólico da conspiração, um papel sempre essencial (GIRARDET, 1987, p. 42).

Escondendo-se e protegidos pela escuridão, esses contingentes colocavam em perigo o Estado Novo. Apontar esses possíveis “intrusos” e “empecilhos” como indesejáveis, perigosos e comprometedores, legitimava, mais uma vez, a adoção de qualquer medida para o seu extermínio, obtendo, para isso, o consentimento da população. Em sua visita a Porto Alegre, em março de 1940, Getúlio Vargas referira-se aos perigos que ameaçavam o país e às medidas adotadas pelo seu governo.

Em primeiro lugar, foram abatidas todas as forças estranhas que pretendiam, pela desagregação, penetrar no âmago da nossa organização; foram extintos todos os radicalismo, os regionalismos, os caudilhismos, enfim, todas as forças desagregadoras da nacionalidade. [...] E agora, posso dizer-vos que o Brasil está firme, ereto, e invulnerável à ação dissolvente de todos os radicalismos (CP 13/mar./1940, nº 60, p. 7).



Muitos acreditavam na veracidade dos perigos, como o “perigo alemão”.

#### 3.4.1.1 *A quinta-coluna*

“Os quinta-colunistas devem ser, portanto, varridos do nosso solo. Não devemos ter contemplações nem misericórdia com essa gente que está a trair o Brasil a cada passo”  
(Editorial. FS 21/ago./ 1942, nº 191, p. 2)

O emprego de termos especiais para designar novas situações, como os possíveis conspiradores ou elementos suspeitos, foi uma das características do Estado Novo. Desse modo, os alemães e seus descendentes, suspeitos de traição, eram chamados de Quinta-Coluna. Todavia, nessa designação, em várias ocasiões, englobava sujeitos nacionais, acusados de prestar serviços a movimentos estranhos.

Encontra-se uma definição do termo em uma reportagem no jornal *Correio do Povo*, datado de 1940. Na mesma, salientava-se que esse drama afetava toda a Europa, estando disseminado em todos os recantos. Quanto à origem do termo, explicava:

na Câmara dos Comuns se falou outro dia, da ‘quinta coluna’. O autor dessa frase afortunada foi o general Mola, no princípio da guerra-civil espanhola. Queria dizer que, além das quatro colunas nacionalistas que avançavam sobre Madrid, para liberta-la, em fins de 1936, o general Franco contava com uma força invisível, a ‘Quinta coluna’, formada pelos nacionalistas foragidos na capital e que trabalhavam solapadamente, com risco de sua vida, em favor do caudilho (CP 26/abr./1940, nº 97, p. 12).

No quadro da II Guerra Mundial, esse setor era representado pelos nazistas infiltrados clandestinamente em vários países, inclusive no Brasil, atuando em prol da nazificação. Um nacionalista fervoroso traçara o perfil de um quinta-coluna:

Regra geral, o quinta-coluna é um tipo insinuante afável e serviçal. [...] Procura evitar discussões apaixonadas sobre política internacional. Apenas insinua “coisas” sobre o Grande Reich, mas, se encontra resistência, logo recua para não ofender melindres, afim de que, mais tarde, possa insistir. [...] Quando encontra terreno mais propício, o quinta-coluna entra firme e emaranha sua vítima na trama infernal do nazismo, transformando-a, dentro em pouco, em mais um temível partidário de Hitler. Os quinta-colunistas pululam em todos os cantos, das mais altas às mais baixas camadas sociais, para a realização de um trabalho subterrâneo intenso com o objetivo da desintegração da unidade nacional no país em que vive (MARTINS, [1942], p. 111).

Entretanto, a identificação desses elementos, tanto por parte da população, como dos agentes de fiscalização, não consistia em uma tarefa fácil.

‘Quem é quinta-coluna, não traz distintivo, mas sabe de antemão como e onde deve matar e trair. Daí a necessidade de todas as prevenções e desconfianças senão porque impossível, contra as sombras, ao menos contra os que nunca fizera, mistério de suas idéias ou crenças e especialmente contra os que, nesta hora tão apreensiva para o continente, ainda ousam manifestar suas simpatias frenéticas pelo nazismo, pelo fascismo e pelo militarismo japonês’ (transcrição do editorial do jornal ‘O Globo’, CP 11/jan./1942, nº 9, p. 13)

Cordeiro de Farias entendia que os principais focos da infiltração nazista eram as regiões onde havia grande concentração de alemães, “na encosta da serra e na serra, sobretudo de Cruz Alta em direção ao mar. Em tais regiões, a segregação era total e absoluta” (CAMARGO, 2001, p. 231). Conseqüentemente, Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi e seus habitantes estavam sob suspeita. Para isso, contribuía, em grande medida, suas próprias atitudes, como a admiração escancarada ao regime nazista. Os retratos de Hitler decoravam as paredes em muitas residências, com maior incidência entre os recém imigrados, bem como braçadeiras com o símbolo da cruz gamada ou bandeiras. Se esses objetos integravam o cotidiano dessas famílias, não eram, porém, ostentados em público.

Eles (alemães) vieram pra sobreviver. Mas eles não deixaram de ter profunda ligação com a Alemanha, que se seguiu depois de 1930 com Adolfo Hitler [...]. Essa gente toda que esteve aqui eram hitleristas, muitos eram pessoas que tinham na pessoa do Hitler a maior confiança. [...] Esse era o homem, que tinha todas as condições de salvar a pátria. Eles voltaram por causa disso. Antes da Segunda Guerra muitos voltaram (Depoimento de Orlando I. Schneider).

A década de 30 assistia a um insuflar da identidade étnica alemã no país, impulsionada pelo rápido reerguimento da Alemanha, arrasada pelo pós-guerra. Esse movimento despertaria em muitos descendentes de alemães radicados no Brasil o sentimento de pertença à Alemanha, adormecido ou pouco valorizado até então. Para Correa (2002, p. 85), a mutabilidade da etnicidade tem a ver com as funções que lhe atribuem os seus usuários. Para isso, contribuía a propaganda. No cinema local, exibiam-se filmes, retratando cenas da Alemanha e de suas forças militares. “Eu fui, em 1936, pra 37, nós fomos chamados e fomos num cinema, cinema mudo, aonde então as tropas nazistas faziam uma marcha espetacular! Era um verdadeiro..., e tu com o teu fanatismo, doente, que você tinha, olhava aquilo, isso era, o céu era na terra! Isso era o... infinito!” (Depoimento de Walter Wahlbrink). Essas sessões, além de escolares, atraíam grande número de adultos,

especialmente os nazis e simpatizantes, incentivando a desconfiança por parte das autoridades.<sup>160</sup>

O rádio consistia no meio de comunicação mais moderno no final da década de 30. Sua popularização, em parte, explica-se pelos elevados custos da imprensa escrita, pela demora para o recebimento desses materiais e pelo obstáculo lingüístico, após a proibição do uso de línguas estrangeiras na imprensa nacional. Levado por esses fatores, o rádio apresentava-se como uma saída. Entretanto, o custo para adquirir um era extremamente elevado se comparado com a renda, por exemplo, de um agricultor, ou de uma família recém-instalada em uma zona colonial, o que gerava diversas formas de solidariedade/cumplicidade informativa, driblando as malhas repressivas. Com a eclosão da II Guerra Mundial, a ânsia por notícias sobre o conflito tornou-se mais aguda em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. As estações de rádio alemãs, sintonizadas via ondas curtas, foi a solução. O pequeno número de aparelhos de rádio não se mostrava como um problema:

É, poucos que tinham rádio. Mas eles tinham uma, eles não falavam outra coisa...Na nossa região tinha quatro rádios, isso era longe. Isso, o primeiro era mais perto, era o Müller, o Hans Hartmann e o Wilhem Bossler. E tinha o velho Fering aqui que, mas eram tudo os europeus que vieram da [Alemanha], só o velho Müller não era, o pai dele que veio da Alemanha. Esses rádios eram muito bons, eram chamados *Telefunk*, um caixão desse tamanho assim... E tinha quatro botão. E esses então eram tão bom que tu podia escutar, torcia um pouquinho, torcia na antena um pouco e pegava direitinho [as estações alemãs de ondas curtas]. Então nós íamos, eu e o meu pai, ia lá no Müller, e lá os outros, mas isso no outro dia não falavam outra coisa. Falou isso..., isso ia de boca em boca. Isso saiu no vizinho para contar, todo mundo sabia o que estava acontecendo. Mas... era um trabalho de formiga, viu. Tudo, e cada um ia levando, e quem não acreditava nisso não, eles não recebiam a notícia também (Depoimento de Walter Wahlbrink).<sup>161</sup>

Na área urbana, as reuniões em torno dos aparelhos de rádio seguiam a mesma linha. Mas a repressão não tardaria.

Meu pai tinha um dos primeiros rádios. Quando vinham notícias das rádios da Alemanha, os vizinhos vinham ouvir. Para cada navio que afundava,

<sup>160</sup> Torna-se difícil saber a influência e assistência que esses filmes alcançavam. Pelos relatos, boa parte da população não tinha condições de freqüentar as sessões de cinema regularmente. Ao mesmo tempo, com o aumento da vigilância, essas oportunidades reduziam. Um dos proprietários de máquina de projeção de filmes fora Gustav Kuhlmann.

<sup>161</sup> Refere-se a Linha Magdalena/Hünsrick (Ocearu), uma das localidades do interior da colônia de Neu-Württemberg, onde residia um considerável número de alemães imigrados após a I Guerra Mundial, bem como apresentava uma infra-estrutura típica de uma linha colonial, com a escola, igreja, cemitério, salões de festa, casas comerciais e pequenas indústrias artesanais.

tinha um tom e uma música, que nem o Jornal Nacional hoje. Meu pai também foi preso, levaram para Cruz Alta. Quando descobriram que meu pai não fazia propaganda para a Alemanha, deixaram voltar no mesmo dia. Outros ficaram vários dias (Depoimento de Herta Schwarz).

Em conformidade com as investigações de Py ([1942]), a rádio de ondas curtas *Reich-Rund Funk*, situada em Berlim, era a mais escutada e influente no Brasil. Automaticamente, o circuito de informações e discussões restringia-se aos que acreditavam/admiravam a causa alemã. “Ariana. Uma raça pura. Então, a gente achava que fazia parte disso. [...] Eles de tão fanáticos não entenderam o que estava [acontecendo]. Por isso que a gente achava que a gente tinha que ir para lá, que isso era o céu na terra”; e acrescenta: “Hitler era um orador de massa, um abnegado, ele sabia falar que nem um rio para correr. E falava o que o povo precisava ouvir” (Depoimento de Walter Wahlbrink). Os assimilados ao meio luso-brasileiro ficavam de fora da rede de informações, ao mesmo tempo em que representavam uma constante ameaça.

Uma imigrante alemã, que saíra de seu país nos dias da eclosão da II Guerra Mundial, conhecendo de perto o cotidiano e a atuação política de seu governante, ao chegar em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, ficara impressionada. Em seus escritos, alegava que

alguns alemães e teuto-brasileiros saíram de Panambi de 1937 até o início da guerra em 1939. Muita gente estava disposta a vender suas propriedade, convencida que a guerra iria terminar até o Natal e que logo no ano de 1940 todos os alemães deveriam voltar para a Alemanha onde receberiam terras na Polônia ou ótimos empregos. Quando chamamos a atenção que a Polônia também era um país superpovoado e que a guerra dificilmente poderia terminar em poucos meses, alguns, que já estavam com as malas prontas para embarcar no primeiro navio para a Alemanha, nos chamaram de comunistas e tudo que era nome feio.<sup>162</sup>

Em 1939, por exemplo, regressaram para sua terra de origem o professor Staiger e o membro da diretoria da comunidade evangélica, Guilherme Hermmann<sup>163</sup>

Outra, referindo-se às acusações de quinta-colunismo, lembra que houve

um grupo que manteve em Neu-Württemberg uma “Sociedade de Amigos da Alemanha”. Era um grupo grande. A maioria desse grupo não voltou para a Alemanha. Chegaram a usar o fardamento nazista, e quando reunidos, se cumprimentavam Heil Hitler. Faziam as reuniões, falavam só da Alemanha e

<sup>162</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.

<sup>163</sup> Ata da Assembléia Ordinária da Comunidade, 26 de março de 1939, p. 8-10. Atas da Comunidade Evangélica Pindorama, Secretaria da Paróquia Evangélica Panambi Centro.

glorificavam Hitler. As reuniões eram numa sala da *Stadtplatzschule*. Eram simpatizantes de Hitler (Depoimento de Herta R. Schwarz).

Esses registros aparecem, esporadicamente, na memória das pessoas que vivenciaram esse período. Já documentos, se existiram, provavelmente foram enviados para algum local seguro, ou destruídos pelos próprios membros/simpatizantes nazistas ou pelas autoridades policiais. Na época, a suspeita bastava para legitimar uma ação policial.

O germanismo, até 1937, não representava um problema para a unidade da nação brasileira e suas manifestações eram permitidas. O próprio governo Vargas tinha a Alemanha como um exemplo de poder e desenvolvimento. Igualmente, as autoridades municipais de Cruz Alta participavam dos eventos distritais, descrevendo a população desse núcleo como laboriosa, trabalhadora e ordeira, elogiando constantemente o seu desenvolvimento. O ato de inauguração do novo prédio escolar da Escola Elsenau,<sup>164</sup> por exemplo, foi marcado pela exaltação à Alemanha, em 1935. Com a presença do cônsul alemão de Porto Alegre, houvera um único discurso em língua portuguesa, pronunciado pelo representante do prefeito de Cruz Alta. Na mesma ocasião, inaugurara-se na sala principal do novo prédio um retrato de Hindenburg, Hitler e ao centro o de Getúlio Vargas, sem causar maior estranhamento (FAULHABERSTIFTUNG, 1935). Com o Estado Novo, esse ato mais outros foram criminalizados pelas autoridades policiaes como manifestações eminentemente nazistas, que deveriam ser reprimidas. As mesmas autoridades que aplaudiram a inauguração da escola, a fechariam em 1938.

Outra questão polêmica fora a sintonia de estações de rádio estrangeiras. No dia-a-dia, apreendiam-se rádios e seus ouvintes ficavam sob forte vigilância. Legalmente, a medida fora tomada apenas em junho de 1940:

A delegacia, nesta capital, da Liga de Amadores do Brasil de Rádio (LABR), recebeu, ontem, à noite, um telegrama do seu presidente, capitão Bayma, notificando aos rádio-amadores do Rio Grande do Sul que todas as comunicações internacionais estão proibidas a partir da zero hora do dia 14, em vista principalmente da situação política internacional. Os infratores serão rigorosamente punidos, e, em caso de infração, serão apreendidos seus aparelhos (CP 14/jun./1940, nº 138, p. 4).

---

<sup>164</sup> O Colégio Elsenau também era chamado de “Stadtplatzschule Elsenau” ou “Deutsche Schule Elsenau”.

Os possuidores de aparelhos de rádio seriam obrigados a registrá-los na Agência dos Correios e Telégrafos. Consistia em mais uma forma de controle sobre a comunicação.

#### 3.4.1.2 *A legitimação da repressão*

O Estado Novo sentia-se ameaçado por todos os lados, seja pelos “inimigos” internos ou externos, reunidos nos supostos complôs, como pelos estrangeiros residentes no país. Em consequência, implementara medidas preventivas “necessárias” para a segurança nacional, dentre elas, a Campanha de Nacionalização, tendo em vista o abrazeiramento dos contingentes estrangeiros localizados no país, em particular os alemães no Rio Grande do Sul.

As leis editadas no período, bem como as medidas policiais, estavam em consonância com o objetivo maior. A normatização legal acontecera ao longo do ano de 1938, ou seja, logo após o golpe, quando editou-se o maior número de leis e projetos, os quais fundamentariam a política daí por diante. Os quatro decretos mais importantes promulgados naquele ano, a respeito dos estrangeiros no Brasil, foram: o Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros o exercício de atividades políticas no Brasil; o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio desse mesmo ano, regulamentando o ingresso e a permanência de estrangeiros, determinando providências para a assimilação dos mesmos e criando o Conselho de Imigração e Colonização, como órgão executivo das suas disposições; o Decreto nº 868, de 18 de novembro de 1938, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições, a de nacionalizar o ensino nos núcleos estrangeiros; e o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938, que, considerando serem complexas e exigirem a cooperação de vários órgãos da administração pública, as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, determinava que as medidas com esse fim “fossem dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização” (SCHWARTZMAN, 2000). Também definiu, claramente, os aliados e inimigos, ou seja, o governo autoritário e desmobilizador não condizia com movimentos mobilizadores, como o Integralismo, que poderiam “ameaçar” a ordem.

O Decreto-Lei nº 383 inaugurara a fase mais repressiva do Estado Novo no sentido da nacionalização dos descendentes de estrangeiros instalados no país,

pretendendo desorganizar suas estruturas, para contornar a ameaça do “perigo” que esses núcleos representavam no seio da vida nacional. O mesmo vedava aos estrangeiros exercer atividades políticas no Brasil. Explicitara-se isso em seu primeiro artigo: “os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário, não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se direta ou indiretamente nos negócios públicos do país” (LEX, p. 119). O segundo artigo, em seu primeiro item, vedava “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou a difusão, entre os seus compatriotas, de ideais, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem.”

Proibiu-se, também, “hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.” Referente às bandeiras, excetuavam-se as que eram reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras. Além da proibição, abria mais uma prerrogativa para a livre atuação das autoridades: “Essa proibição será estendida, a critério do Ministro da Justiça e Negócios Interiores a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias”.

Igualmente, proibia-se a organização de desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, com qualquer número de participantes. E, também, manter “jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências discursos, alocações diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão”. Caso fosse necessário, sob qualquer circunstância, deveriam solicitar uma autorização das autoridades policiais.

Mesmo com todas as limitações, o Decreto-Lei nº 383 permitia a associação dos estrangeiros para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiação a clubes ou assemelhados, bem como reunião para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica. “As reuniões autorizadas nesse artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais”. No entanto, tais entidades não poderiam receber qualquer subvenção



externa, seja de governos ou pessoas – no caso, mais especificamente, da Alemanha.

A partir da nova legislação, foram declaradas dissolvidas todas as entidades que não se enquadravam, concedendo um prazo de trinta dias para o encerramento de suas atividades. Igualmente, o governo atribuía para si a execução de rigorosa e permanente fiscalização sobre as agremiações estrangeiras, designando funcionários para isso.

Em duas notas publicadas no jornal Correio Serrano, o Serviço de Divulgação da Polícia do Rio dava sua versão sobre o Decreto-Lei nº 383, enfatizando que o Estado Novo não era inimigo dos estrangeiros. Que os mesmos eram bem vindos e até necessários, desde que se assimilassem. Por outro lado, os problemas e necessidades dos brasileiros sempre teriam preferência frente a dos de outras nacionalidades, pretendendo-se “realçar, fortalecer, dignificar, – pelo espírito e pelo corpo, os brasileiros”. Os opositores a essas definições seriam considerados inimigos do Estado Novo e de sua doutrina. Também explicitava alguns pontos da lei, ressaltando que “sob os céus do Brasil, não poderão os estrangeiros, mesmo entre si, cogitar de política, isto é, exteriorizar idéias partidárias, na realização de catequese individual ou coletiva, mediante promessa de vantagem, ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza” (CS 28/mai./1938, p. 1; CS 01/jun./1938, p. 1,4).

Referente à organização de associações pelos estrangeiros, explicava que das mesmas não poderiam participar os seus descendentes, já nascidos no Brasil, nem os estrangeiros naturalizados. Portanto, seriam entidades de associação entre os estrangeiros, excluindo deles os considerados brasileiros. Já a formação de associações científicas, literárias ou artísticas, pelos estrangeiros, era permitida,

com o fim de perpetuarem dentro da própria nacionalidade as suas tradições de heroísmo, de civilização, de arte e de grandeza. Porém a essas associações também não poderão pertencer seus filhos brasileiros nem os que já se tenham naturalizado (CS 01/jun./1938, p. 1,4).

#### 3.4.1.3 *Polícia: a mais fiel nacionalizadora.*

O executor mais fiel da política de nacionalização, na prática, foi a instituição policial, encarregada de manter a ordem e garantir o respeito às leis.<sup>165</sup> A organização policial tornara-se mais forte na segunda metade do século XIX e destinava-se a reprimir os inimigos domésticos, como eram considerados a vadiagem, o jogo, e a prostituição.<sup>166</sup>

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, na década de 30, todo o controle social passara a ser realizado via policial. A polícia desempenharia um papel de mediadora da vontade do presidente e o povo, atuando na ordem política, seja coibindo a eclosão de movimentos sociais, seja descobrindo a articulação de golpes e conspiradores. Semelhante aos regimes autoritários europeus, esse departamento seria um dos mais prestigiados e o responsável pela manutenção da ordem interna, com uma estrutura organizacional e métodos semelhantes aos da Polícia Secreta Alemã.

Ao mesmo tempo, processara-se a profissionalização dos agentes policiais. Paralelamente, difundia-se a imagem do bom e eficiente policial, diretamente ligada à sua capacidade de “observação e de ‘intuição’ vinculada à tarefa de ‘profilaxia social’.” Nesse ponto, valia muito mais a experiência das ruas e a astúcia do policial, do que os conhecimentos técnico-científicos (CUNHA, 1998, p. 251). Além disso, deveria ter um bom preparo físico, possuir uma ‘cultura generalizada’ e ser disciplinado.

Uma polícia política foi formada a partir da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP), em 1933. Embora as modificações nas bases policiais não fossem radicais, as funções da polícia, bem como seu foco de atenção nas ruas das cidades, haviam mudado. As mesmas mereceriam, desde então, um outro tipo de

---

<sup>165</sup> Cunha (1998, p. 255) relembra que é a sociedade que outorga ao Estado o direito de defendê-la contra individualidades perniciosas, através da instituição policial. Atribuía-se à polícia a proteção da sociedade do “desregramento provocado pela perda do estatuto de cidadania. Nesse ponto ‘estrangeiros’ e ‘analfabetos’ tinham algo em comum. Ao serem colocados fora tanto da condição de ‘nacionais’ quanto da de ‘cidadãos’, estariam sujeitos às esferas de aplicação das leis penais”.

<sup>166</sup> A Polícia Civil do Distrito Federal foi regulamentada pelo decreto nº 1.034A, de 1 de setembro de 1892, pelo decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900 e pelo decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903. Nos três decretos a organização policial é definida como “a constituição sistemática dos agentes indispensáveis para a proteção dos direitos individuais e a manutenção da ordem pública” (art. 1º). Sob a superintendência do ministro da Justiça, a polícia era comandada pelo chefe de polícia, auxiliado por dois, e depois três, delegados auxiliares” (BRETAS, 1997a, p. 38).

controle e vigilância, visando a conter – através do ‘acampamento’, da ‘observação pessoal’, do ‘sombreamento’ e da ‘infiltração’ – as ameaças de golpes, o avanço do movimento sindical e o crescimento da criminalidade urbana. Esses deveriam ser empregados sempre que a vigilância contínua não pudesse exceder os limites caracterizados pelos desígnios dos ‘direitos’ e das ‘liberdades civis’ (CUNHA, 1998, p. 242).

Cancelli (1999) indica que havia o encaminhamento de verbas secretas (criadas em 14 de junho de 1932, pelo Decreto nº 21.530) e das verbas secretas suplementares existentes durante todo o governo Vargas. Destinavam-se a cobrir despesas com a polícia de repressão política e tornaram-se uma constante no orçamento.

Vargas controlava a polícia de uma forma autônoma e paralela à lei. Com a reorganização, objetivava-se a sua vinculação à conveniência da Presidência da República, atrelando as polícias à chefia de polícia do Distrito Federal, embora elas formalmente estivessem subordinadas aos governos estaduais. Isso levava a uma intensa burocratização e centralização dos órgãos policiais.<sup>167</sup> Pretendia-se, com isso, ampliar a tipo de trabalho policial a ser desenvolvido e federalizar (e internacionalizar) o serviço policial.<sup>168</sup> Como Chefe de Polícia do Distrito Federal, fora nomeado o matogrossense Filinto Müller, que exerceu o cargo de 1933 a 1942.<sup>169</sup>

Para a efetivação do controle da população e das possíveis ameaças ao poder, o Estado Novo organizaria vários órgãos de inteligência, à semelhança da Polícia Secreta alemã. Um deles, o SIPS, cujo antecessor fora o Serviço de Divulgação, responsável pelo recolhimento das informações. O governo extinguiu esse último, mantendo apenas o departamento Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, pela Portaria nº 4.908, de 15 de abril de 1939. Ao mesmo competiria “a coordenação de todos os elementos informativos, de ordem intelectual, sobre assuntos que interessem à Polícia preventiva, na defesa do Regime e do Governo”. Para isso, ficaria com o arquivo já montado pelo Serviço de Divulgação, cabendo-lhe

---

<sup>167</sup> A Chefia de Polícia do Rio controlava o setor policial em todo país. A federalização da polícia do Distrito Policial, no entanto, ocorreu apenas com o decreto 6.378 de 1944 (Cf. HEYMANN, 1997b).

<sup>168</sup> Dada a organicidade do Estado Novo e a harmonia dos seus poderes, “à polícia como seu ‘cinturão defensivo’ caberia extrapolar as meras funções de vigilância e manutenção da ordem. A polícia deveria preencher os papéis de auxiliar da administração (polícia administrativa), da justiça (polícia judiciária), auxiliar da nova ordem (polícia político-social) e auxiliar da ordem internacional (polícia de espionagem)” (OLIVEIRA, 1982, p. 99).

<sup>169</sup> Filinto Müller não foi um dos principais conspiradores da Revolução de 30. Defendia e desejava a ditadura.

mantê-lo atualizado. Deveria exercer forte vigilância sobre todas as associações existentes e oferecer um relatório semanal sobre fatos que ameaçassem a segurança nacional, que circulassem oralmente ou impressos. O referido serviço estava diretamente subordinado à Chefia de Polícia (O SIPS e suas finalidades, 1940, p. XIV-XV). Na tentativa de justificar a existência do SIPS, alegava-se que a Polícia política, no momento, constituía-se uma das tarefas mais complexas do Estado, pois não bastariam mais as medidas policias rotineiras para zelar pela tranqüilidade social, dado que os movimentos subversivos sempre estariam para além da fronteira da mesma.

O SIPS, continuando na tarefa de recolher informações sobre os mais diversos setores e indivíduos em todo o país, bem como manter esses dados atualizados, em 1939, contava com uma coleção de 44 fichas básicas de cada um dos 1.574 municípios e distritos brasileiros, num total, portanto, de 69.256 fichas. Nas mesmas, analisavam-se vários aspectos de sua estrutura.<sup>170</sup> Disponha de uma monografia sobre cada um dos municípios, referente aos anos de 1938 e 39; 44 fichas básicas sobre aspectos diversos da vida municipal; 50 fichas com dados biográficos e financeiros dos cinquenta principais contribuintes de impostos de cada município e um igual número de fichas biográficas dos munícipes de maior projeção social e política na vida local; 6 fichas em que, separada e nominalmente, estavam arroladas as autoridades e representantes das diversas profissões liberais. A partir dos dados recolhidos, confeccionara, o SIPS, vários inquéritos, dando destaque especial para os núcleos onde havia maior concentração de estrangeiros.<sup>171</sup> O SIPS mantinha, também, um sistema de organização e leitura de recortes de jornais, livros, relatórios e informes enviados por estudiosos e colaboradores. Conforme os

---

<sup>170</sup> O plano interno de seus inquéritos e estudos estaria traçado sob o seguinte esquema: O Município: 1.0) - quanto à unidade meio: Situação física, histórica, administrativa, econômica, "financeira" e "política"; O Homem: 2.0) - quanto à unidade agente - a) - Isolado: Ficha biográfica e outros informes, - b)-Associado: Grupos de indivíduos formando associações diversas (O SIPS e suas..., 1940, p. VI).

<sup>171</sup> Havia os seguintes inquéritos: "1 Inquérito sobre os núcleos de população com mais de 100 habitantes, em todos os 1.574 Municípios; 1 Inquérito sobre núcleos e colônias estrangeiras, em todos os Municípios; 1 Inquérito sobre Emigração e Imigração, em todos os 1.574 Municípios; 1 Inquérito político, referente ao Estado Novo, entre os representantes das profissões liberais, em todos os 1.574 Municípios; 1 Inquérito junto aos estabelecimentos de ensino e entre a juventude escolar, sobre o Estado Novo, em todos os 1.574 Municípios; 1 Rápida monografia de cada um dos 4.842 distritos, total em que os Municípios se subdividem; 48 % de informações avulsas e espontâneas de pessoas diversas sobre a situação dos Municípios do Brasil, no seu total de 1.574; 40 % de estudos apresentados por colaboradores espontâneos, constituindo ligeiras monografias sobre assuntos diversos" (O SIPS e suas finalidades, 1940, p. VII-VIII).

dados, fora realizado um estudo sobre Cruz Alta e seus referidos distritos, dentre eles, Pindorama (O SIPS e suas finalidades, 1940, p. VII-VIII; GARCIA, 1982).<sup>172</sup>

Durante o Estado Novo, a polícia concentrava duas funções distintas e interdependentes, que orientavam em parte suas ações e davam margem para a arbitrariedade. Por um lado, possuía uma função administrativa, a vigilância da população para prevenir a criminalidade; e a outra, administrativa, isso é, o ramo auxiliar do sistema judicial de investigação criminal.<sup>173</sup> No primeiro caso, dispunha de ampla liberdade de ação, agindo segundo suas próprias categorias e regras – a ética policial. Já no segundo caso, precisava agir de acordo com as categorias judiciais e a lei, o que limitava sua liberdade. Nessa situação, o conflito entre os dois era constante, pois enquanto a polícia era ágil, valendo-se de seu arbítrio, o judiciário era lento, seguindo as normas legais. Em decorrência, a polícia necessitava de dois sistemas de categorias que estruturavam e justificavam suas atividades. “Resulta disso que a polícia está atuando sempre num contexto de ambigüidade, onde é sempre possível cometer o erro de aplicar o sistema ‘errado’ de categorias em qualquer situação concreta” (LIMA, 1995, p. 121-122).

Enfim, o poder da polícia não se podia realizar dentro dos limites determinados pelo Direito, mas sim, sobrepor-se à lei, para tomar as medidas cabíveis nos casos que ela não previa. Agiria, então, em consonância apenas com as diretrizes traçadas pelo Estado Novo, dele recebendo as condições materiais (pessoal e verbas ordinárias e secretas) e políticas imprescindíveis para a manutenção da ordem social – naquele momento, o combate aos inimigos reais ou presumidos, valendo-se, para isso, dos meios legais e ilegais disponíveis (HEYMANN, 1997b).

A ação da polícia política, como Filinto Müller mesmo afirmava, transcorria silenciosa e habilmente, como exigiam essas investigações. Aliás, o silêncio e a

---

<sup>172</sup> Revela o Chefe de Polícia que tem organizado um grande fichário de alemães, italianos e japoneses residentes nesta capital. Esse fichário data de 1940 e tem mais de oito mil e seiscentos nomes. Desses, três mil são alemães, quinhentos italianos e quatrocentos japoneses. “Nessas fichas estão anotadas, além de identificação, comum de indivíduo, todas as particularidades de que saíram fora da vida normal. Tudo isso, frisa o major Filinto Mueller(sic), é feito na Delegacia Especial, a cargo do capitão Felisberto Batista, sem publicidade e sem alarde, para que os resultados do nosso serviço sejam satisfatórios” (CP 2/abril/1942, nº 78, p. 3).

<sup>173</sup> Segundo Lima, a polícia contaminava suas “funções de investigação pelas de vigilância. Em vez de apurar os fatos, a polícia vigia a população, num processo preliminar de seleção para a aplicação desigual da lei” (LIMA, 1995, p. 8).

constante vigilância eram suas armas mais poderosas. Referente a repressão à quinta-coluna, declarou que

‘o trabalho mais sério da polícia não é aquele que se vê, mas exatamente aquele de que ninguém tem conhecimento e nem sequer suspeita. [...] A polícia civil, de acordo com determinações do chefe do Governo, não tem interesse em cometer violências e arbitrariedades. É uma polícia vigilante, de ação. Não gostamos de praticar injustiças nem atentar contra os direitos legítimos de quem quer que seja. Procuramos sempre estar a par de tudo que se passa e no momento preciso agimos com decisão e energia que nos impõe o cumprimento do dever. Nossa função é preservar a ordem e defender as autoridades constituídas, o que quer dizer, defender o Estado e defender a Nação. Quem quiser atentar contra qualquer dessas coisas, é nosso inimigo e como tal será tratado. Os que, por essa ou aquela circunstância, se tornavam, mais suspeitos, eram seguidos e vigiados. Baixei várias portarias reservadas e instruções secretas de serviço. [...] Estamos em toda a parte, sem ninguém saber onde estamos. E, quando menos se espera, a polícia, ela se encontra ali presente, firme no cumprimento de uma tarefa que tanta gente julga ingrata e antipática, sem compreender que a polícia está servindo dedicadamente à sua pátria’ (CP 02/abr./1942, nº 78, p. 3).

Vargas criara, portanto, uma polícia calcada na falta de princípios democráticos e que iria, por isso, “se produzir e reproduzir como o grande agente social de instabilidade social, onde a primazia de um Estado violento, suportado pela ação policial, pretendeu a ordenação da sociedade no sentido de sua existência orgânica, a partir do credo na mítica violência” (CANCELLI, 1999, p. 309). Com essas mudanças, sua atuação seria menos empírica e mais científica, pois “a polícia civil deveria mover-se da intervenção mínima do Estado em direção à tutela e à salvaguarda da nação” (CUNHA, 1998, p. 235).

#### 3.4.1.4 *A polícia gaúcha*

As mudanças verificadas em nível federal repercutiram no Rio Grande do Sul, abalando as antigas relações de poder político e poder policial. Até 37, a segurança do estado era realizada pela Brigada Militar Estadual, através da qual mantinha-se certa autonomia frente ao poder central.<sup>174</sup>

---

<sup>174</sup> Mauch (1995), estudando a organização policial de Porto Alegre, salienta que em 1892 seria criada a Guarda Municipal da capital e em 1896 a Polícia Administrativa. No período compreendido entre junho de 1892 e janeiro de 1893, o Partido Republicano Rio-Grandense, novamente à frente do governo, preocupou-se com a organização e aperfeiçoamento das forças militares locais, criando a Brigada Militar do Estado, abrindo créditos especiais para cobrir os custos do aparelhamento militar e as ‘despesas secretas da polícia’. No início de 1896, aprovou-se uma lei, reorganizando a polícia estadual, dividindo-a em Polícia Administrativa (de caráter essencialmente preventivo, como uma organização municipal) e uma Polícia Judiciária (como um órgão do estado encarregado de investigar e reprimir delitos já cometidos).

A tática repressiva contra o Rio Grande do Sul, por parte do governo central, iniciara antes mesmo da concretização do golpe. Um dos motivos relacionava-se ao governador Flores da Cunha, uma forte ameaça para a sucessão presidencial, embora não fosse candidato. Para quebrar seu poder, Vargas tomara várias medidas, como a nomeação de um general hostil a Flores, no comando da 3ª Região Militar; a dissolução dos corpos provisórios gaúchos; a “federalização” da Brigada Militar (14/out./37); bem como mantinha as tropas federais prontas para atacar o Rio Grande do Sul, o que levou Flores da Cunha a renunciar em 17 de outubro, e exilar-se no Uruguai.<sup>175</sup>

A polícia estadonovista, integrada por profissionais de carreira, arregimentados via concurso, desvinculados politicamente do governo, assumirá a função de garantir a segurança social. A profissionalização da polícia partira a espinha dorsal do esquema de poder local, estruturado até então empiricamente (não cientificamente), com finalidade essencialmente político-partidária – constituía-se um braço político do governo, usado como arregimentador de votos, servindo a facções partidárias.

Getúlio nomearia como interventor para o Rio Grande o general Daltro Filho, em 19 de outubro de 1937. Dentre suas primeiras medidas, estava a organização da Polícia Militar e o compromisso de nacionalizar os “quistos étnicos” formados ao longo do processo de colonização. Porém, falecera antes de colocar suas propostas em prática, em janeiro de 1938. Para substituí-lo, nomeara-se o coronel Oswaldo Cordeiro de Farias,<sup>176</sup> na primeira semana de março, formando um novo grupo de trabalho. Em Cruz Alta, o impacto imediato foi a exoneração do prefeito Antônio

---

<sup>175</sup> Flores da Cunha, a partir de 1935, começa a se afastar de Vargas, procurando ampliar sua influência política nacionalmente. Era árduo defensor do federalismo, atritando-se com setores militares que defendiam a centralização do poder no governo central. A renúncia de Flores da Cunha precipitou a de Vitor Dumoncel das funções de subchefe de polícia, na região de Cruz Alta. O mesmo foi perseguido, esteve foragido e “respondeu a inquérito, do qual foi absolvido, tendo a defesa argüido o princípio da obediência a ordens superiores. Ficou, durante o Estado Novo, em ostracismo político” (FÉLIX, 1987, p. 172). Sobre as manobras de enfraquecimento político de Flores da Cunha e sua fase de exílio, há o estudo de Bellintani (2001).

<sup>176</sup> Oswaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão em 16 de agosto de 1901, filho de militar. Seguiu a carreira militar, participando das conspirações tenentistas. Em 1922 foi transferido para o Rio Grande do Sul, integrando a Coluna Prestes. Foi um dos conspiradores da Revolução de 1930. Obteve uma rápida escalada militar: em novembro de 1930 foi promovido a capitão. Como chefe do estado-maior do general Daltro Filho, teve um importante papel nos acontecimentos que precipitaram a renúncia de Flores da Cunha. Em dezembro de 37 foi promovido a coronel. Em março de 38 foi nomeado como interventor federal do Rio Grande do Sul, função que exerceu até setembro de 1943.



Azambuja Vilanova, assumindo em seu lugar Pacífico Dias da Fonseca, na segunda semana de março (CS 16/mar./1938, nº 19, p. 2).

Tomando posse como interventor, Cordeiro de Farias manteve, em grande parte, o secretariado composto durante o governo de Daltro Filho, por considerar os nomes adequados para os cargos que ocupavam. Assim, mantivera Coelho de Souza para a Secretaria de Educação e Saúde e Aurélio Py como Chefe de Polícia.<sup>177</sup> Defendiam os mesmos propósitos no que concerne à nacionalização do ensino e dos estrangeiros/descendentes, particularmente os alemães. Sua crítica dirigia-se ao governo republicano anterior, por sua negligência em relação a essas populações e, portanto, por ser único responsável pela situação que se apresentava.

Para chegar a esse fim, todos os meios eram válidos. A secretaria mais envolvida e mais ativa fora a Chefia de Polícia, reprimindo os atos e elementos comprometedores da nacionalidade. O capitão Aurélio Py ficara como responsável pela organização da Polícia Militar, com a atribuição de investigar o setor político-social.<sup>178</sup> Em seus dois relatórios “secretos” e no livro *A 5ª Coluna no Brasil*, Py apresenta os resultados obtidos pela sua equipe.<sup>179</sup> O tom e objetivos dos mesmos, bem como suas manifestações, orientavam-se no sentido de comprovar a existência do “inimigo” e os possíveis desdobramentos que o mesmo representava para a unidade e a soberania nacional, bem como para a manutenção da ordem.

Dentro dos limites do Estado Novo, o inimigo real ou imaginário a ser debelado no Rio Grande do Sul era o nazismo ou a chamada “quinta-coluna”. Cordeiro de Farias o definira como ponto de honra de seu governo.<sup>180</sup> A perseguição

---

<sup>177</sup> Seu secretariado era assim composto: Maurício Cardoso, pasta da Agricultura (morre em um acidente de avião em 22 de maio de 1938), substituído por Ataliba Paz; Miguel Tostes, Secretaria do Interior e Justiça; Valter Jobim, Secretaria de Obras Públicas, substituído por Meireles Leite; Oscar Fontoura, Secretaria da Fazenda.

<sup>178</sup> Órgãos ligados a Chefia Central de Polícia: Instituto Médico Legal, Instituto de Identificação, Casa de Correção, Colônia Correccional, Manicômio Judiciário, Corpo de Investigadores, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Estrangeiros.

<sup>179</sup> As publicações, justificando a nacionalização e o perigo da infiltração nazista surgiram em diferentes locais. A do Rio Grande do Sul, de autoria do Chefe de Polícia Aurélio Py se mostrava a mais completa e documentada, reunida em dois relatórios, sendo ambos resumidos no livro *A 5ª Coluna no Brasil*. Logo em seguida, aparecem publicações semelhante em Santa Catarina e no Paraná, utilizando material recolhido por Py, como BETHLEM, *Vale do Itajaí: Jornadas de Civismo*, 1939; MARTINS, *Hitler guerreia o Brasil há dez anos*, [1942]; REIS, *O nazismo sem máscara*, 1938; RIBAS, *A ordem política e social e a campanha contra o nazismo no estado de Santa Catarina*, 1943.

<sup>180</sup> O governo central não se opunha às iniciativas de nacionalização locais do Rio Grande do Sul, por três razões essenciais: “em primeiro lugar, o poder de Vargas, mesmo sendo ditatorial, não pode se

já vinha ocorrendo, mas tornara-se ostensiva após 37, com a proibição dos partidos políticos. Nas palavras de Py ([1940], p. 50, 53), “aumentados os nossos poderes, depois da nova carta constitucional, redobramos a campanha, banindo por completo a Cruz Suástica de todos os lugares em que se encontrava”. Quanto aos seus métodos, “o nosso procedimento se caracteriza, na época atual, pelo ataque à questão em suas verdadeiras origens. Porque assim destruiremos ao lado do que de mal existe, toda possibilidade de reconstrução”.

Dentro da concepção policial, o “perigo alemão”, representado pelos súditos do eixo, era real e alardeado aos quatro ventos. Seu discurso e propaganda tentavam provar sua veracidade, legitimando a repressão. Por sua vez, a existência do “perigo” remetia à necessidade da instituição policial como imprescindível.

Após desempenhar as funções de Chefe de Polícia por dois anos, Py, em um relatório à Repartição Central de Polícia, publicado na imprensa, explanava sobre sua política e os avanços alcançados. No mesmo, justificava seus atos e reafirmava a sua importância para a manutenção da ordem social, minimizando os erros e maximizando os grandes feitos. Reclamava que a imprensa sensacionalista sempre procurava noticiar em primeira mão os erros e falhas desse setor,

inevitáveis numa organização complexa e heterogênea como o aparelhamento policial; são pequenas irregularidades em que geralmente, o funcionário que as comete não revela má fé nem se evidencia relapso ou desonesto; são, enfim, atos praticados quase sempre com a intenção firme de acertar, trazendo, porém, conseqüências imprevistas e desagradáveis. Tudo isso, afinal, que devia ser encarado com benevolência, é ao contrário, julgado com um rigor implacável e largamente difundido por todos os quadrantes (CP 6/ mar./ 1940, nº 54, p. 2).

Isentava os policiais que utilizavam, escancaradamente, seu poder discricionário e o livre arbítrio. Isso porque, no seu dia-a-dia, defrontavam-se com questões não previstas na lei, o que lhes dava liberdade, ao mesmo tempo que exigia, para o uso do seu livre arbítrio, constituindo assim o saber policial, resultante desse contato cotidiano com a população, conhecendo-a e determinando a sua atuação (MAUCH,

---

estender durante os primeiros meses do Estado Novo de maneira profunda nos quatro cantos do país. Em segundo lugar, a ação dos responsáveis locais não está em contradição com o nacionalismo varguista, o qual sempre sonhou com, “um povo e uma língua”. O terceiro motivo do silêncio do governo central prende-se ao fato de que esta situação é bastante favorável, pois o Estado Novo pode justificar-se perante os representantes diplomáticos do Eixo, quando estes se insurgem *contra as perseguições* do Sul, declarando essas atividades repressivas como sendo limitadas e impossíveis de serem controladas, pois são tomadas a nível local” (SEITENFUS, 1983, p. 161).

1995; DUTRA, 1997). Em um depoimento, na década de 70, Filinto Müller assumira uma posição semelhante:

Houve casos de torturas. Que posso fazer? Dizer que cumpria ordens superiores? Não. Isso é deslealdade. Dizer que foram arbitrariedades dos subordinados? Também não. Seria covardia. Eu fico com a responsabilidade, não a atiro para cima nem para baixo. Quando casos concretos chegaram ao meu conhecimento, puni sem alarde. Eu não era guarda. Estava lá em cima. Não podia ver tudo. Sei que a polícia não é santa. E nenhuma polícia o é. Nunca vi nem autorizei essas violências. O essencial é que tenho minha consciência tranqüila (VEJA, nº 186, 29/mar./1972, p. 26).<sup>181</sup>

O regime varguista estava acima de suspeitas. A polícia política movia-se por um terreno escorregadio e impreciso. Com o fechamento cada vez maior do sistema, a demanda pela manutenção da ordem crescia, bem como a ampliação da máquina policial e o seu poderio. Sua atuação baseava-se na “lógica da desconfiança”, a partir da qual procurava estabelecer ligações entre as informações obtidas, a fim de remontar as atividades dos suspeitos, para aí proceder a sua prisão. Investigava-se qualquer ato ou fato anormal, enquadrando o elemento a ele relacionado, nas categorias de suspeitos, forjadas no momento.

Nessa perspectiva, o indivíduo era potencialmente capaz de praticar um ato contra a nação, embora não o tenha realizado. Todos os suspeitos ficavam sob a vigilância policial. No caso dos alemães/descendentes residentes no Rio Grande do Sul, carregavam como crime a “cidadania alemã”/origem alemã e, portanto, eram considerados potencialmente propensos a se tornarem nazistas, representando um perigo à segurança nacional. Se o quadro era esse, depois de 1942 tornara-se mais crítico. Com a declaração de guerra à Alemanha, a Polícia Política não esperava mais por concluir seu trabalho de observação, recolhendo provas de culpabilidade. Desde que pairassem suspeitas sobre um ‘elemento’, poderia ser recolhido e detido para averiguações, ficando à disposição da Chefia de Polícia.

O inimigo a ser combatido pela polícia gaúcha era o nazismo. Py ([1940], p. 7) atribui ao descaso do governo e ao isolamento dos alemães o quadro que se apresenta na década de 30: “a existência de cidadãos brasileiros, filhos e netos de

---

<sup>181</sup> Em 1947, após a queda do Estado Novo, a Câmara dos Deputados instituiu a Comissão de Inquérito Sobre os Atos Delituosos da Ditadura, visando investigar a profundidade das violências cometidas de 1935 a 1945. Todavia, pouca coisa ficaria apurada e sem punições. Algo semelhante aconteceria no Rio Grande do Sul, quando os alemães começaram a reivindicar seus bens de volta. Também houve uma tentativa de impetrar um processo, conforme noticiário dos jornais da capital.

brasileiros, e que, no entanto, não articulam uma só palavra em idioma vernáculo”. Dessa forma, construiu-se uma imagem idealizada do espião e partidário nazista fundamentada na grande quantidade de material apreendido, iconográfico, literatura, bandeiras, cartazes, toalhas com inscrições, etc. Esse material também serviria para a exposição formada na sede policial, bem como para a publicação dos relatórios de Py.<sup>182</sup>

Se a ameaça era constante, a repressão policial liderada pela Chefia de Polícia, com o apoio do interventor, era mais eficiente e enérgica, desmantelando qualquer projeto de ameaça à ordem. Cordeiro de Farias assegurava que

a vigilância pública conhece-lhe os passos, as intenções e os objetivos, mesmo aqueles que o monstro entende de maior sigilo. [...] estamos prevenidos contra a técnica e os métodos de confusão adotados pelo nazismo. No Rio Grande a víbora não mais levantará a cabeça. Estamos seguros de tudo. Auxiliados pelo interesse popular, não nos alarmamos e nem nos atemorizamos com os boatos (CP 7/ jan./1942, nº 5, p. 5).

O segredo constituía sua arma mais poderosa: os policiais eram guardiões de informações comprometedoras sobre toda a população/instituições, que poderiam vir à tona a qualquer momento. Essa tática gerava o medo, o terror, a obediência e a submissão à sua autoridade.

Os policiais, nos relatórios do DEOPS, criam todo um discurso para justificar sua ação. Apontam cada grupo que perseguiam como mentores de uma revolução – sempre havia alguém conspirando contra os poderes oficiais, com a formação de redes de espionagem de alemães nos grandes centros urbanos. A polícia política implementaria, então, um verdadeiro serviço de contra-espionagem com o objetivo de identificar, desbaratar as redes, capturar e prender os espiões, valendo-se dos mesmos métodos a seu favor.

No limite, “nesse jogo desconcertante e praticamente infinito de espelhos invertidos, todo Complô, todo empreendimento de manipulação clandestina tende a assegurar sua legitimidade apresentando-se como um contracomplô, um contra-empreendimento de manipulação clandestina” (GIRARDET, 1987, p. 60). A imagem

---

<sup>182</sup> No Rio Grande do Sul, a Polícia organizou o “museu do nazismo”, para o qual recolhia todo o material apreendido. No Rio de Janeiro, também ocorrera uma exposição em março de 1942, no Palácio da Polícia Civil, com o produto das apreensões. Sobre a ação nazista no país, Filinto Müller dizia: “já que fora desfechada uma ofensiva de sombra, a polícia carioca organizou uma defensiva atrás dos bastidores” (CP 16/abr./1942, nº 89, p. 12).

de espião atrelada à idéia de perigo justificava não só um trabalho voltado para a caça aos espiões como também glorificava a ação da instituição policial contra os nazistas.

Uma última estratégia, adquirida e manejada por todos os homens do complô, de múltiplas combinações, consistia na “corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais” (GIRARDET, 1987, p. 40).

Durante o período da guerra, os alemães são tratados pelo Estado Novo como verdadeiros intrusos, “estrangeiros indesejáveis”, não se estabelecendo as devidas diferenciações entre alemães naturalizados, estrangeiros e descendentes. Todos carregavam o crime de serem alemães. Os elementos e ideologias estrangeiras passaram a ser referidas pelo uso de expressões como “maus estrangeiros”, “traidores”, “o mal quebrou os dentes na resistência zeladora do governo do Rio Grande”, nas palavras de Cordeiro de Farias. A vigilância, nesse quadro, consistia no componente que assegurava a ordem pretendida.

Na mesma linha, Py referia-se ao expurgo e alijamento dos elementos inadapáveis ao Brasil, por sua falta de brasilidade, como um dos imperativos da orientação governamental, dentro da política maior liderada por Getúlio Vargas.

Se, no Rio Grande do Sul, a nacionalização fora obra das autoridades locais, comandadas por Cordeiro de Farias e Aurélio Py, a mesma não poderia ocorrer sem o acordo, ainda que tácito, do poder central,<sup>183</sup> como ilustra o depoimento do último:

‘Quando o Governo do Estado resolveu investir definitiva e seriamente contra o mais perigoso extremismo da direita – O NAZISMO –, certamente o fez, com o conhecimento e beneplácito do Supremo Magistrado da Nação’. Acrescenta que sempre recebera o apoio e incentivo do presidente, além da orientação e participação direta de Cordeiro de Farias. Dentro da instituição policial, contava com a colaboração de todos os seus funcionários,

---

<sup>183</sup> Discursando em Santa Cruz do Sul (RS) em 1950, em plena campanha eleitoral, Vargas acusava Cordeiro de Farias e seus agentes como os responsáveis pelos fatos registrados no Estado durante o Estado Novo: “Relembro, agora, aquelas folhas, que hoje guardais amarelentas num de vossos lares. Sabeis como me desagradou e como reagi, quando na Chefia do Governo do país, contra aqueles que, em meu nome e à minha revelia, praticaram atos de violência e de arbítrio, com base em prejuízos étnicos. O senador Ernesto Dorneles, por determinação minha, assumiu então a Interventoria do Estado e fez logo cessar a descabida orientação, impondo o respeito e o acatamento que vosso valor cívico estava a exigir. Quando vos argüirem qualquer desses atos de arbítrio, perguntai se os seus autores estão hoje ao meu lado? Por índole de caráter e formação cultural, procuro sempre estabelecer um clima de ordem e de segurança e foi nessa pacífica atmosfera que mantive o meu governo, no Estado e na República, a todos garantindo ambiente de respeito e tranqüilidade, propício ao trabalho e à produção” (Diário de Notícias, 23/set./1950, nº 172, p. 2).

conseguindo penetrar 'na trama urdida pelo Partido Nacional Socialista Alemão, 'cortando-lhe as asas até onde pode atingir nossa tesoura'. Segundo ele, 'o céptico ou o displicente, nesta hora, é inconscientemente um traidor em estado potencial' (CP 16/abr./1942, nº 89, p. 5).

Posteriormente, Cordeiro de Farias o reafirmava: “na verdade, usei mão-de-ferro contra os nazistas do Rio Grande e tive sempre o apoio integral do presidente. Algumas vezes ultrapassei mesmo a minha área de competência e ele jamais disse nada” (CAMARGO, 2001, p. 239).

A ação policial, marcada por uma conotação negativa, buscava provar sua eficiência e necessidade na sociedade. Um dos vetores foi a imprensa, através da qual se noticiavam os seus grandes feitos e as suas investigações. Um desses exemplos foi a apreensão em um vapor germânico (“Rio Grande”), atracado no porto de Rio Grande, de uma estação de rádio clandestina e a prisão dos responsáveis. A reportagem, publicada no Correio do Povo, detalha a investigação realizada pelo setor policial até a consumação do caso (CP 17/ nov./1939, nº 271, p. 14).<sup>184</sup>

A polícia contava com a delação para o seu trabalho, não importando muito a veracidade das denúncias. Para ela, a vida de cada cidadão deveria ser como um livro aberto, sem segredos. Durante a II Guerra Mundial, das grandes às pequenas cidades eram rastreadas, em busca de vestígios suspeitos, apreendendo o que pudesse vir a ser comprometedor. Um dos principais alvos eram os livros,<sup>185</sup> bem como armas, diplomas, mapas, fotografias e jornais em língua estrangeira. Tudo servia como “prova do crime”.

No entanto, a técnica repressiva escolhia alvos específicos: procurava prender os cabeças da infiltração nazista e absorver os seus seguidores, transformando-os em nacionais. Quando necessário, medidas enérgicas eram

---

<sup>184</sup> Outro episódio semelhante fora a desarticulação da rede de espionagem comandada por Hans Clason, no Rio Grande do Sul, quando noticiara-se: “Um perfeito trabalho da polícia política do Rio Grande do Sul consegue descobrir toda a trama urdida pelos agentes do nazismo na América do Sul”, narrando a façanha do poder repressivo e a articulação entre os mais diversos órgãos policiais do país (CP 31/mar./ 1942, nº 76, p. 5-6). Sobre as redes de espionagem nazistas atuantes no Brasil, seus componentes, sua estrutura de funcionamento e o seu desmantelamento, há o estudo de Hilton (1977), o qual destaca que o Estado virtualmente não produziu informações para as redes de espionagem, devido a forte vigilância.

<sup>185</sup> Carneiro (1997a), estudando a censura das publicações, salienta que eram recolhidos quaisquer tipos de livros, constituindo o abuso de poder e a ignorância as marcas registradas dos “fiscais das idéias”.

adotadas, como a retirada do cônsul-geral do Rio Grande do Sul e dos vice-cônsules de uma porção de cidades, como algo imprescindível.

Para tornar público suas realizações, bem como emitir e vulgarizar seus princípios ideológicos, a Polícia gaúcha passou a editar a Revista Vida Policial. O primeiro número apareceria em agosto de 1938,<sup>186</sup> apresentando-se aos seus leitores:

‘Vida Policial’ terá, nessas condições, uma alta finalidade social, visando ser um órgão educacional e, ao mesmo tempo, permitir uma cooperação intelectual continuada entre todos os elementos da Polícia, esparsos pelo Estado a fora, como zeladores incansáveis da segurança a tranqüilidade públicas. Através das páginas da nossa revista, será levado aos mais longínquos recantos do Rio Grande o espírito novo e sadio que anima a Polícia estadual, no cumprimento exato de seu elevado e nobre dever para com a coletividade rio-grandense (VP 30/ago./1938, nº 1, p. 3).

Concluía, afirmando que “VIDA POLICIAL, cujo programa se pode resumir inteiramente em seu próprio nome: ser um reflexo nítido e fiel de todas as atividades policiais, em perfeita harmonia com os sentimentos e vibrações do organismo social”.

#### 3.4.1.5 *O controle federal sobre a polícia estadual*

As autoridades centrais, através do ministério da justiça, mantinham um controle cerrado sobre os órgãos de polícia estadual, solicitando constantemente informações, bem como as medidas adotadas pelas autoridades locais, e os problemas mais graves.<sup>187</sup>

Em telegrama do Rio, assinado por Alexandre Marcondes Filho, Ministro da Justiça interino, em 25 de setembro de 1942, era feita a seguinte solicitação:

a fim atender solicitação Ministro Relações Exteriores, rogo Vossência obséquio informar este Ministério si foram postos em liberdade cidadãos alemães detidos colônia Daltro Filho em favor dos quais Tribunal Segurança

<sup>186</sup> Sobre a Revista Vida Policial há a pesquisa de Benevenuto (1997).

<sup>187</sup> Alexandre Marcondes Filho, Ministro Interino Justiça, em junho de 43 enviava um telegrama reservado e urgente a Cordeiro de Farias, solicitando informações vitais para a segurança nacional: a) Que órgão estadual controla atividades políticas e subversivas em geral, especialmente as de estrangeiros naturais países “Eixo”; b) Quais medidas preventivas até agora adotadas nesse assunto; c) Quais casos atividades perniciosas maior importância, que exigiram intervenção autoridades; d) Si elementos pessoal e material com que conta respectivo órgão satisfazem necessidades de uma eficiente vigilância em torno referidas atividades políticas e subversivas; e) Que sugestões tem a fazer aqueles órgãos para um policiamento mais eficiente, atendendo interesses segurança interna. Telegramas recebidos em 15/06/1943, Maço 154, CG, AHRS.



Nacional<sup>188</sup> expediu alvarás de soltura, e si, em caso negativo, há razões de segurança nacional que isso se oponham.<sup>189</sup>

Se a repressão era intensa no Rio Grande do Sul, o controle do poder central sobre as atitudes tomadas em nível local ou regional, provocava repercussão no Itamarati, o qual saía em busca de explicações. Assim, Miguel Tostes, secretário do Interior, respondendo pelo expediente da interventoria, prestava contas a Oswaldo Aranha que, em telegrama anterior, havia perguntado pelos motivos de uma prisão:<sup>190</sup>

Tenho satisfação responder telegrama de vinte um corrente informando V. Excia. pastor Hugo Kummer esteve preso por haver atacado atos Governo no púlpito igreja Sinodal cidade Santa Cruz. Incorreu pena expulsão sendo estrangeiro mas por entendimento havido entre chefia Policia e presidente Sínodo Riograndense foi combinado ele abandonaria território nacional embarcando a vinte sete deste mês para a Alemanha segundo declarou em carta referido presidente Dohms daquele Sínodo. Foi dada solução equânime caso (29/ago./1939).<sup>191</sup>

Referente ao pedido de informações da lista dos presos, há na documentação a relação de alguns nomes de italianos e japoneses.<sup>192</sup> Quanto aos alemães,

Respondendo telegrama Vossa Excelência G/952 de 25 Setembro último tenho honra transmitir-lhe seguinte informação prestada Chefia

<sup>188</sup> O Tribunal de Segurança Nacional fora criado em 1936, pela Lei nº 244, de 12 de setembro de 1936, e extinto em 1945. Campos (1982, p. 22), investigando o funcionamento dessa instituição, afirma que fora “acionado como uma metralhadora giratória, alcançaria primeiro os inimigos de sempre e logo depois os companheiros de ontem”. Sua atuação restringia-se a capital, para onde todos os processos deveriam ser enviados. Durante o Estado Novo, o Tribunal fora usado como uma ameaça aos que contestassem o regime, quebrando as resistências. Seu alvo primeiro foram os comunistas e, posteriormente, os integralistas, mas, processara também várias pessoas comuns. Sua marca maior nessa fase fora a agilidade nos julgamentos, inviabilizando o apelo à defesa e as investigações.

<sup>189</sup> Correspondência recebida no segundo semestre de 1942, Maço 151, CG, AHRS. Para Perazzo (1990), Vargas não criou os campos de internamento nem sua prática, mas as adaptou a um novo contexto e época. “No Rio Grande do Sul, há aproximadamente 60 km de Porto Alegre, o presídio ‘Daltr Filho’ acomodava uma colônia agrícola para alemães. Um número razoável de internos foi transferido para o Rio de Janeiro; principalmente aqueles que sofriam processo no TSN (Tribunal de Segurança Nacional). Outros foram libertados pela polícia, no Natal de 1942, restando, em 1943, 90 homens, civis alemães” (PERAZZO, 1990, p. 209).

<sup>190</sup> Telegramas recebidos (21/08/1939), Maço 132, CG, AHRS.

<sup>191</sup> Telegramas remetidos (Nº 2085). Maço 130, CG, AHRS.

<sup>192</sup> Súditos japoneses detidos pelo Estado por motivos políticos: “Akira Ishikura, Ary Hamada, Bunnosuke Furusawa, Hoichi Awoki, Minoru Wada, Nagotochi Yamaguchi, Tokmumatsu Fudatsuji e Yumatsu Teramoto. Miguel Tostes, Interventor Federal Interino, 06/10/1942.” Correspondência enviada no segundo semestre de 1942. Maço 149, CG, AHRS. Súditos italianos detidos: “na Colônia Penal Agrícola General Daltr Filho – Beniamino Giorgi, Emilio Torraca, Nicola Gallicchio. Na Casa de Correção – Salvador Bazuino. O. Cordeiro de Farias, Interventor Federal, 30/9/1942.” Correspondência enviada no segundo semestre de 1942, Maço 149, CG, AHRS.

Polícia este Estado: Cidadãos alemães referidos despacho anexo foram presos e recolhidos a Colônia Penal General Daltro Filho. Mais tarde foram posto em liberdade por conclusão de pena e em virtude alvarás de soltura do Tribunal Segurança Nacional. Após declaração Estado de Guerra foram novamente recolhidos aquele estabelecimento, como medida segurança política, pois trata-se elementos considerados perigos em razão atividades sempre desenvolveram. Miguel Tostes, Interventor Federal Interino, 07/10/1942.<sup>193</sup>

O nome dos presos não consta na mesma folha do telegrama (nem foi possível localizar).

Em 29 de outubro de 1943, Oswaldo Aranha solicitaria mais uma vez ao interventor gaúcho a lista dos alemães internados na Casa de Detenção de Porto Alegre e na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Logo em seguida, Marcondes Filho faria a mesma solicitação, em decorrência do rompimento das relações e da declaração de guerra.<sup>194</sup>

Com a aproximação do final da guerra, adotara-se outra política, a da troca de alemães residentes no Brasil por brasileiros residentes em território sob autoridade alemã. Nesse sentido, o ministro da justiça enviava uma lista nominal ao interventor Ernesto Dornelles, designando alguns súditos do Eixo para essa permuta.<sup>195</sup>

Todo esse universo subterrâneo da burocracia governativa, originava-se da preocupação de Vargas com os extremismos, já ressaltada em 37:

---

<sup>193</sup> Correspondência enviada no segundo semestre de 1942, Maço 149, CG, AHRS. O Estado Novo criara 12 “campos de concentração” no país, localizados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo (5), Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Sua clientela consistia nos estrangeiros ou suspeitos de espionagem. No Rio Grande do Sul, a Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, em Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre, foi adaptada para receber dezenas de alemães e um grupo de japoneses. Esses campos de detenção/concentração foram desativados entre julho e agosto de 1945. (ZERO HORA, 18/mai./1998). Em 1942, cogitava-se a criação do primeiro campo de concentração numa área cedida da Ilha das Flores, na capital do país. Uma parte da ilha permaneceria ainda destinada para receber os imigrantes e sua posterior distribuição para os centros de produção (CP 29/mar./1942, nº 75, p. 3). Camões Filho (1995) estuda o grupo de prisioneiros do navio alemão *Windhuk*, internados no campo de Pindamonhangaba, São Paulo.

<sup>194</sup> Telegramas recebidos, 29/10/1943; 08/11/1943. Maço 155, CG, AHRS. Outra prática comum seria o envio dos presos políticos mais perigosos para o Rio de Janeiro: “Nazistas no Rio Grande do Sul – Recolhidos ao Presídio da Ilha das Flores. Rio, 5 (CP) – Por via marítima chegaram a esta capital, sendo em seguida recolhidos, a Ilha das Flores, 45 quinta-colonistas presos aí, por atividades nocivas aos interesses nacionais (CP 06/ago./1942, nº 182, p. 8).

<sup>195</sup> “Foram indicados seguintes alemães residentes nesse estado e a cuja viagem urgente via aérea para esta capital onde deverão estar no dia onze corrente para embarque Cabo Buena Esperanza rogo providenciar não sejam criados embaraços: Leopoldina Kolloch, Eduard Kolloch, Irmgard Proeter e Gertrud Minssen, residentes nessa capital, e Margarete Wilke, residente Sanatório Kemp, Santa Cruz. Ditos estrangeiros ficarão nesta capital sob cuidados Polícia Civil Distrito Federal a quem peço comunicar embarque.” Correspondência recebida, 07/03/1944, Maço 157, CG, AHRS.

O Governo continua vigilante na repressão do extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos. Não consentiremos que o esforço e a dedicação patriótica dos bons brasileiros venham a sofrer inquietações e sobressaltos originados pelas ambições personalistas ou desvarios ideológicos de falsos profetas e demagogos vulgares (VARGAS, v.6, 1938, p. 109-116).

A polícia ficara como a responsável pela fiscalização da permanência dos estrangeiros em território nacional e por efetuar seu referido registro (VP 7/fev./1939, nº 7).

A política de nacionalização, integrando os estrangeiros no projeto nacional brasileiro, baseado na língua portuguesa, apresentava um discurso oficial, fortemente reforçado pela propaganda, porém, paralelamente, atuava a polícia, um órgão que fugia, em muitos momentos, ao controle, dado seu caráter secreto e independente.

### 3.4.2 “Cortando as Asas do Nazismo”

A Campanha de Nacionalização priorizava alguns grupos étnicos, como os alemães, e os núcleos por eles povoados, considerados uma ameaça à integridade nacional, por seu forte enquistamento e resistência à assimilação. Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi enquadrava-se como um caso típico, no qual debatiam-se os discursos nacionalistas das instâncias federal/estadual/municipal e, de outro lado, o germanista, defendendo cada qual seu ponto de vista sobre o “ser alemão/de origem”.

Nesse embate, nem sempre prevalecia a lei. Bretas (1997a, p. 22) salienta que a expectativa do policial ficava dentro do comportamento legal, o qual aprendera e fazia parte de sua profissão. Porém, reservava para si

um repertório de opções fora da legalidade, das quais lança mão de acordo com sua visão dos “fatos”. [...] o leque de opções abrange da decisão de não intervir, não ver o que se passa, até o emprego da violência. A seleção do procedimento se faz através de um conhecimento organizacional - não ensinado nas escolas - que, em última instância, qualifica a cidadania dos envolvidos, através de valores atribuídos a cor, idade, sexo, nível sócio-econômico etc.

Sendo assim, as medidas adotadas orientavam-se de acordo com os valores e expectativas dos próprios policiais que, no limite, decidiam o que era permitido ou não. Por extensão, reforçava-se o poder da autoridade local.

A nacionalização adquirira feições particulares em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, visto que o discurso germanista, construído e reforçado há quatro décadas, deveria ser suplantado por um sentimento de brasilidade, a começar pelo uso da língua portuguesa. Isso inspiraria formas de resistência como um modo de sobreviver, tentar escapar da rede que não haviam ajudado a montar, nas palavras de Holloway (1997). No entender policial, porém, a resistência deveria ser imediatamente desmobilizada através da repressão. As duas – resistência e repressão – são inseparáveis.

No município de Cruz Alta e em seus distritos, o poder policial desempenhava um papel particular. Na República Velha, a função de chefe de polícia era essencial na região. Tratavam-se de cargos que impunham respeito, garantiam prestígio e poder. Seus titulares, com raízes locais, forte poder de “coronel” e de mando, dominavam policial e politicamente.<sup>196</sup> No pós-23, o Planalto Médio passou a ser “contemplado” com um poder coronelístico mais forte e individualizado, personalizado em dois expoentes: o coronel Valzumiro Dutra, em Palmeira, e Victor Dumoncel Filho, em Santa Bárbara (distrito de Cruz Alta). Nesse arranjo político, o governo negociava diretamente com eles, investidos que foram também da função de subchefes de polícia.<sup>197</sup> A última, mesmo incluída no funcionalismo estadual, era política, a título de confiança e não por ascensão profissional dentro da carreira burocrática (FÉLIX, 1987).

Com o Estado Novo e com a desarticulação do coronelismo, os tradicionais coronéis de Cruz Alta perderiam parte de sua influência, bem como os chefes de polícia. No estado, as eleições de 1935 asseguraram a vitória o PRL (Partido Republicano Liberal) na grande maioria dos municípios. Em Cruz Alta, vencera

---

<sup>196</sup> Os subchefes de polícia, na fase de ajuste do republicanismo, foram usados como elementos *pontes*, fazendo a ligação entre o poder dos coronéis, filtrados pelos subchefes, e o poder do governo.

<sup>197</sup> Relativo ao poder desses coronéis, Félix (1987, p. 161-164) registra como um fato importante a designação de Flores da Cunha para Dumoncel exercer as funções de “subchefe de polícia da 3ª Região, com sede em Passo Fundo, cargo que exerceu de outubro de 1931 a novembro de 1932, quando foi exonerado do cargo para assumir, no mesmo dia 26-11, a Prefeitura de Cruz Alta. Nessa última função permaneceu apenas um mês e meio, voltando a assumir, em janeiro de 1933, a subchefatura de polícia da 7ª Região, com sede em Cruz Alta, em cujo exercício administrou plenamente o domínio político até 27-10-37, quando lhe foi concedida a exoneração requerida por ocasião da renúncia do governador Flores da Cunha.” Já Victor Dumoncel na Revolução de 1932 apoiou Flores da Cunha por lealdade política momentânea, porém, nunca aceitou Getúlio Vargas. Dumoncel, subchefe de polícia tinha sob sua jurisdição os municípios de Soledade, Carazinho, Santa

Antônio Villanova, substituído, em 18 de março de 1938, por Pacífico Dias da Fonseca, o qual ficara à frente da administração até seu falecimento, em 1945.<sup>198</sup>

Nessa nova configuração política, os cargos públicos passaram a ser ocupados por pessoas de confiança do governo, geralmente sem raízes locais, o que, de certa forma, tornava a dominação e a repressão mais impessoal. No princípio da colonização de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, desempenhavam os cargos administrativos os próprios encarregados da Empresa Colonizadora, subordinados ao poder de Cruz Alta. Da década de 10 até quase a década de 30, de modo intercalado, Minoly Gomes de Amorim desempenhara as funções de subdelegado e subprefeito,<sup>199</sup> bem como Martim Luis Hack.<sup>200</sup> No Estado Novo, entre 1937 e 1945, atuaram como subprefeito: em 1937 Minoly Gomes de Amorim, em seguida, Oscar Moreira, entre 39 e 42, Cícero Kruehl Alvarez, Ramão R. Pacheco. Os dois últimos, entre 1940 e 42, aparecem alternadamente. Do segundo semestre de 42 em diante, Ramão R. Pacheco permanece como subprefeito até 1947. Como subdelegado, atuara em 1938 e início de 1939, Flores Pinto, sendo substituído na primeira quinzena de janeiro de 1939 por Cícero Kruehl Alvarez, que atuou ao mesmo tempo como subprefeito. Em 4 de agosto de 1941, fora efetivado como subdelegado Constantino Villeroy, permanecendo até 1945. Entre 1941 e 42, por vezes, aparece como subdelegado de Pindorama Beno Bento Rosa.<sup>201</sup>

---

Maria, Ijuí, Tupanciretã e Cruz Alta; e Valzumiro Dutra, investido em igual função, supervisionava os municípios de Palmeira, Iraí, Passo Fundo, Erechim, Lagoa Vermelha, Vacaria e Bom Jesus.

<sup>198</sup> Colussi (1996, p. 145-152) destaca que a adesão ao PRL pelo principal coronel da região, Victor Dumoncel Filho transformou o município e a própria região Norte do estado em um reduto importante para a política florista. Em 1935, o candidato apoiado por Dumoncel, Antônio Villanova, seria eleito prefeito. Porém, com a queda de Flores da Cunha e o golpe de 37, reemergia o nome de Firmino de Paula como político principal. Iniciava então um período de intensos conflitos e pressões para a definição do novo prefeito, dado que o poder dos dois coronéis não foi anulado. A escolha de um nome de consenso e de confiança foi uma preocupação constante. A definição ocorreu apenas em 15 de março de 1938, com a exoneração de Antônio Villanova do cargo, substituído por Pacífico Dias Fonseca, como um elemento “neutro”.

<sup>199</sup> Nos recortes de Minoly, aparece em 1913 sua nomeação como subdelegado de Neu-Württemberg: “Conforme propôs o coronel delegado de polícia deste município, o dr. Chefe de polícia nomeou o nosso amigo capitão Minoly Amorim subdelegado de polícia do 4.º distrito” (ÁLBUM de Recortes de..., 1913) Também fora o primeiro subintendente de Neu-Württemberg, republicano, nomeado para tal cargo em 11 de abril de 1915, permanecendo até 1930, e por períodos intercalados posteriormente.

<sup>200</sup> Luiz Martim Hack possuía uma ferraria em Neu-Württemberg, entre os anos de 1912 e 1925, quando vendeu a mesma para os irmãos Kepler, por motivos de saúde. A partir de então, dedicara-se à política, até o Estado Novo, quando teve que recolher-se ao ostracismo. Assumiu como subintendente entre 1930 e 1932, enquanto estava no poder em Cruz Alta, Alfredo Brenner, e novamente entre 35 e 37.

<sup>201</sup> Registro de Folhas de Pagamento, Inspetores de Polícia da Casse F – 1941, p. 167. Secretaria de

Se essa desvinculação, entre a autoridade e os habitantes, interessava ao Estado Novo, provocava contestação e reclamações por parte dos atingidos. Em 1940, os representantes do Comércio e da Indústria de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi dirigiram um memorial ao prefeito de Cruz Alta, Pacífico Dias da Fonseca, reclamando:

É meridiano que tal estado resulta da inépcia, inércia, descaso, ou que outro nome tenha a displicência da atual administração do distrito, que, desprovida de um programa de ação, falha numa diretriz de trabalho e carente do senso prático das coisas, não possui, sequer, o ânimo de prestimosidade, esse “espírito público” que é o predicado basilar, a mística prodigiosa do Estado Novo, e que, se aqui existisse, teria já produzido apreciáveis resultados, sem grandes dispêndios do município, de vez que os homens desse distrito, pelo amor a esta terra, pela sua afeição ao trabalho e pelo desejo de bem-estar da coletividade, sempre tiveram o seu braço, a sua bolsa e o seu patriotismo, a serviço de todas as iniciativas que possam contribuir ao melhoramento do ambiente e se inspirem nos alevantados propósitos da dignidade e riqueza do Brasil.<sup>202</sup>

Não se tratava apenas de descaso econômico e infra-estrutural, mas político, destoando, aparentemente, do grande projeto varguista.

Fugindo ao elementar dever de sociabilidade que deve caracterizar um representante da autoridade pública, o Subprefeito de Pindorama encastelou-se em sua residência, alheou-se ao ambiente e, divorciando-se da opinião pública, revelou-se francamente refratário ao convívio que, por força do cargo, ou, pelo menos, pela ética funcional, permanentemente lhe cumpria manter com os diversos setores de atividade do território sob sua administração, manifestando destarte, para conosco, uma irreprimível ojeriza, como si fossemos um aglomerado espúrio, uma sociedade bastarda, ou quiçá, uma senzala de escravos.<sup>203</sup>

Evidencia-se a posição de uma autoridade mal vista por sua combinação com o regime vigente, o qual criminalizava as atitudes germânicas, mas ao mesmo tempo, fugindo de possíveis represálias, isolava-se (ou era isolado).

Segundo Holloway (1997, p. 20), “do ponto de vista dos que elaboram as normas e as fazem cumprir, o comportamento que a polícia e os tribunais tentam coibir ou punir varia, em escala crescente, do indesejado ao inaceitável, ao ameaçador, ao perigoso, ao lesivo.” Momentaneamente, os alemães representavam

---

Segurança Pública. APERS.

<sup>202</sup> Associação Comercial de Pindorama. Memorial dirigido pelo Comércio e Indústria de Pindorama ao Ilmo. Snr. Pacífico Dias da Fonseca, DD. Prefeito Municipal, 15/agosto/1940. MAHP. Partindo dos demais documentos consultados, presume-se que o referido subprefeito em questão era Cícero Kruehl Alvarez. Isso porque diferentes documentos anteriores eram assinados por ele. Já uma folha de pagamento de professores, de setembro de 1940, vem assinada por Ramão R. Pacheco.



duas formas diferentes de perigo: internamente, ameaçavam a questão da identidade nacional, a brasilidade. Externamente, havia o perigo ‘internacional’, ou seja, o expansionismo de Hitler. Constantemente, as autoridades policiais vigiavam as colônias predominantemente compostas por alemães e descendentes, disponibilizando delegados, subdelegados, inspetores e agentes policiais. Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, auxiliavam o subdelegado, dois policiais e um considerável número de inspetores, cuja atuação recaía sob uma determinada zona – um inspetor por linha colonial. Em várias regiões do país, instalaram-se quartéis militares como uma forma de intimidar os recalcitrantes.<sup>204</sup>

A ordem, no Estado Novo, era “abrasileirar” tudo o que destoava dos princípios do nacionalismo brasileiro, desde a língua até nomes de cidades. Essa última prerrogativa atingira diretamente Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, cuja toponímia sofreria várias alterações. Pelo decreto nº 7199, de 31 de março de 1938, de Cordeiro de Farias, elevava-se Neu-Württemberg oficialmente à categoria de Vila e o nome alterado para Nova-Württemberg. Ainda no mesmo ano, pelo Decreto nº 7589, de 29 de novembro, sua denominação passou a ser Pindorama que, no linguajar tupi-guarani, significava Terra das Palmeiras. O noticiário ijuiense comunicava: “Nova-Württemberg passará a denominar-se Pindorama. A sede do 8º distrito de Cruz Alta mudou de nome, de acordo com a campanha de nacionalização do governo” (CS 17/dez./ 1938, p. 3).

Em 29 de maio de 1943, o prefeito de Cruz Alta, atendendo a uma solicitação do IBGE, modificava mais uma vez o nome do distrito. Em nota oficial, justificava que a mudança dava-se em decorrência de existir uma cidade com o nome Pindorama em São Paulo. Para substituir, escolhera-se, então Tabapirã, elucidando que

na escolha da denominação TABAPIRÃ, fomos levados a recordar o nome histórico do Arroio Fiúza, que banha a vila. Esse arroio chamou-se Piranga, isto é, ‘Vermelho’, entretanto, é nome muito repetido e banal. Daí o arranjo do topônimo Tabapirã, que significa ‘Vila Vermelha’. E essa inspiração histórica, encontra justificativa na terra e aspecto geral da vila, que se retrata nessa viva cor local (DS 23/jul./1943, nº 119, p. 2).<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> Associação Comercial de Pindorama. Memorial..., 15/agosto/1940. MAHP.

<sup>204</sup> Em Cruz Alta, na sede, estava instalada a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria da 3ª Região Militar e de uma Guarnição composta do 6º RAM/75 e do 17º Regimento de Infantaria. O último fora fundado em 18 de março de 1909, e era conhecido como 8º Regimento de Infantaria (CASTRO, 1949).

<sup>205</sup> Quanto a historicidade do nome, faltam pesquisas, todavia, na documentação de aquisição da



A última e definitiva alteração ocorrera em 29 de dezembro de 1944, pelo decreto-lei nº 720, por ato do interventor do estado, Ernesto Dornelles. De Pindorama, passava-se a chamar Panambi, que significava borboleta (ou mariposa, como afirmam alguns), daí o cognome ‘vale das borboletas azuis’ (CS 03/jan./1945, p. 1; LEITZKE, 1997).

Essas alterações nominais impostas, enfrentaram a resistência surda dos moradores – em seu cotidiano, permaneciam os antigos nomes – e, em alguns casos, manifestações explícitas por meio de atos de vandalismo. Um desses fatos recebera uma merecida manchete no jornal cruzaltense, Diário Serrano, em 21 de agosto de 1943 (nº 143, p. 4): “O Quinta-Colunismo em Pindorama dá vazão à sua fúria contra as medidas de nacionalização tomadas pelo Governo Municipal”. Isso porque teriam sido arrancados dois postes contendo as placas com os novos nomes de duas localidades do interior. A reportagem iniciava elogiando o grande desenvolvimento econômico e organização de Pindorama (6º distrito). Porém, o fato ali verificado indignara-os como brasileiros: “é a obra nefanda e sistemática do quinta-colunismo renitente que quer sabotar o nosso esforço para nacionalizar núcleos como Pindorama, em que a concentração de elementos alienígenas exigia severas medidas que pusessem termo aos descuidos dos governos passados” (DS 21/ago./1943, nº 143, p. 4).

Segundo ele, a administração municipal abasileirara, em 1942, os nomes das linhas coloniais, porque os mesmos não significavam nada para os luso-brasileiros e só serviam para os imigrantes/descendentes relembrar da velha Europa. Para facilitar a assimilação das novas denominações, inaugurara, em cada localidade, solenemente, uma placa com o referido nome.<sup>206</sup>

---

área de terras de Neu-Württemberg, o rio Fiúza aparece com o nome de Corticeira. Referente a essa mudança para Tabapirã, um jornal afirmava, alguns anos depois: “mas os ‘tabapironenses’ não são tupinólogos, são produtores, são criadores de riquezas, progresso. Resultado: ninguém tomou conhecimento da mudança. Nem o Correio se abalou com a novidade. No Rio, ao que parece, também ninguém se preocupou com esse magnífico indianismo de tão esquisito sabor. Existem documentos oriundos do Itamarati, do gabinete da Presidência da república e das repartições federais em geral, que se dirigem a Pindorama, mesmo depois de 1943. Alguns até, eram mais atrasados, ainda. Falavam em Nova Wuertemberg.” (“Quem sabe onde fica Tabapirã ou Panambi?” Folha da Tarde (POA), 25/01/1945. Pasta 7, Caixa 54, MAHP).

<sup>206</sup> Por ato do prefeito Pacífico Dias da Fonseca, as seguintes localidades tiveram seus nomes modificados em 42: Linha Stuttgart, passou à Ibagoby que significa Céu Azul; Linha Leipzig, passou a Iriapira, significa Princípio de Rio; Linha Hindenburg, passou a Assis Brasil; Linha Inhame, passou a Maraney, significa Saudade, Bondade, Inocência; Linha München, passou à Morengaba, significa Beleza; Linha Reinland, passou à Jacicema, significa Esplendor da Lua; Linha Hunsrich, passou a Ocearu, significa Fatura; Linha Berlim, passou a Timbará, significa Plantador (DS 21/ago./1943, nº

Informa que o esforço governamental fora mais longe ainda: nacionalizaram-se todas as escolas, com a criação de outras – no distrito havia a maior concentração de escolas do município –, e as autoridades policiais exerciam forte vigilância no núcleo, combatendo as manifestações do quinta-colunismo ali disseminado. Mesmo assim, em junho de 43, aparecera arrancado o poste contendo o nome da linha Ocearu. As autoridades logo saíram ao encalço do “anti-brasileiro”, aplicando-lhe como pena recolocar o marco em seu lugar original.<sup>207</sup> Decorridos poucos dias, a placa da Linha Morengaba sofrera o mesmo dano, sendo jogada em um banhado distante a cerca de um quilômetro. Outra placa, contendo o nome da Linha Jaciandi fora encontrada toda enlameada.

Partindo dessas evidências, o articulista concluía que havia ainda “elementos inadaptados ao nosso meio, que canalhamente, aproveitam a escuridão da noite ou a solidão por vezes reinante nestas paragens, para demonstrar sua revolta contra os seus próprios irmãos. As autoridades policiais”. Adverte que medidas enérgicas serão tomadas pelas autoridades policiais caso fatos semelhantes venham a se repetir (DS 21/ago./1943, nº 143, p. 4).<sup>208</sup>

Outra medida governamental/policial adotada fora o salvo-conduto, limitando o movimento dos estrangeiros/de origem a partir de novembro de 1938. Todo passageiro que viajasse por via férrea ou estrada de rodagem, com destino às localidades de fronteira e da serra, bem como do Rio Grande para a fronteira com os países vizinhos, deveria obrigatoriamente portá-lo. No referido documento

---

143, p. 4).

<sup>207</sup> A polícia agiu rapidamente para identificar o responsável por esse ato. Além de arrancar a placa, “o autor do atentado teve ainda a coragem de escrever imoralidades debaixo do nome Ocearu... Trata-se do menor Silvio Zimmermann, que apesar da idade apresenta a compleição de um adulto robusto. Era pois contrariamente ao que se pressupunha, um brasileiro mesmo o autor desse atentado. O sr. Constantino Villeroy, Sub-Delegado de Polícia de Pindorama, determinou então que o referido Zimmermann levasse o poste para o lugar donde o arrancara” (DS 21/ago./1943, nº 143, p. 4).

<sup>208</sup> Em número posterior do jornal, no editorial, Eurydes Castro, retomara o caso, destacando que sua repercussão fora intensa, despertando várias críticas, tanto na sede como no distrito. Transparece que, embora verídico, o acontecido não deveria integrar a pauta da imprensa, tornando-se público. No editorial, escreve: “Ora, esses fatos de verdadeira sabotagem contra as medidas governamentais, que constituíam, ainda, um delito de dano contra o patrimônio municipal, punível pelo menos para contristar a todos os nossos patrícios quer fossem de descendência brasileira, germânica ou itálica, por isso que eles, sobretudo, constituíam um atestado indifarável de que não havíamos ainda eliminando por completo as conseqüências do trabalho dos agentes do nazismo, desenvolvido naquele distrito e em muitos outros de nossa região, através de organizações que a polícia riograndense em boa hora desarticulou...” (DS 14/set./1943, nº 160, p. 3).

constavam os dados de identificação de seu titular, sua fotografia, nacionalidade, o local de origem e de destino. Era válido por 60 dias, podendo ser revalidado.

Em decorrência da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em 42, o chefe de polícia do estado Aurélio Py baixara uma série de novas instruções, no sentido de orientar os estrangeiros residentes no estado. Dentre elas, a necessidade dos súditos desses países comunicarem à autoridade policial sua residência dentro de 15 dias (a contar de 29/01/42); proibia-os de viajar de uma localidade para outra, sem licença da Polícia (salvo-conduto); e “reunir, ainda que em casas particulares e a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes etc)”, bem como reunir-se para discutir ou trocar idéias sobre a situação internacional. O terceiro item proibia

a) distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações; b) cantar ou tocar hinos das referidas potências; d) usar o idioma das potências em conversações, em qualquer lugar público, inclusive cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc.; e) exhibir, em lugar acessível ou exposto ao público, retratos de membros dos governos daquelas potências.

O quarto item permitia a detenção daqueles que ostensivamente, ou em lugar público, manifestassem simpatia pelos países do Eixo. Também determinara que deveriam ser arrecadados “todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências, existentes em livrarias, especialmente estrangeiras, ou casas particulares”, interditas estações emissoras de rádio amadores e apreendidas as pertencentes aos súditos das potências inimigas. Por outro lado, a Polícia garantia a segurança dessas pessoas, de seus bens e não permitiria o ultraje de sua honra (CS 31/jan./1942, p. 1).

Concernente ao salvo-conduto, a Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, chefiada por Plínio Brasil Milano, comunicava em 42 a reformulação das condições para os súditos do Eixo obterem o referido documento, salientando que os mesmos estavam sob vigilância das autoridades. A nova ordem fora comunicada às delegacias do interior, resumindo-se no seguinte:

A partir desta data (24Set942), podem ser fornecidos ‘Salvo-condutos’ especiais aos súditos da Alemanha, Itália, Rumania, Japão e Hungria, e bem assim, vistos aos mesmos, por 30 (trinta) dias. As viagens poderão ser feitas somente fora da faixa da fronteira e do litoral; - Os nacionais referidos, residentes nos municípios compreendidos nas citadas faixas e costa, permanecerão imobilizados, de acordo com as instruções anteriores. Excepcionalmente, porém, atendendo a casos de natureza grave,

comprovadamente justificada, as delegacias de polícia poderão solicitar a licença pleiteada ao snr. chefe de polícia, que julgará os pedidos (CS 30/set./1942, p. 1).<sup>209</sup>

A concessão desse documento estava condicionada à idoneidade política do interessado, sendo-lhe negada freqüentemente (ver ANEXO D).

Na delimitação das áreas de fronteira, incluía-se Cruz Alta e, por extensão, Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Para sair da Colônia, todos os indivíduos abarcados pela lei deveriam locomover-se até a subdelegacia e solicitar o referido documento. O subdelegado de polícia de Pindorama avisava:

NENHUM estrangeiro, sem exceção, dos pertencentes aos países do EIXO TOTALITÁRIO (alemão, italiano, japonês, húngaro, búlgaro e romeno), poderá ausentar-se, sob qualquer pretexto, do território deste distrito, sem a competente licença policial, sob pena de ser detido e responsabilizado de acordo com as leis vigentes.

Assim, aqueles que tiverem necessidade de viajar, para fora deste distrito, deverão comparecer, pessoalmente, nesta repartição munidos da prova de identidade (carteira modelo 19).

Outrossim, os proprietários ou choferes de ônibus, de automóveis de alugar ou de outros quaisquer veículos públicos ou privados, serão responsabilizados pelo transporte dos nacionais do “EIXO” não licenciados para empreender viagem.

E, para que ninguém alegue ignorância, mandei fazer o presente aviso – que será afixado em todos os lugares públicos. Constantino Villeroy, Sub.<sup>210</sup>

Exigia-se, também, o registro dos estrangeiros na Delegacia de Registro de Estrangeiros, onde recebiam a sua carteira de identidade modelo 19.<sup>211</sup> Em meio a

<sup>209</sup> Os municípios compreendidos pela faixa de fronteira eram: José Bonifácio, Sarandi, Iraí, Palmeira, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis, Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Livramento, Rosário, D. Pedrito, São Gabriel, Tapes, Bagé, Herval, Pinheiro Machado, Piratini, Jaguarão, Arroio Grande, Santa Vitória, Pelotas e Rio Grande. Os que se acham fora da 'faixa' são: Alfredo Chaves, Antônio Prado, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caçapava, Cachoeira, Caí, Cacequí, Camaquã, Candelária, Cangussú, Canoas, Carasinho, Caxias, Cruz Alta, Encantado, Encruzilhada, Estrela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, General Camara, Getúlio Vargas, Gravataí, Guíba, Guaporé, Jaguari, Júlio de Castilhos, Lageado, Lagoa Vermelha, Lavras, Marcelino Ramos, Montenegro, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Prata, Rio Prado, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Antônio, São Francisco de Paula, S. Jerônimo, São Leopoldo, São Lourenço, São Sepé, São Vicente, Sobradinho, Taquara, Taquari, Triunfo, Tupanciretã, Vacaria, Venâncio Aires e Viamão. E os do litoral: São José do Norte, Osório, Torres, Santa Vitória e Rio Grande (CS 30/set./1942, p. 1).

<sup>210</sup> Subdelegacia de Polícia do 6º Distr. de Cruz Alta. Pindorama, 17 de Fevereiro de 1944(?). Pasta 6, Caixa 56, Subprefeitura e Subdelegacia de Polícia em Neu-Wuerttemberg-Pindorama e Panambi. MAHP.

<sup>211</sup> A partir de 1939, no jornal Correio do Povo o noticiário relativo ao registro de estrangeiros torna-se constante. Informava os locais onde poderia ser efetuado, os documentos necessários, as implicações para quem não os realizar, os prazos etc. além de entrevistas com os responsáveis pelo órgão, os números de estrangeiros residentes no Estado e as áreas de maior concentração. Em um edital de 1942, comunicava-se: “De ordem do Snr. Tte. Cel. Chefe de Polícia, faço público que, dentro de quinze dias a contar desta data, os estrangeiros, nacionais da Alemanha, Itália, Japão e suas

esse emaranhado burocrático, tornara-se difícil um estrangeiro passar despercebido pela polícia. As oportunidades em que os estrangeiros dirigiam-se até os órgãos competentes para legalizar sua situação serviam para as autoridades nacionais demonstrar seu poder e brasilidade:

Quando eu fiz a carteira de identidade de minha esposa, deixaram nós sentados lá em Cruz Alta horas e horas sem algum [alguém] perguntar: vocês aí, o que vocês querem? Sabiam que ela era alemã e precisava daquela carteira modelo 19. E eu brasileiro do lado, mas brasileiro de nome alemão, quer dizer, fica valendo. Nós chegamos a ser humilhados, eu por ela mais, mas eles não faziam muita diferença (Depoimento de Walter R. Kepler).

Para estabelecer e manter uma casa comercial na área de fronteira, inclusive Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, exigia-se uma autorização especial, que por vezes podia demorar:

a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, em sessão de doze de abril de 1944, resolveu conceder autorização ao sr. JACOB SCHÄFER, de nacionalidade alemã, para continuar funcionando com o comércio em geral [...] no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, conforme solicitou em requerimento de 30 de junho de 1942...<sup>212</sup>

O Estado Novo jamais deixou de ver os imigrantes, mesmo nacionalizados, como estrangeiros e perigosos à ordem nacional. Medidas extremas vinham sendo adotadas, mesmo antes de sua normatização legal. Baixavam-se, a cada momento, novos decretos-lei, tanto federais e estaduais, quanto instruções policiais, além das medidas secretas. Entre a lei incorporada pelo discurso oficial e a prática cotidiana dos delegados e subdelegados de polícia locais, abria-se uma lacuna, preenchida pela sua auto-interpretação, sede de poder e eficiência, desforras pessoais. Esses caminhos abriam possibilidades para os mandos e desmandos, quando as vítimas não sabiam a quem recorrer e não visualizavam mais os limites entre a legalidade e

---

possessões, ficam obrigados a comunicar à autoridade competente a sua residência, discriminando a rua, número da casa e mais o número do apartamento, si residir em edifício de apartamentos, hotel ou outra qualquer casa de habitação coletiva. A comunicação de que trata este edital, deverá ser feita à Delegacia de Estrangeiros pelos súditos daquelas Nações que residirem nesta capital e às Delegacias locais de polícia por aqueles que residirem nos demais municípios do Estado. Uma vez esgotado o prazo de quinze dias acima referido, a Delegacia de Estrangeiros, nesta capital, e as Delegacias de Polícia nos demais municípios do Estado, competirão os que não houverem feito a comunicação, no tempo devido, à comparecerem às respectivas repartições, afim de satisfazerem, sob as penalidades da lei, as determinações acima. Porto Alegre, 29 de Janeiro de 1942. Dr. Firmino Minghelli, Delegado de Estrangeiros" (CP 29/ jan./ 1942, nº 25, p. 1).

<sup>212</sup> Autorização para operar na faixa de fronteira. Caixa 110, Pasta 1, MAHP.

a arbitrariedade. A situação ficava mais crítica quando envolvia o DOPS,<sup>213</sup> ou seja, a polícia política, orientada pelo serviço secreto e sigiloso.

Relativo às acusações de nazismo ou quinta-coluna, todo e qualquer resquício era encarado como prova do crime. Não importava a natureza do material, nem sua datação. Imperava o “paradigma indiciário” nos casos onde o acesso direto a uma informação não era possível. Segundo Ginzburg (1989, p. 77), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” Os indícios, aliados à “lógica da suspeita”, determinavam a ação policial.

Em fevereiro de 1942, a Revista Vida Policial iniciara uma série de reportagens sob o título “Cortando as Asas do Nazismo”. Nas mesmas, exibia documentos apreendidos, algumas fotografias, fatos e indícios que apontavam para a atuação do nazismo no estado, exaltando a eficiência da repressão policial. Na primeira reportagem, explicitava que o leitor teria “a ocasião de reconhecer de maneira cabal e insofismável, a sábia orientação e a indiscutível superioridade da nossa Polícia Política, cuja simples menção já é, de *persi*, garantia suficiente contra os manejos dos secretários de Adolf Hitler!” (VP fev./1942, nº 43, p. 3).

Outras publicações, como os relatórios do Chefe de Polícia Aurélio Py, seguiam a mesma orientação. Deixavam transparecer que a polícia política conhecia por completo a organização nazista - o endereço do círculo, dos grupos, de ao menos a maioria das células, a identidade de seus dirigentes e as listas dos filiados. A prisão ou desmantelamento das mesmas era só uma questão de tempo ou prudência (cf. RAMBO, 1997).

Em relação a estrutura das colônias alemãs, Py ([1940], p. 21) dizia:

um trabalho cultural de 115 anos foi paralisado em poucos meses; si será ou não completamente destruído, o futuro dirá. Ao mesmo tempo foi lançada contra os alemães uma campanha sistemática por meio da imprensa. Submetidos a medidas de ‘emergência’ os elementos não lusitanos da população ficaram impotentes mas se tem conduzido, em tudo, como cidadãos disciplinados e obedientes à lei, não deixando que provocação alguma os induza à violência. Somente as autoridades locais, sob ameaça de punição, decretaram a remoção de todas as inscrições alemãs em pedras tumulares, a população mostrou a sua amargura por meio de uma simples resistência passiva.

---

<sup>213</sup> DOPS- Delegacia de Ordem Política e Social, “foi instituído com o objetivo de articular e sustentar um sistemático esquema de segurança contra-revolucionária, registrando todos os atos considerados suspeitos” (Carneiro, 1997, p. 23).

Sutilmente, acusava as autoridades locais de responsáveis pelo ato arbitrário, não autorizado oficialmente, de remoção das inscrições tumulares em língua alemã. Todavia, sob forte coação, as vítimas apenas demonstravam uma resistência passiva, conseguida graças ao terror e medo.

Nessas circunstâncias, Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi mostrava-se como uma fronteira particular. Limitava-se com a região de campo, onde predominava o elemento luso, e a região de mata, composta por núcleos coloniais. O contato cotidiano com o outro, no caso, o “lusobrasileiro”, contribuía para a afirmação de identidades bem definidas, manifestadas durante a nacionalização. O distrito auto-denominava-se “alemão” e carregava a alcunha de “pequena Alemanha”.<sup>214</sup> Comumente, empregavam a língua alemã nas suas relações diárias e não o vernáculo. Uma criança recém imigrada, expressando-se em italiano, fora advertida por uma senhora idosa do local, que a informou de que deveria aprender a falar em alemão, pois estava no Brasil.<sup>215</sup> Estaria, assim, na lista dos que deveriam ser abrasilizados urgentemente, figurando na página “nazi” da Revista Vida Policial.

Partindo de indícios e coincidências, suspeitava-se da existência de um núcleo nazista em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Investigando a atuação de um grupo nazi, preso em Iraí, o inquérito policial revelara que um dos envolvidos, de nome Bernardo Maahs, fora filiado no núcleo nazista de Pindorama, recolhendo suas contribuições para Berlim (PY, 1942; MARTINS, [1942]). Acrescentava que a referida rede, partindo de Iraí, estendia-se por Cruz Alta, Santa Rosa, Porto Felix (Argentina), Corrientes (Argentina), Santa Catarina e Paraguai. Trata-se da única referência direta encontrada a esse respeito.

Outros fatos suspeitos, jamais desvendados, verificavam-se, motivando o fechamento do cerco policial.

Chamavam quinta coluna, eu vou citar um. O Hermann Fockink... foi preso algumas vezes... porque era uma coisa muito complexa: saía uma notícia na Alemanha, coisa que aconteceu... aqui em Panambi, dali a pouco estava dando no noticiário da Alemanha. Eles reviraram aquela casa... Isso tinha gente escondido, espões para descobrir se não era aqui que eles faziam as transmissões... Naquele tempo, eles tinham que botar alguém espiona, para ver quem é que estava transmitindo o negócio de Panambi. ‘Em Neu-Württemberg fulano foi preso e foi mal tratado pelas autoridades brasileiras’,

<sup>214</sup> Dentre os escritos que difundem essa idéia, está o de MEYER, 1904; FAULHABERSTIFTUNG, 1933, sendo que ambos são analisados por MICHELS, 2001.

<sup>215</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.



isso aconteceu hoje e no outro dia deu, deu. Eu ouvia escondido no rádio, aí deu no noticiário da Alemanha. Quem é que transmitiu isso para lá? Olha, telefone era uma coisa complicada (Depoimento de Walter Wahlbrink).

Se havia ou não um partido nazista estruturado, ainda é uma incógnita e não foi possível apurar. Todavia, segundo algumas indicações, havia partidários, porém, sem formar um grupo organizado localmente. Fica evidente seu germanismo e a simpatia fervorosa de muitos pelo regime hitlerista, porém, daí a ser partidário, é outra questão. Gertz (1987) destaca que em nível de Rio Grande existira uma ampla oposição aos “partidários” nazis; mas isto não significara oposição ao Terceiro *Reich* ou ao nacional-socialismo em si.<sup>216</sup>

Dentre os documentos apreendidos pela polícia de Py e incluídos em seus relatórios, está uma carta dirigida pelo Cônsul Ried, da Embaixada da Alemanha, localizada em Porto Alegre, ao Dr. Gustav Kuhlmann, de Pindorama, em 2 de junho de 1939, respondendo a uma solicitação de 24 de maio do mesmo. Comunicava: “os pedidos de colocação como professores para os Snrs. Luitpold Doeth e Artur Fockink foram hoje encaminhados à D.A.F.”<sup>217</sup> Este bastava para incluí-los no rol de suspeitos.

De acordo com Cordeiro de Farias, o nazismo contagiava os alemães imigrados há pouco tempo no estado e que, por essa razão, sentiam-se ainda vinculados com o país de origem, cedendo mais facilmente aos encantos e fascínios de Hitler. Isentavam-se as antigas famílias alemãs, já abasileiradas, para as quais a Alemanha representava uma referência cultural longínqua (Cf. CAMARGO, 2001). Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, conviviam essas duas situações, buscando um ponto de equilíbrio, por vezes frágil.

---

<sup>216</sup> Os germanistas, de modo geral, referiam-se positivamente a Hitler e à doutrina nazista, porém, combatiam a arrogância, atividades e manifestações dos “partidários” locais quando estas transpunham os limites dentro dos quais o *Deutschtum* se propunha a trabalhar. “W. Faulhaber, um dos líderes da colônia Neu-Wurtemberg (hoje Panambi), escreve sobre este ponto: ‘Nós teuto-brasileiros volvemos nossos olhos como antes em direção à velha pátria e ao *Führer* Adolf Hitler na certeza de que se nos ajudará a eliminar erros que dividem e enfraquecem o *Deutschtum* no sul do Brasil’” (GERTZ, 1987, p. 96).

<sup>217</sup> O Partido Nacional-Socialista Alemão (NSDAP), atuava entre os alemães no exterior por meio da fundação de agremiações, além da divulgação de material de propaganda sobre o partido. Coordenava esse trabalho a partir de 1928, a A. O. (*Auslandsorganisation der NSDAP* - Organização do Partido Nacional-Socialista para o Exterior), a qual estimulava a formação de novas associações, destinadas a grupos específicos, como a *Hitler Jugend* (Juventude Hitlerista), *Arbeitsgemeinschaft der Deutschen Frauen* (Comunidade de Trabalho Feminino Alemão), *Deutsche Arbeitsfront* (D.A.F.: Frente de Trabalho Alemão) (Cf. MAGALHÃES, 1998).

Como uma força irresistível, muitos desses imigrantes conseguiram mudar a maioria dos sistemas locais. Queriam eles manter as suas tradições, e em muito conseguiram. Como é de se notar, houve um certo choque racial com os antigos moradores. [...] Porém, o fato se tornou público e notório o que obrigou o Governo da União a tomar medidas severas de nacionalização (MALHEIROS, 1990, p. 74).

Malheiros (1990, p. 74) complementa, acusando: “passando esse período, em que muitos moradores luso-brasileiros e caboclos se retiraram da Colônia, começou a haver política partidária. A mais evidente era dos adeptos do nazismo. Esses usavam o distintivo da “Cruz Suástica” nas mangas das blusas e bordas dos casquetes, verdadeiro fardamento com distintivo nazista”. O relacionamento entre lusos, alemães e de origem tornava-se mais complicado nessa situação.

A repressão policial não tardara, atingindo em bloco. Não distinguia entre imigrantes e descendentes, já brasileiros de nascimento. Os decretos iam no sentido de reprimir a própria existência de tais grupos no Brasil. Aparentemente, a perseguição aos recém-imigrados era mais intensa “porque eles eram arrogantes. Eles vinham duma terrinha pequena, com uma tecnologia avançada contra a nossa! Eles queriam que eles fossem os que davam assim, as tintas” (Depoimento de Walter Wahlbrink). Em outros termos, pretendiam impor seu modo de vida e pensamento aos demais, que percebiam como desgermanizados.<sup>218</sup>

As prisões ocorriam baseadas em suspeitas – não em provas – e generalizações. Se havia um indivíduo de origem alemã, partidário do nazismo, esse caso era ampliado aos demais: todos os habitantes de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, por exemplo, eram nazistas. Os eixistas, seja pelo senso comum policial ou o rádio,<sup>219</sup> eram apresentados como o mal: “é a luta da luz contra a treva; do bem contra o mal; do sol contra o miasma; de Jesus contra Hitler, Mussolini e Tojo. Ele [o Estado Novo] defende o lar, a religião, a tradição, o passado, o futuro, o sangue! Brasileiramente-Catolicamente” (VP fev./1942, nº 43, p. 5). Encarava-se esse combate quase como uma campanha santa. Em outra

---

<sup>218</sup> Uma imigrante chegada a Neu-Württemberg (Pindorama) em 1939, percebera uma série de diferenças em relação a sua terra natal. Relatara: “despertamos curiosidade, pois estávamos vestidos de maneira bem diferente da usual aqui em Pindorama, e como há bastante tempo não tinham chegado aqui novos imigrantes, despertamos em parte admiração e em parte desconfiança entre o povo quase exclusivamente de origem alemã”. Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.

<sup>219</sup> Na época, as rádios da capital empenhadas na nacionalização eram a Rádio Farroupilha, Rádio Gaúcha e Rádio Difusora.

oportunidade, no editorial, escrevia-se: “uma consciência nazi em nosso País, é uma traição à nossa velha fidalguia; porém uma consciência nazi nos nossos patrícios, é mais que isso: é o matricídio mais horroroso, porquê na Pátria está a alma de todas as mães e todas elas são ultrajadas quando se a ultraja!” (VP jun./1942, nº 47, p. 11).

A repressão transcorria de duas formas: uma psicológica, e a outra perseguição e detenção propriamente dita. Ambas, porém, inseparáveis. A constante vigilância fazia com que cada qual policiasse seus atos e os de seus vizinhos, alterando seu cotidiano, recalçando suas idéias e seu modo de ser e agir. Já a prisão, ou a de um amigo, causava o pânico, o terror, alcançando a dominação por meio do medo.

Constatou-se, por meio das informações orais e documentais, que considerável número de alemães/descendentes de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi foram recolhidos para a delegacia de Cruz Alta, permanecendo presos por um tempo variado. Outros, com “crimes” mais comprometedores, seriam transferidos para a Colônia Penal Daltro Filho, de Porto Alegre. A ação da polícia movia-se por meandros obscuros e imprecisos, colocando-se acima da lei, matando a pessoa jurídica. Prisões relativamente longas, manutenção de presos que já cumpriram a pena, não formação de culpa dos prisioneiros, eram freqüentes, criando ao lado da atuação legal, uma ilegal para agilizar o processo de combate aos elementos “nocivos” à ordem pública (CANCELLI, 1994).<sup>220</sup>

A vitrine especial, para os “agentes perigosos” à ordem estabelecida, fora a Revista Vida Policial, em sua seção “Cortando as Asas do Nazismo”, publicada a partir de julho de 1942, com mais um item, intitulado “Os ‘Astros’ da 5ª Coluna”.<sup>221</sup> Nela reservava-se espaço para as fotografias e uma pequena biografia dos indivíduos acusados de pertencer a organizações nazistas. Ao apresentá-los, os editores valiam-se de um linguajar irônico e debochado. Dentre suas vítimas prediletas figuravam os pastores protestantes, acusados, indistintamente, de

---

<sup>220</sup> Via de regra, o tratamento dispensado aos estrangeiros na prisão não era dos melhores. Para a obtenção de confissões, todos os meios julgados necessários eram empregados. Os atos de tortura e a irregularidade das prisões levava a Embaixada Alemã, e posteriormente, a Espanhola, a fazer algumas representações frente ao governo brasileiro.

nazistas (comprovados ou em potencial), recaindo sob os mesmos forte suspeita e vigilância. Muitos seriam presos e recolhidos à Colônia Penal Daltro Filho.<sup>222</sup>

Nota-se que dos “astros” estampados nas páginas da revista, a maioria residia na área urbana e desempenhavam uma profissão específica. Raramente apresentavam-se elementos radicados na zona rural – agricultores. Daí supor-se que a infiltração nazista ocorria de modo mais intenso nos núcleos urbanos, entre as pessoas com uma formação superior e alemãs natas, onde o acesso a informações, material impresso, contato pessoal era mais fácil do que na zona rural.<sup>223</sup> Gertz (1987, p. 108-109) também aponta para essa direção ao constatar que,

apesar de os camponeses cultivarem amplamente língua, tradições e modos de vida peculiares da etnia alemã, eles não o faziam a partir de um plano ideológico consciente, mas antes por algo que se poderia chamar de inércia. Os elementos das camadas médias ascendentes são em geral apresentados como “renegados étnicos”. Constatamos então que o germanismo é uma ideologia que atrai sobretudo as elites e seus aliados.

Tornando públicos os resultados das investigações secretas da polícia política, a Revista dava vazão a esses resultados, como uma forma de mostrar à sociedade que essa instituição tornara-se imprescindível. Ao mesmo tempo, intimidar os “suspeitos”, desenhando o fim que os aguardava. As provas e as datas dos documentos apreendidos eram indiferentes. Assim, numa das seções de “Cortando as Asas do Nazismo”, encontrava-se uma fotografia, com a legenda “Outro aspecto típico da vida alemã: um bando de alemães (natos e descendentes) em Pindorama, município de Cruz Alta, conduz bandeiras da velha e da nova Alemanha” (VP abr./1942, nº 45, p. 41). Na fotografia, de nitidez precária, sem data, fonte, mas com uma inscrição a lápis: *Pindorama*, aparecia um grupo de homens, mulheres e crianças, no alto de uma cascata. Ostentavam duas bandeiras alemãs: uma contendo a cruz suástica e a outra, a antiga bandeira da Alemanha. A terceira parece ser de alguma entidade social. Isoladamente, a fotografia não confirma nenhuma suspeita. Todavia, a polícia a transformara em um “documento verdade”

---

<sup>221</sup> A seção “Astros da 5ª coluna” perduraria até 1944, quando fora excluída das páginas da revista.

<sup>222</sup> Conforme Dreher (1984), 33 pastores compunham o grupo nacional-socialista no Rio Grande do Sul, liderados por Erich Knäpper, antes de 1937.

<sup>223</sup> Em sua pesquisa sobre a nacionalização das populações italianas em Guaporé, Sganzerla (2001, p. 153) chega a uma conclusão semelhante: “Apesar da expressividade de cidadãos de origem italiana, o meio rural do município não foi alvo privilegiado da política de nacionalização. Ao contrário, foram a sede municipal e, mais raramente, as sedes distritais, os principais palcos de medidas

(embora teoricamente fosse um documento testemunho), servindo então como “prova do crime” (Cf. PERAZZO, 1990).

Apesar de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi estar incluída no rol das perseguições e ser apontada como um forte centro nazista, seus “astros” foram relativamente poucos, comparados com outras cidades, como Novo Hamburgo ou Santa Rosa. Foram distinguidos com tal estrela, no número de agosto de 1942 da Revista (VP ago./1942, nº 49, p. 25, 32, 35), Ernst Karl Meininger, Oswaldo Atkinson e Johannes Karl Clemm.

O primeiro, Ernst Karl Meininger, natural de Kassel, protestante, 41 anos, solteiro, com a profissão de eletrotécnico, instrução superior, portando a nacionalidade alemã e residente em Cruz Alta. Sobre ele pesava a acusação de ter-se oferecido para ser espião da polícia política brasileira. O segundo, Oswaldo Atkinson, natural de Montenegro, da religião evangélica, 38 anos, solteiro, desempenhando a profissão de pastor evangélico, com instrução secundária, de naturalidade brasileira e residente em Pindorama, tinha sua infração descrita nos seguintes termos:

Outro brasileiro traidor - Confessa que defenderia o Brasil, somente OBRIGADO PELA FORÇA. Toda correspondência encontrada em seu arquivo particular, encerrava-se com o histérico ‘Heil Hitler’. Como todo pastor Evangélico alemão, mascarava com seu credo religioso, um serviço ao nazismo. A Colônia Penal Agrícola, coitada, é obrigada a ter miseráveis como este (VP ago./1942, nº 49, p. 32).

O terceiro, Johannes Karl Clemm, natural de Olsnitz, evangélico, 41 anos, casado, alfabetizado e técnico em minas, de nacionalidade alemã, residente em Pindorama. Seu delito:

Nazista. É também agrimensor. Foi preso quando fazia medições de terra na faixa de fronteira, não explicando, convenientemente, para que procedia assim. Pertence, também, à Sociedade dos Cantores Alemães. Há muito tempo que foram medidas as terras da Colônia Penal Agrícola. Agora o “Johannes poderá conferir a velha medição. E vai fazer cantando...” (VP ago./1942, nº 49p. 35).

Seu nome aparece também em um ofício, datado de 26 de fevereiro de 1942, quando encaminhado para a Repartição Central de Polícia de Porto Alegre, para ser encaminhado para a Colônia Penal.<sup>224</sup>

Enfim, não pesa nenhuma acusação formal e grave sobre nenhum dos três presos, nem foram exibidas provas concretas. Conforme os testemunhos, não houve processo formado contra esses indivíduos.<sup>225</sup>

No caso do último, pesava sobre ele outra acusação, registrada no ano anterior: “uma queixa-crime contra Carlos Klem, de autoria de Maria Dias, iniciando a autuação em 6 de março de 1941”.<sup>226</sup> A impetrante, operária da firma Faulhaber, acusava Carlos Klem, caixa da empresa, de tê-la caluniado, acusando-a de um roubo que ela não cometera.<sup>227</sup> Alegava que

às onze horas do dia referido (5 de outubro de 1940) a queixosa foi surpreendida no seu trabalho ao receber ordem de prisão, sendo conduzida por um policial até a Sub-Delegacia de Polícia do distrito, em virtude de Carlos Klem haver se queixado ali de que a querelante furtara a quantia de 100\$000 depositada no envelope nº 1, para pagamento do gerente Afonso Beuschart [Borchardt], da mesma fábrica. A querelante, moça honesta, vivendo do seu trabalho, honrada, foi severamente caluniada por Carlos Klem, - estrangeiro arrogante que mais de uma vez tem assim procedido com as empregadas nacionais, quando estas não são do seu agrado; passou ela pelos mais dolorosos vexames tocada por diante da polícia nas vias públicas de Pindorama. Carlos Klem, mal e perverso, ao denunciar a queixosa o fez com intenção maldosa, com o desejo de ofender, de ferir...<sup>228</sup>

A queixa-crime fora formalizada em 5 de março de 1941. As sucessivas audiências arrastaram-se até agosto do mesmo ano, esvaziadas de seu próprio conteúdo, não girando em torno do roubo, mas da calúnia. A solução saíra em 4 de

---

<sup>224</sup> Ofícios Recebidos, Repartição Central de Polícia, 1942. P. 347. AHRs.

<sup>225</sup> Dos processos arquivados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), oriundos de Cruz Alta, não há nenhum tratando sobre essas prisões, o que dá a entender que não os houve, ou foram destruídos antes de serem remetidos para esta instituição.

<sup>226</sup> Queixa-Crime, Autor Maria Dias, Réu Carlos Klem. Município Cruz Alta. Cartório Civil e Crime, Nº 4497, M 164, 1941. APERS. A grafia do nome de Carlos (Karl) Klem (Clemm) aparece em diferentes documentos de forma diferente. Pelas evidências e depoimentos de testemunhos, tratava-se da mesma pessoa.

<sup>227</sup> Consta no processo: “MARIA DIAS, brasileira, operária, maior, solteira, residente na cidade de Cruz Alta; e CARLOS KLEM, alemão, domiciliado e residente em Pindorama, sexto distrito deste município, - onde exerce as funções de “caixa” da firma comercial Faulhaber & Cia.” Nº 4497, M 164, 1941. APERS.

<sup>228</sup> Testemunhos do caso: Minoly Gomes de Amorim, agricultor, brasileiro, casado; Julio Lasch, juiz distrital, brasileiro, casado; Valdemar Marques, sapateiro, brasileiro, casado; Venâncio Silva, agricultor, brasileiro, casado; Otto Lüdke, proprietário do ônibus da Linha Cruz Alta Pindorama, brasileiro, casado.

agosto de 1941, alegando que nada foi apurado, que as testemunhas não sabiam de coisa alguma. O mais interessante é que “o atestado de fs.8, nega o que afirma a queixa: Na repartição da subdelegacia de polícia, no 6º distrito de Cruz Alta nada, nada absolutamente, foi encontrado de Carlos Klem, contra a querelante”. A queixa foi considerada improcedente, por falta de provas, sendo Carlos Klem absolvido da acusação. Mais precisamente, a voz de prisão e a condução da culpada até a subdelegacia fora apenas um ato autoritário, sem registro e formação de culpa.

No mês seguinte, outro suposto nazista de Pindorama emergira: trata-se de Ernst Fertsch, natural de Muchenheim, 50 anos, casado, com instrução secundária, agrônomo, de nacionalidade alemã, e evangélico. Era indicado como “destacado elemento nazista. Farta documentação comprometedora foi encontrada em seu poder. É autor de uns versos desaforados, denominados “Brasil” e ofensivos à nossa Pátria. Mais um *specimen* ariano para a C.P.A” (VP set./1942, nº 50, p. 58). Não revela, no entanto, que tipo de material possuía, que fosse tão comprometedor, nem o conteúdo de sua poesia.

Em uma pequena listagem dos presos de nacionalidade alemã, do DOPS, datando de 25 de junho de 1942, constam os nomes de Ernst Fertsch, de Cruz Alta, agrônomo, constando como motivo: investigação. Outro nome do município era de um pastor protestante, também sob investigação, Leonard Stief.<sup>229</sup>

Em abril de 1944, a Revista Vida Policial voltaria a apresentar possíveis nazistas de Pindorama, em sua seção “Cortando as Asas do Nazismo”. Dessa vez, uma reportagem mais densa, mantendo o vocabulário acusatório. Na primeira linha, lê-se: “mais uma vez ocupamos estas páginas para o ‘escracha’ habitual da quinta-coluna.’ Esta última, aliás, de tão carunchada, já há muito deixou de ser coluna, visto que já não tem solidez, sequer, para sustentar-se a si própria.” Naquele momento, restariam somente alguns elementos mais resistentes, quase inofensivos (VP abr./1944, nº 69, p. 53).

Partindo ao estudo de caso, informa que, no ano de 1942, fora efetivada uma revisão geral em Cruz Alta, no tocante à persistência de atitudes, movimentos e subterfúgios quinta-colunistas. Superficialmente, não havia nada de anormal, mas, na realidade, os alemães continuariam manifestando veladamente sua admiração

---

<sup>229</sup> Polícia DOPS 1942. Maço 158, Caixa 79. AHRS.



pela Alemanha. Seguindo, reiterava que em Pindorama existira uma chefia do N.S.D.A.P., extinta com o início da repressão. Lista, como atitude suspeita, o fato de o vice-cônsul alemão em Ijuí, Ullrich Kuhlmann,<sup>230</sup> visitar Pindorama com frequência, aparentemente sem motivo, avistando-se com os líderes locais. Somava-se a isso a realização de reuniões com o caráter de “tertúlias”, por pequenos grupos nas casas particulares, em sistema de rodízio, mantendo aceso o ideário nazista e um fluxo contínuo de notícias sobre a II Guerra. No seu entendimento, tendo sido uma vez nazista, não se resignavam a não sê-lo, “mas a hora do ‘**não poder ser**’ havia chegado, impreterivelmente” (VP abr./1944, nº 69, p. 56) [grifo no original).

Explica que a rede nazi de Ijuí-Cruz Alta fora desbaratada após a prisão do indivíduo Bruno Dombrowski, responsável pelo correio clandestino de informações, material e instruções na região. Uma vez preso, declinara o nome e o endereço dos que se utilizavam de seu correio. “De posse desses nomes e endereços, a polícia passou uma revista em regra nas casas dos suspeitos, apreendendo material abundante e variadíssimo.... e, também, os proprietários do citado material”. Os resultados confirmariam as suspeitas, encontrando muita “sujeira”, a qual “interessa sobremodo à polícia, que – ninguém o ignora – é especialíssima em tarefas de saneamento político-social” (VP abr./1944, nº 69, p. 56). Uma vez introduzido o tema, apresenta alguns nomes de nazistas de Ibirubá, não estendendo essa relação nominal para Pindorama.

A reportagem em questão, todavia, estava ilustrada com várias fotografias, num total de 15. Ao findar o texto, encontra-se uma descrição de cada uma. Dentre elas, as de número 3 e 4 retratam o material apreendido em diversas sociedades culturais “brasileiras” situadas na sede e interior de Pindorama, encontrado nas residências dos seus sócios

Consta do seguinte: 12 armas de tiro, entre as quais 4 fuzis; 16 espadas, ostentando ilegalmente o escudo do Brasil – privativo das nossas forças armadas – o que vem provar a apropriação indébita, feita por aquelas sociedades, das citadas armas; 42 lanças (foram apreendidas mais de 200) 3 pistolas e 5 caixas de munição (VP abr./1944, nº 69, p. 61).

---

<sup>230</sup> Ulrich Kuhlmann permanecera por mais de trinta anos como vice-cônsul em Ijuí, além de desempenhar sua profissão de médico. Com o rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, os cônsules desses países foram reenviados aos seus países de origem. Contudo, nem todos pretenderam voltar, como Ulrich Kuhlmann, com esposa e filho, passando a residir então em Porto Alegre. Correspondência enviada no primeiro semestre de 1942. Maço 148, CG, AHRS.

Nesse íterim, há uma contradição fundamental: a utilização, pelas entidades associativas, de bandeira, escudo ou inscrição alemã era sinônimo de “enquistamento”, desnacionalização, “quinta-coluna”. O contrário, porém, também poderia ser criminalizado: o emprego de símbolos brasileiros privativos para demonstrar publicamente sua “brasilidade”, seu pertencimento e integração nacional. Estavam, então, diante de uma encruzilhada: qualquer caminho poderia comprometê-los.

Em outras duas fotografias (nº 7 e 8), aparece considerável quantidade de material, principalmente bandeiras, pertencentes às Sociedades de Tiro, Cavalaria, Lanceiros e Cantores, situadas no interior de Pindorama. A nota explicativa diz que essas sociedades e a quase totalidade de seus sócios eram brasileiros natos. “Entretanto, para abordar não apenas os sócios, mas os próprios presidentes e demais membros das diretorias dessas sociedades, **a polícia teve de recorrer aos serviços de um intérprete**, visto que, em geral, os elementos em questão **não sabem falar o português!**” (p. 62) [grifo no original]. Em fotografia subsequente, ver-se-ia o resultado da apreensão efetuada na Sociedade de Cantores da linha Italiana, dentre elas, folhas avulsas, calendário e pequenos livros em língua alemã. Quadros decorativos, panos de parede, diplomas alemães, fotografias em diversos tamanhos de Hitler, quepes, mochilas, etc, constituíam-se alvos das buscas (foto 12 e 13).

Na fotografia 11, constava o produto da apreensão realizada na residência do pastor evangélico de Pindorama, Leopold Strothmann(*sic*). Maliciosamente comentava:

Os instrumentos do culto “religioso” são os seguintes: 1 foto de Hitler; 1 capote militar; 1 quepe militar alemão; 3 tambores; 950 volumes de livros diversos. Há, ainda, em profusão, fotografias, jornais e revistas alemãs, de propaganda. Strothmann(*sic*), figura de destaque no partido nazista, foi considerado um dos elementos perigosos de Pindorama (p. 62).

Nas duas posteriores, são acusados de nazistas ou simpatizantes vários líderes de Pindorama, dentre eles, intelectuais e industrialistas. A primeira, contém um conjunto de material apreendido em Pindorama e Ibirubá, estando o primeiro destacado com etiquetas brancas, oriundo das “contribuições” dos indivíduos “José Hemesath, Gustav Motzkus, Otto Fetter, August Loose, Edmund Rahmaier, Otto Schmidt, Affonso Borchard, Otto Kepler, João Becker, Professor Duck, Prof. Lindner,

Reinholdo Fischer, Paul Walter Goldhardt, Guilherme Klein, Karl Brendler, etc.” (p. 63). A outra é apresentada como “uma foto histórica: mostra-nos, reunidos, os Chefes do partido Nacional Socialista em Pindorama, hoje não menos dispersos e impotentes que o seu partido”. Na fotografia, não datada, estão 21 homens e ao fundo, uma bandeira nazista com a suástica. Dentre os acusados, estão o pastor, professores e outros membros da elite. São identificados como H. Ellmann, Prof. Scheigler(Steiger, provavelmente), Prof. Geraldo(Gerhard) Paschke, Prof. Karl Frauens, Guilherme Klein, Keller, Maia, Pastor Leopold Strothmann, Fritz Graser, Otto Mutton, Kuhn, Hëtler, Ernesto Hass, Werner Hanscha(Honscha), José Hemesath, Hans Ebinger, Roberto Graser, Paul Walter Goldhardt, Gustav Motzkus, Carlos Schnitzer, Cristiano Meier(Meyer) (ver ANEXO E).<sup>231</sup> Acrescenta que muitos deles retornaram em tempo para a Alemanha, e os demais “desapareceram à francesa, sem deixar o endereço. Outros, finalmente, não se locomoveram do local, recolhendo-se à sua insignificância. É verdade, todavia, que muitos foram locomovidos...” (p. 63).

A justificativa para o auge da repressão entre 1939 e 1942 era ambígua: naquele momento, perseguiam-se todos os que pertence(ra)m a algum “ismo”. Não somente o nazismo, que, como um partido estrangeiro, fora criminalizado, mas o nacionalismo brasileiro extremado, professado pelo integralismo, também. Nas batidas policiais, o que destoava do projeto estadonovista, automaticamente, era subversivo e ameaçador.

Na zona rural, também ocorreram algumas detenções de “elementos problema”. Um brasileiro, descendente de alemães, fora preso na linha Ocearu (Hunsrück/Magdalena), no interior de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. No domingo, Carlos Behm Filho encontrava-se na cancha de bocha, pronunciando-se em língua alemã ao discutir a contagem dos pontos com os demais jogadores. O

---

<sup>231</sup> Pelas características da tomada fotográfica, possivelmente ela data de 1935, quando fora inaugurado o novo prédio da Escola Elsenau. Esse caso emergira novamente por ocasião da campanha emancipacionista, no final da década de 1940. Os contrários à emancipação, em um manifesto dirigido ao “Ao Povo de Condor”, em nome de 50 moradores de Condor, dentre luso-brasileiros e descendentes de alemães, tachavam os panambienses de “intrusos”, que queriam prejudicar Palmeira, arrancando um pedaço de seu território. Explicava: “é mentira que os INTRUSOS DE PANAMBI são todos brasileiros natos! Tem estrangeiros liderando o movimento e tem até gente que esteve na cadeia por trair o Brasil, conforme pode-se verificar na REVISTA VIDA POLICIAL de abril de 1944, fls. 60. Se quiserem, daremos os nomes, porém, em geral a Polícia ainda conserva esses documentos.” Volantes da Emancipação, Pasta 11, Caixa 48, MAHP.

inspetor da localidade (Eduardo Molz)<sup>232</sup> também estaria presente, denunciando-o às autoridades competentes. No dia seguinte, o infrator fora preso, permanecendo detido em Cruz Alta por um dia (Depoimento de Irma Spode e Lindolfo Spode).

Como já ressaltado, reprimir ou não reprimir constituía-se algo subjetivo, decidido pelo policial, passando por cima das leis e das relações de amizade que os alemães/descendentes julgavam estabelecidas.

Durante a guerra, quando os cidadãos do “eixo” (alemães e italianos) não podiam viajar de um município para o outro recebemos um convite para uma “marcação” de gado na Fazenda (do capitão Chico). Como o dono era subprefeito e subdelegado, ninguém falava em salvo-conduto. E aí fomos nós, quinze alemães e três brasileiros legítimos (o Capitão Minoly Amorim, um agente policial Armando Dill e o subdelegado de Panambi).<sup>233</sup>

Entende-se que haviam laços de amizade entre as autoridades e esses alemães da vila de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Mas, logo em seguida, a autora da carta explica:

as mesmas autoridades não hesitaram em vistoriar as casas e apreender o material em língua estrangeira. A polícia nos tinha apreendido todos os nossos livros, entre os quais muitas obras valiosas. Pedi um salvo-conduto para Cruz Alta, que me foi negado, a fim de solicitar a devolução dos livros. Pouco depois veio o delegado regional para ser “homenageado” com um churrasco. [...] Ao chegarmos no restaurante constatamos que de Panambi tinha somente um brasileiro, todo resto eram alemães. Tratamos de chamar então ao menos três teuto-brasileiros, dos quais todavia dois já tinham sido hóspedes da cadeia de Cruz Alta pelo crime de terem falado o alemão em público, com colonos velhos que não entendiam o português. Com toda a amabilidade e ‘conte comigo’ foi-me prometida a devolução de nossos livros, o que naturalmente nunca aconteceu. Posteriormente ficamos sabendo que os livros, com milhares de outros, foram vendidos pelo mesmo delegado para a Argentina.<sup>234</sup>

Tratam-se de duas atitudes adotadas em um mesmo contexto político-social, atingindo um mesmo grupo de alemães. Mais uma vez comprova-se que a repressão era indiscriminada, não fazendo distinções entre alemães e

<sup>232</sup> Outro inspetor dessa linha fora Fritz Eckers.

<sup>233</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.

<sup>234</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP. A não-devolução dos artigos apreendidos pela polícia implicaria, no fim do Estado Novo, em abertura de um inquérito para apurar responsabilidades, envolvendo as altas autoridades policiais do período em questão, inclusive Aurélio Py. Segundo o depoimento de um dos acusados, a maioria dos policiais apropriara-se de algum material recolhido, desde livros até rádios. O desenrolar desse caso merece um estudo específico. Os jornais Correio do Povo e Diário de Notícias nas suas edições de setembro e outubro de 1947 acompanham o desenrolar do inquérito policial instaurado para investigar essas denúncias.

descendentes. Outro aspecto saliente refere-se à elite local, tanto industrial, comercial, como intelectual, que geralmente recebia as altas autoridades que se dirigiam a Neu-Württemberg/Pindorama/Panamibi: era composta, na sua quase totalidade, por imigrantes alemães. No clima de nacionalização, algo extremamente constrangedor, como assinalado, a necessidade de convocar descendentes de alemães, que já estiveram presos, para receber justamente uma autoridade policial regional, representante direta da Chefia de Polícia do Estado Novo e cúmplice das medidas repressivas.

Mencionando as prisões, sobressaem-se as relações de poder estabelecidas: quem tinha um bom “padrinho”, com influência junto às autoridades de Cruz Alta, logo readquiria sua liberdade. Os demais, permaneciam indefesos na prisão, sem ter a quem recorrer, dada a “nulidade” de sua cidadania.

Meu pai... em conseqüência dele não estar em casa [quando da batida policial], eles pensaram que ele tinha fugido, e mandaram prender lá em cima em Três Passos, ele estava vendendo café, trouxeram ele pra Cruz Alta, pra cadeia. No dia que ele chegou lá, os amigos dele de Cruz Alta... logo tiraram ele da cadeia. Não tinha nada a ver, ele não tinha ligação nenhuma com isso [nazismo]. Nós era[mos] do... integralismo” (Depoimento de Orlando I. Schneider).

Na perseguição aos suspeitos, valiam todas as estratégias. Uma das mais empregadas e que surtia efeitos mais imediatos era a delação ou denúncia. Na Revista Vida Policial, estimulava-se a população a denunciar a infiltração nazista ou atitudes suspeitas: “Juventude do Brasil! Saiba repelir as explorações grosseiras tentadas pelos Filo-Fascistas em nossa terra em proveito das aspirações do “EIXO”, que significam conquista e escravidão! Entregue-os, seja qual for a nacionalidade, à Polícia!” (VP mar./1942, nº 44, p. 3). No exemplar subseqüente, reforçava o alerta: “Brasileiro! Seja um vigilante da Pátria! Observa e escuta os movimentos e as palestras daqueles que são os inimigos da nossa raça, da nossa família, das nossas instituições. Denuncie-os à Polícia!” (VP mai./1942, nº 46, p. 64; VP mar./1943, nº 56, p. 10).<sup>235</sup>

---

<sup>235</sup> As denúncias não atingiam apenas os alemães. Em 1942, após o rompimento das relações entre o Brasil e os países do Eixo, Alexandre Marcondes Filho solicitara ao interventor Cordeiro de Farias a lista dos italianos detidos em conseqüência da declaração de guerra, bem como dos alemães. No último caso, os nomes não constam na documentação (Correspondência recebida no segundo semestre de 1942, (25/09/1942), Maço 151, CG, AHRs). Em Novo Hamburgo foram condenados em 42 vários alemães pelo Tribunal de Segurança Nacional: “RIO, 10 (CP) – O Tribunal de Segurança, em audiência presidida pelo juiz Maynard Gomes, julgou vários alemães que, residentes em Novo

Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, os que colaboravam com as autoridades policiais na execução das medidas de nacionalização não granjeavam simpatia por parte da população. Apontavam-nos como “puxa-sacos”, “queriam aparecer”, “arrogaram-se uma autoridade que não possuíam”, “traidores dos alemães”. Integravam esse grupo, tanto luso-brasileiros como descendentes de alemães já “abrasileirados”. Dentre eles, destacaram-se como os mais ferrenhos e odiados, além das autoridades (subdelegado e subprefeito), os inspetores (Armando Dill, Eduardo Molz), que eram até mais temidos que os primeiros. Através da sua colaboração, garantiam uma situação de prestígio, e os descendente de alemães, ao denunciar seus compatriotas, afastavam de si as suspeitas de desnacionalização.

Resta a lembrança de que “o Subdelegado foi um inimigo da quinta-coluna, daí que os delatores tinham facilidade com eles” (Depoimento de Herta R. Schwarz). Especificamente,

algumas lideranças locais mal intencionadas, querendo se vingar de famílias alemãs, começaram a querer assumir a perseguição aos alemães..., não dá pra dizer o nome..., não vou dizer o nome porque os filhos estão aqui... Em 42, e esse veio com mais um soldado da brigada, chegaram lá em casa, botaram a minha vó, a minha mãe, e minhas irmãs na cozinha e eles avançaram pra dentro da casa pra ver onde estavam escondidos os livros alemães. Esse tipo de coisa houve... E quem fez isso? Aqueles que usaram de excessiva autoridade que não lhes foi dada.... Mas usaram isso e começaram a querer se vingar de determinadas pessoas que na época eram lideranças (Depoimento de Orlando I. Schneider).

Outro, reafirma e complementa a mesma informação.

Aqui em Panambi era o seguinte: você denunciava um alemão e dizia que ele é quinta coluna, a polícia de Cruz Alta, era distrito, vinha pegar o cara e levar pra Cruz Alta. Outro dia vinha um recado pra levar um colchão, que eles dormiam no cimento... Eu peguei esse pedaço de serem preso sem

---

Hamburgo, nesse Estado, realizaram reuniões públicas ostentando símbolos nazistas. Os réus foram denunciados como incursos nas penas do art. 2º, inciso 1 e 4, do decreto-lei 383, de abril de 1938. No julgamento, falaram pela acusação, o o procurador Gilberto Andrade e, pela defesa, os advogados Heraclito Sobral Pinto e Itiberê de Moura. Terminados os debates, o juiz condenou os réus Gunther Franz, Heirich Schinc, Ernesto Jacob Steppe, Hermann Gertel, Rudolf Wenjher, Karl Pnenct, Karl Winhen, Friedrik Schmidt, Guilherme Meyer e Fritz Paul Bernhard a dois meses de prisão e multa de cinco contos. Os demais réus foram absolvidos por falta de provas” (CP 11/mar./ 1942, nº 59, p. 3). Uma das explicações possíveis para a raridade de referências ao quinta-colunismo e as prisões de alemães na imprensa, pode ser explicado por essa determinação: “Proibida a discussão pela imprensa, de questões pendentes de decisão judiciária. Indicação aprovada pelo Conselho Nacional de Imprensa” (CP 8/fev./1942, nº 34, p. 3).

outra coisa que alguém não ia, não gostava da cara de um...” (Depoimento de Walter R. Kepler).<sup>236</sup>

Nesses casos, não interessava a veracidade da denúncia. O caminho lógico e normal seria a efetivação de uma investigação para apurar os fatos. Todavia, para acelerar o processo, a visita e revista de sua residência, com a conseqüente apreensão de tudo que parecia suspeito, aliado com a prisão do proprietário, era o mais comum. Indistintamente, todos eram perseguidos, como reclama a filha de um ex-intendente da década de 30: “também, a minha casa, dos pais também foi visitado. E o meu pai ficou bem triste, porque ele serviu à nossa pátria, ele duas vezes era subprefeito, era subdelegado, então era uma coisa ruim. Mas eles não levaram nada, porque não tinha nada de suspeito” (Depoimento de Nilsa H. Röhle). Prevalencia, aqui, o fato de ser descendente de alemães.

Já a residência de um imigrante alemão, de profissão fotógrafo e atuante na liderança da Sociedade Ginástica local, fora visitada por duas vezes pela polícia, sendo recolhido todo o material que continha inscrições em língua alemã, além do aparelho de rádio (Depoimento de Otmar S. Klos). As batidas policiais inesperadas conseguiam recolher grande quantidade de material. “Lá em casa... o pai tinha que trazer tudo, tinha uma revista *Die Gemeinde*, dos batistas da Alemanha, aí disseram chega, que meu pai trouxe as gavetas cheias. Meu pai tinha escondido os livros no porão, e dois dias antes de vim a polícia, achou que tinha passado o perigo, pegou elas de novo” (Depoimento de Herta R. Schwarz).

Um relatório, enviado pela Delegada de Educação de Cruz Alta, Margarida Pardelhas, ao Secretário de Educação, Coelho de Souza, em fins de 1939, salienta, detalhadamente, a sua atuação junto à população germânica de Pindorama e de seus limites. Comunicava que pelo trem daquele dia, chegaria à Secretaria uma caixa contendo “obras didáticas e literárias em Língua Alemã, apreendidas por mim durante a inspeção às escolas particulares de Pindorama (ex-Colônia New-Wurttemberg(*sic*) neste Município”. Dava a conhecer que apreendeu também livros de música de Sociedades de Cantores e de Religião, recolhendo, outros, à Subprefeitura local. Informava da existência de dez escolas na zona rural do

---

<sup>236</sup> Dos que foram presos, Kepler recorda da “família Goldhardt, o prefeito Rudolfo Arno Goldhardt, duas vez o pai dele dormiu no cimento. Esse eu sei, porque eu assisti, eu acompanhei isso tudo... Mas foi uma época muito negra, eu vi muita gente bonita pedindo colchão pra pelo menos não dormir no cimento. O pessoal lá de Cruz Alta tinha ódio do pessoal daqui” (Depoimento de Walter R. Kepler).



distrito,<sup>237</sup> encontrando e apreendendo material em língua estrangeira em oito delas. Além da ação direta, afirma que costumava abordar as crianças na rua, verificando o material que carregavam, valendo-se deles para investigar sobre os estabelecimentos de ensino que freqüentavam e os seus professores. Nessas investidas, fazia-se acompanhar pelo subdelegado. Ressalta que as crianças não sofriam nenhum constrangimento, dado sua conduta ser ditada pelas convicções e fanatismos dos adultos (PARDELHAS in. COELHO DE SOUZA, 1941).

A Igreja, contudo, no final de 39, ainda limitava a ação policial e repressiva, visto que nas mesmas os fiscais da nacionalização não podiam agir diretamente, particularmente sob os princípios religiosos ali ministrados. “Limitei-me a fixar o quadro na memória. Achava-se em terreno independente – a Igreja – logo, não podia agir”, lamentava Pardelhas.

A resistência e a desaprovação ao seu trabalho de inspeção afloravam em vários momentos e maneiras: “Alguns alemães e teutos foram ter com o Sub-Prefeito e lhe perguntaram si eu já não conto tempo suficiente para me aposentar. A mim, no Clube da Comunidade Evangélica, Leopoldo Heppe(*sic*), disse admirado: ‘A senhora, então, não teme viajar com chuva e barro?’” (PARDELHAS in. COELHO DE SOUZA, 1941, p. 107-108).

Os aparelhos de rádio integravam a lista de artigos anti-nacionais e passíveis de apreensão. Desempenhavam dois papéis divergentes: por um lado, era por intermédio dele que se irradiavam os discursos de Getúlio Vargas, a “Voz do Brasil”, atuando como um importante aliado nacionalizador. O problema residia no fato de os alemães utilizarem o mesmo aparelho para sintonizar as notícias da Alemanha, via ondas curtas. Retirando o rádio, comprometia-se a primeira proposta – nacionalização –, mas eliminava-se o perigo nazista.

Inúmeros aparelhos de rádio foram recolhidos. Seus donos e ouvintes fortemente vigiados ou levados para prestar esclarecimentos. Para reavê-los, os percalços eram variados. A família Schneider o conseguira graças à intervenção de um amigo influente de Cruz Alta (Depoimento de Orlando I. Schneider), enquanto o dos Reinke fora devolvido no dia seguinte, após a polícia constatar que ele estava

---

<sup>237</sup> Segundo ela, nessas escolas estavam matriculadas respectivamente, 65, 45, 29, 40, 33, 24, 27, 22, 38 e 47 alunos num total de 370. Dentre eles, somente uns 20 % se expressavam regularmente em vernáculo (COELHO DE SOUZA, 1941).

com um problema, não ligando (Depoimento de Herta R. Schwarz). Boa parte dos aparelhos “desapareceram”, sem indenização a seus proprietários.<sup>238</sup>

Os demais objetos apreendidos, entre livros, revistas, jornais, fotografias, panos de parede, dentre outros, também não foram devolvidos. Uma das entidades mais atingidas fora a biblioteca da Sociedade de Leitura Faulhaber. “A biblioteca da sociedade de leitura, a metade era livros em português, mas eles foram recolhidos num caminhão de carga e foram recolhidos para Cruz Alta” (Depoimento de Bruno Prass).

Além da repressão contra os alemães, houve alguns casos mais sérios, como o incêndio da carpintaria e serraria da família Reinke, atribuído, embora sem provas, a um dos inspetores. Outros casos, de menores proporções, também teriam ocorrido.

As humilhações, públicas ou privadas, dos elementos alemães por parte das autoridades policiais ou dos agentes nacionalizadores integravam as relações dos “quinta-colunas” de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, pois “as vez, no colégio... onde eu fui estudar, nós éramos minoria, nós alemães. Naquela época te tocavam na frente, nós íamos na frente até na praça pública... essas coisas tão vergonhosas, isso não dá pra contar...” (Depoimento de Orlando I. Schneider). Outro fator traumatizante para os mesmos era a vigilância sobre o emprego da língua alemã em locais públicos. A lei, embora mais flexível, localmente, era traduzida ao “pé da letra” e aplicada conforme seu entendimento: a proibição estendia-se também ao âmbito privado. Há muitos relatos de que os responsáveis pela vigilância ocultavam-se atrás das paredes das residências ou nos porões, para ver se as famílias não se comunicavam em língua alemã.

No entanto, um dos meios mais eficientes e envolvidos na transformação de pequenas evidências cotidianas em fatos de grande repercussão e relevância, era a imprensa escrita. Cabia a ela gerar, selecionar e excluir, de acordo com sua orientação, os fatos que julgava importante noticiar, bem como torná-los atraentes e competitivos no mercado. Estão aptas a produzir interpretantes de diferentes

---

<sup>238</sup> Em finais de 1945, com o fim do Estado Novo e da guerra, o jornal Correio Serrano de Ijuí comunicava a entrega dos rádios apreendidos: “O sr. Delegado de Polícia pede-nos informar as pessoas interessadas, que acaba de receber instruções da Chefia de Polícia e que ainda não foram devolvidos aos seus proprietários. Os interessados deverão, pois, procurar a Delegacia de Polícia local para os devidos fins” (CS 28/nov./1945, nº 95, p. 4).

matizes, que vão desde a formação de opinião sobre determinados episódios até a geração de ações concretas na sociedade (HENN, 2002). Uma delas, fora a caça aos quinta-colunas. Assim, o jornal Correio do Povo estampava uma manchete que chamava a atenção de seus leitores pela gravidade: “*Dois irmãos do antigo repórter alemão que teria escrito ‘Mein Kampf’ vivem em Porto Alegre.*” E os sub-títulos “Um veterinário e um estudante de medicina – O pai de Pedro Lieberknecht(*sic*) reside em Pindorama – Vida desregrada” (CP 16/mar./1940, nº 63, p. 2; 5). O texto ocupava praticamente toda a página, explicando que

Pedro Lieberknecht, apontado como autor de ‘Mein Kampf’, o livro em que o chanceler Adolph Hitler narra a sua vida, reside em Palmeira, no lugar denominado Herval Seco. [...] veio para o Brasil em 1933.[...] indispôs-se, por questões políticas, e deixou aquele país vindo reunir-se, no Rio Grande do Sul, a seu pai, o médico Augusto Lieberknecht, que dirige um hospital em Pindorama... [Seu pai ] é divorciado na Alemanha... casou, em segundas núpcias, no Brasil, tendo sua segunda esposa falecido, e deixou dois filhos, o veterinário da Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre, dr. Frederico (Fritz) Lieberknecht e o acadêmico de medicina Henrique Lieberknecht. Intermeados estes nos declararam ontem que nunca tiveram intimidade com Pedro [...] Fazem questão de frisar que Pedro nunca lhes falou em ter conhecido Hitler, pessoalmente quanto mais ser o “braço-direito” do “fuehrer” naquele tempo. [...] Que ele tenha sido vítima de intrigas políticas, acabando num campo de concentração, ainda vá. Que Hitler, porém, lhe escrevesse cartas, pedindo que abordasse determinados assuntos, é verdadeiramente infantil, alegam. O dr. Frederico Lieberknecht diz: - ‘Tudo é falso. Pedro nunca poderia ser o autor de ‘Mein Kampf’, nem colaborador. Acredita que se o fosse, estaria aqui?...’<sup>239</sup>

O referido fato “morre” nessa notícia. Apesar da manchete escandalosa, toda a reportagem se articulava no sentido de desmentir o fato, deixando pairar no ar, sutilmente, a suspeita de que a família Lieberknecht estava envolvida com o nazismo.

A imprensa, e os jornais em particular,

fixam-se como *centro*, em torno do qual o meio social orbita. E como centro detêm aparato ideológico que procura dar *sentido* aos fatos no impulso de *formar opinião*. Absorvem o pânico para depois arrefecê-lo em um fluxo que vai da total expectativa ao desinteresse absoluto. Dessa forma, defende-se que os fluxos das notícias, com seus picos e diluições, funcionam como cerimoniais que atendem necessidades simbólicas de conforto diante do medo, da atemorização, diante do caos que os próprios meios orquestram (HENN, 2002, p. 91) [grifo do autor].

---

<sup>239</sup> Conforme informações obtidas com pessoas relacionadas com a família, Pedro permaneceu até o fim de seus dias nessa colônia de Erval Seco, já quanto ao seu envolvimento nesse caso de nazismo, não restam lembranças.

Finalmente, um episódio tratado largamente pela imprensa regional e da capital, verificara-se no 8º Regimento de Infantaria de Cruz Alta, em fevereiro de 1943. Tratava-se de um grupo de “nazistas” e integralistas, em número de 28 acusados, entre militares e civis, os quais estariam se organizando, realizando reuniões e exercícios militares, retirando material bélico do quartel, além de pretenderem-se aliar à Alemanha caso o Brasil lhe declarasse guerra. Após a descoberta da “trama”, os envolvidos sofreram processo, sendo julgados em Santa Maria, pelo Conselho Especial de Justiça Militar, em 27 de maio de 1944. Dos envolvidos, apenas nove foram absolvidos.<sup>240</sup>

Com o fim do Estado Novo, acusações mútuas sobre a fase de nacionalização ocupariam as páginas da imprensa cruzaltense. A troca de acusações fervilhava. Um cidadão de nome Carlos Vicente Becker escrevera um artigo sobre Panambi, recebendo resposta em uma carta anônima contestando suas afirmações. Rebatendo as críticas, escreveria:

Quanto às queixas sobre arbitrariedades praticadas pela Polícia de Cruz Alta, no passado, o Incognitus tem razão, mas deve-se recordar de que

---

<sup>240</sup> A imprensa informava que todos os acusados encontravam-se presos e que o processo já alcançava 4 volumes de regular tamanho, “reunindo material de propaganda nazista e mapas comprometedores [...]. Os 28 réus eram os seguintes: Augusto Henrique Hartwig Heine, sacerdote, presidente do Sínodo da Igreja Luterana do Brasil; Germano José Beck, sacerdote luterano; Arthur Stillner, 2º tenente convocado do Exército e presidente da Juventude Batista do Rio Grande do Sul; Albino Haas, Blondina Zeifert, Carlos Kurtzenbaum, Pedro Weippert, Otto Edmundo Peno, Ana Elsner, Teresa Assenhaimer, dos civis; e Ricardo Schwartz, Iraceno Marques Viana, Teodoro Kohn, Augusto Toderk, Reinoldo Zilke, Eduardo Petry, Miguel Teodoro Korn, Teodoro Kort, Augusto Rodke, Evaldo Pulter, Adolfo Emilio Germano Borth, Ernesto Leopoldo Kumpel, Raiwald Kurtzenbaum, Adolfo João Angerer, Guilherme Lindolfo Pochmann, Miguel Weippert, Rodolfo Raimundo Schultz e Rodolfo Krause, todos militares, pertencentes ao 8º Regimento de Infantaria de Cruz Alta. [...] Em sua oração, o dr. Benjamin Sabat, baseado na prova dos autos, demonstrou a culpabilidade dos acusados como autores intelectuais, intermediários e cúmplices da obra de aliciamento exercida junto a elementos pertencentes à tropa do 8º R.I. de Cruz Alta no sentido de desertarem em ocasião propícia, do Exército Brasileiro, passando-se para o lado dos alemães. [...] De acordo com a sentença, foram condenados no artigo 3º do decreto-lei 4.766, de 1º de Outubro de 1942, grau máximo, o padre luterano Germano José Beck e o civil Pedro Weippert, cuja pena é de 30 anos de prisão. Também foi condenado a 30 anos o cabo Radwaldo Kurtzenbaum. Foram ainda condenados a 20 anos de prisão os soldados Teodoro Kohn, Augusto Toderk, Eduardo Petry, Teodoro Kort e o pastor luterano Augusto Hartwig Henrique Haine, incurso no artigo 3º do decreto-lei 4.766, grau mínimo. Incurso no artigo 18 do mesmo decreto-lei, grau mínimo, foram condenados a dois anos de prisão o tenente Arthur Stillner, os soldados Reinoldo Zilke, Miguel Teodoro Kohn, Augusto Rodt, Evaldo Pulter, Adolfo João Angerer, Miguel Weigert e os civis Otto Edmundo Peno e Blondina Zeifert. Foi condenado a 17 meses de prisão o civil Carlos Kurtzenbaum. O 3º sargento Ricardo Schwartz, foi condenado nos artigos 18 e 48 do decreto-lei 4.766, grau mínimo. Dos 28 acusados foram absolvidos os nove réus seguintes: 2º sargento Iracema Marques Viana, soldados Ernesto Leopoldo Kumpel, Guilherme Rodolfo Pochmann, Rodolfo Raimundo Schultz e Rodolfo Krause e os civis Albino Haas, Adolfo Emilio Germano Borth, Teresa Assenhaimer e Ana Elsener.” (CS 31/mai./1944, nº 44, p. 2) Sobre o referido episódio, não há um estudo específico. Encontram-se referências nos jornais Correio Serrano e Correio do Povo, de fevereiro a abril de 1943, e fevereiro a maio de 1944.

Neu-Württemberg, depois Pindorama e agora Panambi, foi sempre um foco de Nazismo e, naquelas épocas, Camisa-Verde por lá era mato. A cruz-suástica entusiasmou muitíssima gente. É melhor, por isso, calarmos coisas tristes, mesmo porque, em boa hora, os nossos Governos, com mão de ferro, intervieram no assunto. Incognitus queixa-se só do alto-relevo do Dr. H. Meyer, roubado por chefes locais, sem ordem superior. Vê-se que o coração do missivista Incognitus pulsa só em roda do símbolo alemão, o máximo da Colônia. Se de lá roubara a Polícia arbitrária algum objeto ou símbolo Nacional, não existiria, é certo, nenhuma dor de coração.<sup>241</sup>

### 3.4.2.1 Juventude Teuto Brasileira

Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, automaticamente, enquadrava-se como um núcleo suspeito de nazismo, por seus fortes traços germanistas. Um dos elementos confirmadores dessa suspeita, clamando por uma vigilância mais acirrada, foi a existência de um grupo da Juventude Teuto Brasileira (*Deutscher Brasilianischer Jugendring - DBJ*).

A DBJ agremiava jovens entre 8 e 20 anos e fora fundada no Rio Grande do Sul, em 1931, existindo também em outros estados brasileiros, como São Paulo. Seu líder local, a partir de 1935, fora o alemão Karl Neubert. Posteriormente, Arminio Hufnagel. Em sua pesquisa, Nunes (1992, p. 120-121) afirma, baseado em Horst Gerhard Hanefeld, que os objetivos da DBJ eram cultivar o escotismo, a cultura física, conservação das tradições e costumes dos antepassados, cultivo da língua e do canto alemão e conservação da raça e do sangue alemão.<sup>242</sup>

Inicialmente, congregava apenas rapazes, porém, logo formaria um grupo de moças, que participavam das mesmas atividades dos rapazes. Possuía também um órgão oficial de imprensa, onde divulgava suas idéias e eventos, denominado *Die Kameradschaft* (A Camaradagem).

Sua forma de organização, seguindo um treinamento rigoroso e dentro de uma estrutura semi-militar, logo conquistara forte simpatia e adesão em massa. Em 1937, devido ao seu crescimento e sua semelhança com a Juventude Hitlerista, sua

<sup>241</sup> Carlos Vicente Becker. O cinqüentenário de Panambi e sua emancipação. FS 23/jun./1949. Pasta 07, Caixa 49, Emancipação – Recortes de Jornais Diversos, MAHP.

<sup>242</sup> Essa organização servira de modelo e inspiração para a tentativa do Estado Novo organizar a juventude brasileira nos mesmos parâmetros. Apesar das negociações, o projeto não foi efetivado. Estavam em conflito o projeto de Francisco Campos, rejeitado, e a Proposta Militar, Proposta de Capanema, Proposta do Integralismo (Gustavo Barroso). A tendência brasileira não fora a militarização, e sim, a escolarização da juventude. A Juventude Brasileira encontrou dificuldades de aceitação dentro do próprio governo, desaparecendo então (Cf. NUNES, 1992).

alta administração expedira uma nota. Explicitava que a DBJ era eminentemente brasileira, sem ligações com entidades alemãs. Também que a União da Juventude Teuto-Brasileira existia há três anos no país, “restringindo-se sempre ao campo cultural, sem orientação política, pois sabe da responsabilidade perante a Nação, que é de preservar os jovens cidadãos para os serviços à Pátria, tendo sempre em vista não objeções particulares, mas sim a grandeza da Nação. Porto Alegre, 29 de novembro de 1937” (apud. PY, [1942], p. 351).<sup>243</sup>

Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, a DBJ fora fundada no final de 1935.<sup>244</sup> Seus líderes, imigrantes alemães: o professor de natação Gustav Kuhlmann,<sup>245</sup> instrutor dos rapazes, auxiliado por Hermann e Gottfried Wolgien, chamados de *Gruppenleiter* (líderes de departamentos) e Heinz Kriese, encarregado do Departamento de Educação Física. Logo fundara-se, também, um departamento feminino, convidando para sua coordenação Charlotte Wolgien, a qual possuía experiência, dado que orientara nos anos de 1935 e 1936 um grupo feminino de ginastas (*Turngruppe*). Aceitavam-se garotas a partir de 13 anos. Nesse trabalho, Charlotte Wolgien contava com o auxílio da senhora Richter. Comentando seu ingresso nessa organização, destaca:

um dia o Dr. Kuhlmann veio na colônia me convidaram para participar no DBJ (*Deutsch Brasilianische Jugend*). O DBJ eram os antigos escoteiros os *Pfadfinder*. Dr. Kuhlmann era o fundador. Gottfried [Wolgien] era o chefe dos

<sup>243</sup> Referente a Juventude Teuto-brasileira, Py afirma que após as investigações policiais “Ficou provado cabalmente: 1º- Que a Juventude Teuto-brasileira era uma organização eminentemente nazista; 2º- Que estava filiada à Juventude Hitlerista da Alemanha; e 3º- Que suas finalidades eram: a) Manter o espírito germânico entre os jovens descendentes de alemães; b) Inculcar-lhes as idéias nacional-socialistas; e c) Mantê-los fiéis à Alemanha” (PY, 1942, p. 239-240).

<sup>244</sup> A DBJ fora, no contexto da época, pelas suas características e atividades, uma organização que se autodenomina, e era aceita, como escotismo. Particularmente, tinha como preocupação fundamental a preservação do germanismo, a formação cultural e o cuidado com corpo, dentro dos parâmetros do arianismo. No ano de 1959, organizou-se em Panambi um grupo de escoteiros, seguindo os princípios do inglês Baden Powel, com a denominação de Grupo de Escoteiros Panambi, mais tarde, Grupo de Escoteiros Gustav Kulmann 70, como uma homenagem ao antigo professor de natação. Essa fase de transição ainda provoca conflitos entre os antigos membros da DBJ e os atuais escoteiros, que não se dizem nem pretendem uma extensão do primeiro grupo. Todavia, os membros da antiga DBJ apresentam dificuldades em compreender, além de não aceitar, que tratam-se de duas instituições diferentes, afastadas temporalmente, seguindo caminhos distintos.

<sup>245</sup> Gustav Kuhlmann nasceu no dia 13 de julho de 1888 na Pomerânia. Emigrou para o Brasil em 1920. “O professor Kuhlman voltou antes da guerra para a Alemanha. Que na Alemanha tinha uma concentração de rapazes, juventude, de todo mundo, inclusive do Brasil. O Fockink era um deles que estava lá, o Alfredo Fockink. O irmão dele falecido também, o Artur. Então tinha um intercâmbio. E o doctor Kulmann ele assumiu quando estourou a guerra... todos esses rapazes..., e quando começou a terminar a guerra, ele controlou o repatriamento dos rapazes...” (Depoimento de Hélio Schüller). Presume-se que pelo posto que assumiu na Alemanha, era filiado ao Partido Nazista. Pelos menos, há indicação de que era membro da Frente Alemã do Trabalho.



rapazes. Eu aceitei o convite para dirigir o grupo das meninas, pois eu já tinha trabalhado com um grupo de gurias na ginástica [...]. Logo mais tínhamos que formar mais um grupo, esse grupo das maiores a Ada Borchardt assumiu. Nós realizávamos noites esportivas, noitadas com canto, jogos e apresentações teatrais e excursões para o interior. Os rapazes não admitiam a presença das gurias, por isso nós nos reuníamos em outro lugar. Somente em ocasiões especiais nós festejávamos junto. Uma delas era o dia 24 de junho a *Sonnenwendfeier*, o nosso São João, uma festa mundana popular dos velhos germanos que festejavam a entrada do verão. [...] As gurias usavam um uniforme, saias azuis, blusas brancas, um lenço preto com uma argola de couro e usávamos tênis. Os rapazes usavam calça e camisa com lenço (Biografia de Charlotte Wolgien).

O ponto alto dos encontros eram os passeios a cavalo e os banhos de rio, em conformidade com os relatos.

Dentre os participantes, havia alemães e descendentes, mas não luso-brasileiros. Sua sede ficava na propriedade da família Kuhlmann, nas margens do rio Fiúza, onde também encontrava-se a residência dos Wolgien

A DBJ ou *Pfadfinder*, como eram chamados localmente, de acordo com a líder feminina Charlotte Wolgien e outros integrantes da organização, estava dissociada do nazismo alemão e da Juventude Hitlerista.<sup>246</sup> A semelhança organizacional, as idéias, a bandeira, seriam meras coincidências.

Tinha a Juventude Teuto Brasileira, eu participei também dela. Foi com o doutor Kuhlmann, naquela época. E era denominado “Deutscher Brasilianischer Jugendring”. Não tinha nada que ver com o nazismo, coisa assim. Era um tipo de escotismo. Só um escotismo diferente do nosso escotismo. Então eu participei pouco, um ano, coisa assim, depois estourou a guerra, então foi tudo água abaixo. Mas era muito bom, muito sadio (Depoimento de Hélio Schüller).

Aliados às atividades esportivas e à ginástica, desenvolviam-se encontros culturais. Uma noite por semana, o grupo se reunia para praticar ginástica, e outra noite destinava-se para a leitura e o estudo de obras de assuntos gerais. A maior parte dessa literatura era em língua alemã e versava sobre a Alemanha.

Desde o começo da juventude aí, nós estava ali dentro porque lá nós aprendia a nadar, e salto de altura, fazer ginástica, se reunia e cantava junto. O que esse era de uma politicamente não sabia de nada. Isso talvez só os mais velhos... E o outro aquela vez foi tudo proibido, até hoje não tem mais. E para formar de novo não existe mais a mentalidade, ninguém mais... (Depoimento de Otmar S. Klos)

---

<sup>246</sup> Os poucos remanescentes dessa organização ainda se reúnem uma vez por ano em um momento de reencontro e confraternização.



Isenta-se o movimento, de doutrinação nazista ou de se tratar de uma organização nazi. Um dos consultados ressalta que os jovens eram muito ingênuos, não entendendo essa organização de forma política (Depoimento de Otmar S. Klos).

A DBJ, na sua estruturação e paramentação seguia de perto os preceitos da Juventude Hitlerista: uniformes, hinos de exaltação alemã, uso da língua alemã, repetição do ritual de saudação e leitura de obras nazistas, utilização da mesma bandeira (cf. NUNES, 1992).

O fardamento era também caqui, e nós todos, porque lá se praticava a ginástica, esporte, confraternização. E nós tínhamos comando, comandos de algumas pessoas que aqui se radicaram, desses alemães que eram resultantes do comando da I Guerra Mundial. Comandos militaristas, e que nos comandavam nos desfiles, nas coisas assim. Nós fazíamos parte dessa juventude. E houve determinado momento, um grande encontro nacional da juventude dessa, que se pode dizer que tenha sido uma seqüência da juventude hitlerista. Vamos dizer assim, mas que na verdade era a juventude brasileira (Depoimento de Orlando I. Schneider).

A DBJ recebia apoio financeiro e material da Alemanha. Esse, entre outros motivos, provocava suspeitas e medo entre as autoridades policiais, responsáveis pela efetivação da nacionalização. Seu crescimento vertiginoso assustava: em toda parte, nas escolas e eventos específicos, apareciam jovens fardados, tanto na zona rural como urbana. Com a extinção dos partidos políticos, ela também sucumbiu. “Terminou, nem dava mais pra falar disso. Até não era bom dizer que se fazia parte...” (Depoimento de Otmar S. Klos).

O ápice do movimento foi a realização do acampamento nacional de escoteiros da DBJ em Pindorama, no ano de 1936, reeditado em 1937. Por essa ocasião, confeccionara-se um pequeno livreto, intitulado *Die Kameradschaft*, relatando, com várias ilustrações, os pontos altos do encontro (ver ANEXO F). Para a sua realização, recorreram ao aparato burocrático competente, munindo-se das licenças concernentes. Dentre elas, estava um atestado emitido pela Subdelegacia local:

atesto sob a responsabilidade de meu cargo, que o grupo dos escoteiros, inclusive uma ala feminina, estiveram acampados desde o dia 4 até o dia 30 do corrente [janeiro] nos subúrbios desta colônia onde sempre mantiveram rigorosa ordem e disciplina, o que me cumpre atestar. Menoly Amorim (Subprefeito und Subdelegado).

As testemunhas e participantes do evento relembram:

E aqui houve um congresso. Aqui em Panambi um congresso de rapazes e moças. Os rapazes se instalaram lá no Moinho Velho, perto da Trilha Ecológica, uma quantidade grande de jovens, advindos de Porto Alegre, e as gurias, lá perto da vila Timbará, tinha um salão, um poteiro. E de noite, as cinco, seis horas, todos rapazes foram marchando daqui e as gurias dali, e se encontravam lá no morro da igreja, com bandeiras e com tambores. Aí festivamente faziam uma fogueira e contavam as suas peripécias... A bandeira [nazista] sim, não lá, a bandeira era usada em alguns momentos. A bandeira da Alemanha em alguns momentos festivos, em que apareciam uma bandeira com a suástica. Mas não entre os jovens não era disseminado isso (Depoimento de Orlando I. Schneider).

Além de acampamentos locais, alguns jovens de Pindorama foram escalados para participar de um acampamento semelhante realizado pela Juventude Hitlerista da Alemanha.<sup>247</sup>

Com a extinção da organização, em finais de 1938, ambos os acampamentos (Pindorama e Alemanha) tornaram-se alvo de inquérito policial, segundo os relatórios de Py. Sobre eles pesavam várias acusações, sobressaindo-se a de nazismo. Referente ao evento específico, registrado em Pindorama, alegavam que os rapazes, durante a noite, fizeram “assaltos” ao acampamento feminino, sendo que no último teriam sido registradas danças nudistas. Esses dados aparecem nos inquéritos de Py, ao investigar os chefes estaduais.

Não apenas o alto comando da DBJ fora objeto de investigação. O líder local, Gustav Kuhlmann, saíra de Pindorama poucas semanas antes do início da II Guerra Mundial. De acordo com alguns, estaria sob forte vigilância das autoridades policiais de Cruz Alta, integrando a “lista negra”, e provavelmente seria preso em breve. Retornar para a Alemanha fora uma das soluções, pois “o Gustav Kuhlmann eu conhecia muito bem. Ele fugiu de Panambi para a Alemanha, ele era muito Hitler. Era um dos partidários nazistas. Era alemão de todo coração. Ele era nazi. Os quinta coluna.” (Depoimento de Herta R. Schwarz).<sup>248</sup>

---

<sup>247</sup> Dentre eles, resgataram-se os nomes de Carlos Franke, Alfredo Fockink, Arthur Fockink, Walter Muckenfuss, Herbert Trennepohl, Hesselmann (Depoimento de Hélio Schüller).

<sup>248</sup> Gustav Kuhlmann retornara da Alemanha, sendo admitido em território brasileiro em caráter permanente, em 28 de janeiro de 1947. Em 24 de junho de 1947 seria contratado pela Knorr e Cia – Usina Elétrica e Indústria Madeireira, na função de auxiliar. A referida usina localiza-se no interior de Panambi, a uma distância considerável da zona urbana. Permaneceria trabalhando ali até 1957. Esse fato denota seu afastamento do meio social, isolando-se. Pois causa estranheza que um doutor em Filosofia, professor renomado de natação, dedique-se por dez anos a uma profissão tão diferente de sua formação. Depois de 1957, retomaria suas aulas de natação. Faleceu em primeiro de junho de 1964, aos 76 anos. Gustav Kuhlmann Pasta 2, Caixa 61, MAHP.

Já o auxiliar, Gottfried Wolgien, mantendo sua nacionalidade germânica, fora vigiado de perto por agentes secretos, até ser detido.

Um dia o Gottfried foi preso e levado a Cruz Alta na cadeia, em condições precárias. Puseram dez homens em minúsculas celas, de chão cimentado sem condições para sentar. Por sorte ele tinha levado uma capa na qual todos se acomodaram. A primeira noite eles pernoitaram num galinheiro do Pithan; parece que eles foram delatados que eles tinham falado alemão no recinto de trabalho. Bem, passamos uma esponja por cima [desse acontecido]. Por sorte um colega de trabalho de Gottfried veio nos avisar porque ele não voltou a noite na hora de sempre (Depoimento de Charlotte Wolgien).

O referido cidadão ficara preso por uma semana, juntamente com outros indivíduos do distrito, sem resultar em processo ou recorrer a advogado.

Ter advogado não ajudava nada, os alemães não tinham nada a dizer. Tinha que esperar até que eles [polícia] quisessem jogá-los para fora novamente. Isso [advogados] não adiantava nada, nada. Prendiam porque falavam em alemão, mais nada. Não fizeram nada mais grave, eles trabalhavam e pagavam seus impostos, eram pessoas honradas, não faziam nada de errado, só porque falavam em alemão (Depoimento de Charlotte Wolgien).

Interessante destacar que, no mesmo dia, o caminhão que os transportara, carregava uma parcela de livros da Sociedade de Leitura Faulhaber. A estrada que ligava Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi a Cruz Alta não era pavimentada, formando muito barro. Nessas condições, o caminhão atolara. “Então as pessoas tiveram que descer e jogar os livros e rádios nos buracos para preenchê-los, e aí o caminhão passou por cima. Isso foi tudo no barro” (Depoimento de Charlotte Wolgien). O “falar em alemão” no espaço de trabalho fora a razão última para o “corretivo”, contando como um dos antecedentes sua participação na DBJ.

Se as instituições e agremiações políticas e sociais germânicas tiveram seus dias contados, outras eminentemente nacionais viam-se também na iminência de desaparecer. Sobressaía, aí, o caso do integralismo, um subterfúgio aparentemente seguro para a população de origem alemã que não formara fileiras no partido nazista.

#### 3.4.2.2 *O integralismo entre os germânicos*

O golpe do Estado Novo tentara, de todas as formas, vedar a expansão dos diferentes partidos políticos, os quais poderiam comprometer a estabilidade

governamental. Dentre eles, a ameaça maior provinha da extrema esquerda, representada pelo comunismo, e da extrema direita, através da Ação Integralista Brasileira (AIB),<sup>249</sup> liderada por Plínio Salgado.<sup>250</sup>

O Integralismo (AIB) lançou seu documento oficial de fundação em 7 de outubro de 1932, conhecido como Manifesto de Outubro, convertendo-se em partido político em 1934. Na ótica de Plínio Salgado, tratava-se de “um movimento original, genuinamente brasileiro, com uma própria filosofia, um nítido senso destacado na confusão do mundo contemporâneo” (SALGADO apud MEDEIROS, 1978, p. 484). Objetivava a formação do homem integral, combater o cosmopolitismo, com o intuito de salvar o nacionalismo. Organizar a nação a partir das classes profissionais, priorizando os princípios de autoridade, disciplina e hierarquia, almejando a unidade da Pátria como quesito de defesa contra o comunismo, seu inimigo maior (GARCIA, 1982). Sua atuação girava em torno de seu lema “Deus, Pátria e Família”.

Salgado via o povo brasileiro como “*um povo-criança, que espera pelo seu Messias, como um menino confia na guarda e na proteção de um adulto. Esse povo ainda virá a ser alguma coisa muito grande e muito séria na Humanidade*” (SALGADO apud MEDEIROS, 1978, p. 437-438) [grifo do autor]. Seguiu na sombra do fascismo italiano, cultivando a exaltação e adoração do líder, cujo poder se apresentava centralizado, total e permanente, devendo-lhe todos obediência.<sup>251</sup> Caracterizava-o uma organização disciplinar, uniforme composto por camisa verde; de uso obrigatório nas reuniões, e o sigma como símbolo maior, distribuído tanto nas bandeiras como em braçadeiras e distintivos.<sup>252</sup>

---

<sup>249</sup> Não é pretensão explorar cansativamente o integralismo, tendo em vista a existência de vários estudos específicos ou dedicados parcialmente ao tema, como TRINDADE, 1974; GAMBINI, 1977; MEDEIROS, 1978; GARCIA, 1982; SEITENFUS, 1985; GERTZ, 1987; BRANDALISE, 1998; CANABARRO, 1999; SILVA E CALIL, 2000; DOHMS, 2001, dentre outros.

<sup>250</sup> Até 1930, Plínio Salgado esteve ligado ao Partido Republicano Paulista, elegendendo-se em 1927 como deputado estadual de São Paulo. Participara da Semana de Arte Moderna. Em 1930, fora para a Europa, entrando em contato com o fascismo italiano. Ao retornar, depara-se com a Revolução de 30 recém acabada, opondo-se à ela a princípio, passando a colaborar logo em seguida.

<sup>251</sup> Referente ao fascismo italiano, Salgado considerava: “não é exatamente esse o regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante... Somos mais avançados do que o fascismo, no qual, diga-se de passagem, temos muito que observar e aproveitar... O que há de comum entre o fascismo e o integralismo é a exaltação nacionalista e o sentido de harmonia social. O fascismo marcha para o integralismo” (SALGADO apud MEDEIROS, 1978, p. 380-381).

<sup>252</sup> O sigma, uma letra grega, é utilizada no cálculo integral. A idéia atribuída a letra maiúscula sigma era tripla: primeiro, lembrava o movimento no sentido de integrar todas as forças sociais do país e na suprema expressão da nacionalidade; segundo, para os primeiros cristãos da Grécia, indicava a palavra de Deus e, por fim, ela representa a estrela Polar do hemisfério Sul (SEITENFUS, 1985).

Para a divulgação do movimento e doutrinação de seus adeptos e simpatizantes, cumpriam papel essencial as paradas, seguindo uma cadência militar, além de algumas festividades específicas, todas elas ritualizadas e marcadas por um sentimento de respeito.<sup>253</sup> Bem como a publicação de livros, difundindo seu ideário. Aliás, a exploração de símbolos, no período, por parte de todos os movimentos, era uma das marcas mais relevantes. Se os nazi-fascistas possuíam uma saudação particular, os integralistas também tinham a sua: a palavra indígena “Anauê” (que quer dizer “você é meu parente”) (SEITENFUS, 1985).<sup>254</sup>

O projeto político integralista não era incompatível com o Estado Novo, contando com muitos simpatizantes no governo e nas Forças Armadas. Getúlio Vargas tolerava-o na medida em que o apoio desse pudesse ser usado para aniquilar a esquerda ou escalar o poder, sendo que Plínio Salgado simpatizara com o golpe. Todavia, quando sua projeção política se amplia demasiadamente, passando virtualmente a ameaçar o poder constituído, o aniquila, embora o aparato repressivo tenha sido criado primordialmente para esmagar a esquerda.

Abarcava em suas fileiras elementos da classe média urbana, membros dos altos escalões militares, intelectuais, imigrantes, dentre os quais alemães/descendentes.<sup>255</sup> De acordo com os pesquisadores, os três maiores centros integralistas do país eram o Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina,

---

<sup>253</sup> Os Protocolos integralistas instituíram rituais específicos para certas datas históricas do movimento. “As três celebrações mais importantes são: *A Vigília da Nação*, *A Noite dos Tambores Silenciosos* e *As Matinas de Abril*. A primeira comemora o Primeiro Congresso Integralista de Vitória, em 28 de fevereiro; a segunda, a data da proclamação do Manifesto Integralista em 7 de outubro de 1932, e a terceira, a lembrança do primeiro desfile integralista, em São Paulo, em 23 de abril de 1933” (TRINDADE, 1974, p. 202).

<sup>254</sup> No pós-Estado Novo, o discurso de Plínio Salgado modificara-se consideravelmente. Justificava então o uso do uniforme integralista e demais símbolos e rituais na década de 30, motivado pelo fato de que, no Sul do país, “os nazistas (emigrantes e descendentes de alemães) usavam também seus uniformes, tinham suas bandeiras e realizavam seus desfiles, e o que ele, Plínio, visava, era combater tais práticas antibrasileiras usando técnicas e métodos semelhantes... A maior prova de que a camisa verde, hoje inexistente, não era um símbolo de totalitarismo está no fato de as duas maiores festividades integralistas de 1937 terem sido honradas com a assistência do Sr. Presidente da República” (SALGADO apud MEDEIROS, 1978, p. 517).

<sup>255</sup> “A conjugação destas informações de natureza objetiva e subjetiva sobre a base social da Ação Integralista permite concluir que, ao nível da direção nacional e regional, é a classe média superior (profissões liberais e oficiais) que controla o aparelho do partido. Quanto aos dirigentes e militantes locais, sua base social está constituída de duas categorias sociais: a maioria dos aderentes provém da classe média inferior (pequenos proprietários, empregados e funcionários) com uma relativa afluência das camadas populares, constituída por trabalhadores (a maioria em pequenas e médias indústrias), de agricultores ou trabalhadores rurais (em geral de zonas de pequenas propriedades) e de alguns artesãos” (TRINDADE, 1974, p. 144-145).

respectivamente. Note-se que em ambos localizava-se considerável número de imigrantes.

As embaixadas alemãs no Brasil não se aproximaram muito do Integralismo, motivadas pela atitude de desconfiança dos responsáveis.<sup>256</sup> Como razão principal, estava o fato de o Integralismo pregar “um povo e uma língua”, o que previa dificuldades futuras para os germânicos. Esse, contudo, fora o ponto mais ambíguo do Integralismo, pois não tomara um posicionamento definitivo, deixando a questão em aberto. Não era possível conciliar o germanismo com o seu discurso nacionalista, mas esse contingente populacional era essencial para ampliar as bases do movimento.

O crescimento do Integralismo refletira imediatamente nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, levando à adesão de alguns líderes, enquanto os outros o recebiam com certa prevenção. O presidente do Sínodo Riograndense, Hermann Dohms (2001, p. 245, 273), dedicara-lhe um extenso estudo em 1934, chamando atenção que esse partido “está pois a caminho do sul do Brasil e obriga também os alemães cidadãos brasileiros a com ele se ocupar por causa da respeitável expansão que alcançou”. Conclui com o alerta: “Não se confunda, pois, de modo algum, o Integralismo brasileiro com o nacional-socialismo alemão!”

Brandalise (1998) entende que o Integralismo obtivera considerável número de simpatizantes e partidários de origem italiana e alemã por apresentar-se como uma forma viável de se tornarem “brasileiros de fato” através de uma maior participação na vida política do país. Até então, restara a esse contingente a política de base, realizada dentro dos limites coloniais. Em consequência do descaso ao que eram relegadas essas zonas pelo poder oficial, a AIB, ostentando um discurso atrativo, surgia-lhes como uma proposta política que lhes proporcionaria melhores condições de vida. “Os colonos acreditavam ter encontrado na AIB uma forma de manifestação de seus direitos frente aos partidos tradicionais.” Outro ponto de atração era o fato de considerar-se um partido cristão e combater o comunismo, defendendo valores como a família.

---

<sup>256</sup> De acordo com Seitenfus (1985), a Itália se interessava pela AIB, justificando a submissão dessa ao hitlerismo, o que não era verdade. Não havia relação direta entre o hitlerismo e a AIB. A Itália estabeleceu uma diplomacia paralela para tratar com o integralismo, mas a Embaixada não se envolveu no fornecimento direto de recursos da Itália para a AIB, fazendo a remessa dos mesmos por via indireta, pois qualquer passo em falso levaria ao rompimento com o Brasil oficial.

Acrescenta-se o fato da semelhança da AIB com os movimentos nazi-fascistas da pátria de origem.

Os integralistas de descendência alemã ou italiana admiravam os movimentos considerados como correlatos em seus países de origem, porém a nação brasileira deveria engendrar a sua 'regeneração' e 'transformação' de modo independente, com a exaltação das tradições e costumes do país. Não havia, assim, a princípio, contradição entre o discurso nacionalista da AIB e a descendência étnica desses adeptos. Nesse sentido, as lideranças do integralismo no Rio Grande do Sul prezavam de forma pública e aberta os movimentos europeus, contrariando a cúpula nacional que procurava geralmente não incorrer numa associação direta (BRANDALISE, 1998, p. 22).<sup>257</sup>

Gertz, debruçando-se sobre a mesma questão, salienta que o líder integralista Wolfram Metzler, consultando a Secretaria Nacional de Assuntos Doutrinários da AIB, em 1936, “sobre o cultivo da língua alemã e a existência de associações culturais e esportivas num futuro Estado integral”, recebera como resposta que

a língua alemã será admitida nas escolas, desde que o ensino em geral seja realizado em português e ela não se constitua em empecilho para a aprendizagem; a imprensa em língua alemã terá de submeter-se às determinações estabelecidas para a imprensa em geral; não serão criadas dificuldades às diversas associações, desde que não se constituam em obstáculo à assimilação (KALENDER apud GERTZ, 1987, p. 147).

Portanto, o integralismo mantém uma posição indefinida junto aos núcleos alemães, não afirmando nem desmentindo seu posicionamento sobre as suas medidas frente à cultura alemã. No entanto, quando se abordavam questões concretas sobre a conservação da cultura alemã e das instituições que a promoviam, sentia dificuldades em harmonizar seu nacionalismo e sua teoria do *melting-pot* com uma definição clara em favor do pluralismo cultural (GERTZ, 1987).

No Rio Grande do Sul, a acirrada competição pelo espaço político na zona colonial entre a AIB e o PRL, levava o interventor Flores da Cunha a limitar sua liberdade de expressão, considerando-a perniciosa à segurança interna do estado.

---

<sup>257</sup> O estudo de Trindade (1974, p. 251) vai na mesma direção: “a distinção entre integralismo e nazismo não era, aos olhos de muitos colonos, sempre nítida, sobretudo nas zonas rurais. O esforço, porém, de alguns descendentes de imigrantes alemães de resistência à penetração do nazismo nas colônias e o vínculo sentimental à pátria de seus ancestrais, conduzem-nos freqüentemente, a uma atitude ambígua: aderem ao integralismo ao mesmo tempo que ouvem com entusiasmo os discursos de Hitler e Goebbels pelo rádio”.



Isso fizera com que várias manifestações públicas fossem reprimidas, provocando conflitos.<sup>258</sup>

O Noroeste do Rio Grande não ficara de fora do circuito integralista. Embora Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi figurasse na lista negra da polícia como um centro nazista, contava com considerável número de integralistas.<sup>259</sup> O interessante reside no fato de que, em algumas famílias, os filhos participavam da DBJ, enquanto o pai era integralista. Nesses casos, sobressai a proximidade da organização dessas duas instituições, bem como a adaptação do nacionalismo aos núcleos coloniais. Ou seja, ser integralista não implicava, necessariamente, domínio da língua alemã.

O maior número de partidários localizava-se na vila e imediações, enquanto outros se espalhavam pelo interior, integrando elementos heterogêneos, como industrialistas, agricultores e alguns lusos. Dentre os líderes, destacavam-se descendentes de imigrantes alemães.<sup>260</sup> Na linha Jacicema, consideravelmente afastada da sede da vila, localizava-se um grupo de integralistas, composto por descendentes de alemães, inclusive algumas mulheres. As reuniões se realizavam na casa de uma da família partidária, de sobrenome Wandscheer, geralmente no domingo pela manhã, ocasião também dos desfiles, ostentando os seus uniformes, com as referidas saudações, discursos, cantos (Depoimento de Irma Spode).

Na vila, havia a sede principal. “A sede deles era ali onde é o Paulo Weber, ali na subida, na escadaria. Naquela época era de um Engelmann. Ali tinha uma casa comercial, [que] depois fechou, e aí eles aproveitaram o salão como sede” (Depoimento de Hélio Schüller). Oscar Schneider, um industrialista, liderava o

---

<sup>258</sup> Flores da Cunha proibira o uso da “camisa-verde” (símbolo do movimento), “as passeatas, os comícios e as manifestações em lugares públicos. Pela resolução, as reuniões ficavam limitadas às sedes integralistas. Isto restringia a propaganda da AIB, que utilizava teatros e cinemas para congregar o maior número de pessoas. Sem a evolução das milícias organizadas, com seus tambores e hinos, tirava-se do integralismo o apelo visual, tão importante na divulgação da doutrina” (BRANDALISE, 1998, p. 22).

<sup>259</sup> Referente ao integralismo em Neu-Württemberg, os dados foram obtidos via depoimentos orais. Não foi possível localizar nenhuma documentação escrita. Segundo as informações, o que existia fora confiscado pela polícia ou destruído pelos próprios partidários. Todavia, o PRP (Partido da Representação Popular) alcançara considerável número de filiados, logo após sua fundação, em Panambi, na sua maioria ex-integralistas.

<sup>260</sup> Canabarro (1999), no caso de Ijuí, verificou que entre os integralistas, predominavam os descendentes de alemães, embora constate também a presença de outros grupos étnicos. Trindade (1974) afirma que a maior parte dos dirigentes nacionais e regionais em 1933 tinham menos de 25 anos. A quase totalidade dos filiados eram de alguma religião, predominando a católica, e nas bases locais, um considerável número de protestantes. Muitos padres e pastores aderiram ao integralismo. No Rio Grande do Sul, os capuchinhos simpatizavam muito com ele.

partido localmente, auxiliado por Otto Fetter, Afonso Borchardt, dentre outros. “Aqui tinha um aglomerado muito grande de gente, todo mundo do interior, da cidade, muitas pessoas eram integralistas. Faziam grandes concentrações, eu ia junto nisso aí, meu pai sempre me levava, porque meu pai era um dos chefes do integralismo” (Depoimento de Orlando I. Schneider).

Quanto à atração exercida pelo integralismo sobre os alemães, confirma-se a hipótese levantada por outros estudos, ou seja, a similaridade com o nazismo. “O Plínio Salgado, ele era um orador tipo Hitler, ele era um orador de movimento de massa, ele chegava numa praça e fazia um discurso e abria o discurso na seguinte maneira: ‘um povo só pode ser feliz e forte se acreditar em Deus, Pátria e a Família!’” (Depoimento de Walter Wahlbrink). Defendia, portanto, os princípios mais caros conservados por essa população, associados ao caráter de disciplina, organização e autoridade.

Com o fechamento da AIB e com a intensificação da Campanha de Nacionalização, encontrar uma camisa verde ou parda equivalia a encontrar prova de um crime. Nessas circunstâncias, muitas camisas seriam consumidas pelo fogo, como no caso da família Blume. O patriarca, integralista convicto, quando soubera que a polícia iria revistar sua casa, queimara tudo que pudesse comprometê-lo, inclusive a camisa (Depoimento de Walter Wahlbrink).

A Ação Integralista Brasileira, além de se constituir em um partido político, atinge a cultura dos seus militantes, seu modo de pensar e agir, integrando uma multiplicidade de eventos cotidianos.

Com a proibição dos partidos políticos, incluindo a AIB, a repressão e a perseguição tornaram-se mais incisivas. Por inúmeras vezes, o integralismo fora equiparado ao nazi-fascismo, pois serviria como uma ponte para a penetração e a dominação das ideologias estrangeiras. Em várias oportunidades, a imprensa e as autoridades policiais acusavam o integralismo de confundir-se com a “quinta-coluna”, estando seus adeptos a serviço do nazismo, tratando-se de um “cavalo de Tróia”, que não deveria ingressar nas fronteiras nacionais.<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> Referente a nacionalização e o integralismo em Santa Catarina, o delegado Lourival Câmara informava: “A infiltração nazista em minha terra se deve, e unicamente, aos salvadores verdes. Em suas exortações ao eleitorado das regiões coloniais, evocavam a ascendência alienígena de cada colono, falando no respectivo idioma. Em alemão e em italiano, impunham ao imigrante e sua descendência a adoção da camisa-verde, sob pena de traição a pátria de origem. Instituíram o culto a

Cordeiro de Farias comenta que o integralismo não provocara maiores transtornos no Rio Grande do Sul, mas o percebia como uma decorrência da infiltração nazista, a qual tratara de combater (CAMARGO, 2001). Vargas mantinha posicionamento semelhante.

A propaganda integralista assumira tamanho vulto que as suas manifestações e desfiles na capital da República e nos Estados, começaram a preocupar a todos e, principalmente, as autoridades responsáveis pela ordem e segurança pública. Sabia-se quais as ligações que mantinham os centros de propaganda totalitária da Alemanha e da Itália, deles recebiam diretamente material de publicidade e até agentes de orientação doutrinária. Todas as circunstâncias pareciam favorecer a 'marcha totalitária' para o assalto ao poder nos moldes e processos já experimentados, com sucesso, noutros países – tentativa que só se verificou em 1938 e que nos permite, hoje, avaliar a que estado de degradação política estaríamos reduzidos si a investida criminoso houvesse logrado êxito (CS 7/mar./1945, nº 19, p. 1).

Ao final da II Guerra, o líder integralista ijuicense escrevia no Correio Serrano uma nota de indignação perante a confusão entre integralismo e nazismo, clamando para que todos os ex-integralistas cerrassem fila no Partido da Representação Popular, que defendia os mesmos interesses:

Integralistas de Ijuí [...] diziam por aí QUE INTEGRALISTAS ERAM TODOS AGENTES DO NAZI-FASCISMO, porém, não se lembraram esses brasileiros que isso praticaram, que aqui mesmo, em Ijuí, a nossa maior luta, quando tínhamos núcleos formados, foi com os tais "HITLERISTAS" camisas pardas, que tinham a ousadia de levantarem o bracinho pelas ruas bradando: HEIL HITLER! Esses tinham naquele tempo mais liberdade que nós (CS 24/nov./1945, p. 6).

A repressão ao integralismo, mesmo após a tentativa fracassada do *putsch*,<sup>262</sup> de maio de 1938, transcorreu de modo ameno, permitindo o exílio de seu líder máximo, Plínio Salgado, e a livre/vigiada circulação dos demais. Somente no princípio da década de 1940, a perseguição aos mesmos tornou-se mais intensa, principalmente quando tratavam-se de imigrantes. Essa "ameaça à ordem" seria importante e decisiva para Getúlio, pois a partir de então, não enfrentaria mais a resistência interna, legitimando-se no governo, bem como acalmava os Estados Unidos, deixando clara sua definição não-fascista.

---

Plínio Salgado, concomitantemente a Hitler e Mussolini. O integralismo foi o carcinoma de maior expansão e de maior virulência na história política de minha terra..." (CP 25 /nov./ 1942, nº 275, p. 8).

<sup>262</sup> A tentativa de golpe da extrema direita fascista dera-se na noite de 10 para 11 de maio de 1938, com o cerco ao palácio Guanabarra, prendendo Vargas nele. O golpe fora desmobilizado.

### 3.4.3 A Repressão Educacional

A repressão educativa fora a maneira mais efetiva e produtiva, a longo prazo, da Campanha de Nacionalização. Por intermédio das escolas, atingiram-se as crianças, tanto nas áreas coloniais quanto urbanas. Objetivava-se superar dois obstáculos: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. A primeira dificuldade deveria ser resolvida pelo Estado com a padronização do ensino, com a unidade de material didático, programas, etc. A segunda, exigiria medidas mais enérgicas, visando homogeneizar a população, através do projeto de nacionalização do ensino, ou seja, o “abrasileiramento” do ensino. Dentre seus idealizadores mais atuantes, figuravam Getúlio Vargas e seus secretários, da Secretaria de Educação, Gustavo Capanema,<sup>263</sup> da Secretaria de Justiça, Francisco Campos, e garantindo a ordem e respeito às determinações, a Chefia de Polícia, com Filinto Müller.

O Estado Novo manifestava uma preocupação especial com o jovem, no qual apostava e com o qual contava como um aliado para a continuação e reprodução das diretrizes gerais do regime, atribuindo-lhe papel de destaque na edificação de uma nacionalidade brasileira. Nas festividades e recepções oficiais, ele assumira um lugar central (PAULO, 1987).

Reforçando esse pensamento, um nacionalista enfatizara que interessavam “principalmente, os ensinamentos pré-primário, primário e normal rural, porque, nos dois primeiros, existe a possibilidade de ser facilitada a ação psicológica da nacionalização pela idade dos educandos, que os torna incapazes de resistirem às sugestões do mestre” (CAMARA, 1941, p. 102). Vislumbrava a escola como local primordial de ação direta dos nacionalizadores, visto ser o lar privado e a Igreja escapar ao seu controle. Outro campo de ação foi o Exército, conjugado com os grupos de Tiro de Guerra e a Liga de Defesa Nacional.

No ponto que concerne à nacionalização do ensino, o Rio Grande do Sul destacara-se do restante do país. Coelho de Souza, titular da Secretaria de

---

<sup>263</sup> Capanema buscava o convívio, a amizade e a colaboração dos intelectuais, tratando de colocar-se, tanto quanto possível, acima e alheio ao fragor dos combates ideológicos nos quais todos estavam engajados, e que envolviam seu ministério (SCHWARTZMAN, 2000).

Educação e Saúde,<sup>264</sup> juntamente com Daltro Filho, interventor federal, adotou medidas consideradas necessárias e urgentes para sanar o ambiente de desnacionalização e romper os quistos étnicos alemães. A situação mais alarmante, segundo eles, representava a educação primária dos núcleos coloniais, problema este recorrente também em outras regiões do país.

Numa manifestação pública, Daltro Filho comentara:

'orientar-se de maneira que a escola tenha como principal objetivo formar o cidadão no sentido estritamente brasileiro. E no Rio Grande este problema não é fácil, porque nem só o governo italiano, como principalmente o alemão, mantém pelo que estou informado, escolas e professores mantidos com o dinheiro italiano e alemão, para darem aos colonos respectivos educação/alemã no sentimento e língua desses países. Estou estudando a questão para reorganizar o ensino primário no Rio Grande com sutileza que me leva sem choque a cortar de uma vez esse abuso, esse perigo e essa desgraça' (SILVA apud. BASTOS, 1994a, p. 50-51).

Engendrava-se, nesse aspecto, a nacionalização do ensino, levada avante como a bandeira do governo estadual. Na sua efetivação, o conhecimento empírico das áreas coloniais fora essencial. Ao regressar de uma dessas viagens, um funcionário da Secretaria da Educação, interpelado pela imprensa, reclamara: "senti-me estrangeiro em minha própria terra".<sup>265</sup>

A reorganização do ensino primário não comprometeria, teoricamente, a estrutura funcional dos estabelecimentos de ensino confessionais/étnicos. As medidas radicais tinham o cuidado, em regra, de não deixar as crianças sem escola. Medidas extremas só eram adotadas quando formada uma escola pública para matricular os alunos. Porém, a conjunção de vários fatores, como o panorama externo – com o reerguimento da Alemanha e a expansão nazi-fascista – e o autoritarismo crescente do Estado Novo, requereriam atitudes e resultados imediatos, atropelando certas normas.

Daltro Filho falecera antes de ver seu plano posto em prática. Seu sucessor, Cordeiro de Farias, dará prosseguimento ao projeto maior, tomando providências decisivas e de grande impacto. Em um dos relatórios produzidos, Coelho de Souza

---

<sup>264</sup> A Secretaria de Educação e Saúde foram desmembradas em 1940, formando a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde.

<sup>265</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. P. Coelho de Souza d.d. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo diretor da seção administrativa, encarregado dos serviços atinentes a nacionalização do ensino [Nei Brito]. 1938, p. 7. Maço 17, Caixa 8, lata 524, Instrução Pública, AHRs. Ver também DIÁRIO de Notícias, 14/ago./1938, nº 143, p. 8.

acentuara que a ação do governo transcorria em dois planos distintos, mas interdependentes.

Um, repressivo, através de uma organização policial, ativa e eficiente, que destruiu os núcleos de feição política, afastou os agentes perturbadores, clareando o campo social [...]. Outro plano de ação assumia um caráter curativo – realizou-se, através do nosso aparelhamento educacional, reconquistando o elemento humano transviado pela propaganda e trabalhado por uma língua e uma tradição alienígena [grifado no original].<sup>266</sup>

Quando os métodos curativos não surtiam o efeito esperado, apelava-se para os repressivos. Esses, conforme Coelho de Souza, em final de 38, eram necessários, porque nas regiões coloniais germânicas, desrespeitavam-se as leis mais flexíveis: as aulas em língua alemã, permitidas em uma hora por turno, acabavam estendendo-se por todo turno de trabalho, fraudando as determinações das autoridades, de todas as maneiras. Para terminar com essa situação “verdadeiramente dissolvente, destruidora da unidade nacional”, o Interventor Federal, coronel Cordeiro de Farias, assinou o decreto nº 7.212, em 8 de abril de 1938. Considerava não ser possível “ministrar ensino cívico sem o conhecimento perfeito da língua, da história e da geografia pátrias” (JE 08/abr./1938, nº 114, p. 1).

O artigo 7º determinara que “nas escolas primárias particulares em que se lecionar língua estrangeira, haverá sempre um ou mais professores do Estado, designados pela Secretaria de Educação, para o ensino do Português, da História e da Geografia Pátrias e para ministrar a educação cívica.”<sup>267</sup> Essas disciplinas teriam preferência no horário escolar (art. 9º), e “serão fechadas as escolas que não puderem satisfazer a exigência do art. 8º e aquelas em que se dificultar ou hostilizar a ação do professor do Estado (art. 10º).” Nenhum estabelecimento de ensino poderia ser subvencionado por governo ou instituições com sede no estrangeiro. Igualmente, “nos edifícios em que funcionem escolas primárias, não haverá inscrições em língua viva estrangeira nem homenagens a chefes ou membros de governo estrangeiro (art. 14º)”. Com isso, limitara-se a autonomia das escolas

---

<sup>266</sup> Relatório apresentado ao Exmo Snr. General Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Cultura. Relativo ao período administrativo 21/10/37 a 31/12/42. Porto Alegre, maio de 1943, p. 8. SES-3-002, AHRS.

<sup>267</sup> Em seu artigo 4º, decretava o ensino primário livre à iniciativa individual e de associações ou pessoas coletivas, de qualquer orientação filosófica, “não contrária aos bons costumes e às leis do País”, figurando em seu programa sempre a educação física e cívica (artigo 5º) (JE 08/abr./1938, nº 114, p. 1).

particulares, visando incorporá-las, via nacionalização (JE 08/abr./1938, nº 114, p. 1).

O Decreto-Lei Federal nº 406, de 4 de maio de 1938,<sup>268</sup> determinara que o ensino de qualquer matéria, em todas as escolas rurais do país, fosse ministrado em língua portuguesa, “sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas”. Proibira-se o ensino de idioma estrangeiro a menores de quatorze anos, e instituiu-se o uso obrigatório no ensino primário de livros em vernáculo. A regência dos educandários caberia sempre a brasileiros natos. O controle e a fiscalização no sentido do cumprimento dessas leis ficara a cargo da polícia, ampliando seu poder (LEX, 1938, p. 172).

Coelho de Souza acresce que as medidas de repressão, das quais a Secretaria lançara mão, como a substituição de diretores, o fechamento de algumas escolas, a vigilância cerrada com o intuito de intimidar, não conseguiam romper a resistência do elemento alemão/de origem. Daí que “cansado da má fé e do desrespeito sistemático, o Governo do Estado baixou, em 12 de dezembro de 1938, o Decreto que tomou o número 7.614, que aboliu as anteriores concessões e que criou o regime severo, estatuído nos seus artigos”.<sup>269</sup>

Na sua apresentação, considerava que a educação primária deveria ser na língua nacional e que os núcleos de estrangeiros/descendentes causavam embaraço para as autoridades, sendo ilícito os mesmos manterem o ensino em idioma estranho. O 7º artigo era claro e intransigente: “a instrução primária será

---

<sup>268</sup> O primeiro decreto-lei, nº 383, apesar de seu texto provocar mudanças profundas, abria várias brechas que amenizavam seus pontos mais radicais. O Serviço de Divulgação do Distrito Federal, subordinado ao chefe de polícia Filinto Müller, publicara uma nota, explicando o referido decreto e as restrições que os educandários sofreriam. Segundo o mesmo, “os estabelecimentos de ensino, qualquer que seja a sua designação, podem ser fundados por estrangeiros. Seus filhos podem dele fazer parte, bem como os brasileiros naturalizados. As reuniões para aulas e as de Congregação ou de Diretoria, com fim didáticos, são livres de autorização prévia e localização pela autoridade policial, o que não acontece com as reuniões das demais associações que ficam dependendo de prévio licenciamento [...]. Podem ainda esses colégios, escolas, institutos ou academias adotar livremente qualquer uniforme escolar, distintivo e pavilhão, desde que não sejam passíveis de confusão com uniformes, insígnias ou qualquer símbolos de partido político estrangeiro” (CS 01/jun./1938, p. 1,4) O decreto-lei nº 868, de 18 de novembro de 1938, criava a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e, o de nº 948, de 13 de dezembro de 1938, o qual atribuía ao Conselho de Imigração e Colonização a tarefa de nacionalizar os filhos de estrangeiros (Cf. BOMENY, 1999).

<sup>269</sup> Relatório apresentado ao Exmo Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Saúde Pública. 1940 (21/10/37 a 31/12/39), p. 92. Pasta AZ, SES-3-001 - Relatórios Secretarias/ Secretaria de Educação e Cultura, AHRS.



ministrada, exclusivamente, em português.” Em seus incisos, explicitava: “nas escolas primárias, não é permitido o ensino e o emprego de língua estrangeira no turno de trabalho ou fora dele”, sendo autorizado apenas nos cursos elementar e secundário. Os cursos exclusivos de língua estrangeira não poderiam funcionar em casas ou salas destinadas ao ensino primário. O artigo 8º estipulava que “nenhuma escola primária poderá ter diretores estrangeiros e professores que não dominem perfeitamente a língua do país”. Nas escolas particulares que se mantiveram em funcionamento, atuaria um professor público. A fiscalização das aulas particulares ficara a cargo dos delegados escolares regionais, os quais nomeariam um fiscal quando necessário (art. 14) (JE 12/dez./1938, nº 310, p. 3).

Aos infratores, estipularam-se como penalidades: afastamento do diretor e professores, fechamento temporário e fechamento definitivo do estabelecimento. Na aplicação das penalidades, levar-se-ia em conta a gravidade intencional da infração da resolução da Secretaria de Educação, cabendo recurso à Interventoria (JE 12/dez./1938, nº 310, p. 3).

Entretanto, defende que apesar da face repressiva, não havia a pretensão de destruir o que existia, ou seja, o sistema de educação particular e confessional, mantido pelos alemães/descendentes, mas sim, integrá-los ao meio nacional, numa demonstração legítima de brasilidade (CS 13/abr./1938, p. 1). Seguindo esses propósitos, a Secretaria empenhava-se para a criação do maior número possível de unidades escolares públicas na região colonial, bem como para o aperfeiçoamento daquele aparelho escolar e a nacionalização dos estabelecimentos de ensino particular.<sup>270</sup>

A política varguista como um todo, e a nacionalização do ensino, levada ao extremo pela interventoria gaúcha, em particular, atendia aos anseios de Cruz Alta, na solução da situação incômoda que representava Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Já para a colônia, predominantemente germânica, significara uma fase complicada e de desestruturação.

---

<sup>270</sup> Relatório apresentado ao Exmo Snr. General Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Cultura. Relativo ao período administrativo 21/10/37 a 31/12/42. Porto Alegre, maio de 1943, p. 49. SES-3-002, AHRs. O número de professores crescia proporcionalmente ao de escolas. Assim, em 1937, os professores estaduais eram 2691; atingindo em 1939, 4000. O afluxo de alunos às escolas públicas estaduais e municipais também sofrera um considerável crescimento: cinco anos antes, eram pouco mais de cem

As primeiras famílias (i)migrantes de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi principiaram a construção da primeira escola, fundada oficialmente em 14 de maio de 1903: *Stadtplatzschule Eisenau* ou *Deutsche Schule Eisenau*.<sup>271</sup> Mantida pela Empresa Colonizadora Meyer, a qual doara a área a ser construída e fornecia recursos financeiros, e pelos próprios colonos, congregados na Sociedade Escolar Eisenau – *Deutschen Schulvereins Neu-Württemberg*. Como professores, atuavam o casal Hermann e Maria Faulhaber. Em 25 de agosto de 1927, a Sociedade Escolar fora transformada em *Faulhaberstiftung*. A *Stadtplatzschule* ramificara-se nas linhas coloniais.<sup>272</sup>

A Empresa Colonizadora, na pessoa do editor Hermann Meyer, fornecia a maior parte do material didático. Outra parte advinha das relações mantidas pelo professor Hermann Faulhaber com diferentes entidades. Era sócio e correspondia-se com a *Deutschen Evangelischen Lehrervereins do Rio Grande do Sul*.<sup>273</sup> Igualmente, há correspondências, desde o início da Sociedade Escolar até o final da década de 1930, com a *Verein für das Deutschtum im Ausland (Allg. Deutscher Schulverein) Ortsgruppe Hamburg*, da qual, entre outros, adquiria livros didáticos.<sup>274</sup>

Seu perfil seguia o dos habitantes, ou seja, germânico. Ao mesmo tempo que excluía os poucos lusos que ali viviam, despertava uma profunda admiração, como reverenciara Minoly Gomes de Amorim:

a escola alemã, que funciona em edifício próprio, sob direção do ilustrado pastor Mertz, é montada a capricho, com todos os elementos para completa

---

mil, contando em 39 com 300 mil. No Rio Grande funcionavam 351 grupos escolares de 800 escolas isoladas e escolas reunidas mantidas pelo Estado (CP 05/ jul./1939, nº 156, p.18).

<sup>271</sup> Paiva (1987, p. 8) esclarece que essas escolas não devem ser encaradas como “escolas estrangeiras”, visto serem um produto genuíno da história demográfica, política e educacional brasileira, de modo especial no sul, nem como “escolas alemãs”, pois não são um transplante do mesmo modelo da Alemanha para o Brasil. Elas mantêm a língua de origem, mas são o resultado de uma adaptação a um novo meio e às circunstâncias e imposições que o mesmo lhes colocava.

<sup>272</sup> Devido ao aumento do número de (i)migrantes e, por extensão, de alunos, a colônia fora dividida em cinco regiões escolares, além da *Stadtplatzschule*, todas administradas pela Sociedade Escolar: Distrito Leste (1910), Distrito Norte – *Weisbrodt Schule* (1910), Linha Palmeira (1912), Linha Magdalena (1912), Linha Leipzig (1919), e Linha Rincão Fundo (1921) (Cf. DIETZ, 1968).

<sup>273</sup> Cartas *Deutschen Evangelischen Lehrervereins do Rio Grande do Sul*. Pasta 7, Caixa 46, MAHP.

<sup>274</sup> *Verein fuer das Deutschtum im Ausland* (Sociedade para os Alemães no Exterior). Conforme o estudo de Paiva (1987, p. 14), o núcleo inicial dessa associação germanista surgiu em Viena, na segunda metade do século XIX. Já a seção VDA-hamburguesa estruturou-se em 1904, propondo-se a apoiar as escolas de língua alemã localizadas fora da Europa, e o sul do Brasil tornara-se seu principal campo de ação. As escolas de língua alemã eram encaradas não somente como um meio de evitar a *Entdeutschung* (desalemanização) dos jovens de ascendência alemã residentes no exterior, mas também como instrumentos do comércio externo alemão.

difusão do ensino teórico e prático, tendo uma biblioteca composta de 3000 volumes. É custeada pela direção da colônia e nela estão matriculados mais de 100 alunos (ÁLBUM de recortes de..., 17/out./1909).

Contudo, o acesso à educação era restrito. Nem todos os colonos dispunham de condições financeiras para manter os filhos em uma escola particular. Essa situação mostrava-se mais crítica em relação às famílias mais numerosas e aos recém (i)migrados. Por outro lado, excluía-se os luso-brasileiros, tanto econômica quanto lingüisticamente. Atendendo a essas peculiaridades, em fevereiro de 1906, a municipalidade de Cruz Alta instalaria uma escola pública na área central da colônia, nomeando como professor o Capitão republicano Minoly Gomes de Amorim.<sup>275</sup>

No entanto, a escola pública gerara certo descontentamento e apreensão entre a ala mais germanista dos alemães/de origem. Representava, na sua concepção, uma ameaça concreta à manutenção da germanidade/língua alemã. Em maio de 1906, o administrador da Colonizadora, Alfred Bornmüller, em uma carta dirigida a Hermann Meyer, chamava atenção ao fato de que o professor público dominava precariamente a língua alemã. Considerava que o seu domínio seria mais proveitoso para trabalhar com crianças alemãs ou de origem. Do contrário, fatalmente as crianças se “perderiam” no português (aprendendo a língua portuguesa e não a alemã), o que não podiam impedir, dado que se encontravam no Brasil.<sup>276</sup> Posteriormente, outro cidadão debatera-se sob o mesmo ponto: lembrava que desde fevereiro havia no local uma escola pública nacional, sem ônus aos seus alunos. Mas, tinha por objetivo a assimilação dos colonos através do desconhecimento do *deutschstum*, oferecendo-lhes em troca o conhecimento em/do português.<sup>277</sup> Nesse ínterim, Paiva (1987) considera que a escola de língua alemã retardaria a assimilação cultural. Sem ela, rapidamente o imigrante perdia sua cultura ancestral.

---

<sup>275</sup> Nos momentos em que se afastara do magistério para assumir outros cargos públicos, nomeavam-se outros professores. Uma notícia de jornal, em 1913, dava conta da nomeação do republicano Randolar Germany, em substituição a Minoly. O mesmo faleceria pouco tempo depois, em maio de 1915 (ÁLBUM de Recortes de..., 1913).

<sup>276</sup> Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 04/41 (traduzido, avulso). Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, 17/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

<sup>277</sup> Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 17/149 (traduzido, avulso). Johann Heinrich a *Allgemeiner Deutscher Schulverein*, 28/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP. Em novembro de 1907, João Diehl informava a Herrmann Meyer que a escola pública já contava com 50 alunos, dos quais 15 rapazes filhos dos colonos alemães. Livro copiativo 04/425 (traduzido, avulso). João Diehl a Herrmann Meyer, 06/11/1907. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

Em meio a essas prevenções, incrustadas no imaginário local, a *Stadtplatzschule* – como nas escolas da zona rural – incluía em seu currículo a disciplina de Língua Portuguesa, “classe esta afeta ao digno diretor sr. Faulhaber, que mostra-se assim interessado pelo desenvolvimento da instrução, entre os filhos de seus subordinados, despertando-lhes o amor pela nossa língua e conseqüentemente pela nossa grande Pátria” (ÁLBUM de recortes de.., 17/out./1909).

Três anos depois, relatando os resultados dos exames aplicados nas escolas de língua alemã de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, reforçava-se a posição de que o ensino da língua portuguesa não era descurado, o que era atestado pelo conhecimento das crianças (ÁLBUM de recortes de.., 09/out./1912).<sup>278</sup>

Pelo material pesquisado, percebe-se um redimensionamento sutil do ensino após a morte (1926) do pastor e professor Hermann Faulhaber, bem como a decadência e futura falência da Empresa Colonizadora, retirando seu apoio financeiro de junto à escola. Conseqüentemente, registrara-se uma elevação das mensalidades cobradas dos alunos e a busca de recursos junto a instituições da Alemanha (mas não diretamente do governo alemão). Interinamente, Maria Faulhaber permanecera à frente do educandário, sucedendo-a vários professores – alemães natos – até o final da década de 30.<sup>279</sup>

As linhas de ação de Hermann Faulhaber e de Dohms convergem em vários pontos. Embora partidário do germanismo, não via mal nenhum em ensinar/aprender a língua portuguesa, cuidando disso pessoalmente e, posteriormente, contratando luso-brasileiros para lecionar essa disciplina. Depois de 1926, o germanismo ressurgiria com mais força, propagado pelos próprios professores advindos, em sua quase totalidade, da Alemanha pós-I Guerra. Oficialmente, permanecia no currículo o ensino de português, mas dependia da disponibilidade de professor.

O acontecimento magno da década de 30 fora a inauguração do novo prédio do Colégio Eisenau (ver ANEXO G). Parte dos recursos foram angariados junto a

---

<sup>278</sup> Em uma carta, dirigida a *Lehrervereins*, datando de 17 de junho de 1924, Faulhaber dava conta de que foi encontrado um professor de português para a escola *Stadtplatzschule*, porque o professor Krahe, que lecionava essa disciplina, havia deixado a escola. O referido(a) professor(a) deveria conhecer tão bem o português como o alemão (carta de 6/6/1924). Cartas à *Deutschen Evangelischen Lehrervereins do Rio Grande do Sul*. Pasta 7, Caixa 46, MAHP.

<sup>279</sup> Maria Faulhaber faleceu em 12 de abril de 1939.

instituições, empresas e particulares na Alemanha, através de uma viagem empreendida por Maria Faulhaber, com esse fim. A inauguração transcorreria com grandes honrarias, em 26 de maio de 1935, com a participação de vários diretores escolares da região, de São Leopoldo e Porto Alegre, além do Cônsul alemão. Toda a festividade fora registrada, bem como os discursos, em um pequeno relatório, publicado em seguida. Em linhas gerais, os discursos caracterizam-se por um forte cunho germanista, enfatizando a preservação do “ser alemão”.<sup>280</sup>

Ficava clarividente que o objetivo da escola era incutir nos alunos o amor ao Brasil, mantendo-se, porém, fiéis à Alemanha e os costumes germânicos, para o que contavam com a colaboração dos pais e professores.<sup>281</sup> Solicitava para que os alemães de além-mar continuassem enviando jornais e literatura de qualidade, pois por intermédio dessas trocas seriam mantidos os laços com a velha pátria (FAULHABERSTIFTUNG, 1935).

Nas festividades, outro ponto a destacar refere-se à decoração do salão principal. O recinto é descrito como bem ornamentado com guirlandas verdes, e nas paredes pendiam as bandeiras das diferentes associações e entidades recreativas. Na parede do palco exibiam-se dois quadros de tamanho considerável: um, do ministro alemão Hindenburg, e o outro de Hitler. Ao centro, bem no alto, em tamanho menor, o retrato do presidente Getúlio Vargas. A bandeira nacional também enfeitava a sala (FAULHABERSTIFTUNG, 1935) (Ver ANEXO H).

No encerramento, porém, o germanismo cedia espaço a um nazismo então permitido: “um presente de Deus foi tudo para nós [a festa]. Como é um presente de Deus ser alemão e como tal estar satisfeito com a nossa inesquecível pátria alemã. Como é para a Alemanha um presente de Deus ter o Führer, que é a luz que ilumina a noite. ‘Heil Adolf Hitler’” (FAULHABERSTIFTUNG, 1935, fl. 15).

Sua clientela restringia-se aos filhos e descendentes de alemães, com raras exceções. “Eu, por exemplo, tinha no quarto ano duas colegas que não falavam o

---

<sup>280</sup> Como fonte, utiliza-se no presente o original datilografado, disponível no MAHP. Foi possível também ter acesso ao livreto impresso em alemão gótico, disponível no Museu e Arquivo Visconde de São Leopoldo. A publicação ficara a cargo da *Faulhaberstiftung* (1935), sob o título *Festbericht über die einweihung des Faulhaberhauses für die Deutsche Schule Eisenau Neu-Württemberg*.

<sup>281</sup> Essa idéia permeia todo o relatório. Como epígrafe, utilizara-se uma mensagem de Hindenburg, escrita em 3 de fevereiro de 1933, na qual expressava essa idéia. Na conclusão, reiterava-se o pedido, clamando para que a “pátria-mãe” ajude na preservação do “ser alemão” em terras brasileiras (FAULHABERSTIFTUNG, 1935).

alemão. Sim, ela aprendeu, como tu aprende, eu tive que depois aprender o português, e ela aprendeu o alemão” (Depoimento de Hélio Schüller). A população de origem germânica compreendia a assimilação lingüística dos luso-brasileiros como algo normal, porém, o contrário enfrentava resistências.<sup>282</sup>

Contatando com alunos que freqüentaram a escola do centro da vila, ou em áreas rurais nas décadas de 20 e 30, em diferentes períodos, sobressai essa oscilação: alguns aprenderam o vernáculo na escola, outros, adquiriram um conhecimento rudimentar com os próprios professores alemães, marcados pelas suas dificuldades em um país estrangeiro, principalmente problemas de pronúncia. Em outros momentos, nem aula de português havia.

Nós chegamos a ter, mas eu acho que a maioria das coisas que eu aprendi pronunciar erradamente foi ali [*Stadtplatzschule* Elsenau]... Por exemplo os nossos professores, ensinando português pra nós, e não sabendo nem eles falar. Agora a gente aprende tudo errado, é gozado de novo... A gleba comprada pela Colonização Hermann Meyer, era fechada. Foi comprada e paga. E o contrato dizia desabitado. E esses caboclinhos estavam morando ali. Bicho do mato a gente chamava eles. Agora, muda essa imagem. Crie o orgulho de ser brasileiro dentro de você, como era o meu caso. É uma trabalhadeira tremenda (Depoimento de Walter R. Kepler).

Outro estudante de uma escola particular rural, localizada na linha Maranei, onde lecionava o professor Ernesto Konrad, relembra que seus estudos prolongaram-se apenas até o quarto ano, sendo que não havia registro das aulas nem boletim, seguindo um calendário de modelo europeu. O ensino era em língua alemã, com aulas de leitura em português, no livro *Minha língua*. Sua evasão ligara-se a II Guerra: como tratava-se de um professor estrangeiro, fora impedido de lecionar, além de exigir-se sua apresentação perante as autoridades cruzaltenses, por haver desrespeitado as leis de nacionalização – explicara em sala de aula um conteúdo em língua alemã, sendo que o pai de um dos alunos dirigiu-se ao comissário de polícia, denunciando-o. Viria então um novo professor brasileiro nato, de nome Raimundo Prante, ocasionando problemas de adaptação e o abandono do estudo. Essa reação vinha marcada por um discurso germanista, de cunho nazista:

---

<sup>282</sup> Willems assinala que nas relações interétnicas, geralmente uma cultura predomina ou torna-se dominante sobre outra. Em Neu-Württemberg, como transparece em vários relatos, os luso-brasileiros foram assimilados pelos alemães, a cultura predominante – quando o que se esperava era o inverso. Um caso típico fora a família Borges, residente no interior (Linha Jacicema). Embora carregasse um sobrenome tipicamente luso, enquadrava-se perfeitamente como uma família germânica: o patriarca, criado nesse meio, casou com uma mulher de origem alemã, e seus filhos não aprenderam a língua portuguesa em casa. Foram forçados a isso na escola em virtude da campanha de nacionalização.

“eu digo, eu não vou mais na aula, eu quando terminar essa guerra eu vou pra Alemanha igual! Porque vou querer aprender essa porcaria?” (Depoimento de Walter Wahlbrink).

Com o Estado Novo, iniciara-se uma fase de maior burocratização e controle das instituições de ensino, exigindo o seu registro junto à Secretaria de Educação – anteriormente, sequer sabia-se o número exato de escolas no estado –, a qual, a partir da análise da documentação, autorizava ou não seu funcionamento.<sup>283</sup> Foram designados também fiscais para atuar junto às instituições consideradas suspeitas, exercendo uma vigilância preventiva. Essa nova conjuntura colocara o ensino particular de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi em xeque, resultando na imposição da língua portuguesa e na demissão de quase todos os professores e sua substituição, em um espaço de tempo extremamente reduzido. Produziu, enfim, o fechamento das escolas, mudança de currículo, reprovação e evasão em massa, carência de professores, incineração e apreensão de material didático, dentre outros (ver ANEXO L).

Os registros escritos sobre essa mudança são lacônicos. Por exemplo, em uma assembléia geral da Sociedade Escolar Elsenau, realizada em 30 de janeiro de 1938, ocorreu a demissão de vários professores: Hans Werner Honscha, Ponivass e Rother, solicitaram demissão, e o professor Hermann Steiger fora aposentado por merecimento – com exceção do segundo, os outros eram alemães natos. Para substituí-los, aceitou-se o professor Gustav Kuhlmann (alemão nato) e as professoras Maria Schild, Erica Richter e Nelzi Mercker Stadem, de nacionalidade brasileira.

Todas essas manobras ao longo do ano de 38 não evitaram o fechamento da *Stadtplatzschule Elsenau*. A resistência frente às medidas de nacionalização, mantendo ainda a língua e professores alemães, consistia em um dos fatores. O

---

<sup>283</sup> Também em fevereiro de 1940 foi regulamentada a profissão de professor, exigindo o registro profissional através do decreto-lei n° 2028 dos professores em estabelecimentos de ensino particulares. (Lei publicada na íntegra no Correio do Povo de 24/fev./1940, n° 46, p. 2 e 11; e 1°mar./1940, n° 50, p. 2). Relativo ao registro das escolas e cursos de ensino particular, Margarida Pardelhas, Delegada Regional de Ensino de Cruz Alta, enviava uma circular para ser publicada no Correio Serrano, elaborada na reunião dos delegados de ensino, informando que: “as escolas particulares, inclusive as subordinadas municipais, poderão funcionar em templos ou recintos destinados a atividades religiosas, desde que a língua viva empregada seja o português e o ambiente seja nacional./ As escolas particulares e subvencionadas municipais devem possuir: a) Bandeira Nacional, colocada em evidência na sala de aula; b) Mapa geral do Brasil; c) livro de inspeção; d) Livro de Matrícula e de Chamada (Modelo oficial do Estado)” (CS 10/abr./1940, n° 29, p. 1).



próprio diretor Erich Schild<sup>284</sup> era de nacionalidade alemã (genro de Hermann Faulhaber), como Gustav Kuhlmann, administrador da *Faulhaberstiftung*. Ao longo do ano de 1938 trabalhara na escola como fiscal de nacionalização a professora Suzana Sarmiento Silva. Em março de 1939, a Secretaria de Educação designara a diretora do Grupo Escolar, professora Maria Castilhos da Silva Meyer, para acompanhá-la na mesma função (FS 30/mar./1939, nº 76, p. 3).

Pairava sobre a escola também a suspeita de doutrinadora nazista. Conforme uma testemunha, “os professores vindos nos últimos anos [na década de 30] já estavam sob influência do nazismo, preocupavam-se mais com a difusão de idéias nazistas do que propriamente com o ensino. Fundara(m) a juventude hitlerista, organizaram paradas com bandeiras e uniformes nazistas, etc.”<sup>285</sup> Outras evidências levavam a crer nisso: o investimento de dinheiro da Alemanha na construção do prédio escolar, a exibição do retrato de Hitler na festa de inauguração, bem como a manutenção de uma sala para projeção de filmes alemães. Mais grave ainda seria a constatação de que as reuniões “nazis” se realizavam nas dependências de uma das salas de aula.

Outras explicações emergem dos recantos mais sombrios da memória local. “O colégio foi fechado, tinha uns, sempre tem gente ruim e gente bom. Tinha uns que fizeram boatos do nosso colégio, que só ensinava em alemão... e os professores do nosso colégio lá era mais nazista que o alemão [da Alemanha], isso não é verdade!, não é verdade!” (Depoimento de Nilsa H. Röhle). Na mesma linha, outra fonte informa sobre o preâmbulo do ato final.

vinha um menino que trouxe a sua merenda em um jornal, ou revista, já não lembro mais, [escrito] em alemão, e a professora pegou o lanche dele e jogou no lixo. Em 1938 foi o primeiro professor mandado embora. Eram quase todos da Alemanha. Era um brasileiro que denunciou a escola. Era professor na escola, só um ano. Esse professor denunciou que estavam lecionando em alemão. Era o Ponivass [professor de português], quem denunciou e depois sumiu de Panambi (Depoimento de Herta R. Schwarz).

---

<sup>284</sup> Nota-se que a direção da escola até 38 sempre fora ocupada por professores vindos diretamente da Alemanha, o que referendava sua conceituação de escola alemã. Diretores: 1903-1908, Pastor Hermann Faulhaber; 1908-1909, Félix Weissbrodt; 1909-1926, P. Hermann Faulhaber; 1926-1927, Hermann Staiger; 1927-1932, Karl Frauns; 1932-1936, Gerhard Paschke; 1936-1938, Hans Werner Honscha; 1938-[1940] Erich Schild; 1940 a 1944 o estabelecimento permaneceu fechado (Cf. DIETZ, 1968).

<sup>285</sup> Carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym, após o final da II Guerra Mundial. Trad. e datil., MAHP.

Oficialmente, Nei Brito relatava sua versão a Coelho de Souza referente às medidas extremas adotadas:

Uma de nossas professoras, em Pindorama, ex-Neu-Wurtenberg(sic), município de Cruz Alta, ao procurar tomar posse no Colégio Elsenau daquela localidade foi corrida, é o termo, pelo diretor que em sinal de protesto (os jornais publicaram o caso com grande realce) organizara um desfile de professores, alunos e população, pela praça pública, durante o qual marchavam de braço erguido, na clássica saudação do “Fuehrer” nazista. O estabelecimento foi fechado e a chefatura de polícia tomou a si este caso.<sup>286</sup>

Essa confluência de evidências, aliada, talvez, a uma demonstração de força por parte das autoridades policiais locais, dando a entender que tinham o controle da situação, culminaram com o fechamento do educandário. Serviria, em diferentes oportunidades, como um exemplo do que esperava os recalcitrantes, que atrapalhavam a Campanha de Nacionalização.<sup>287</sup>

A lembrança, entre humilhante e trágica sobre o dia do encerramento das atividades da *Stadplatzschule*, permanece viva entre os atores da época. “Nós todos descemos o morro e fomos estudar no Grupo Escolar Pindorama, que era no hotel Oásis. Era uma escola pública...” (Depoimento de Orlando I. Schneider). Sair da escola dos “alemães” para estudar no Grupo Escolar – descer o morro –, o qual até então era freqüentado apenas por descendentes de alemães de baixa renda e luso-brasileiros, era algo inconcebível.<sup>288</sup>

---

<sup>286</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. P. Coelho de Souza D.D. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo Diretor da Seção Administrativa, Encarregado dos Serviços Atinentes a Nacionalização do Ensino, em 10 de fevereiro de 1939, p. 9. Instrução Pública, em , lata 524, caixa 8, maço 17, AHRs. Cabe ressaltar que nos jornais do final de 1938, tanto o Correio Serrano (Ijuí), quanto o Folha da Serra (Cruz Alta), e Correio do Povo (Porto Alegre) não consta uma linha referente a esse fato.

<sup>287</sup> A orientação no sentido de fechar as escolas que desrespeitavam a política nacionalista era clara por parte de Cordeiro de Farias. No caso do Colégio Sinodal de Candelária, que mesmo sob forte pressão policial, continuava enviando circulares e documentos em língua estrangeira aos pais dos alunos, Coelho Souza determinou: “Dada a contumácia do Colégio Sinodal de Candelária, que sistematicamente repele, há quase dois anos, nosso esforço de colaboração, interpretando mal nossa política de moderação, deveis fechar, de imediato, aquele estabelecimento escolar. No caso de oposição de qualquer natureza á medida, deveis traze-la ao meu conhecimento, para que solicite providências policiais ao Exmo. Sr. Secretário do Interior” (CP 22/nov./1939, nº 275, p.6).

<sup>288</sup> O Grupo Escolar e as escolas particulares apresentavam diferenças. No primeiro, predominavam as professoras do sexo feminino – as “professorinhas”, mencionadas inúmeras vezes por Coelho de Souza –, no segundo, os professores do sexo masculino. As classes oferecidas dependiam da localização da escola – área urbana, mais sérias, e na rural, até a 4ª ou 5ª. Nota-se que o grau de escolaridade dependia muito da proximidade em que residiam da escola, da necessidade de mão-de-obra em casa, e a atividade e renda da família. A evasão escolar atingia níveis elevados, mesmo nas escolas particulares germanizadas. De maneira geral, criticava-se muito o ensino público da época, pela falta de infra-estrutura, a constante ausência dos professores, a carência de material, etc.

A busca e a elaboração de justificativas mais cômodas para o acontecido integra as lembranças dos ex-alunos, isentando-a, contudo, da acusação de propagadora do nazismo.

Eu acho que os professores eram alemães todos, eu acho que era a maior escola. Em política, a notícia é mais importante que o fato. Eles noticiaram o fechamento da escola, é uma vitória política na comunidade. Não precisava fazer mais nada. Só fazer isso... E eventualmente de orgulho dos próprios dirigentes da escola em dizer 'nós somos uma escola alemã', se é pra fechar nós fechamos (Depoimento de Orlando I. Schneider).

A transferência para o Grupo Escolar implicava no ingresso em uma escola onde o vernáculo imperava, o qual nem todos dominavam. Em decorrência, boa parte dos alunos regressaram para duas ou três séries anteriores, para aprender a língua portuguesa (Depoimento de Hélio Schüller e Orlando I. Schneider). O número de alunos do educandário duplicaria, acarretando falta de professores. Lamentava-se o fato de o Grupo ainda não contar com um edifício próprio, localizando-se no prédio da extinta firma Heinrich & Filhos. Igualmente, o mobiliário e material escolar seriam insuficientes, velhos e estragados (FS 08/mar./1939, nº 56, p. 4).

As famílias mais tradicionais e orgulhosas recusaram-se a enviar seus filhos para a escola pública.

Na época, tinha uma escola no norte, onde os de origem alemã, que não quiseram ir com os "negro", foram para lá – a *Weissbrodt Schule*. Foram para lá, porque disseram que lá era melhor. Tinha essa rixa. Eu fui para o Grupo, meus primos, filhos daquela que eu disse que era dos cabeçudos (refere-se aos que não se assimilaram), foram para essa outra. Os da *Weissbrodt Schule*, e os que tinham vindo diretamente da Alemanha, chamavam nós de "colonos", e se achavam melhores (Depoimento de Herta R. Schwarz).

Todavia, como essa escola mostrava-se mais comprometida e defasada pelo recente enquadramento nos termos da lei, muitos dos alunos retornaram e ingressaram no ensino público.

Uma vez cerradas suas portas, iniciara-se um longo período de negociação entre os alemães/descendentes e as autoridades policiais e educacionais. Uma série de assembléias tratava sobre o seu destino. Na primeira, convocada em 22 de janeiro de 1939, transparece a situação de emergência e apreensão que havia tomado conta de seus líderes.

Em consideração da atual situação de nossa sociedade escolar, a qual de hora por hora reclama importantes decisões, a diretoria exige durante o prazo de um ano poderes ilimitados e delegatórios em defender os interesses virtuais dessa sociedade a seu critério e da maneira melhor que entender. Por sua vez, em concessão dessa medida a Diretoria declara, sob palavra de honra, que se absterá absolutamente por quaisquer interesses pessoais, e sim, tratará somente em cumprir a sua delicada tarefa e exclusivamente a zelar bem da comunidade.

Essa proposta fora apresentada pelo presidente Otto Kepler e aprovada pelos associados, após discutida, constando em ata, assinada pelo secretário Karl Klemm.<sup>289</sup> Na assembléia subsequente, realizada em 15 de julho de 1939, com a presença de 36 sócios, resolvera-se por unanimidade a dissolução da Sociedade Escolar e ao mesmo tempo a fundação de uma sociedade de Beneficência,<sup>290</sup> revertendo à ela todos os seus bens. Além disso, todos os direitos e deveres dos sócios seriam transferidos para essa nova sociedade. Integrando a pauta da reunião, o presidente Kepler, em seu relatório, salientava que

pela intervenção do prefeito de Cruz Alta foi oferecido ao governo estadual a venda do prédio escolar, sendo o preço total 160:000.000, cujo pagamento deve ser realizado do seguinte modo: 80 contos no ato da escrituração e 80 contos depois de um ano. Numa segunda oferta, o prazo de pagamento foi prolongado de um a dois anos. Sendo realizada a venda do prédio escolar, a assembléia resolve liquidar em primeiro lugar todas as dívidas da Sociedade Escolar.<sup>291</sup>

Findando o processo de negociação, a interventoria concordara na aquisição do prédio da Escola Elsenau. Em virtude disso, o prefeito de Cruz Alta, Pacífico Dias da Fonseca dirigira um telegrama ao interventor, nos seguintes termos:

---

<sup>289</sup> Atas da Sociedade Escolar, D. 88 – 06.01, Pasta 7, Caixa 124, MAHP. Nesse livro da atas, um pequeno caderno, há apenas duas atas em língua portuguesa.

<sup>290</sup> Fundara-se, então, a Sociedade de Beneficência de Pindorama, em 6 de julho de 1940. Enfrentaria dificuldades quanto a presença de sócios em suas reuniões desde o princípio. Pretendia-se como uma Caixa de Pecúlios, com o fim de amparar seus sócios em tempos de vida, bem como quando incapacitado de trabalhar ou caso de morte. Igualmente resolveu que todos os sócios da antiga Sociedade Escolar Elsenau, bem como suas esposas, seriam considerados automaticamente sócios da transformada Caixa de Pecúlios. No total, aparecem 68 sócios fundadores, distribuídos em 42 de nacionalidade brasileira e 17 de nacionalidade alemã. Salienta-se também que havia 22 industrialistas dentre eles. Entre as suas atividades, estavam as negociações para reaver o prédio da Sociedade Escolar Elsenau, e a doação do mesmo para o Sínodo Riograndense, pretendendo a instalação de uma escola evangélica. A Sociedade de Beneficência encerrou suas atividades em 6 de novembro de 1954, julgando haver cumprido os objetivos aos quais havia se proposto. A diretoria da Sociedade era assim composta: Otto Kepler, presidente; Eugênio Knorr, vice-presidente; Carlos Hiserich, 1º secretário; Oscar Schneider, 2º secretário; Adolfo Franke, 1º tesoureiro; Karl Klemm, 2º tesoureiro; conselheiros fiscais: Luiz Korndörfer, Leopoldo Hepp, Julio Horst; Conselho deliberativo: um membro presidencial da União Colonial, Associação Comercial, Caixa Rural. Pasta 7, Caixa 124, MAHP.

<sup>291</sup> Atas da Sociedade Escolar, Pasta 7, Caixa 124, MAHP.

Com grande satisfação constatee através imprensa metropolitana ter Vossência autorizado aquisição edifício para Grupo Escolar Pindorama. Essa resolução exalta fecunda administração Vossência e vem contribuir decisivamente patriótica campanha nacionalização ensino. Queira aceitar meus sinceros agradecimentos muito tem feito bem este Município.<sup>292</sup>

Nos mesmos dias, a notícia ganhara espaço na imprensa cruzaltense, apoiando integralmente a decisão oficial (FS 27/ago./1939, nº 196). Em abril de 40, Olga Acauan Gayer, diretora geral da Instrução Pública do Estado, deslocara-se até Pindorama, a fim de examinar o edifício que o governo do Estado pretendia adquirir para a instalação do Grupo Escolar (CP 28/abr./1940, nº 99, p. 4). Em outro telegrama, o prefeito de Cruz Alta, em nome do município e dos habitantes de Pindorama, agradecia pela aquisição realizada pela Secretaria de Educação do prédio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar, “o que mais uma vez pôs relevo patriótica preocupação Governo sentido tornar mais eficiente instrução e campanha nacionalização naquele próspero distrito.”<sup>293</sup>

Com a transferência do Grupo Escolar Pindorama, ele passou a chamar-se Grupo Escolar Brasil. Em 1941, a escola fora desapropriada, mas o governo jamais a pagara, o que facilitará a sua devolução para a Sociedade de Beneficência em 1945.<sup>294</sup> Mesmo assim, o poder público inaugurara uma placa junto ao prédio, atribuindo à si a construção do mesmo (ver ANEXO G1).

Essas circunstâncias abalaram profundamente as poucas escolas locais que permaneceram funcionando, por estarem legalmente registradas, atendendo a legislação em vigor, como a Escola Magdalena.<sup>295</sup> Um de seus professores, Jürgen Junge, lecionando entre 1940 e 1957, escreve que viviam em constante sobressalto. “Nós, os educadores evangélicos, aprendemos a lutar pela sobrevivência das nossas escolas e famílias. A Delegacia Regional de Ensino em Cruz Alta promoveu

---

<sup>292</sup> Telegrama enviado de Cruz Alta por Pacífico Dias da Fonseca ao interventor Cordeiro de Farias, em 16/8/1939. Correspondência recebida. Maço 132, CG, AHRS.

<sup>293</sup> Telegrama enviado por Pacífico Dias da Fonseca ao interventor Cordeiro de Farias, em 9/6/1940. Correspondência recebida. Maço 136, CG, AHRS.

<sup>294</sup> O estabelecimento retomou suas atividades em 1/03/1945, sob a denominação de Escola Sinodal Tobias Barreto. Em 15/10/1965 o estabelecimento passou a denominar-se Colégio Evangélico Panambi, tendo como entidade mantenedora, a partir de 1976, a Paróquia Evangélica de Panambi (DIETZ, 1968).

<sup>295</sup> Durante a atuação do professor Fritz Krebs foram elaborados os estatutos da *Deutschs-Brasilianischer Schulverein Magdalena*, e aprovados em assembléia no dia 10 de fevereiro de 1929, passando a denominar-se Sociedade Escolar da Linha Magdalena. As questões referentes a sua legalização jurídica foram debatidas e estudadas pelo advogado Lucídio Ramos, ligado por laços de

fiscalizações severas. Policiais e militares fizeram visitas *Blitz*, pois desconfiaram de nós, sendo uns perseguidos como ‘Quinta Colunas’” (Junge, 1986, p. 179-180).

O professor Junge, brasileiro nato, fora preso por um período de cinco dias, permanecendo incomunicável na delegacia de Cruz Alta, em fins de fevereiro de 1944. O motivo: escrevera um manifesto contra as medidas de nacionalização e os inspetores locais, afixando-o nas casas comerciais das famílias Dietrich e Zimmermann. A letra datilografada fora reconhecida imediatamente. O fato repercutira na comunidade escolar e, após obter sua soltura,<sup>296</sup> o prefeito de Cruz Alta, Pacífico Dias da Fonseca, convocara todos os sócios da Sociedade Escolar Madalena para uma assembléia, a fim de retirar o “quinta coluna” do educandário. O mesmo

veio até Panambi para ir até Ocearu fechar a escola. A comunidade o esperava. O velho capitão Minoly aconselha o Pacífico a ir para casa, deixar em paz, porque estava perseguindo injustamente. Os perseguidores já queriam pôr um outro professor, os gringos eram favoráveis ao professor. Os dois traidores não compareceram (Fritz Eckel e Eduardo Molz). A Escola não foi fechada. Fizeram a assembléia, eu fiz a abertura da assembléia, e quem convidou para a assembléia não veio, e todos assinaram e ela foi encerrada, por falta de assunto. Foi festejada a vitória no fundo dos Zimmermann, e ninguém não podia falar em alemão (JUNGE apud. NEUMANN, 2000, p. 112-113).

Note-se que esse episódio registrara-se já numa fase menos agressiva da Campanha de Nacionalização, porém, a escola perdera quase toda a sua biblioteca em língua alemã: parte dos livros foram enterrados, de medo, pelo próprio professor e sua esposa, e uma pequena quantidade enviada para a casa de alguns alunos, mas extraviando-se também pelo mesmo motivo.

A nacionalização do ensino, em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, conseguira coibir a difusão e preservação nas escolas de língua alemã, rompendo os últimos quistos e resistências. Em uma reunião avaliativa no início do ano de 1940, com os delegados regionais de educação,<sup>297</sup> Coelho de Souza dava ciência de que as matrículas, em alguns lugares, teriam aumentado cinqüenta por cento sobre o ano anterior, indicando que a nova orientação começava a dar os seus

---

amizade com a família de João Júlio Zimmermann, comerciante local (Cf. NEUMANN, 2000).

<sup>296</sup> Conseguiu sua liberação pela influência de um cunhado que prestava serviço no Exército e do advogado Dr. Depurco de Deus Vieira, de Cruz Alta.

<sup>297</sup> Para a concretização da campanha, foram designados três Delegados Escolares Regionais (em Cruz Alta, Margarida Pardelhas), fiscais para determinados municípios e, em casos de maior

primeiros frutos. Ou seja, com o fechamento das escolas particulares, seus alunos ingressaram no ensino público, eminentemente nacional (CP 20/ mar./1940, nº 66, p. 6).

Uma das facetas da ação governamental seguia as diretrizes acima analisadas, ou seja, medidas concretas de repressão. Outra, consistia em introjetar nessas populações um sentimento de brasilidade, criando um ambiente propício para isso. Dessa forma, o governo riograndense fizera “uma inteligente propaganda, principalmente junto aos escolares, de tudo quanto é nosso, assim despertando o amor das crianças pelo Brasil”, seja por intermédio do magistério, da Liga de Defesa Nacional, da imprensa e por todos os meios hábeis da propaganda (CP 10/dez./1940, nº 288, p. 3). O governo federal, através de decreto-lei em março de 1941, tornara obrigatório, nas escolas, a educação cívica, moral e física da infância e da juventude em todo o país. Por meio dela, pretendia a “formação da consciência patriótica”, criando nos educandos o sentimento de responsabilidade pela segurança e engrandecimento da pátria, consagrando-se ao seu serviço.<sup>298</sup>

Junto aos professores, o órgão de doutrinação criado fora a Revista do Ensino, engajada na campanha de “reconstrução nacional” e destinada prioritariamente aos professores primários.<sup>299</sup> Todavia, a Revista não estampava as dificuldades e resistências que o professor enfrentava no seu dia-a-dia. Bastos comenta que seu discurso

omite, exclui e silencia todo um cotidiano de dificuldades e resistências para implementação do projeto político-pedagógico estadonovista. Não é, por exemplo, veiculada a resistência dos professores, principalmente daqueles que atuavam nas comunidades coloniais como agentes do Estado – ‘professorinhas da nacionalização’ – assim como daqueles que sofreram a intervenção do governo em suas escolas. O discurso homogeneizador silencia os conflitos pela imposição de uma atitude centralizadora, uniformizadora, em nome de uma postulada harmonia (BASTOS, 1994a, p. 403-404).

---

resistência, fiscais para as próprias escolas – cargos todos atribuídos a professores do Estado.

<sup>298</sup> Por meio do mesmo decreto-lei, criara-se a Juventude Brasileira. Ver JE 11/mar./1940, p.7.

<sup>299</sup> Revista do Ensino, editada no Rio Grande do Sul de 1939 a 1942, destinada prioritariamente ao professor primário. Fora criada por iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre, articulada à Secretaria de Educação e Saúde Pública/RS –Divisão Geral de Instrução Pública. “A Revista do Ensino, pretendendo promover a interlocução entre o Estado e o magistério riograndense, veicula as idéias postuladas pelo Estado Novo, de “reconstrução nacional” e “renovação educacional”. Falando do professor para o professor, a Revista do Ensino o mobiliza como agente da política do Estado, pela sacralização da sua função docente” (BASTOS, 1994b, p. 141).



Nessa trajetória, arbitrariedades e situações delicadas não faltariam. Merece destaque uma notícia publicada, em março de 1942, no jornal *Correio do Povo*, cuja reportagem referia-se a uma professora de um colégio de Cachoeira, acusada de partidária do nazismo, tentando inculcar esse ideário nos seus alunos. Após várias idas e vindas, Cordeiro de Farias referendava o caso, argumentando que ele não precisava ter saído do âmbito da Secretaria de Educação, por sua simplicidade. Optara pela transferência da referida professora para outra escola, encerrando o inquérito ali mesmo, por haver dúvidas sobre a veracidade dos fatos (CP 25/mar./1942, nº 71, p. 5; CP 12/jun./1942, nº 135, p. 2).<sup>300</sup>

Mesmo a Campanha de Nacionalização tomando rumos diversos, o Secretário de Educação reafirmava que não houvera “destruição”, e sim “integração”, aproveitando o que havia de melhor no ensino privado. Exemplificava que das duas mil e quinhentas escolas “desnacionalizadas”, fecharam-se apenas noventa e cinco e, dessas, várias já estariam reabertas, com a mudança de sua antiga direção e orientação. O problema, na sua visão, residia nos núcleos germânicos – os italianos já estariam nacionalizados.<sup>301</sup> Portanto, Coelho de Souza, com o apoio incondicional de Cordeiro de Farias, conseguiu desmobilizar o sistema de educação particular, substituindo-o pela rede de ensino público nacional.

#### 3.4.4.1 *Semana da Pátria: “Gauchinhos, entrem que a casa é de vocês”.*

Se a nacionalização do ensino contava com um trabalho de base, reprimindo ou excluindo o que não estava dentro dos parâmetros estabelecidos, houvera também momentos de ostentação pública, onde, através do espetáculo visual,

---

<sup>300</sup> As duas reportagens apresentavam ares de escândalo, sem buscar maiores provas. Informava que em Cachoeira, “Vários alunos da Escola Complementar João Neves da Fontoura, desta cidade, resolveram deixar de assistir às aulas da professora Ermelinda Schenkel, que rege a cadeira de História do Brasil e da Civilização no mesmo estabelecimento. Motivou esse gesto o ato de a professora Ermelinda ser apontada como elemento simpatizante do nazismo, aproveitando-se de seu cargo para fazer propaganda do nacional-socialismo junto às suas discípulas.” Concluía exibindo a ata com a assinatura das alunas (CP 25/mar./1942, nº 71, p. 5).

<sup>301</sup> As colônias italianas do Rio Grande do Sul, em menor ou maior escala, apresentaram-se como receptoras do ideário fascista, cuja propaganda exaltava a italianidade dos imigrantes, defendia o nacionalismo e dava a idéia de que a Itália desfrutava de enorme prestígio internacional. Obteve maior aceitação entre a elite e as classes médias, as quais admiravam o regime fascista, apesar do pouco conhecimento do governo de Mussolini. A adesão aos camisas-pretas verificara-se em grau mais acentuado entre os italianos que emigraram da Itália já sob o regime fascista, preservando, por extensão, uma forte ligação cultural com a pátria-mãe, mostrando-se reservados ao processo de assimilação e integração à sociedade brasileira (SANTOS, 2001). Sobre a adesão dos italianos da região de Caxias ao fascismo, há o trabalho de GIRON, 1994, chegando a conclusões semelhantes.

tentava-se “abrasileirar” as crianças “desnacionalizadas”. As “paradas da mocidade”, durante a Semana da Pátria, emergiram como o auge desse movimento. Centenas de jovens, uniformizados, marchando numa cadência perfeita, carregando cartazes de exaltação ao regime, ostentando a bandeira nacional, saudações às autoridades, impressionavam jovens e adultos.

Além da decretação de feriado nacional nesta data (nem sempre foi no dia Sete de Setembro), o Estado Novo induzia e controlava as celebrações. Incentivava a organização de desfiles e a formatura da juventude, tanto na capital como nas localidades do interior, “em condições de organização, número e brilho que a tornem espetáculo realmente memorável”, como atesta um telegrama de Capanema dirigido a Cordeiro de Farias. No mesmo, solicitava à interventoria comunicar “após aquela data, quais localidades em que se realizou formatura e bem assim discriminar contingentes dos sexos masculino e feminino que formaram em cada localidade.”<sup>302</sup>

No Rio Grande do Sul, as comemorações da Pátria alcançaram tamanho esplendor, que no ano de 1940, Gustavo Capanema felicitava o interventor por haver conseguido reunir, para tomarem parte da formatura da juventude brasileira no Estado, 128.203 escolares.<sup>303</sup> Nessas oportunidades, o patriotismo aflorava e imperava único.

O pensamento pela Pátria tem o sentido de uma prece. A Pátria é um altar. A hóstia que nele se eleva é a voz da Nação. Ouvem-na a dignidade e a honra. O patriotismo é um sacerdócio. Todos devem praticá-lo, porque ninguém deve fugir da comunhão do civismo. Esses os exemplos dos homens predestinados. Não há contrariar o imperativo dessa tendência que é, na própria natureza, o automatismo pessoal (ACHILLES, 1943, p. 170).

<sup>302</sup> Gustavo Capanema a Cordeiro de Farias, em 23-8-1941. Correspondência recebida 1941. Maço 142, CG, AHRS.

<sup>303</sup> Telegrama enviado por Capanema a Cordeiro de Farias. Telegramas Recebidos. 31/10/1940. Maço 138, CG, AHRS. O jornal também noticiara o fato: “Isso mesmo verificou a Liga de Defesa Nacional que acaba de se dirigir ao Dr. Coelho de Souza, secretário de Educação, felicitando-o por ter sido o Rio Grande do Sul o estado que melhor se apresentou na grande Parada da Juventude Brasileira, realizada em todo o país no dia 4 de setembro. Nesse desfile todos os municípios e diversos distritos mesmo, desde os mais populosos aos menores, fizeram seus colegiais, perfeitamente uniformizados, comparecer a linda festa da Juventude Brasileira e eles ali se apresentaram com tanto garbo e tal contentamento cívico que se pode, sem nenhum medo de erro, afirmar que as crianças do RS, frisando-se as de origens estrangeira, estão completamente integradas nesse espírito de brasilidade e que hoje compreendem sua posição e seus deveres ante a grande Pátria comum, dessa Pátria que acolhe com carinho todos aqueles que aqui chegam com o propósito honesto de amá-la e de servi-la” (CP 10/dez./1940, nº 288, p. 3). Além do Correio do Povo, o Jornal do Estado (05/set./1940, nº 823) preenchia sua capa e folhas centrais com fotografias de meia página, com flagrantes do desfile, acrescido de uma cobertura completa, sob a manchete: “Mais de 50.000 pessoas participaram, ontem, da ‘parada da mocidade’, a maior arregimentação de moços que a cidade já presenciou”.

Para assistir e participar desse ambiente de brasilidade, Cordeiro de Farias, com o apoio de seus secretários, a partir de 1939, traria um grupo de colegiais, entre 400 e 500, “filhos” de colonos das regiões coloniais: eram os “coloninhos”.<sup>304</sup> A professora Branca Lenzi, uma das organizadoras das festividades de 1940, os definira como “escolares das regiões rurais, que não tiveram oportunidade de se afastar do meio em que vivem, e a quem dedicaremos a nossa simpatia e carinho sob o calor da solidariedade nacional!” (LENZI, 1940, p. 62).

Ensejava-se uma “nacionalização sentimental” dessas crianças, assistindo a uma aula prática de brasilidade (COELHO DE SOUZA, 1941). Confiava-se nos coloninhos como pequenas células nacionalizadoras dentro dos núcleos coloniais – ou, ao menos, esperava-se assim. Nas comemorações de 1940, um dos oradores exclamara: “essa nacionalização sentimental, é a mais duradoura e mais eficiente. Essa geração de cabelos loiros *como* palhetas de ouro sob o sol, falará apenas uma língua – a nossa, amará unicamente a uma pátria – a nossa, integrada dentro de uma mesma tradição e de uma mesma história” (CACCIATORI in LENZI, 1940, p. 19).<sup>305</sup>

Quanto aos critérios de seleção desses jovens, Cordeiro de Farias contava com o auxílio das professoras, maiores conhecedoras da realidade local.

Aquelas que estavam em meios mais hostis mandavam, através da Secretaria da Educação, uma relação de meninos, filhos das famílias mais recalcitrantes. Assim, nós tínhamos uma lista completa dos alunos que resistiam em aceitar os padrões educacionais brasileiros. Com tais listas na mão, começamos um trabalho de envergadura: trazer essas crianças a Porto Alegre, em grandes grupos de quinhentas crianças, sobretudo durante

<sup>304</sup> “Mil crianças brasileiras, filhos de colonos estrangeiros, formarão no dia 07 de setembro. [...] A seguir o conselheiro Dulphe Pinheiro Machado apresentou um projeto destinado a por em prática a idéia aventada pelo conselheiro Lima Câmara, de ser provida uma concentração de cerca de mil jovens brasileiras, filhos de colonos estrangeiros, a realizar-se no próximo dia 7, nesta Capital. Serão escolhidos menores de 10 a 16 anos, os quais formaram uniformizados como escoteiros na data da nossa independência, devendo aqui permanecer durante uns 20 dias entregue aos cuidados do Departamento Nacional de Imigração. Visa-se, com esse empreendimento, colocar esses jovens em contato direto com um centro adiantado da civilização brasileira assim contribuindo para seu maior radicamento ao Brasil e o desenvolvimento do seu patriotismo. O presidente realçando o alcance desta medida, pôs em votação o projeto, sendo este aprovado” (CP 10/ jul./1939, nº 161, p. 24).

<sup>305</sup> O Jornal do Estado (09/set./1940, p. 3), sob a manchete “Gauchinhos, entrem que a casa é de vocês”, comentava que as comemorações da semana da pátria haviam findado, mas os seus efeitos seriam duradouros. Segundo ele, “os filhos do homem de fora, aqui nasceram, tornaram-se brasileiros pelo trabalho, pela vida de ordem e disciplina, pelo amor aos homens e às coisas do novo lar nacional. Estes bons brasileiros são os bisavós dos quinhentos “coloninhos”, que acabam de nos visitar.” Considerava-os autênticos brasileiros, iguais aos demais, dado que não conheciam outra terra, a não ser a brasileira. Considerações similares repetiram-se no ano seguinte, na edição do JE (09/set./1941, nº 1119, p. 1).

a Semana da Pátria, para mostrar-lhes que existia um mundo fora de seu pequeno universo alemão (CAMARGO, 2001, p. 232).<sup>306</sup>

A recepção aos coloninhos transcorria no melhor estilo. Permaneciam hospedados no palácio do governo e nas residências de pessoas bem relacionadas na capital. Na sua agenda de visitas figurava a participação nas festividades cívicas, integrando a Parada da Mocidade e demais eventos, passeios em aviões da FAB, pelos locais tradicionais da capital, recebimento de lembrancinhas (CP 06/set./ 1939, nº 211, p. 4; CP 07/set./1939, nº 212, p. 5).<sup>307</sup> Para trazê-los, pleiteara-se, junto à Viação Férrea do Rio Grande do Sul, um desconto de 50% nos preços das passagens – em 1939, o mesmo vigorara entre os dias 24 de agosto e 15 de setembro.<sup>308</sup> Referente aquele ano, os registros do número de escolares que se dirigiram para a capital variam, mas pelos dados de Sanhudo (1999), foram 213 crianças. A estada desses “filhos de colonos” na capital ocupava as primeiras páginas dos jornais e a programação das emissoras de rádio da capital. A imprensa empenhava-se em divulgar a programação relativa às comemorações cívicas, bem como as demais atividades concernentes.<sup>309</sup>

O ano de 1940 marcou o auge das comemorações da Semana da Pátria,<sup>310</sup> levando 500 “coloninhos” das mais diferentes regiões do interior, acompanhados de

---

<sup>306</sup> Cordeiro de Farias complementa que as supervisoras educacionais enviavam constantemente informações às autoridades educacionais sobre a evolução do programa, informando inclusive o nome das famílias que resistiam ao novo ensino. “E nós autuávamos sobre essas famílias. Era uma guerra” (CAMARGO, 2001, p. 236).

<sup>307</sup> Na primeira visita, em 1939, ao lado de todas as recepções, realizaram uma visita ao cais do porto, a Biblioteca Pública do Estado, ao Aeródromo de São João Batista, e ao estúdio da Rádio Sociedade Farroupilha. Na visita ao interventor, um dos coloninhos pronunciara um discurso, firmando o compromisso esperado: “Agora, quando voltarmos, também vamos fazer a Semana da Pátria nas nossas colônias! Mas, nos lembraremos sempre desta semana maravilhosa que passamos em Porto Alegre! E também nos lembraremos do sr., que se lembrou de nós, lá, tão longe! [...] Estamos orgulhosos de termos nascido no Brasil. Somos brasileiros de nascimento e de coração e seremos bons brasileiros!” (JE 08/set./1939, nº 530, p. 10; 16). (Cf. também JE 05/set./1939, nº 527, p. 7; JE 06/set./1939, nº 528, p. 7).

<sup>308</sup> Telegrama de Cordeiro de Farias ao ministro General Mendonça Lima, em 18/08/1939. Telegramas remetidos. Maço 130, CG, AHRS.

<sup>309</sup> Sanhudo (1999) pesquisa especificamente os coloninhos e o papel da imprensa na divulgação da programação da Semana da Pátria e a cobertura das festividades. Em termos de jornais, sobressaíam o Correio do Povo e Diário de Notícias. Enquanto que emissoras de rádio haviam três: Rádio Sociedade Gaúcha, Rádio Difusora Portoalegrense e Rádio Farroupilha. As rádios, até o agravamento do estado de guerra, abriam espaço em sua programação, para programas destinados a grupos étnicos específicos, como “Audição Alemã” (Rádio Gaúcha), e “Hora Italiana” (Rádio Difusora).

<sup>310</sup> Somaram-se a essas festividades o Bicentenário de Porto Alegre e o 4º Centenário da Companhia de Jesus.

suas orientadoras. Num dos discursos, o orador concluíra dizendo que, dali por diante, não mais seriam eles chamados “coloninhos”, mas sim, “gauchinhos” da zona agrícola (CP 7/set./1940, nº 210, p. 2). Em 1941, dirigiram-se a Porto Alegre cerca de 500 crianças, procedentes de Uruguaiana, Cruz Alta e Passo Fundo, ficando hospedadas nos 2º e 3º Batalhões da Brigada Militar, e 22 dos mesmos no Palácio do governo (CP 31/ ago./ 1941, nº 200, p. 9; CP 5/set./ 1941, nº 204, p. 7).<sup>311</sup> Já em 1942, além dos “coloninhos”, patrocinara-se a vinda de dezenas de “bugrinhos”, ou seja, índios dos toldos de Nonoai. Explorando o fato, a imprensa publicara uma fotografia, onde exibiam-se ambos, lado a lado, ou seja, o nacional autóctone e o estrangeiro/descendente das zonas coloniais (CP 2/set./1942, nº 205, p.3).

Dentre os “coloninhos”, figuravam alguns oriundos de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi:

Como informou o serviço telegráfico da Folha o dr. Secretário, em conferência com o coronel Interventor Federal, assentiu que duzentos alunos da zona colonial participavam das grandes festividades pátrias a terem lugar na capital do Estado, por ocasião dos Festejos a terem lugar em Porto Alegre. Embarcação no dia 31. Grupo Escolar Pindorama, de Cruz Alta: Otto Trennepohl, Egídio Frank[e], Carlos Jacobs, Ari Trennepohl e Guinther Schott (FS 27/ago./1939; nº 196, p. 2).

Essas ocasiões destinavam-se, especialmente, para impressionar os “coloninhos” com a movimentação nacionalista que tomava conta da capital.

Foi, durante a guerra, o colégio, grupo, escolhiam os alunos que foram a Porto Alegre, para assistir as festividades de sete de setembro. Esse Ginter Schott foi. No próximo ano era eu, aqui do nosso Grupo Escolar, mais uns. Tinha um Gaertner, um Rubem Silva Cardoso, um Luis Malheiros, Bueno. Nós éramos parece que cinco, daqui de Panambi, os coloninhos. Nós fomos alojados no Quartel Independente de guardas. Toda aquela gurizada. Então num dia, o governador interventor foi lá neste quartel, e nós fizemos uma apresentação de guerra. Na época, foi a grande festa, era uma gurizada de 13, 14 anos. Então nós ia com as viaturas do exército lá para o centro onde era o desfile, o desfile da cavalaria, dos carros blindados, grupo da infantaria, e tudo isso. Tinha discursos. Nós ganhávamos depois todos folhetos do governo (propaganda). O governo fez uma propaganda para

<sup>311</sup> A visita dos “coloninhos” ao palácio do governo em 4 de setembro de 1941, teve forte repercussão na imprensa. O Jornal do Estado escrevera: “Naqueles momentos de alegria viva e comunicativa, os pequeninos brasileiros, que nasceram em terras descortinadas por filhos de outras paragens geográficas do mundo, sentiram um pouco de seu lar [...]. a gravidade do ambiente, a majestade das linhas arquitetônicas, os capitéis e as escadarias do suntuoso Palácio do Governo perderam, por horas, a atração sugestiva de seus desenhos clássicos, para se humanizarem, inteiramente, ao contato de quinhentos meninos, de quinhentos homens em formação, deslumbrados pela idéia de uma Pátria que quase desconheciam, no isolamento inexplicável em que viveram até há pouco. E os brados e as palavras de entusiasmo que se avolumaram sob a acústica dos salões austeros, pareceram vozes de um outro Brasil, de um Brasil que se encontra, de uma Pátria que se forma, se uma nacionalidade que se ergue” (JE 06/set./1941, nº 1116, p. 1).

mostrar que filhos de estrangeiros vissem o que é o Brasil. (Antes) eles não viam, nós aqui era uma colônia alemã, praticamente cem por cento alemão (Depoimento de Hélio Schüller).<sup>312</sup>

Regressando ao seio de sua família ou localidade de origem, os efeitos da nacionalização via comemoração variavam. Em 1939, ao defrontar-se com um grupo de alunos alemães que se encontravam na Igreja Evangélica de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, Margarida Pardelhas, Delegada Regional de Ensino de Cruz Alta, decepcionada, afirmava que entre eles estava um aluno do Grupo Escolar, Gunther Schott, o qual participara da delegação escolar dos “coloninhos” da 9ª Região Escolar (COELHO DE SOUZA, 1941).

Em Cruz Alta e, por extensão, no Distrito, as paradas da Semana da Pátria recebiam certa atenção, não comparada com a Capital, mas o suficiente para afastar a suspeita de enquistamento (ver ANEXO I e J). Em 1942, por exemplo, a Semana da Pátria do distrito fora comemorada em grande estilo, com discursos, Parada da Mocidade, realizada no Grupo Escolar Brasil, e a Hora Brasileira. A programação bem como os discursos partiram das professoras do Grupo Escolar, da subprefeitura e subdelegacia. Em 1943, as festividades repetiriam-se, com maior ênfase ainda. A imprensa exaltava: “é justo assinalar os esforços realizados pela subprefeitura no sentido de proporcionar ao distrito, durante os sete dias comemorativos, o maior brilho cívico e, graças a esses esforços, Pindorama viveu intensas horas de largo e justo entusiasmo” (DS 10/set./1943, nº 158, p. 4).

Os envolvidos localmente na organização das festividades e do cronograma, eram os setores militares, agrupados na União Católica dos Militares, e a Liga de Defesa Nacional (CP 4/set./1941, nº 203, p. 4).

A Parada da Mocidade, tanto na capital como no interior, sofrera uma modificação fundamental. Normalmente, os integrantes da marcha deveriam, ao passar em frente ao palanque das autoridades, executar a saudação olímpica, levando o braço direito à frente na altura do ombro. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, esse gesto fora proibido por Coelho de Souza, devido à semelhança com a saudação nazista. Determinara, então, que bastaria uma saudação com um giro da cabeça em direção ao ombro direito (SANHUDO, 1999).

---

<sup>312</sup> Otmar Klos, outro aluno escalado, ficara doente na véspera, não podendo participar.



Com a saída de Cordeiro de Farias do governo, sendo sucedido por Ernesto Dornelles, os desfiles da juventude perderam seu espaço para os militares. Isso fora motivado, especialmente, pela entrada do Brasil no conflito mundial, direcionando todas as atenções para o esforço de guerra.

Em 1943, emitira-se uma nota referente ao comparecimento de escolares a concentrações e desfiles. Pela decisão da Secretaria de Educação, na pessoa de Coelho de Souza, juntamente com o interventor, decidiu-se que os alunos só fariam parte de solenidades cívicas mediante autorização da Secretaria de Educação, estando somente obrigados a participar da Semana da Pátria. Isso porque, do modo que vinha acontecendo, prejudicava seu rendimento escolar. Entendiam que essa medida não abalaria seu civismo, o qual deveria ser fortalecido na própria sala de aula (CS 27/nov./1943, nº 95, p. 3). Em 1944, pela última vez, um grupo de 300 “gauchinhos” foram levados para a capital, ali permanecendo por 12 dias (CS 16/set./1944, nº 75, p. 3).

A ação da Secretaria de Educação do Estado, no sentido de mudar a mentalidade da população sulina por intermédio da educação; e o uso de mecanismos complementares e violentos, como a prisão, as apreensões, a carga da polícia, andavam juntas. São inseparáveis para compreender essa fase.

#### **3.4.4 A Repressão Religiosa: os Protestantes.**

A Campanha de Nacionalização do Estado Novo alvejava os pontos centrais de manutenção e propagação do germanismo. Assim, além da Escola, a Igreja constituía-se foco de ação. O setor católico não impusera tanta resistência quanto o protestante, embora ambos tenham mobilizado os fiéis em defesa do espaço onde atuavam e os referidos rituais.

A Igreja Evangélica era apontada freqüentemente pelas autoridades policiais como sustentáculo do Partido Nacional Socialista no estrangeiro. Destacam também que, a partir do momento que passaram a fiscalizar a atuação dos pastores, esses os acusaram de invadir os dois últimos esteios até então seus: a Igreja e o lar, os quais encerram “o segredo que mantém acesa a chama do germanismo que eles alimentam com tamanho ardor”. Para Aurélio Py, o púlpito fora transformado há muito em tribuna política, visto que o respeito que a Igreja infundia, a colocara a



salvo da vigilância das autoridades e, em conseqüência, das restrições de censura. Daí que continuavam empregando, em plena campanha de nacionalização, língua estrangeira, pregando mais em favor do *Führer* que pelo próprio Deus (fl. 1).<sup>313</sup>

A nacionalização da Igreja não podia seguir os mesmos caminhos da escolar. Entrar em atrito com a Igreja Católica não era aconselhável, dado serem aliados nessa política nacionalizadora. Desse modo, iniciar-se-ia um processo de negociação, em busca de uma posição intermediária. Resultara daí o Decreto-Lei Federal nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, o qual, em seu artigo 16, determinava que “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.” Para contornar os embaraços e dificuldades provocadas por esse artigo, Aurélio Py, junto com Cordeiro de Farias, emitiu as “Instruções sobre o uso de línguas estrangeiras em prédicas religiosas”, em 6 de novembro de 1939, aprovadas previamente pelo Ministro da Justiça e por Getúlio Vargas. As mesmas deveriam ser seguidas em todo o Rio Grande do Sul.

Daí por diante, permitia-se aos sacerdotes ou ministros do culto, após a realização da prédica em vernáculo, repetirem a mesma “no idioma as pessoas estrangeiras presentes à cerimônia religiosa, se o número delas for bastante elevado e se o julgarem oportuno”. Todavia, essa permissão apenas prevaleceria nas sedes distritais (vilas) e núcleos coloniais afastados, onde houvesse fiéis estrangeiros que ainda não dominassem a língua portuguesa. Entretanto, todo o sacerdote ou ministro de culto que cometesse infração de qualquer lei, além das sanções legais cabíveis, “não poderá usar da faculdade ora concedida, devendo falar a seus fiéis, exclusiva e obrigatoriamente, na língua nacional”.<sup>314</sup>

Com essa nova orientação, a resistência, violação e repressão transformaram-se em atos de rotina, instaurando um ambiente de instabilidade. Em decorrência, Py elaboraria, em janeiro de 1940, uma interpretação das Instruções, esclarecendo alguns pontos nebulosos. Na sua apresentação, explicitara que até aquele momento, não haviam sido registrados incidentes de qualquer tipo. Contudo, sua interpretação e seu cunho tolerante vinham dando “margem a interpretações

---

<sup>313</sup> Religião e Política Nazista. Relatório organizado pela Polícia de Porto Alegre, em 7 de julho de 1939. IJ<sup>1</sup> 1422 – SPJ – Arquivo Nacional.

<sup>314</sup> Instruções sobre o uso de línguas estrangeiras em prédicas religiosas. Repartição Central de Polícia, Porto Alegre, 06/nov./1939. IJ<sup>1</sup> 1422 – SPE, Arquivo Nacional.

menos exatas ou a explorações tendenciosas, como considerar proibido o sermão em língua estrangeira em lugares onde existe permissão para esse fim” (CP 12/jan./ 1940, nº 9, p. 5).

Outro ponto crítico dizia respeito ao controle policial sobre as práticas religiosas, onde surgiram dúvidas. Algumas pessoas teriam entendido que

a autoridade policial pretende exercer fiscalização sobre atos ou cerimônias peculiares ao ritual religioso ou dos diferentes cultos, quando é bem explicado o teor das determinações desta Chefia, segundo as quais os próprios sacerdotes ou ministros de culto é que julgam da oportunidade ou não de usarem da faculdade de falar em língua estrangeira, depois da prédica ou sermão em português (CP 12/jan./ 1940, nº 9, p. 5).

Para sanar essas divergências, passariam a prevalecer algumas normas gerais:

a) a permissão de que trata as “Instruções...”, baixadas por esta Chefia de Polícia em 6-XI-939, pode ser exercida nas sedes distritais (vilas) e quaisquer núcleos coloniais onde existam fiéis que ainda não saibam ou não entendam bem o português, a juízo exclusivo dos sacerdotes ou ministros de culto;

b) é, portanto, unicamente nas cidades – sedes dos municípios – que as prédicas ou sermões religiosos não podem ser repetidos em língua estrangeira, devendo ser feitos sempre e unicamente no idioma nacional.

c) nos lugares onde é concedida a permissão de repetir, em língua estrangeira, as prédicas ou sermões religiosos feitos em português, ficam ao critério dos sacerdotes ou ministros de culto a conveniência, oportunidade ou necessidade de adotar aquela providência;

d) as breves alocações feitas, às vezes, por ocasião de casamentos, batizados, encomendação de mortos ou outras cerimônias, em residências particulares, podem ser proferidas apenas na língua em que as pessoas presentes entenderem, sendo o celebrante obrigado a falar em português unicamente quando tais alocações forem pronunciadas do púlpito, em templos ou lugares públicos (CP 12/jan./ 1940, nº 9, p. 5; PY, [1942], p. 194-195).

Embora fatal para as igrejas localizadas em núcleos onde predomina a língua estrangeira, o Decreto-Lei nº 1545 ainda mostrava alguns limites em si mesmo, abrindo flancos para a livre interpretação e atuação repressiva e arbitrária por parte da polícia. Ribeiro Couto<sup>315</sup>, considerava nesse íterim que o artigo 16 não estabeleceu sanções.

A conseqüência é que as autoridades estaduais, quando surpreendem um padre ou um pastor protestante fazendo a sua prédica em língua estrangeira, nada podem fazer para coagi-lo a cumprir a lei. Fechar a igreja? A lei não o autoriza; pelo contrário, ela própria exige o respeito ao ‘exercício

---

<sup>315</sup> Membro da Academia Brasileira e funcionário do Ministério das Relações Exteriores, realizou uma viagem pela região Sul, encarregado pelo ministro Oswaldo Aranha, elaborando um relatório, o qual apresentara ao Conselho de Imigração e Colonização.

livre e público do culto'. Prender o padre? A lei também não autoriza. Assim a proibição do art. 16 é letra morta (CP 27/abr./1941, nº 98, p. 3).

Essas medidas nacionalizadoras encontraram dois ambientes diferentes no Rio Grande do Sul. De um lado, a ala católica, do outro, a protestante. A Igreja Católica, na pessoa de seu líder D. João Becker, Bispo Metropolitano, engajara-se na nacionalização dos católicos imigrantes e descendentes.<sup>316</sup> A resistência por parte dos religiosos não fora tão explícita, resultando em poucas detenções. Contudo, nas regiões coloniais, organizaram-se vários abaixo-assinados, solicitando a autorização do culto em alemão, italiano e polonês.<sup>317</sup> A submissão do clero católico em relação aos seus superiores era mais rígida do que a dos pastores protestantes.

Se para os católicos a nacionalização fora um ponto pacífico,<sup>318</sup> entre os protestantes causara inúmeros problemas. Isso porque a maior parte de seus pastores provinham da Alemanha, e portavam a nacionalidade alemã. Parcela considerável militava ou simpatizava com o nazismo, ou, no mínimo com o germanismo, atraindo para si forte suspeita e perseguição. Outra questão, mais

---

<sup>316</sup> Em fevereiro de 1939, D. João Becker enviara um Memorial a Getúlio Vargas, declarando que “todo o episcopado do Rio Grande declara estar pronto a auxiliar ao patriótico governo da República a nacionalizar tanto a pregação como o ensino em geral e a implantar e difundir os genuínos sentimentos de brasilidade, o que aliás nunca deixou de fazer.” Defendia uma nacionalização lenta e gradual, num prazo mínimo de cinco anos, por entender que a proibição absoluta e imediata da pregação em língua estrangeira acarretaria graves conseqüências tanto para a Igreja Católica como para o Estado Novo (Ofício enviado por Cordeiro de Farias ao Ministro da Justiça Francisco Campos, com anexos, IJ<sup>1</sup> 1422 –SPE- Arquivo Nacional).

<sup>317</sup> Em dezembro de 1939, várias paróquias católicas dirigiram-se, por telegrama, ao Interventor Federal, pedindo providências. Além dos padres, centenas de fiéis assinavam os pedidos. Telegramas neste sentido foram enviados, por exemplo, de Santa Cruz, liderados pelo Cônego João Willibaldo Schmitz, padre João Ignácio Froenerr(?), com mais de 362 assinaturas. Outro de Taquara, na pessoa do Cônego Pedro Leão Malmann, vigário, representando mais de 400 paroquianos. Um, de Vila Teresa, organizado pelo Cônego Becker, com mais 735 assinaturas, e um de Maratá. O texto, em linhas gerais, exprimia o mesmo pedido: “Pedimos V. Excia. com todo acatamento intervir junto sr. Presidente República sentido modificar ou ab-rogar proibição pregar em língua estrangeira visto circular seis de novembro findo chefe polícia de Porto Alegre causar enormes dificuldades e profundo descontentamento no meio da população. Queremos que depois da prédica em português se pregue em italiano, alemão, polonês, onde e quando os nossos bispos o acharem necessário para a tranqüilidade social.” Pela própria semelhança dos textos, presume-se que houvera uma orientação superior, tentando com isso pressionar as autoridades. Telegramas recebidos, M. 133, CG, AHRs; Telegramas recebidos 1939, M. 135, CG, AHRs.

<sup>318</sup> Esse caráter pacífico não evitara que alguns setores e padres católicos impusessem resistência à nacionalização. O padre jesuíta Balduino Rambo (1989), outro guia espiritual e mentor intelectual do mundo católico alemão, escrevendo sobre a nacionalização no final dos anos 50, considerava-a um erro e totalmente desnecessária. Para ele, os alemães/descendentes já estariam naquele momento completamente integrados ao meio nacional, pois teriam vindo ao Brasil sem a pretensão de retorno à Alemanha. Seus argumentos seguem a defesa do germanismo tal qual Dohms e Metzler.

problemática, referia-se ao emprego da língua estrangeira, no caso alemã, na oficialização dos cultos. Esses fatores inviabilizavam a implementação imediata da lei, ensejando uma fase tensa de combinações, lideradas pelo Sínodo Riograndense, tendo à sua frente o pastor Hermann Dohms.

Sua atitude imediata, após tomar conhecimento das referidas instruções, fora enviar uma circular às comunidades do Sínodo, ordenando que, até segunda ordem, os pastores não fizessem prédicas ou sermões, nem realizassem cultos dominicais. Com isso, pretendia salvaguardar os pastores contra possíveis infrações das leis (DOHMS, 06/nov./1939 in PY, [1942], p. 195-196). Em sua defesa, partia do pressuposto de tratar-se de uma igreja étnica alemã, cuja língua oficial era o alemão, na qual os membros se expressavam.

Na busca por uma resolução coerente, o pastor Dohms principiara a troca de correspondências com Aurélio Py, chefe de polícia, enfatizando sempre que a Constituição e a lei em questão permitiam o livre exercício do culto. Na primeira, de 13 de novembro de 1939, alegava ter a prédica uma significação especial na Igreja Evangélico-Luterana, promovendo a fé apenas quando entendida, sendo dever do predador cristão “pregar na língua que os ouvintes entendem e na qual são edificados”. Solicitava ao chefe de polícia reconsiderar as instruções baixadas sobre o uso de línguas estrangeiras em prédicas religiosas, “concedendo a permissão de, após realizada a prédica em vernáculo, repetirem os predadores a mesma na língua que os fiéis melhor entenderem, não estabelecendo diferença entre estrangeiros e brasileiros ou entre cidades e vilas e núcleos coloniais afastados” (DOHMS, 2001, p. 275-277).<sup>319</sup>

Não conseguindo nenhum avanço nesse sentido, Dohms, após aprovação de Py, emitira uma carta-circular para as comunidades, em 17 de novembro de 1939. Então, os pastores deveriam levar em conta rigorosamente o Decreto-Lei Federal e as instruções da Chefia de Polícia estadual. Definia como prédicas ou sermões “todos os discursos dirigidos à comunidade presente na celebração do culto divino

---

<sup>319</sup> Em uma nota anexa, defendia a conservação pura e a autonomia do ministério do pregador/prédica, concluindo: “a Igreja, enviada a todos, por princípio, não poderá renunciar a dirigir-se a cada um no idioma que entende e lhe significa edificação espiritual. Ao contrário, justamente agora é obrigação do Sínodo Rio-Grandense de, mantendo sempre alto o respeito profundo, que evangélicos-luteranos devem à Constituição, às leis do Estado e aos poderes constituídos, preservar nos princípios eclesiásticos do ministério do predador e de seu mandato, de conservá-los puros e trazê-los à compreensão de todos” (DOHMS, 2001, p. 281).

regulamentar”, não chamando de prédicas as alocuções breves, pronunciadas em atos solenes ou encomendação dos mortos, nunca proferidas do púlpito, que poderiam ser proferidas na língua oficial da Igreja quando realizados em casas, mas, em ocasiões públicas, deveriam seguir as orientações gerais. As autoridades estaduais não submetiam o ritual da Igreja a restrição alguma, nem a respeito da língua original do ritual luterano.<sup>320</sup> No que diz respeito à prédica dominical, não houve avanços: as sedes municipais continuaram excluídas, isso é, com exceção das mesmas, em todos os locais as prédicas em português poderiam ser repetidas em alemão (DOHMS, 2001; PY, [1942]).

Nesse contexto, os núcleos predominantemente germânicos, onde a língua alemã definia as relações cotidianas, seriam os mais lesados. Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, conseguira desestruturar as comunidades religiosas, embaraçando seus encontros e exigindo soluções emergenciais, bem como uma considerável rotatividade de pastores. Havia três denominações religiosas: católica, reunindo os luso-brasileiros e alguns de origem alemã, restringindo sua atuação na zona de campo, embora houvesse uma pequena capela na vila;<sup>321</sup> os batistas e os evangélico-luteranos, congregando os alemães e descendentes.

---

<sup>320</sup> “Os cultos litúrgicos, incluindo responsórios, hinos, cantados pala comunidade ou pelo coro, leitura do Evangelho, da epístola e de textos clássicos dos patriarcas da Igreja, orações, serão celebradas conforme os textos originais do ritual. Do mesmo modo serão usados os formulários da agenda relativas aos atos solenes do batismo, confirmação, casamento, celebração da Santa Ceia, encomendação de mortos e outras solenizações regulamentares, tais como inaugurações de igrejas, ordenações e introdução de pastores, etc.” (DOHMS, 2001, p. 284-285; PY, [1942], p. 199, 200).

<sup>321</sup> Minoly descrevera na imprensa a organização para a construção da primeira capela católica da vila: “No dia 16 do pp. realizou-se concorrida reunião no salão da escola pública municipal, afim de tratar-se da construção de uma Igreja católica, na sede desta colônia. Foi aclamado presidente da comissão o capitão Minoly Amorim e membros os srs. Francisco Xavier da Costa, Eugênio Simões e Miguel Baumgarten, a esse senhores tendo ficado afeto todo o serviço para a realização dessa obra. Para angariar donativos, foram distribuídas dez listas, estando já quase todas, subscritas com regular quantia. Nota-se geral animação entre os católicos afim de conseguir este *desideratum*, sendo provável que dentro de 6 a 8 meses esteja terminada a construção desta Igreja, que será toda de madeira e ficará situada num belisco local. Para este fim, foram oferecidos dois lotes urbanos pela *Empresa de Colonização*” (ÁLBUM de Recortes de..., 31/ago./1911). A capela ficara afastada do centro da vila, na então rua Bismark. Em 1916, seria destruída por um furacão. Posteriormente, os católicos adquiririam um antigo prédio comercial, em frente a praça central, o qual fora reformado e recebera uma torre. A comunidade recebia atendimento pastoral por padres pertencentes à Paróquia de Pejuçara e Cruz Alta, subordinada à Diocese de Santa Maria (Cf. SCHMITT-PRYM et al., 1997).

A comunidade Evangélica Luterana e a Batista<sup>322</sup> formaram-se ao mesmo tempo. Em ambas, atuavam pastores estrangeiros, apresentando-se como comunidades étnicas alemãs. Dentre os batistas, seu primeiro pastor fixo viera em janeiro de 1914, na pessoa de Johann Heinrich Landenberger, substituído em dezembro de 1923. Desde janeiro de 1924 atuara na comunidade o pastor Friedrich (Fritz) Matschulat, permanecendo até 1949, consagrando-se no mais longo pastorado na Igreja. Frente à nacionalização e, mais especificamente, ao uso do vernáculo nos ofícios religiosos, a comunidade enfrentaria uma fase difícil. Isso porque empregava única e exclusivamente a língua alemã em seus ofícios, visto que a maior parte dos membros eram imigrantes alemães, bem como sua diretoria.

Para resolver o impasse, o pastor e alguns dirigentes tiveram que aprender o português. Os livros de registro de ata passaram a ser redigidos na língua nacional, o que implicou mudança do secretário, pois era estrangeiro. Sua substituição fora decidida em reunião após um culto, em nove de março de 1941, assumindo um brasileiro nato de origem germânica. Outro dado perceptível refere-se ao número de membros: em 1939, eram 210 e em janeiro de 1942, somente 175.

Nas entrelinhas, emergem as dificuldades em manter a comunidade numa conjuntura de nacionalização e guerra. Em uma ata relatório da Assembléia anual de sete de janeiro de 1945, escrevera-se:

a respeito aos nossos irmãos idosos e aqueles que não entendem a linguagem nacional, eles como nossos irmãos em Cristo merecem o nosso íntimo interesse, porque eles já passaram anos sem conseguir recreação em proveito para as suas almas nos cultos da igreja. A nossa contínua petição seja: Senhor faça que termina em breve esta guerra.<sup>323</sup>

Uma publicação comemorativa da comunidade relata as dificuldades advindas com a proibição de literatura e fala da língua alemã no contexto da II Guerra, comentando:

---

<sup>322</sup> Ao tempo em que chegaram os primeiros imigrantes, aconteceu também a visita do primeiro pastor batista, Karl Roth, de Porto Alegre, chegando em 9 de março de 1901, como missionário do departamento de missões dos batistas da Alemanha, inaugurando o Barracão dos Imigrantes. No dia 22 de março de 1906, por ocasião da visita do pastor Roth reuniram-se com o objetivo de se organizar em Igreja, denominada, a partir de 1939, *Baptisten Gemeinde "Emanuel"* de Neu-Württemberg. Famílias fundadoras: Wilhelm Restel, Jacob Rehn, Adolf Schwarz, Adolf Kepler, Karl Hasenritter, Jacob Rehn Filho, Heinrich Rehn, Peter Rehn e Fritz Retzlaff (IGREJA Batista "Emanuel", 1981; BIAVATTI, 1996).

<sup>323</sup> Livro de Atas. Igreja Batista "Emanuel", 1919-1948. Secretaria da Igreja Batista "Emanuel" de Panambi.

o trabalho da Igreja sofreu, sobremaneira. A esperança de todos era que a situação não perdurasse por muito tempo. Quando, com o fim da guerra chegou ao fim, também, esse período, havia ficado uma grande lição para a Igreja: a necessidade de aprender o português, urgentemente, para poder se expressar nesta língua e desenvolver seu trabalho missionário na língua nacional (IGREJA Batista “Emanuel”, 1981, p. 7).<sup>324</sup>

A comunidade evangélico-luterana, por sua vez, formara-se oficialmente em 1902, com a vinda do pastor Hermann Faulhaber. Os encontros realizavam-se nas dependências do Barracão dos Imigrantes, em seguida, nas dependências da escola. Após várias tentativas e campanhas, construiria o seu templo em 1923. Além da comunidade do *Stadplatz*, havia vários centros de pregação no interior, geralmente nos prédios escolares.<sup>325</sup> Seus membros, alemães ou de origem, e os pastores, imigrantes, com formação teológica na Alemanha.

A adequação às leis de nacionalização fora um processo complicado. A resistência passiva mostrava-se como uma das saídas, todavia, a repressão contra esse contingente era mais intensa, enquadrando todos no rol dos potencialmente perigosos. Esse caráter transparece no registro das atas: enquanto a Igreja Batista lançara sua documentação e atas em vernáculo a partir de março de 1941, a Igreja Evangélica adotara tal procedimento desde 4 de fevereiro de 1939, iniciando novo livro. Desempenhava a função de secretário o próprio pastor.<sup>326</sup>

As atas, breves, assumiam um tom lacônico, projetando algumas questões, sem explorá-las. Numa Sessão da Diretoria Geral da Comunidade Evangélica de Pindorama, realizada em 18 de setembro de 1939, nas dependências da igreja,

o Presidente comunica que por determinação da lei não é mais possível dar missas nem ensino de Confirmação nas Escolas. É necessário concentrar o serviço. Propõe-se, que por enquanto, (?) os trabalhos religiosos nos

<sup>324</sup> Em 1942, fora convocado um pastor luso-brasileiro para atuar junto aos que compreendiam só o vernáculo, ampliando o trabalho missionário. Com o aumento do número de membros luso-brasileiros, fundariam mais uma comunidade, específica para eles. A Igreja Batista Emanuel, até hoje, caracteriza-se como uma “igreja alemã”, conservadora e moralista. Livro de Atas. Igreja Batista “Emanuel”, 1919-1948. Secretaria da Igreja Batista “Emanuel” de Panambi.

<sup>325</sup> Em 1904, havia em Neu-Württemberg 100 famílias protestantes. Em 1913, os mesmos estavam congregados em 5 comunidades: *Stadplatz* (centro) com a Linha *Leipzig*, *Nordbebezirk*, *Westbezirk*, *Magdalenenland*, *Hinter der Palmeira*. (Cf. *PROTOKOLLBUCH der Evangelisch Gemeinde Neu Württemberg*, 1913-1941, p. 2, Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro). Já em 1927, a comunidade possuía 490 famílias (503 sócios), distribuídas em 11 comunidades, e em 1930, 640 membros (Cf. SCHRÖDER, 1936).

<sup>326</sup> Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro.



distritos num ponto que fica mais central e em casas particulares que serão postas à disposição para as missas trimestrais.<sup>327</sup>

Aconselhava que, futuramente, nos enterros, a oração fúnebre, tanto na casa mortuária quanto no cemitério fosse curta. Naquele ano, por ocasião da comemoração do Dia dos Mortos, o presidente da comunidade, Leopoldo Hepp, pediria licença ao Delegado para comemorá-lo.<sup>328</sup>

Na Sessão da Diretoria de 1940, percebe-se que as dificuldades do ano anterior comprometeram seriamente a comunidade. O pastor Strothmann – apontado pela polícia como suspeito nazista – em seu relato sobre a vida eclesíastica, salientara que “o ano passado foi para a nossa comunidade um ano decisivo. Não posso neste lugar descrever as particularidades da nossa situação.” Em seguida, destacava as providências tomadas pelo Sínodo Rio-Grandense, no sentido de resolver o impasse criado, pretendendo dar assistência a todos os seus fiéis, a fim de “torná-los cidadãos aptos e leais de sua pátria idolatrada, o Brasil.” Finalizava destacando que a comunidade enquadrava-se e satisfazia plenamente a legislação em vigor.<sup>329</sup>

O controle policial referente ao ajuntamento de alemães/descendentes em reuniões tornara-se mais severo em 1941. Entre janeiro de 1941 e janeiro de 1944, todas as sessões da diretoria e assembléias deveriam ser autorizadas pela autoridade policial. Na abertura das atas, lê-se “requerido e licenciado pela Subdelegacia de Polícia”. Nessas circunstâncias, os agentes policiais estavam informados sobre as reuniões, o que facilitava uma possível “batida policial”. O subdelegado informava os habitantes locais sobre as medidas adotadas.

---

<sup>327</sup> Ofereceram-se, então, para sediar esses encontros: na Linha Ramada, Alberto Thielke põe sua casa de moradia à disposição; Linha Cash, o Escritório da Empresa Cash; na Linha Magdalena, Willy Dietrich disponibiliza seu armazém; no West. Rincão, o Salão Hagemann; Hind. Rincão, na casa de moradia da família Plegge; na Linha *Leipzig*, na casa de moradia da viúva Cornelius; em *Hindenburg*, o salão Dörr. Em algumas localidades ainda ficara em aberto, decidindo-se posteriormente os pontos de encontro (Ata de 18/set./1939, p. 11-13. Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro).

<sup>328</sup> Leopoldo Hepp fora presidente da comunidade de 1937 a 1940 (o período anterior não foi pesquisado). De 1941 até 1947 a Comunidade Evangélica seria presidida por Luis Martin Hach (Atas de 18/set./1939, p. 11-13. Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro).

<sup>329</sup> Ata de 10/abr./1940, p. 18-20. Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro.

AVISO a quem interessar possa, que TODAS as reuniões ou ajuntamentos de pessoas, para fins de “pic-nic”, baile, churrasco, “hora de arte”, comemorações de datas e fatos, etc., em qualquer local, ficam sujeitos a prévia autorização desta repartição policial, que fornecerá, por escrito, a competente licença, mediante a apresentação de um requerimento assinado pelo promotor ou responsável, com as indicações dos nomes dos participantes, suas nacionalidades e residências, motivos determinantes, seus fins, bem como local, dia e hora – exatos em que deverá realizar-se. O requerimento deverá ser apresentado, com a antecedência de 24 horas, tratando-se da reunião em que prevaleça o elemento brasileiro, e com a antecedência de 48 horas, quando o número de nacionais do “EIXO TOTALITÁRIO” for igual ou maior entre todos os participantes. Estão isentas destas exigências os bailes públicos, para os quais se faz mister, com a antecedência de 24 horas, a extração do alvará de licença. As reuniões capituladas neste aviso, levadas a efeito sem a competente licença, serão consideradas clandestinas, ficando seu[s] promotores e participantes sujeitos as penalidades da lei. E, para que ninguém alegue ignorância, mandei fazer o presente aviso – que será afixado em todos os lugares públicos do distritos. Constantino Villeroy, Sub-Delegado de Polícia [grifo no original].<sup>330</sup>

Na ata de 1942, o pastor Strothmann mostrava-se grato em relação às autoridades estaduais, que possibilitaram no ano anterior a manutenção do Sínodo e das comunidades. Sobre a situação presente, “podemos realizar sem dificuldades nossos cultos e festas religiosas, em concordância com a circular expedida pelo R.C. de P. [...] A Comunidade participou intensamente dos acontecimentos eclesiais e das festas da Nação brasileira.” Na mesma, despedira-se da comunidade, a qual dirigira desde 1933.<sup>331</sup> Alemão nato, fora substituído pelo pastor Arno Dreher, em 1º de maio de 42, o qual permaneceria até novembro de 1944.<sup>332</sup> Daí por diante, haveria trocas sucessivas de pastores, dentre os quais, estudantes de teologia.<sup>333</sup> Em 17 de junho de 1942, Lourival Fontes solicitava ao interventor para tomar

<sup>330</sup> Sub-Delegacia de Polícia do Sexto Distrito de Cruz Alta, 17 de Fevereiro de 1944(?). Pasta 6, Caixa 56, Subprefeitura e Subdelegacia de Polícia em Neu-Württemberg-Pindorama e Panambi. MAHP. Possivelmente, esse aviso era reeditado a cada ano.

<sup>331</sup> Ata de 13/fev./1942, p. 27-30. Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro.

<sup>332</sup> Em 1944, a maior preocupação da diretora da igreja referia-se a organização e fundação da Escola Tobias Barreto, nas antigas instalações da *Stadtplatzschule*. A comunidade, dessa forma, assumiria o educandário, cuidando de seu registro e todas as formalidades cabíveis, entrando em funcionamento já em 1945. (Cf. Atas de 20/nov./1944, p. 40-41; 02/jan./1945, p. 42-43; 29/jan./1945, p. 44. Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro).

<sup>333</sup> Durante o Estado Novo, atuaram como pastores em Neu-Württemberg: Karl Michel (1925 a 1931); Wilhelm Meironese (1931); Walter Schönfelder (1931 a 1933); W. Gohner (1932); G. Stierle (1933); Leopold Strothmann (1933 a 1942); Walter Scholz (1936); Robert Westendorf (1936); Aktinson (1942); Arno Dreher (1942 a 1944); Estagiário Guido Tornquist (1944 a 1946); Estagiário Harald Röpke (1945 a 1946); Alfred Simon (1945 a 1955) (Cf. Protokollbuch der Evangelisch Gemeinde Neu Württemberg, 1913-1941; e Atas Comunidade Evangélica Pindorama, 31/01/1939 a 1947. Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro).

providências no sentido de que não circulassem mais notícias “de caráter político e social que envolvam nomes de sacerdotes”.<sup>334</sup>

A proibição de cultos em língua estrangeira afetava, diretamente, as comunidades não-bilíngües, resultando em diferentes reações. Os fiéis luteranos de Neu-Württemberg-Pindorama-Panamby, seguindo o exemplo de outras regiões do Rio Grande do Sul, elaboraram um abaixo-assinado, coletando um mil, seiscentas e quatro assinaturas, endereçado diretamente a Getúlio Vargas. Expressava-se nesses termos:

Os abaixo assinados, homens e senhoras da Vila de Pindorama, Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, pedem vênias para relatar o assunto que segue:

Pelo Decreto federal de 25 de Agosto do corrente ano sobre: -“Medidas para a adaptação integral dos brasileiros filhos de estrangeiros”- e pelo Decreto do Exm<sup>o</sup> Snr. Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul do dia 6 de novembro deste ano foi modificado fundamentalmente a ordem do culto divino pelo fato que no futuro os sermões e prédicas serão celebrados somente em língua vernácula. Por mais que os abaixo assinados, homens e mulheres, aplaudem as sábias medidas do governo para nacionalizar a vida pública do Brasil e para estreitar a nação brasileira cada vez mais, tanto porém percebem as medidas sobre o uso das línguas nos sermões o perigo de um empobrecimento espiritual e religioso.

Nesta Vila de Pindorama existem muitos fiéis cidadãos brasileiros que dificilmente obterão um proveito religioso de um sermão celebrado em língua portuguesa por não poderem seguir plenamente um sermão em vernáculo.

Por isto os abaixo assinados vêm pedir a V. Excia. de conceder novamente às comunidades evangélicas a liberdade de fazer uso nos seus cultos e ofícios divinos como antes da língua alemã, da língua do Dr. Martim Luther. Pode V. Excia. estar certo que a concessão deste nosso pedido merecerá profundo agradecimento por grande parte da nação brasileira. Os abaixo assinados, homens e mulheres da Vila de Pindorama fazendo votos de lealdade a V. Excia. e à pátria brasileira neste tempo difícil, subscrevem-se respeitosamente.<sup>335</sup>

A exclusividade do vernáculo nos cultos afastara uma parcela considerável de membros, particularmente os mais idosos. “Porque ir na igreja se eles só iam falar português, ninguém não ia entender quase nada” (Depoimento de Irma Spode). Nos locais onde eram celebrados na língua de origem, em residências privadas, mesmo que legais, permanecia o medo de alguém denunciar ou de uma averiguação policial. Uma professora do culto infantil, entre 37 e 44, conta que nos sábados à noite realizava a tradução das histórias da bíblia em língua alemã para o português.

<sup>334</sup> Correspondência recebida no primeiro semestre de 1942. Maço 150, CG, AHRS.

<sup>335</sup> Abaixo assinado ‘da Vila Pindorama/Panamby’ ao Presidente Getúlio Vargas. SR17/1, Pasta Panamby, Arquivo do Sínodo Riograndense, Escola Superior de Teologia (EST).

Ao mesmo tempo, também sentia as dificuldades das crianças, pois, enquanto algumas já dominavam perfeitamente a língua portuguesa, outras demonstravam sérias dificuldades (Depoimento de Nilsa H. Röhle).

No caso dos imigrantes católicos, essa situação era mais difícil, afastando-os: “nós nunca fomos lá, porque não entendíamos, então nós fomos bastante na igreja dos batista, nós os jovens, lá era bonito. Os nossos pais nem foram mais na igreja” (Depoimento de Charlotte Wolgien). Isso já antes do normatização das leis de nacionalização, pois a Igreja Católica não se preocupava com essas minorias étnicas.

Um outro setor da Igreja fortemente comprometido fora o canto coral. Proibido o uso da língua alemã em locais públicos, os grupos ficaram na contingência de traduzir seus hinos, a partir de 1941. Ao mesmo tempo, o número de coralistas reduzira para menos da metade. Além do coral da Igreja da vila, havia vários grupos no interior, os quais paralisaram as suas atividades.<sup>336</sup>

Em 7 de outubro de 1941, a diretoria da Comunidade Evangélica de Pindorama enviara uma correspondência ao Sínodo Rio-grandense, dando conta de sua situação. Alegava que todas as atividades estavam sendo exercidas estritamente em conformidade com as leis e as ordens policiais. Assegurava que recebiam continuamente orientações do Sínodo, as quais seguiam. Informava que a Comunidade Evangélica não mantinha nenhuma escola, e que as crianças evangélicas estudavam em escolas públicas ou particulares. Quanto ao ensino confirmatório, no mesmo ensinavam-se apenas instruções religiosas, pelo pastor ou catequistas.<sup>337</sup>

O emprego da língua alemã na oficialização do ensino confirmatório em casas particulares gerava, em algumas oportunidades, embaraços tanto para o pastor como para os agentes mantenedores da ordem. Um relatório enviado pelo

---

<sup>336</sup> Na vila, havia o coral da Igreja Evangélica, denominado *Evangelische Kirchenchor Elsenau Neu-Württemberg*. Como regentes, atuaram desde 1928 o professor Karl Frauns; entre 1940 e 41 a esposa do pastor, Erica Strothmann, e entre 1943-1944, o professor A. Trentini. Além deste coral, havia o da Igreja Batista Emanuel, o primeiro que surgiu na vila. Também os coros masculinos *Gesangverein Elsenau*, fundado na década de 20; *Gesangverein Eintracht* (Sociedade de Cantores Concórdia ou Harmonia), fundado em 1923. No interior havia o *Gesangverein Hindenburg I* (Sociedade de Cantores de Assis Brasil).

<sup>337</sup> Ofício da Comunidade Evangélica de Pindorama ao Sínodo Rio-Grandense, em 7 de outubro de 1941. SR17/1, Pasta Panambi, arquivo da EST.

subdelegado de Pindorama ao Delegado da 5ª Região de Cruz Alta, em 1940, citado por Py ([1942], p. 324-326), transcreve um fato sucedido no interior do distrito. Consta que recebera uma denúncia referente à realização de reuniões com determinado número de crianças em uma casa situada na Linha Madalena, onde o pastor da Igreja Luterana, Leopold Strothmann, ministrava instrução religiosa em idioma alemão. Para averiguar os fatos, “de vez que tais reuniões se me afiguram como uma transgressão à campanha de nacionalização do ensino cuja esfera, penso eu, abrange também o campo religioso”, o subdelegado aguardara uma oportunidade propícia para efetuar uma “batida policial”. Dirigira-se, então, a um chalé, de propriedade do comerciante Willy Dietrich, cedida para o fim exclusivo de realização das atividades religiosas, como consta em ata da Igreja Evangélica, surpreendendo o pastor Strothmann “doutrinando, em idioma *alemão*, um grupo de 15 crianças, de idade variável entre 11 e 14 anos, todas *brasileiras*, embora filhas de pais de *origem teuta*” [grifo do autor]. Para obter as informações inerentes, valera-se de um intérprete.

Na referida sala, encontrara um considerável número de livros em idioma estrangeiro,<sup>338</sup> entendendo que “tudo isso era irregular, desrespeitoso mesmo, ao decidido propósito do governo brasileiro em fazer com que as crianças – nascidas no Brasil sejam de fato brasileiras, pelo idioma, pelo ambiente e pelos costumes.” Diante do fato, relata:

resolvi dissolver aquela reunião e proibi-las, salvo ordem superior, encaminhando as crianças ali presentes às respectivas residências; apreendi os livros em seu poder, bem como diversos cadernos de apontamentos também escritos em alemão, trazendo tudo para esta subdelegacia; e por fim intimei o pastor Strothmann a me exhibir a ‘autorização’ que, segundo alegou, recebera de Porto Alegre para aquele fim.

De fato, horas após teria exibido à autoridade a circular emitida pelo Sínodo, aprovada pela Chefia de Polícia, a qual dava respaldo legal à reunião em questão.

À primeira vista, suas determinações podem ser encaradas como arbitrárias, ignorando uma combinação estabelecida entre a Igreja e a Polícia, a qual resguardava tais atividades. Ao notar que se encontrava em terreno irregular,

---

<sup>338</sup> Na relação nominal dos livros, enumera: 13 exemplares do *Religionsbuch für Evangelische Schulen in Brasilien*, e igual número do *Gesangbuch für die Evangelische Kirche in Wuerttemberg* (PY, [1942], p. 325).

enviara o caso ao seu superior, solicitando dele um parecer sobre seus atos, argumentando:

O ofício do Dr. Delegado da D.O.P.S. não contém instruções nem regula o assunto. Este é orientado pela comunidade, através a circular em questão; e, tanto quanto alcança o meu fraco entendimento, quer me parecer que as instruções do pastor Dohms não incluem, explicitamente, prática que ora denuncio e nem creio que implicitamente possa ser incluída nos diversos atos religiosos resguardados pela tolerância policial.

A diligência foi realizada pela forma que venho de resumidamente relatar, sem escândalo ou violência, inspirada unicamente pelo propósito de fazer cumprir os objetivos do governo de que sou humílimo agente, objetivos estes aprovados pela minha consciência de cidadão brasileiro que, quanto mais observa o ambiente em que ora se encontra, mais convencido se torna da necessidade de se “brasileirar” recantos como este, onde quem chega tem a impressão de estar num território estranho à pátria, tão grande é o número dos que, sendo brasileiros, não sabem falar o idioma nacional (PY, [1942], p. 326)

Note-se que no caso arrolado, o pastor não cometera nenhum crime passível de punição, nem as crianças, visto a lei abrir essa brecha. Todavia, sua ação comprometeria, possivelmente, o projeto maior de “abrasileirar” os contingentes germânicos “enquistados”. Os atores surpreendidos nessas condições representavam inimigos potenciais aos princípios nacionalistas do Estado Novo, cumprindo a polícia seu papel ao garantir a defesa dos mesmos. Para Schwartzman (2000), enquanto o poder público age de forma coatora opondo-se aos desejos ou sentimentos dos núcleos desnacionalizados, impondo a língua vernácula, a Igreja preferia conservar a língua familiar dos núcleos estrangeiros, facilitando, assim, seu trabalho, ao captar-lhes a simpatia e auxiliando em sua defesa. Esse choque de interesses suscitava inúmeros conflitos.

### **3.4.5 Sociedades Alemãs: Demarcadoras de Etnicidade.**

Com o mesmo grau de importância da Igreja e da Escola, as entidades associativas organizadas pelos imigrantes/descendentes alemães no Brasil, contribuíam na manutenção de laços para com a pátria de origem e a difusão do

germanismo. De acordo com Seyferth (2000), as associações – *Verein* – atuavam como demarcadoras da etnicidade, nas suas mais diversas modalidades.<sup>339</sup>

Alexandre Fortes (2001) avalia que o tempo de permanência no Brasil e a organização das mesmas seriam diretamente proporcionais. Quanto mais longa a estada no país, mais sólida e variada seria a rede institucional constituída por cada comunidade. Além dos benefícios materiais e culturais proporcionados aos seus membros, eram de fundamental importância na construção pública de uma identidade “alemã” ou “italiana”, necessária tanto para sua interação com os luso-brasileiros como para a unidade interna das respectivas comunidades.

Como entidades eminentemente étnicas, barravam a política de nacionalização, bem como detinham armas, algo arriscado em um contexto de guerra mundial. Esses fatores somados, serviram como respaldo para o seu “abrasileiramento”, passando, por exemplo, pela mudança de nome, ou, no limite, seu fechamento.

Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, a quantidade e variedade de agremiações culturais, recreativas e esportivas era considerável, como sociedades de canto coral, tiro ao alvo masculino e feminino,<sup>340</sup> bolãozinho, lanceiros,<sup>341</sup> ginástica, leitura. Congregavam, de modo geral, parte da vizinhança e familiares de uma área determinada, proporcionando momentos de encontro e lazer. Raros os casos em que contavam com um estatuto registrado ou um livro de registro. Contudo, quando possível, confeccionavam a sua bandeira, ostentada em ocasiões diversas, com inscrições em língua alemã.

---

<sup>339</sup> A primeira associação – *Verein* –, congregando imigrantes alemães residentes no Brasil ocorrera em 1821, no Rio de Janeiro, com a fundação da *Gesellschaft Germania*. Era composta, sobretudo, de *Kaufleute*, negociantes de importação-exportação, alguns dos quais serviram como representantes diplomáticos de algum país do centro e do norte da Europa (SEYFERTH, 2000).

<sup>340</sup> Havia, por exemplo, um *Schützverein* na Linha Morengaba, fundado em 13 de janeiro de 1937; um *Dahmenschützverein* na vila de Neu-Württemberg na década de 1930; o *Damen Schiessklub Progresso* e um *Schützverein* na Linha Magdalena, existindo desde o final da década de dez.

<sup>341</sup> “Neu-Württemberg - Clube de Lanceiros, uma das mais adiantadas associações da colônia. A mesma foi fundada para proporcionar diversão a seus associados e disciplinar militarmente os rapazes, seus membros, preparando assim os soldados para a Pátria. ‘É comandado o esquadrão de lanceiros, composta de 50 rapazes, todos corretamente montados, pelo sr. Carlos Brendle, que há pouco deu baixa do serviço nas fileiras do glorioso e disciplinado exército alemão, e que nesta colônia tem sido um esforçado batalhador pelo engrandecimento desta associação.’ Diz que seu presidente atual é Pedro Bock, e a sede dos mesmos é na casa de Gustavo Streppel, correliogonário republicano, e secretário do clube (ÁLBUM de Recortes de..., 09/jun./1910).



Todo esse aparato simbólico e organizacional fragilizava a infiltração da campanha de nacionalização. Para romper esses limites, o governo federal incluiu algumas ressalvas no Decreto-Lei nº 383, de 1938, com o intuito de controlar e restringir o funcionamento dessas associações.

No entanto, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha recrudesceram esse posicionamento, de forma imediata. Um telegrama reservado e urgente, datado de 17 de janeiro de 1942, emitido por Vasco Leitão da Cunha, do Ministério da Justiça, nominal ao interventor Cordeiro de Farias, considerava necessário manter um controle mais estreito sobre as sociedades de estrangeiros, responsabilidade essa atribuída às autoridades policiais. Com isso, objetivava-se zelar pela segurança e ordem do país, como também proteger interesses patrimoniais e morais que poderiam ser prejudicados com o agravamento da situação internacional.

O que fora até então negligenciado em relação “as sociedades civis entre estrangeiros, as antigas sociedades entre estrangeiros já nacionalizadas e as nacionais em que predominem estrangeiros, brasileiros naturalizados ou brasileiros de ascendência estrangeira”, deveria ser resolvido com urgência, num prazo máximo de três dias. As novas determinações aplicavam-se às sociedades culturais, recreativas, beneficentes ou de assistência, bem como aos estabelecimentos de ensino não oficiais.<sup>342</sup>

A primeira providência seria verificar se estavam devidamente registradas ou ao menos encaminhando o registro. Nesse caso, não se deveria permitir “que nela se efetuem reuniões sem a presença da autoridade; não permitir que nas reuniões se discutam assuntos políticos; não permitir que nas reuniões se ouçam rádio emissões do exterior; proibir reuniões fora dos recintos das sociedades.” Se não registradas, deveriam ser fechadas e interditadas, quando recreativas ou culturais, e se beneficente, o Estado assumir a direção.

Em caso de tratarem-se de sociedades já nacionalizadas ou sociedades nacionais em que predominassem estrangeiros, brasileiros naturalizados ou brasileiros de ascendência estrangeira,

---

<sup>342</sup> Telegrama de Vasco Leitão da Cunha ao Interventor Cordeiro de Farias, em 17/jan./1942. Correspondência recebida 1942. Maço 105, CG, AHRS. As mesmas instruções foram publicadas na imprensa. CP 30/jan./1942, nº 26, p. 1.

não renovar o alvará de licença anual, ou cassar o já concedido, enquanto a diretoria não estiver composta de pelos menos dois terços de brasileiros natos; [...] recusar o alvará de licença quando algum dos membros da diretoria, estrangeiro ou brasileiro, não parecer a autoridade suficientemente zeloso dos interesses nacionais; exercer, sobre as mesmas, uma fiscalização constante.<sup>343</sup>

Cordeiro de Farias implementaria imediatamente essas instruções, adaptando-as, da melhor forma possível, às circunstâncias estaduais, fechando o cerco a essas associações.<sup>344</sup>

Ainda em janeiro de 1942, em decorrência da emergência criada pela situação internacional, decidira-se pelo fechamento imediato das sociedades de tiro civis e a arrecadação de seus armamentos mediante inventário.<sup>345</sup> Isso porque tanto as sociedades de tiro como as de lanceiros detinham em seu poder armas e lanças, mantendo um treinamento constante, ameaçador no entendimento e na fala do regime oficial.

Entretanto, houvera um abismo entre a orientação oficial e a prática, ou a livre interpretação das autoridades locais, como a subdelegacia de Pindorama. Dos testemunhos ouvidos, todos são unânimes em assegurar que as armas das sociedades de tiro, guardadas em casas particulares, foram recolhidas sem serem inventariadas e jamais devolvidas, em muitos casos já antes de 42. Sem armas e proibidos de adquiri-las, automaticamente essas entidades estavam fadadas a desaparecer. Em outras situações, quando obtiveram o seu registro, muitas delas tiveram seus nomes abasileirados ou alterados.

---

<sup>343</sup> As mesmas aplicavam-se tão somente às sociedades de alemães, austríacos, balcânicos, belgas, chineses, dinamarqueses, espanhóis, eslovenos, estonianos, finlandeses, franceses, holandeses, húngaros, italianos, japoneses, letões, libaneses, lituanos, luxemburgueses, noruegueses, poloneses, russos, sírios, tchecos. Telegrama de Vasco Leitão da Cunha ao Interventor Cordeiro de Farias, em 17/jan./1942. Correspondência recebida 1942. Maço 105, CG, AHRS.

<sup>344</sup> Em um telegrama informativo enviado em 26/jan./1942 ao Ministério da Justiça, Cordeiro de Farias afirmara, “Em resposta seu telegrama dia quatorze corrente tenho honra informar Vossência situação sociedades estrangeiras em face instruções Ministério é a seguinte: Na capital existem oito dessas organizações, sendo: Duas polonesas, Sociedade Cultura e Sociedade Polônia, registradas regularmente. Três italianas, Sociedade Italiana Vittorio Emanuele II de Mútuo Socorro e Sociedade italiana Dante Alighieri, apresentaram prova de haver requerido registro. Uma austríaca, Sociedade Austríaca de Beneficência não está registrada e nem provou haver requerido registro (sob inspeção Federal). Uma húngara, Sociedade Húngara nas condições anteriores. No interior existem também oito sociedades estrangeiras que já foram intimadas a apresentar as provas referidas instruções.” Correspondência enviada no primeiro semestre de 1942. Maço 148, CG, AHRS.

<sup>345</sup> Vasco Leitão da Cunha a Cordeiro de Farias, em 23/1/1942. Correspondência recebida no primeiro semestre de 1942. Maço 150, CG, AHRS.

O cuidado com o corpo consistia em outra das preocupações dessas associações de alemães/descendentes em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi. Resultava, daí, a formação de várias Sociedades de Ginástica, coordenadas, muitas vezes, por ex-militares alemães ou por médicos. Das mesmas, participavam tanto homens quanto mulheres. Uma delas fora a Sociedade Ginástica *Gut Heil*. Outro grupo masculino de ginastas fora coordenado por Luiz Schafazick, tendo como instrutor Adam Klos, formado em ginástica na Alemanha. Não possuía uma sede fixa, realizando os treinamentos e as apresentações na própria propriedade da família Klos, ao ar livre. Mais tarde, a mesma se juntaria com a Sociedade de Futebol Atlético, transferindo as atividades para o salão Christmann (Depoimento de Otmar S. Klos).

Os alemães natos, no limite, foram excluídos do quadro associativo das entidades, demonstrando que as mesmas eram de (e para) nacionais. Em outubro de 1942, o Conselho Regional de Desportos do Estado do Rio Grande do Sul, presidido por Mario Totta, baseado no artigo 6, item 2, do decreto nº 12.758, editado em 17 de junho do mesmo, determinara que “os súditos dos países com os quais o Brasil está em guerra, não poderão tomar parte em qualquer competição, bem como continuar como sócios das associações esportivas”, nem os técnicos esportivos desempenhar sua função. Nomeava as Federações como responsáveis por providenciar e zelar pelo cumprimento dessas decisões (FS 17/out./1942, nº 236, p. 4).

Uma agremiação germanista de relevo fora a Sociedade de Leitura Faulhaber, fundada em 1903. Seu acervo literário formara-se com a aquisição de livros pelos sócios e por numerosas doações realizadas pelo Instituto Bibliográfico Hermann Meyer e outras entidades alemãs. Logicamente, predominavam as obras em língua alemã, majoritária entre seus associados, os quais, entre 1939 e 1941, não ultrapassavam 45,<sup>346</sup> aumentando posteriormente: em 1942-1943, passaram para 58, em 1944, para 65 e em 1946, para 110. Vale ressaltar que houve uma retração do número de associados no auge da campanha de nacionalização, quando a entidade sofria intensa perseguição.

---

<sup>346</sup> Desse total de 45, 32 eram de nacionalidade brasileira, 12 alemã e um polaco. Quanto às suas atividades profissionais, 10 eram colonos, 7 industrialistas, 5 comerciantes e o restante desempenhava atividades diversas (Cf. Lista dos Sócios da Sociedade de Leitura Faulhaber. Pasta Diversos. Sociedade de Leitura Faulhaber, MAHP).

Na sede como no interior da colônia, as festividades mais importantes consistiam na festa do *Kerb*, escolares, *Unser Tag* (25 de julho), Natal, Primeiro de Maio (dia do trabalho),<sup>347</sup> e Festa da Primavera. Nodari (1999, p. 220), analisando as relações étnicas do Oeste de Santa Catarina, considera que as festas como um todo, sejam elas nas sociedades recreativas ou nos bailes, “propiciavam um aspecto especial para a renegociação das práticas sócio-culturais, pois elas reforçavam em seus participantes o sentimento de pertencer à comunidade, e, ao mesmo tempo, reproduziam as relações sociais e de poder.” Cada qual “sabia” seu lugar. Nas relações cotidianas, mas nas festas em particular, a etnicidade era construída e renegociada, incluindo novos elementos e excluindo outros. Nessas oportunidades cada grupo étnico demarcava seu espaço.

Superficialmente, o Estado Novo conseguira enquadrar as entidades associativas no seu projeto maior, por meio da nacionalização ou mesmo de sua extinção. A revista *Vida Policial*, em referência ao tema, em 1944, acusava-as de ser uma farsa para uso externo. Internamente, continuariam preservando sua antiga estrutura, rituais, paramentos, bandeiras, estandartes, quadros, arquivos, além do germanismo e o emprego da língua alemã (VP abr./1944, nº 69, p. 60). Verdadeiro ou não, o fato é que com a queda de Getúlio Vargas, poucas reabriram, outras surgiram, seguindo moldes semelhantes aos anteriores, porém, o germanismo cedia espaço a um nacionalismo indisfarçável.

#### **3.4.6 Invasão de Privacidade: a II Guerra e o Cotidiano das Famílias.**

Ocultar-se da malha repressiva do Estado Novo tornara-se praticamente inviável. Além de controlar o espaço público, como a Escola, a Igreja, as entidades associativas e a rua em todas suas dimensões, estendia sua atuação ao espaço privado. O lar de estrangeiro, no sentido amplo que a nacionalização dava a essa palavra, não estava a salvo. Seus passos eram vigiados, denunciando qualquer anormalidade.

A II Guerra Mundial suscitara inúmeras providências, pressionando os imigrantes a uma definição: a Alemanha ou o Brasil. Se a escolha recaía sob a

---

<sup>347</sup> As comemorações, em nível estadual, do dia do trabalho, entre os alemães e descendentes, representava uma das festas mais significativas, envolvendo considerável público, desfiles, com o apoio da Casa Alemã. De 1937 em diante, esses eventos seriam criminalizados, devido sua conotação nazista. A Casa Alemã foi fechada. O primeiro de maio passa a ser uma das datas

primeira opção, automaticamente transformava-se em inimigo. Já a indefinição incitava a suspeita.

O poder central recomendava às autoridades estaduais e municipais, em face da situação internacional, a implementação de providências adequadas para proibir, particularmente nas zonas de colonização estrangeira, toda e qualquer discussão pública sobre assuntos de guerra, vedando manifestações pró ou contra os países envolvidos ou com possibilidade de nela ingressar.<sup>348</sup> Não fazia menção explícita, no entanto, ao espaço privado do lar.<sup>349</sup>

A questão mais problemática e cuja incidência prejudicaria demasiadamente a convivência nos núcleos coloniais, fora a proibição do uso de línguas estrangeiras. O impacto em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi seria profundo, uma vez que a língua alemã determinava todas as relações. Uma aluna luso-brasileira, ao sair do Grupo Escolar, estudara ainda dois anos na *Stadtplatzschule*, com muito sacrifício, para aprender a língua alemã. “Eu aprendi tudo em alemão, eu sei escrever em alemão, eu sei ler. E a maioria das coisas eu entendo, eu sei!” (Depoimento de Nerci Santos). Nesse caso como em outros, ligava-se diretamente à obtenção de um emprego, dado que a maior parte dos estabelecimentos industriais e comerciais eram controlados pelos alemães, bem como os consumidores.<sup>350</sup>

A maioria desconhecia ou compreendia mal o vernáculo. Oficialmente, o governo estadual assinara um decreto proibindo

---

referenciais do regime estadonovista, associando Vargas aos Trabalhadores.

<sup>348</sup> Francisco Campos, Ministro da Justiça, a Cordeiro de Farias em 04/08/1939. Telegramas recebidos, Maço 132, CG, AHRS.

<sup>349</sup> Uma circular expedida pela polícia paulista e publicada no jornal *Correio do Povo* (17/02/1940, nº 39, p. 3), recomendava: “especialmente, às autoridades policiais das localidades, onde existem núcleos estrangeiros, que exerçam a mais severa vigilância, proibindo a realização de festas, competições, etc., principalmente de escolares, com a distribuição de programas ou impressos em língua estranha ao país, e nas quais predominem elementos e influência estrangeiros, trazendo ao conhecimento desta chefia a observação que qualquer irregularidade que possa diminuir o sentimento patriótico e concorrer para a desnacionalização do país.”

<sup>350</sup> Não se trata de uma peculiaridade de Neu-Württemberg, pois, no Quarto Distrito de Porto Alegre, onde predominava o elemento alemão, Alexandre Fortes (2001) depara-se com a mesma questão. A empresa de aviação Varig, de propriedade do alemão Otto Ernst Meyer, por exemplo, era controlada pela similar alemã Condor. E, apesar da legislação determinar expressamente que os pilotos da aviação comercial nacional deveriam ser, necessariamente, brasileiros, mantivera, como um “requerimento absoluto”, que os seus aviadores possuíssem nacionalidade alemã. Já a Renner, defendida como indústria nacional por seus proprietários, reproduzia, internamente, a segmentação étnica existente na cidade, a qual influenciava mesmo a política de contratação dos trabalhadores, sua relação com as chefias, bem como sua distribuição por setores.

aos oficiais do registro de notas de tomar declarações de pessoas que não saibam falar a língua nacional. Sempre que ocorra essa hipótese nos distritos rurais, os notários ou oficial de registro remeterão as partes para a sede do município, onde terá lugar o ato jurídico, com a interferência de um intérprete nomeado pelo juiz de Direito ou, na sua ausência, pelo juiz municipal (CS 8/abr./1939, nº 28, p. 2).

A resistência por parte dos alemães/descendentes manifestava-se de forma mais evidente no momento da aprendizagem ou não da língua vernácula. “A proibição da língua alemã foi difícil, muitos não queriam se adaptar, muitos estudaram e falam português muito bem. A língua é uma coisa que se aprende, mas tinha os ‘cabeçudos’. Quem não aprendeu, houve denúncias, perseguição” (Depoimento de Herta R. Schwarz). Porém, entre os imigrantes a questão era mais crítica: “não era para falar em alemão, mas nós falávamos igual. Quem iria cuidar? Então havia umas pessoas que queriam ‘agradar’ o governo, eles escutavam atrás da porta, e os que falavam em alemão eles prendiam” (Depoimento de Charlotte Wolgien). Ou seja, a Polícia não era/estava tão onipresente quanto dava a entender em seu discurso.

O processo de aprendizagem da língua nacional entre os imigrantes, principalmente para os idosos, mostrava-se lento, não correspondendo às expectativas governamentais imediatas, acarretando inúmeros constrangimentos. A simples ida à venda dificultara-se, pois pairava no ar o medo e a possibilidade de um fiscal ou denunciante surgir. Holloway (1997, p. 21) explica que “as forças diretrizes do comportamento se tornam internas e psicológicas, impondo o autocontrole e a autodisciplina que tornam a maioria das pessoas auto-reguladas.”

Igualmente, seriam privados da imprensa periódica alemã, de forte circulação, um dos pilares de sustentação e difusão do germanismo no Rio Grande do Sul. Editavam-se na capital, como nas colônias mais distantes, jornais, *kalenders* e revistas. Seu noticiário era variado, desde as notícias diárias locais até as internacionais, com seções culturais – contos, histórias, poesias –, informações sobre agricultura, quadro político, artigos. Possuíam considerável número de assinaturas e leitores. Podiam ser tanto confessionais – evangélicos, católicos –, como leigos ou partidários.<sup>351</sup> Ao lado das publicações locais, circulavam também as editadas na Alemanha e vários títulos de livros.<sup>352</sup>

---

<sup>351</sup> O mais conhecido e importante jornal em língua alemã durante o Império, de caráter político, porta-voz do Partido Liberal junto aos colonos alemães, foi o *Koseritz Deutsche Zeitung*, em Porto

O jornal *Die Serra-Post*, de Ijuí, contava com considerável parcela de leitores em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi.<sup>353</sup> Em menor escala apareciam os almanaques publicados pela Igreja Evangélica e outros jornais da capital, também em língua alemã.

Desestruturar e coibir a imprensa germânica fora o objetivo maior do Estado Novo. Sua ação impetrava-se tanto de modo direto, oficial, como sutil, com intrigas, prisões, confisco de papel, suspensão do registro de circulação.<sup>354</sup> Em fevereiro de 1941, Getúlio Vargas autorizara o DIP a conceder seis meses para que os periódicos em língua estrangeira se adaptassem exclusivamente a língua nacional. Os que não cumprissem essas determinações, teriam seus registros cassados.<sup>355</sup> No entanto, os que não dispunham de registro, seriam fechados imediatamente. Findo o prazo, o DIP lembraria o interventor Cordeiro de Farias (30/jun./1941):

---

Alegre, sob a direção desde 1864 de Karl von Koseritz, que também editava um *kalender*.

<sup>352</sup> Parcela dos livros alemães eram trazidos pelos imigrantes, ou encomendados diretamente da Alemanha. Também foram traduzidos vários livros da literatura brasileira, de autores como José de Alencar, Monteiro Lobato, Visconde de Taunay, poesias de Gonçalves Dias, entre outros. Esse trabalho era executado por diferentes pessoas, no geral descendentes de imigrantes alemães, e editados por livrarias da mesma natureza. Sua circulação, muitas vezes, era local. Era uma maneira dos imigrantes ter contato com a literatura brasileira (Cf. CARNEIRO, 1951).

<sup>353</sup> O jornal *Die Serra-Post*, bisemanário em língua alemã, não confessional, possuía um público leitor bem definido: os colonos alemães – autodenominava-se “*jornal teuto-brasileiro independente dos agricultores*” –, e a região serrana – em seu primeiro número (12/05/1911), trazia como subtítulo “Folha semanal alemã para a região da serra”. Sua edição em vernáculo, *Correio Serrano*, reafirmava esse caráter: “*Órgão para os interesses regionais*”. Desde 1922, também publicaria anualmente o *Kalender der Serra-Post* (Cf. NEUMANN, 2002d).

<sup>354</sup> Em princípio, o Estado Novo reforçara o controle e censura dos órgãos de imprensa, por meio do DIP, bem como a elevação do preço do papel de jornal e o controle governamental sobre a sua distribuição, levando muitas empresas jornalísticas à falência. Outra forma de contornar esse impasse fora a redução do número de páginas ou de dias dos noticiosos – tática empregada pelo *Correio do Povo*, que reduzira o número de páginas e deixara de circular na segunda-feira. Outra medida do DIP: não conceder registro a nenhum novo jornal, revista ou periódico durante o ano corrente, além de negar o registro a várias publicações que não estariam enquadradas nas exigências oficiais. Correspondência Recebida, Maço 136, CG, AHRS.

<sup>355</sup> A proibição da imprensa estrangeira não foi recebida sem contestação. O Bispo Metropolitano, D. João Becker assinava uma carta anexada a um memorial elaborado pelos jornalistas católicos, dirigindo-se ao presidente da República, na qual reclamava: “O que a nova legislação visa, pode-se, certamente, conseguir sem algemar a liberdade do jornalismo católico, baluarte contra o comunismo soviético e o nazismo germânico, que ambos, ameaçam a Nação, na sua estrutura íntima.” (CP 23/jan./1940, p. 5). Franz Metzler, proprietário do jornal *Deutsches Volksblatt*, procurado pelo *Correio do Povo* para falar sobre a referida lei, chama atenção para o fato de muitos periódicos já estarem comprometidos com seus assinantes, por haverem pago a assinatura anual. Diz ainda: “Consideram eles que essa imprensa não teria, em absoluto, nenhum caráter prejudicial se a censura fosse exercida com severidade, obedecendo esses veículos de publicidade a orientação das autoridades brasileiras. ‘Porque – acrescentam- o colono, na acepção da palavra, - aquele que veio para o Brasil já em idade madura – não poderá adaptar-se assim tão facilmente ao idioma deste país.[...] afirmo que ainda não estamos em condições de dispensar a colaboração de jornais publicados em língua estrangeira para o êxito de um movimento nacionalizador” (CP 09/fev./1941, nº 34, p. 7).



Terminado amanhã prazo concedido Sr. Presidente república imprensa estrangeira para passar ser redigida exclusivamente em idioma nacional rogo Vossência providências sentido proibir definitivo circulação qualquer jornal periódico, revista, anuário ou qualquer espécie publicação editada no Brasil em língua estrangeira. Tratando-se medida maior alcance orientação nacionalizadora adoção providências tenho a honra solicitar.<sup>356</sup>

Em decorrência, vários periódicos pereceram,<sup>357</sup> inclusive o *Die Serra-Post*, restando apenas sua versão em vernáculo, ou seja, o *Correio Serrano*,<sup>358</sup> o que limitara o acesso a informações para a maior parte da população germânica.

A nacionalização na zona urbana e rural seguia um ritmo e características próprias. O “viver em cidades” acabara favorecendo um novo ambiente para as relações étnicas. Para Correa (2002, p. 82)

a heterogeneidade étnica da urbanizada *Gesellschaft* acaba provocando uma “desterritorialização” física e simbólica àqueles acostumados com a composição étnica homogênea da *Gemeinde* de outrora. [...] Uma das funções da identidade étnica seria, portanto, garantir a permanência de um modo de vida tradicional aos recalcitrantes à dinâmica da cidade e à sua nova composição étnica.

Outro impacto significativo para essas populações urbanas seria a convivência cotidiana com o outro, com o diferente. Como até a década de 30-40, a maior parte da população colonial ainda era rural, vivendo nas circunscrições dos limites de sua propriedade, o contato com o “outro” não era tão intenso como no

---

<sup>356</sup> Correspondência recebida – 1941, Maço 145, CG, AHRS.

<sup>357</sup> O jornal *Correio do Povo* divulgara uma listagem de 22 periódicos em língua estrangeira atingidos pela lei no Rio Grande do Sul, a qual fora fornecida pela Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação, responsável pelo controle: “Em Porto Alegre: *Deutsches Volksblatt*, alemão; *Neue Deutsche Zeitung*, alemão; *St. Paulus-Blatt*, alemão; *Jornal de Natal*, alemão; *Revistas: Evangelisch Luther Kirchenblatt*, alemão, *Evangelisch Luther Kirchenblatt Argentiniens*, alemão; *Waltherliga Bote*, alemão, *Wacht und Weid*, Noticiário, da Liga das Uniões Coloniais riograndenses, alemão; *Das Andverss*, alemão; *Turnblatter*, alemão e *Güther Kalender für Sudamerika*, alemão. Interior do Estado: Garibaldi: *Staffeta Riograndense*, italiano; Ijuí: *Die Serra-Post*, alemão, São Leopoldo: *Almanack dos teutos no Brasil*, alemão. Da relação de 1938 conta mais os seguintes jornais: Caxias: *Il Giornale del Agricoltore*, italiano. Porto Alegre: *Kozeritz Kalender für Brasilien*, alemão, *Konkardianer*, alemão, *Das Band*, alemão, Santa Cruz: *Volkstime* alemão, *Kolonie*, alemão, Santa Rosa: *Der Anzeiger*, alemão” (CP 11/fev./1941, nº 35, p. 2).

<sup>358</sup> O fechamento do noticioso fora comunicado em uma nota aos leitores, nas páginas do *Correio Serrano*: “Aviso. Suspensão do “*Die Serra-Post*”. O Delegado de Polícia deste Município, Snr. Cyrano Telles Pinho, esteve terça-feira na redação do jornal “*Die Serra-Post*”, comunicando que, por ordem do Snr. Major Chefe de Polícia ficava proibida, até segunda ordem, a publicação dessa folha. Diante dos termos da ordem, dada pela Chefia de Polícia, ficamos aguardando a solução definitiva dessa autoridade para então voltar à presença dos nossos leitores. Ijuí, 29 de Maio de 1940. Ulrich Löw” (CS 31/mai./1940, p. 1).

meio urbano. Daí que nas zonas urbanas a assimilação natural era mais acelerada e imprescindível.<sup>359</sup>

Associações e instituições específicas também se dedicavam a tarefa maior de “abrasileirar” os possíveis “quistos” étnicos, em colaboração com o Estado Novo, como o Exército, os Tiros de Guerra e a Liga de Defesa Nacional.

O Exército e o Tiro de Guerra desempenhavam um papel fundamental como nacionalizadores, pois todos os homens, independente de sua origem étnica, desde que naturalizados brasileiros, passavam obrigatoriamente pelas fileiras de um deles.<sup>360</sup> Nesses espaços, o uso da língua nacional era a exigência primeira: “depois eu fui para o quartel, aí então eu não falei mais nenhuma palavra em alemão. Tudo brasileiro. Porque no tempo da guerra, se pegassem alguém falando em alemão...” (Depoimento de Lindolfo Spode).<sup>361</sup>

Já os grupos de Tiro de Guerra estavam sediados primordialmente nas zonas coloniais. Seu público alvo, os descendentes de imigrantes alemães e italianos. Uma dessas unidades fora instalada em Neu-Württemberg-Pindorama-Panambi, com o intuito de facilitar a instrução

sem necessidade de abandonar a lavoura, a oficina, os campos de criação. E o Tiro de Guerra 680, é uma expressão de patriotismo dos habitantes de Pindorama do grande amor ao Brasil. Sob a direção do sargento Odelan de Neiva, seu instrutor, o Tiro de Guerra 680 vai realizar uma obra sadia de

---

<sup>359</sup> Em sua pesquisa, Sganzerla (2001) constatou que as restrições ao uso da língua italiana na sede da colônia de Guaporé fora mais intensa que na área rural. Também que o controle e execução rigorosa das leis vinculava-se às autoridades que estavam no poder, incorrendo em exageros. Na região italiana, verificaram-se relativamente poucas prisões, contudo, criara-se um forte estado de tensão e medo. Fortes (2001, p. 105) destaca que “sua forma particular, sua conotação e seus contornos se definem dinamicamente, particularmente num cenário urbano marcado pela contínua expansão e pelo intenso movimento de população. O significado de ser “alemão”, “italiano”, “polonês” ou “eslavo”, embora todas estas identidades tenham uma base histórica e cultural objetiva, certamente se alterará de acordo com as particularidades do momento histórico, da relação com outros grupos étnicos e da inserção dos fluxos migratórios na estrutura sócio-econômica.”

<sup>360</sup> Desde 1916, o serviço militar tornara-se obrigatório, prestado no Exército por um ano. O Rio Grande do Sul, junto com o Distrito Federal do Rio de Janeiro, sediava as forças militares permanentes mais importantes: em 1920, quase 22% dos efetivos militares do Brasil estavam concentrados no Rio Grande (Pécaut, 1990).

<sup>361</sup> Em São Leopoldo a situação chegara ao extremo: “o comandante da guarnição local, coronel Elpidio Romulo Colonia baixou ordem determinando que todos os soldados recentemente convocados que não falem o idioma pátrio, usem fumo negro no braço, e que não saiam dos quartéis enquanto não aprenderem a língua portuguesa. Já está em pleno funcionamento uma aula de português para os novos soldados, sob a direção de um sargento” (CS 8/jul./1944, nº 55, p. 3).

brasilidade, ao mesmo tempo que prepara os futuros defensores da pátria (FS 01/jan./1939, nº 1, p. 42)<sup>362</sup>

Outro difusor do discurso nacionalista foi a Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916. Como linha mestra ostentava o patriotismo de Bilac e centrava-se na questão do serviço militar obrigatório e na educação cívico-patriótica. Seu lema-síntese: educação e defesa nacional. Dispersa por todo país, atuava na realização de eventos nacionalistas, palestras, festividades, etc. (OLIVEIRA, 1990). Em Cruz Alta, fora fundada em agosto de 1939,<sup>363</sup> e em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi cogitava-se sua fundação em maio de 1941 (CP 29/mai./1941, nº 119, p. 4). Colaborava intensivamente na definição e organização das festividades relativas a Semana da Pátria e outras datas nacionais.

Enfim, essas instituições e entidades colaboravam intensivamente com o poder central, unidos pelo propósito comum de formar uma nacionalidade una e coesa, empregando métodos educativos e de propaganda, aliados ao treinamento militar. O controle sobre a efetivação real dessas medidas nas relações cotidianas coubera ao setor policial.

### **3.5 "AGORA, ESTA POPULAÇÃO DE ORIGEM COLONIAL, É BRASILEIRA!"**

Os primeiros anos da década de 1940 caracterizaram-se como os mais duros do regime estadonovista, nos quais a repressão, tanto a nível estadual como federal, extrapolaria todos os limites, controlando o comportamento público como no privado. Essa situação tornara-se crítica em face do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em janeiro de 1942, e o reconhecimento do estado de beligerância entre o Rio de Janeiro, Berlim e Roma em 22 de agosto, evoluindo para o 'estado de guerra' em 31 de agosto de 42.<sup>364</sup>

---

<sup>362</sup> Sobre a formação e duração dos Tiros de Guerra, Acker (1996) informa a existência de uma unidade em Cruz Alta em 1917/1918, o Tiro de Guerra 103. Entre os anos 1918 e 1927, não há mais referência, ressurgindo então. Relativo a Neu-Württemberg, o Tiro de Guerra 680 figura a primeira vez na listagem do ano de 1926, permanecendo ativo até 1940, quando desativado. Em termos de Rio Grande do Sul, os últimos funcionaram até 1945.

<sup>363</sup> Dentre as suas lideranças, figuravam na presidência o General Guedes Alcanforado, além de Sebastião Oliveira, Margarida Pardelhas, Major Nabor Ribeiro, José Narciso Abreu. Correspondência recebida 1939. Maço 132, CG, AHRS.

<sup>364</sup> Durante a década de 30, Getúlio Vargas mantivera uma posição indefinida frente aos blocos internacionais em conflito: pendia ora para o lado da Alemanha, ora para os Estados Unidos. Com esse jogo duplo, procurava obter vantagens junto aos dois países. A saída fora uma posição neutra

A turbulência internacional refletiria imediatamente nos núcleos de colonização alemã. Manifestações e confrontos se verificariam em várias regiões do Estado, fomentando o incremento da repressão, justificada naquele momento por uma razão concreta, ou seja, a guerra. Como medida preventiva, a vigilância sobre as colônias “germânicas” se tornava mais rígida, tendo em vista que sua condição de “estrangeiros” os empurrara para a de inimigos declarados.

Dentre as providências, avultava a proibição do porte de armas para estrangeiros, como explicitava uma nota publicada na imprensa:

De ordem do Senhor Tenente Coronel Chefe de Polícia, faço público que, dentro de quinze dias, a contar desta data, os estrangeiros, nacionais da Alemanha, Itália, Japão e suas possessões, ficam obrigados à entrega de suas armas, de qualquer espécie, mesmo registrados ou licenciados, bem como das respectivas munições. A entrega deverá ser feita, nesta capital, à Delegacia de Ordem Política e Social, Seção de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos, e no interior do Estado, às Delegacias de Polícia e Subdelegacias subordinadas. Findo o prazo supra, os transgressores ficarão sujeitos às penalidades legais. Porto Alegre, 29 de Janeiro de 1942 (CP 30/jan./1942, nº 26, p. 1).

Legitimava-se, assim, o recolhimento de armas em posse de associações esportivas mantidas por estrangeiros/descendentes ou particulares, desarmando as zonas coloniais como Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi.

Uma questão fundamental emerge daí: por um lado, a população de origem germânica era obrigada a prestar serviço militar, aprendendo a manejar armas. Por outro, porém, foi proibida a posse respectiva. Segundo as evidências, o problema residia mesmo na posse de armas, as quais, eventualmente, poderiam ser dirigidas contra o Brasil ou contrabandeadas para o lado do inimigo.

A reação popular diante do rompimento com os países do Eixo e o afundamento de navios brasileiros fora violenta. Em virtude dessa radicalização, Cordeiro de Farias recomendava aos gaúchos que mantivessem a ordem, não adotassem atitudes agressivas para com os súditos desses países residentes no Brasil, nem contra suas pessoas, nem contra seus bens e honra (CP 29/jan./1942, nº 25, p.1). Seguindo o mesmo pensamento, o jornal Correio Serrano clamava:

por nosso intermédio a Delegacia de Polícia solicita à população ordeira deste município, calma e ponderação no momento grave que atravessa. Que é um dever de todo cidadão, cômico da responsabilidade para com a

---

até 42, aumentando seu peso de negociação na sua busca em dotar o país de um equipamento militar moderno e de um complexo siderúrgico (GAMBINI, 1977; SEITENFUS, 1985).

Pátria, denunciar à Delegacia, qualquer atividade contrária aos interesses da nacionalidade. No momento atual todos estão moralmente obrigados a cooperar com as autoridades competentes e só do bom entendimento geral, depende a estabilidade de nossa situação estatal (CS 31/jan./1942, nº 9, p. 1).

O afundamento de mais embarcações na costa brasileira, levava uma população indignada a protestar nas ruas da capital e nas principais cidades interioranas. Em Ijuí, os protestos alcançaram grandes proporções. Em Cruz Alta, porém, deram margem a uma situação dúbia. O intendente local, Pacífico Dias da Fonseca, por telegrama, comunicara ao interventor as razões motivadoras de sua não-participação nos protestos em curso na cidade, alegando seguir as recomendações do delegado regional de polícia.<sup>365</sup> Todavia, essa atitude gerara controvérsias:

Realizou-se ontem comício [que] comuniquei anteriormente. Deixamos comparecer motivo já explicado [em] meu fonograma anterior. Tudo corria normalmente graças medidas tomadas [pelo] doutor Delegado [de] Polícia, quando um orador fazendo agradecimento ao mesmo e imprensa, atacou [por] meios indiretos [o] governo municipal taxando-nos de integralistas e Quinta-coluna, pretendendo visar [o] subprefeito major Santos Rosa, pois, apesar [de] não termos tomado parte [da] passeata emprestamos bandeiras, mandamos funcionários auxiliá-los [nas] ornamentações, atender sem restrições tudo [o que] foi solicitado, permanecendo Prefeitura que franqueamos público, na frente da qual se realizou encerramento do mesmo.<sup>366</sup>

Aqui, mais uma vez, nota-se a complexidade do termo “quinta-coluna”, o qual fora empregado para designar uma autoridade nacional ausente em um momento de exaltação nacionalista. Ao mesmo tempo, a confusão e equivalência das expressões “quinta-coluna” e integralismo, ambos sinônimo de anti-nacional.

O interventor federal, por sua vez, solicitava ao povo gaúcho para que evitasse a instauração da confusão, arremessando uns contra os outros injustamente. “Devemos também não hostilizar os elementos alemães ou italianos que aqui honestamente trabalham ajudando-nos a construir a grandeza material de nossa Pátria, não dando quartel entretanto aos agitadores de qualquer origem a soldo de ideologias extremistas” (CP 23/abr./1942, nº 94, p. 5).

A situação complicara-se em agosto de 1942, conseqüência de novos afundamentos de navios e com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo.

---

<sup>365</sup> Correspondência recebida no primeiro semestre de 1942, Maço 150, CG, AHRS.

As manifestações de apoio contagiaram a população, tomando conta das ruas, alcançando proporções incontroláveis, violando os bens dos “súditos do Eixo”. Em Porto Alegre, entre 18 e 19 de agosto de 42, ocorreram vários ajuntamentos de populares eufóricos, inclusive com depredação e incêndios de estabelecimentos comerciais e residências de “súditos alemães e italianos” (CP 19/ago./ 1942, nº 193, p. 2). O estado de tensão fugira ao controle das autoridades, exigindo a intervenção de Cordeiro de Farias, o qual tentara demonstrar a irracionalidade das ações, pois

destruir essa riqueza será, assim, destruir o nosso próprio patrimônio. Espero que sabereis respeitar o que, já agora, é um bem de toda a nação... Mas, a ordem precisa ser mantida e as destruições não podem continuar. Além disso, precisas ter em conta o seguinte: há agitadores empenhados na exploração dos vossos sentimentos de revolta. Há elementos interessados em forçar o governo a tomar medidas enérgicas para preservar a ordem e, assim, dar ao povo a ilusão de que o poder público está contra ele. Com isso, meus amigos, esses agitadores visam destruir a unidade espiritual existente entre governantes e governados – essa unidade que tem sido o supremo bem da nossa vida nessas horas trágicas que estamos atravessando (CP 20/ago./1942, nº 194, p. 3).<sup>367</sup>

O clima de instabilidade instaurado deveria ser contornado pela instituição policial. Através dela o Estado se empenhava em criar uma ameaça palpável, seja pelo patrulhamento ostensivo das ruas, seja por meio das dezenas de milhares de detenções e medidas disciplinares, que abarcavam graus variáveis. A população submetia-se a essa autoridade superior por acreditar em sua legitimidade, por conveniência ou por medo (HOLLOWAY, 1997).

Ao passo que o Estado Novo reforçava suas medidas nacionalizadoras, cada vez mais restritivas e rígidas, o Rio Grande do Sul gabava-se do sucesso de sua política, desmobilizando e integrando os “quistos étnicos” ao meio nacional. Cordeiro de Farias partia do princípio de que os colonos viviam em completo abandono nas zonas interioranas, problema este relegado pelos governantes anteriores.

---

<sup>366</sup> Correspondência recebida no primeiro semestre de 1942, 16/03/1942, Maço 150, CG, AHRS.

<sup>367</sup> Cordeiro de Farias, em telegrama, relatara a situação do Rio Grande do Sul ao Ministro da Justiça: “desde ontem, a noite, no curso de grandes demonstrações cívicas, numerosa massa populares fez depredações centro cidade e diversos bairros casas comerciais pertencentes súditos nações totalitárias e de brasileiros havidos como simpatizantes eixo. No sentido circunscrever máximo possível tais fatos, tomei pessoalmente todas medidas aconselháveis momento assim como determinei providências enérgicas sentido evitar reprodução tais fatos. No momento cidade tranqüila, estando sendo policiada forças estaduais e federais. No interior notícias são grande exaltação. Em Santana Livramento foi morta uma pessoa de nacionalidade alemã. Governo Estado tem agido inteira colaboração Comando 3ª Região.” Correspondência enviada no segundo semestre de 1942. 19/08/1942. Maço 149, CG, AHRS.

Mas não são eles tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes, que, brasileiros de fato, e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos (CORDEIRO DE FARIAS, 1941).

No discurso oficial, esse fora o motivador para a implementação da Campanha de Nacionalização, em um espaço de tempo mínimo. Ressalvava:

não destruimos nunca o que estava feito; apenas o orientamos num sentido mais amplo de brasilidade, preenchendo lacunas, corrigindo defeitos do ensino particular e religioso. Não fechamos em massa os colégios existentes na parte do Estado onde o ensino mais se esquivava às exigências nacionais.

Argumentava que “o Brasil não conhece separação em sua população motivadas pela sua ascendência – ‘Quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor’” (CORDEIRO DE FARIAS, 1941).

Paralelamente às reuniões, decretos-lei, educação e repressão policial, realizava-se um trabalho empírico junto aos núcleos mais isolados do meio nacional. Políticos, intelectuais e funcionários públicos deslocavam-se com regularidade para essas regiões a fim de acompanhar de perto o desempenho da política nacionalizadora. Essa era a lógica da visita de Getúlio Vargas a Blumenau em março de 1940 (CP 13/mar./1940, nº 60, p. 3; JE, 13/mar./1940, p. 7). Suas impressões ficaram registradas em um eloqüente e badalado discurso. Assinalara não haver encontrado o quadro desenhado por tantas vezes, do desconhecimento da língua portuguesa e do sentimento nacional adormecido. Ao contrário, constatara que essas populações eram tão brasileiras quanto às demais, possuindo amor pela terra em que viviam e o desejo de viver como nacionais.

Tal transformação, que a ninguém seria lícito obscurecer, a testemunhei por toda parte, demonstrada quer nos homens adultos e válidos, como nos moços e nas crianças, sobretudo as crianças que me rodearam em bandos alegres que tinham nas profundezas dos olhos azuis, e nos acenos cheios de carinhos, a efusão inequívoca do sentimento que lhes ia na alma, e quando suas cabecinhas douradas ao sol pareciam um trigal maduro. Tive a impressão ao vê-las, de uma geração nova do Brasil, que se erguia.

Arrematava dizendo que

custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era o binômio de cuja resultante deveria sair a sua



prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas. Estradas e escolas (CP 13/mar./1940, nº 60, p. 3).<sup>368</sup>

Além de tachar o governo precedente como o responsável pela conjuntura em vigor, desqualificava a atuação política do mesmo: enquanto os governos anteriores só se lembravam dos colonos quando necessitavam de votos ou para cobrar impostos, o Estado Novo “tem por eles sentimentos paternais, deles só se aproxima para ampará-los, para dar-lhes justiça, para garantir-lhes o trabalho e a tranqüilidade, para desenvolver a sua economia, para aumentar a sua riqueza”.

O Estado Novo julgava-se o responsável maior pela integração dos estrangeiros/descendentes ao meio nacional, vencendo os resistentes pela força. Em sua oratória, confirmava o sucesso de sua estratégia política, alcançando resultados positivos, com a transformação de populações “alienígenas” em brasileiros.

Agora, esta população de origem colonial, que há tantos anos exerce sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primeiros povoadores, é brasileira. Aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque aqui receberam a educação (CP 13/mar./1940, nº 60, p. 3).

Portanto, tratava-se de uma questão resolvida, pelo menos na região sul do país. A forma pela qual se procedera esse processo, na visão de Vargas, fora a mais adequada.

Quisemos a nacionalização do ensino e da imprensa; suprimimos as agremiações, ligas e entidades sociais estrangeiras de ação política, reconhecidamente nocivas e desagregadoras; extinguímos os escudos estaduais [...]. Na ordem social como na ordem econômica, o nosso lema foi unir, estreitar, fortalecer – dar coesão às energias nacionais, formar o Brasil mais próspero e mais forte (CS 7/mar./1945, nº 19, p. 1)

### 3.5.1 “Caça às Bruxas”

O princípio da década de 40 marcou o ápice dos métodos repressivos. A manutenção da ordem pautava-se livremente pela “lógica da desconfiança”. Holloway (1997, p. 253-254) ressalta que a repressão

---

<sup>368</sup> A construção de estradas beneficiava a população em dois sentidos: por um lado, facilitava o escoamento da produção agrícola, por outro, a integração entre as diferentes regiões, permitindo a circulação e contato das pessoas de diferentes origens étnicas.

era organizada, regulada (isto é, podia ser intensificada ou abrandada conforme as circunstâncias) por meio de mecanismos institucionalizados com precedentes históricos, fundamentos legais, legitimidade entre a elite e uma justificativa ideológica explícita. Era ostensiva, preventiva (no sentido de antecipar e eliminar o problema ou cortá-lo pela raiz) e física (no sentido de ser uma presença visível, tanto pelo uso de uniforme e armas, como de métodos de controle – intimidação, espancamento, açoite, encarceramento).

Ao mesmo tempo, esboçara-se o início de um processo de redemocratização. Alguns dos pilares mais sólidos, autoritários e de tendência germanófila do regime sucumbiram. Em 17 de julho de 1942,<sup>369</sup> ocorreu a demissão coletiva de Filinto Müller,<sup>370</sup> Chefe de Polícia, Vasco Leitão da Cunha, Ministro Interino da Justiça, Francisco Campos, Ministro da Justiça e Lourival Fontes, chefe do DIP.

No Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias afastara-se do poder em setembro de 1943, passando a integrar a Força Expedicionária Brasileira, ocupando o seu lugar Ernesto Dornelles.<sup>371</sup> Com ele, caíra também o Chefe de Polícia, Aurélio Py, sendo nomeado para substituí-lo o capitão Darcy Vignoli, que até então servia como instrutor do Exército junto à Brigada Militar. A queda dos pilares principais relaxaria a repressão também no espaço local.

Ao findar o Estado Novo, procedera-se a “caça às bruxas”, culpando uns e isentando outros. Como responsáveis, apontavam-se desde o subdelegado local, o vizinho delator, Cordeiro de Farias, Aurélio Py, Filinto Müller até Getúlio Vargas – o qual conseguira redimir-se parcialmente dos excessos em seu segundo mandato, marcado por um governo “populista”, identificado com a classe “trabalhadora”.

Apontar “culpados” tornara-se também uma tarefa complicada. O discurso estadonovista fora bem formulado, reforçado por uma propaganda repetitiva. A

---

<sup>369</sup> Devido aos ataques a navios brasileiros, a União Nacional dos Estudantes (UNE) decidira, com o apoio do Rio de Janeiro, realizar no dia 4 julho uma grande marcha, terminando em frente a Embaixada dos Estados Unidos, para demonstrar seu apoio ao Eixo e comemorar o aniversário da independência dos Estados Unidos. Para isso, precisavam de autorização policial, a qual Filinto Müller recusara. Por questões de subordinação, dirigira-se ao Ministério da Justiça, onde fora recebido pelo ministro democrata interino Vasco Leitão da Cunha, favorável à Marcha. Após acalorada discussão, o Ministro dera voz de prisão a Filinto, sendo que o mesmo ficara preso por 48 horas em sua residência, com o consentimento de Vargas. A manifestação estudantil ocorrera sob grande proteção oficial, tanto militar como policial, para evitar atos subversivos (SEITENFUS, 1985).

<sup>370</sup> Como Chefe de Polícia assumiria o coronel Alcides Etchegoyen Sob a pressão da embaixada norte-americana, demitira os simpatizantes do nazismo, formando um grupo no qual ela pudesse confiar. Filinto Müller foi designado oficial de gabinete do Ministro da Guerra, gal. Eurico Gaspar Dutra.

<sup>371</sup> Em novembro de 1945, fora nomeado como interventor Samuel Figueiredo da Silva, em substituição a Ernesto Dornelles, que colocara seu cargo a disposição.

constante reafirmação da necessidade da assimilação e integração dos “quistos étnicos”, acabara por cooptar considerável parcela dessa população, induzindo-os a concordar com o princípio brasileiro de que nacionalidade e cidadania eram duas instâncias inseparáveis.

Em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, particularmente, a associação direta entre Vargas e a repressão policial do Estado Novo não é freqüente. A responsabilidade recai, comumente, sob a pessoa mais próxima, visível, autora da ação de prender, delatar, perseguir.

Mas não era ele que, não era o presidente que perseguia, são aqueles que se deram mal na vida, que não conseguiram sobreviver, a não ser por um empreguinho, ou de comissário ou de alguma coisa, esses é que transformavam uma ordem numa bandidagem. Ele não queria, eu tenho certeza que Getúlio não queria nunca isso, tá! Por que ele sabia, que o Brasil só pode desenvolver se ele trouxer mais estrangeiro aqui dentro com tecnologias avançadas (Depoimento de Walter Wahlbrink).

Percebe-se a construção de uma retórica oficial coerente, em que exime-se o Estado de responsabilidades e diluem-se as culpas. A repressão estava tão difusa, sem cara, incrustada no cotidiano das pessoas, tanto efetiva como manipulada por meio do terror e medo, que perdia sua identidade.

A admiração pela figura de Vargas legitimava, em certa medida, a campanha de nacionalização, encarada, retrospectivamente, como positiva e necessária, apesar da perda cultural. O ex-pracinha da FEB enfatiza que fora para a guerra “no tempo do Getúlio”. Logo em seguida, questionava: “já ouviram falar do Getúlio, do Getúlio Vargas?” e relatava em que circunstâncias o conhecera: “Do Getúlio velho me lembro ainda. Cheguei ver (ele) no embarque lá no Rio de Janeiro. Quando embarquemos no navio, então quando estava tudo pronto, ele chegou no navio e deu uma volta por tudo, e se despediu dos soldados. Ele falou umas palavras, mas isso eu não me lembro” (Depoimento de Lindolfo Spode).

O silêncio, provocado pelo medo ou cumplicidade permanece como uma das seqüelas desse período. Ao serem interrogados sobre a perseguição que sofreram, os responsáveis pela manutenção da ordem e os delatores, nota-se uma hesitação generalizada, um silêncio profundo, marcado por expressões como “olha, podia mencionar mas eu não quero. Não quero dizer nomes”, ou mesmo irritação ao serem

interpelados para revelar nomes.<sup>372</sup> Nas palavras de Pollak (1989, p. 13), “na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente...” As cicatrizes permanecem latentes e remexe-las poderá quebrar o pacto consensual de “passar uma esponja” sobre esse passado recente.<sup>373</sup>

Finalmente, o Estado Novo, se não integralmente, conseguira seu objetivo maior: fazer com que todos falassem a língua portuguesa, de norte a sul do Brasil, particularmente os denominados “quistos éticos” alemães. Nesse ínterim, a pesquisa de Nodari (1999, p. 299) levanta uma questão fundamental para compreender essas transformações, sejam elas em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul: a dor do esquecimento. “A constituição de uma memória nacional sobre grupos humanos de diferentes configurações étnicas só foi possível através da violência sobre a memória. Para muitas pessoas sobreviverem significou esquecer músicas, danças, palavras, gestos, amores, histórias”. Todos, a partir de então, seriam brasileiros, independente de sua origem étnica.

---

<sup>372</sup> Na campanha eleitoral do início da década de 50, quando Walter Faulhaber candidatara-se para vereador em Cruz Alta, na legenda do PTB, um panfleto, intitulado “A Verdade Rebatendo a Mentira!”, respondia a uma acusação lançada pela coligação democrática. O mesmo explicava que os adversários haviam distribuído um boletim acusando Getúlio Vargas como “orientador das violências praticadas durante a guerra”. Salienta que “Walter Faulhaber não acompanharia Getúlio Vargas, se fosse este responsável pelas violências praticadas”. Argumentava que “as violências não foram ordenadas por Getúlio Vargas, mas praticadas a revelia do mesmo, como por exemplo o caso do atual ginásio local. Estes perseguidores, confiscadores de bens, carrascos, hoje filiados à coligação, pelos seus atos desprezíveis procuraram separar o grande Getúlio Vargas do Povo. Descobertos os miseráveis atos de sabotagem, Getúlio Vargas deu os seus autores de presente à coligação [democrática], com passagem somente de IDA.” Finalizava afirmando que Vargas era amigo de todos os grupos étnicos. Ou seja, toda a repressão sofrida durante a campanha de nacionalização atribuir-se-á aos seus subordinados, que agiram de modo arbitrário. Essa concepção fora interiorizada por muitos, e reafirmada com frequência, na expressão “no tempo do Getúlio era melhor...” Folheto impresso, “A Verdade Rebatendo a Mentira!”, Pasta 11 Emancipação de Panambi, Caixa 48, MAHP.

<sup>373</sup> Chauí (in BOSI, 1994, p. 31) destaca que o modo de lembrar é individual tanto quanto social, pois “o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nação e o nacionalismo são construções modernas. A nação pode ser compreendida como uma “comunidade imaginada”, na definição de Anderson, abstrata, ligada mais a um sentimento de pertencimento do que a algo real. Consiste numa das mais importantes tradições inventadas “duradouras”, recombinao elementos já existentes, difundida e adaptada nas diversas sociedades, sem perder sua especificidade e identidade. Ela é tanto política quanto cultural. Seu mérito maior era o de conseguir mascarar as diferenças dentro de si mesma, transformando a heterogeneidade em uma homogeneidade, mesmo que aparente.

A construção das nações, bem como suas tradições, apóia-se em sua história, em um passado – real ou mítico. “O que faz uma nação é o passado, o que justifica uma nação em oposição a outras é o passado, e os historiadores são as pessoas que o produzem” (Hobsbawm, 2000, p. 271). Nessa construção, seleciona-se o que vai integrar essa nação e o que vai ser excluído ou esquecido, escolhendo os fatos e os heróis, ritualizando-os, consolidando uma memória nacional. A nação e a nacionalidade, porém, nem sempre correspondem.

O dilema do Brasil, na década de 1930, era justamente a construção da nação. Acreditava-se que havia um Estado consolidado politicamente e territorialmente, mas não uma nação, no sentido de Anderson. Na sua edificação, invocava-se um passado comum, resgatando ou inventando tradições, fundindo o passado, o presente e o futuro para conferir à comunidade uma sensação de continuidade, uma nação futura. Daí a preocupação de definir o “tipo” brasileiro ideal, que reunisse todas as características desejadas, sempre pressupondo o

branqueamento. Com esse debate, contribuiriam todos os setores influentes, entre os quais os médicos, os higienistas, os intelectuais e os políticos.

Vargas pretendia, em um tempo mínimo, construir a Nação brasileira. Para isso, o nacionalismo era essencial, pela sua habilidade para engendrar os sentimentos em torno de pertencer a uma comunidade específica. Os símbolos, os rituais, as comemorações desempenhavam um papel essencial. Os símbolos só têm valor quando são reconhecidos e para aqueles que os reconhecem, distinguindo os membros dos “estranhos”. Sua ostentação e constante repetição tornam-se parte desse processo. No Brasil, a bandeira representava o símbolo maior, incorporada em todas as programações, ao lado dos retratos de Vargas. Era um ultraje, então, ostentar uma bandeira alemã em território nacional. O nacionalismo unifica o país internamente, criando um sentimento de pertencimento nacional e um estranhamento para com os de fora.

Dentre as características que definem uma nação, a língua é uma das possibilidades, mas não a mais apropriada, por não respeitar limites restritos. A língua como identificador de nacionalidade é um conceito erudito e não vivido, uma vez que povo e língua nem sempre coincidem. Na maior parte dos casos, as línguas nacionais são construções semi-artificiais, chegando em algumas situações a serem inventadas. Contudo, no Brasil, a língua portuguesa representava o traço mais significativo de inclusão/exclusão na construção da nação, como a definidora da brasilidade e instrumento de adaptação nacional. Nessa perspectiva, deveria chegar ao lar, à igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho, erradicando o uso cotidiano dos idiomas estrangeiros.

A nação é aberta, pois acolhe e naturaliza o estrangeiro, em termos de Brasil, os alemães, italianos, etc. Juridicamente, uma vez naturalizados, ou os seus filhos, passam a ser nacionais, embora em momentos de explosões nacionalistas, como no Estado Novo, voltem a ser vistos como estranhos. Ou seja, o estrangeiro jamais era aceito como um nacional.

No transcorrer dessa construção, os elementos destoantes em geral precisavam ser tornados visíveis – alemães nazistas, italianos fascistas, comunistas, integralistas – para logo em seguida serem assimilados ou eliminados – fisicamente ou via deportação.

Mesmo assim, no discurso, a nação constitui-se comunidade imaginada, permanente e indestrutível, da qual se é membro involuntariamente. Assim, os filhos de imigrantes alemães, nascidos no Brasil, automaticamente seriam brasileiros, tanto para o país de nascimento como para o de origem, como algo irreversível.

A radicalização do nacionalismo pode incorrer em movimentos totalitários, como o nazismo alemão, ou autoritários, como o Estado Novo, inspirado no primeiro. Vargas adotaria alguns mecanismos de dominação de tendência fascista, como o uso intensivo do rádio para irradiar os discursos oficiais, a manipulação de sua imagem positivada e a imposição de sua presença em todas as instâncias, seja por meio das viagens, seja pela distribuição de fotografias, inauguração de bustos, monumentos. De forma privilegiada, nessas oportunidades eram utilizadas para externar o que se esperava e pensava sobre o ser brasileiro, como aulas práticas de brasilidade. Também serviam para a reafirmação da nacionalidade, com a fixação de símbolos e da língua vernácula.

Entretanto, a nação, na concepção estadonovista, via-se comprometida pela forte presença de estrangeiros não assimilados em território nacional. A primeira medida, tentando contornar a situação, foi a limitação da imigração, no sentido de coibir a entrada de “indesejáveis” e acelerar a assimilação dos já residentes. Como saída, optou-se pela Campanha de Nacionalização, operacionalizada em todo país, com o objetivo de inculcar um sentimento de brasilidade na parcela da população considerada desnacionalizada, mudando mentalidades. Sua instrumentalização deu-se via decretos oficiais, atropelando a assimilação natural que, segundo Willems, vinha se processando a passos lentos. Ou seja, em cerca de oito anos, conseguiu o que mais de um século de imigração não efetuará.

No Rio Grande do Sul, os núcleos de colonização germânica representavam o problema maior, enquanto que nos italianos a situação encontrava-se resolvida, ou seja, já se haviam integrado. A acusação que recaía sobre as colônias alemãs era a de que formavam “quistos étnicos”, por manterem-se em núcleos fechados, protestantes e endogâmicos, preservando sua cultura de origem. O rompimento da situação de “enquistamento”, portanto, apresenta-se como o propósito mais imediato. A noção de “brasilidade”, enquanto intrínseca ao pertencimento nacional, era irreconciliável com suas congêneres – a italianidade, a germanidade...–, nem admitia hífen – teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro...



O ponto mais crítico, incitando atritos, dizia respeito à questão da língua, encarada como o maior entrave para a assimilação. Enquanto o nacionalismo brasileiro elegera a língua portuguesa como definidora do brasileiro, os núcleos germânicos detinham na sua língua um dos traços mais significativos de identificação e preservação de sua cultura. Dessa forma, a forte resistência à Campanha de Nacionalização ligava-se justamente a esse íterim: o Estado Novo queria tirar o que de mais caro eles preservavam.

A Campanha de Nacionalização chocava-se frontalmente com o discurso germanista e com o nacional-socialismo, difuso, em graus variados, nos núcleos de colonização alemã. O ponto principal de divergência e atrito referia-se aos conceitos de Estado e Nação. Para os germanistas, eram coisas distintas, sendo perfeitamente possível o binômio cidadania brasileira e nacionalidade alemã. Para eles, a nacionalidade é herdada e a cidadania adquirida. Essa concepção contrariava o *jus soli*, o qual determinava que quem nascia no Brasil era brasileiro, não admitindo esse duplo pertencimento. Daí o chavão “ou é brasileiro, ou é traidor”. A pluralidade étnica, mantida por essas populações imigrantistas, presumia a participação em todas as esferas da vida da nova pátria – o Brasil – sem abrir mão, porém, de sua condição étnica, como brasileiros de origem alemã.

A nacionalização não foi um problema exclusivo criado pelo Estado Novo, mas vinha alastrando-se desde o início da imigração, havendo uma primeira tentativa no transcorrer da I Guerra Mundial. O que mudou na década de 30 foi a determinação de resolver a questão, pelos meios disponíveis, oficialmente. Sua peculiaridade inicial foi a adoção de medidas preventivas. A partir de 1938, com bases legais/autoritárias, transmutou-se para uma ação mais ostensiva e repressiva, especialmente nos núcleos em que houvesse alguma resistência, implicando um ambiente de assimilação compulsória e coercitiva.

No governo autoritário, definidor de novos valores, a instituição mais forte e poderosa foi a polícia, representada por seu ramo político, o DOPS. A polícia fugiu, em vários momentos, ao controle do poder central, agindo de forma secreta e independente, burlando todos os meios oficiais/autoritários para provar sua eficiência e importância na sociedade. Seus métodos de ação e intensidade variavam de um lugar para outro, determinados, em parte, pelas relações pessoais

estabelecidas entre os agentes e a população e pela pressão superior sob ela, a espera de resultados.

É possível explicar por esse meio o fato de a repressão ser mais intensa em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi do que em outros municípios mais próximos. A acusação de nazismo sustentava todos os atos, quando, na realidade, atendiam em grande medida a desforras pessoais, rivalidades econômicas, políticas e sociais. O desmantelamento deveria ser imediato, caso constituísse um foco nazi, o que incluía as autoridades diretamente envolvidas, como a Chefia de Polícia, que tinha interesse em se promover frente as autoridades federais. Mesmo contando com um alto grau de autonomia, a polícia gaúcha agia pautada pelas determinações da Chefia de Polícia do Distrito Federal.

O objetivo principal do Estado Novo era manter aceso o medo do inimigo rondando a nação. A “lógica da desconfiança” e a delação foram seus meios de ação mais eficientes. Através deles, mantinha um constante clima de instabilidade social, com a generalização do medo através do exemplo concreto da caça aos “inimigos do governo e da nacionalidade”, e da falta de princípios. Exagerar o perigo, como o “perigo alemão”, surgia como uma forma de impressionar a população e causar o temor e o medo, bem como para receber mais recursos, destaque político, influência e poder.

O Rio Grande do Sul destacara-se do restante do país, por tornar efetivas as leis nacionalizadoras, levando-as ao último extremo, baixando suas interpretações e instruções, formando uma máquina repressiva eficiente e, em certa medida, arbitrária. Se o Estado Novo como um todo atuara preventivamente até 42, a interventoria gaúcha já apresentava resultados estatísticos e concretos de suas providências. Seu modelo positivado passara a servir (ou pretendia-se) de inspiração para outros estados e para o próprio governo federal.

O imigrante, mesmo nacionalizado, no Estado Novo jamais deixou de ser visto como estrangeiro e, conseqüentemente, perigoso. A confusão entre partidários efetivos do nazismo, simpatizantes, e aqueles que cultivavam suas origens e laços com a Alemanha, traduzidos no germanismo, era constante, não os distinguindo ao aplicar-se a lei.

A Campanha de Nacionalização, entendida pelas autoridades como uma verdadeira guerra aos “quistos”, não fizera, na prática, uma diferenciação entre alemães natos e descendentes. O crime que os unia era o “ser alemão” ou de origem e, por extensão, eram suspeitos potenciais de traição. Não se reprimiam seus atos em si, mas o “vir a fazer ou ser”.

A recepção e resistência diante da Campanha, nos núcleos considerados enquistados, particularmente os alemães, variavam, determinando o grau da repressão. O meio mais eficaz para vencer os recalcitrantes, impondo o nacional, era atacar seus sustentáculos: a Igreja, a Escola, a imprensa e as entidades associativas. Apresentada como se estivesse colada à cultura e nacionalidade alemã, a Igreja Evangélica Luterana era vista como um dos mais fortes demarcadores de fronteiras dentro e ao redor do grupo. A partir de 37, teve sua atuação fiscalizada e limitada, com a imposição, nos seus ofícios, da língua nacional.

A escola consistia em outro centro de preservação e transmissão da cultura de origem, essencial para os alemães. Conquistar e nacionalizar esse espaço, era de suma importância para o sucesso nacionalizador. As resistências, como do Colégio Elsenau, foram transpostas com o fechamento do educandário. Com isso, incrementara-se o ensino público, ao qual a população fora obrigada a recorrer. A imprensa e as entidades associativas tiveram o mesmo fim: nacionalizadas ou fechadas, dependendo das circunstâncias e de sua importância estratégica.

Enfim, o objetivo principal da Campanha de Nacionalização era o de reprimir o que destoasse do então estabelecido como nacional, genuinamente brasileiro. A educação ia nesse sentido, pois através dela incutiam-se os valores e a língua nacional, reprimindo a manifestação e preservação de cultura e tradições étnicas. Outras táticas mais agressivas também eram usadas, como a censura de correspondências, a mutilação do direito de ir e vir, através da exigência do salvo-conduto, a proibição da realização de encontros, reuniões, festas ou similares, apreensão de literatura impressa, livros e documentos de registro, fotografias, rádios, dentre outros. Nota-se que essas populações encontravam-se perdidas em meio a tantas exigências, pois seus bens materiais e suas atitudes poderiam incriminá-las a qualquer momento. No extremo, nacionalizou-se o nome de estabelecimentos, de ruas, de cidades, como Neu-Württemberg para Panambi, e até das próprias pessoas – de Karl para Carlos, e assim por diante.

Nessas relações cotidianas da autoridade policial com o “elemento problema”, sobressaíam-se as tentativas de corrupção, as arbitrariedades, as chantagens, a obtenção de favores. O legal e o ilegal confundiam-se. Todavia, a forma mais efetiva de demonstrar poder eram as prisões – curtas ou longas – sem processo ou um motivo devidamente especificado, por serem, os indivíduos presos, potencialmente suspeitos. Nesse campo, a polícia contava com uma margem de livre atuação, decidindo o que entendia como perigo, como ordem e desordem. A população submetia-se a essa autoridade superior por acreditar em sua legitimidade, por conveniência ou por medo, de acordo com Holloway.

O Estado Novo, aliado ao clima de guerra, constituiu-se um período *sui generis*, quando a espionagem, a contra-espionagem, a instabilidade, as desconfianças, andavam pelas esquinas. Cada um tornara-se responsável por vigiar o vizinho, e a polícia política a ambos. Todos ameaçavam potencialmente a nacionalidade. Aliás, esse era o ponto sensível do governo. Como forma preventiva, vigiar e controlar os passos do inimigo tornara-se crucial, para sua posterior eliminação. A espionagem tornara-se uma importante arma, montando um esquema subterrâneo definidor de posicionamentos políticos. Os Estados Unidos e a Inglaterra desconfiavam do Brasil, colocando espiões internos e interceptando mensagens, ao mesmo tempo em que pressionavam o Itamarati para tomar medidas contra os espiões nazistas infiltrados. Já a polícia brasileira valia-se dos mesmos métodos para dismantelar as redes de espionagem nazis.

Pressupõe-se, também, que as medidas repressivas, tendo em vista a nacionalização, sobressaíam-se em regiões de fronteiras, sejam elas étnicas (alemães/descendentes e luso-brasileiros), geográficas (pequena propriedade colonial versus latifúndio pastoril), políticas (disputas de “coronéis”), econômicas (colonos/industrialistas em ascensão e pecuaristas em decadência). Encarada sob esse ponto de vista, Cruz Alta representava um espaço onde tais questões confrontavam-se, contribuindo sua inclusão na zona de fronteira geopolítica, conseqüentemente, considerada área de segurança nacional.

Um dos aspectos destacados pelas autoridades gaúchas e indicados pelas evidências obtidas em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, mostram que a infiltração nazista fora mais intensa entre os imigrantes alemães, cujos laços com a terra natal eram mais próximos. Havia migrado já sob a ascensão do nazismo e

conhecido a Alemanha unificada. Já nas primeiras levas, vindas no início do século XIX, sua identificação referia-se mais ao local de origem, pois o Estado-nação Alemanha inexistia. Para seus descendentes, significava um espaço geográfico distante, com o qual se identificavam culturalmente, mas não politicamente. Outro ponto relevante, que merece atenção, relaciona-se ao fato de o nazismo apenas aceitar alemães natos e não descendentes nascidos em outros países, como os brasileiros.

Percebe-se, também, que o ideário nazista encontrara respaldo numa pequena parcela da elite colonial e urbana, dedicada geralmente a profissões liberais, comerciantes, industriais, ex-militares ou combatentes germânicos, professores e, em alguns casos, os religiosos. Essas funções, em Neu-Württemberg, eram desempenhadas em boa medida por alemães natos, principalmente a educativa e a religiosa.

Os demais, levados pelo seu germanismo, vibravam ou simpatizavam com as conquistas de Hitler, sua organização e disciplina. Como saída, buscaram integrar-se em um movimento brasileiro semelhante: o Integralismo, como uma oportunidade de participação política e de soluções para os seus problemas. Contudo, o Integralismo manteve para com eles um discurso ambíguo: precisava deles para aumentar seu número de filiados, mas, a estrutura cultural dos imigrantes chocava-se com o nacionalismo integralista.

A Campanha não conseguiu acabar com os sentimentos de etnicidade, as identidades étnicas e as diferenças culturais, mas atingiu, de forma irreversível, uma parte substantiva da organização comunitária. O que não fora destruído, perdera suas características de espaço privilegiado de reafirmação étnica ou nacional. Correa (2002) defende a tese de que não apenas a nacionalização, levando a subjugação da identidade étnica (alemã) à nacional (brasileira) fora a responsável pelo “abrasileiramento”. Ela o acelerara, em todas as instâncias, por seu caráter compulsório. Todavia, essa integração nacional era efetiva e mais intensa por parte daqueles que buscavam uma nova posição social através de uma mobilidade horizontal e/ou vertical.

Concluindo, pode-se deduzir que o Estado Novo concebera a Campanha de Nacionalização e os seus resultados como um sucesso, dentro do que se propunha, ou seja, “abrasileirar” a população por meio do uso do vernáculo. Outro ponto a

comemorar fora a ampliação da rede de ensino pública, em substituição à particular étnica e confessional, além de alcançar o recanto da Igreja e a imprensa. Paralelamente, procurou-se neutralizar os chamados “quistos étnicos” com a introdução ou aproximação de nacionais. No entanto, as desconfianças de ambos os lados não foram eliminadas pelas medidas oficiais, provocando inúmeros incidentes e constrangimentos, introjetando uma nova maneira de relacionamento entre nacionais e imigrantes/descendentes.

O que restou sobre essa fase traduz-se num pesado silêncio, em que traumas, arbitrariedades e culpas perdem-se nas memórias dos poucos remanescentes, abrindo uma lacuna na história dessas populações e de seus núcleos populacionais.

Com essa pesquisa, pretendeu-se lançar luz sob alguns aspectos da relação repressiva do Estado Novo para com os imigrantes alemães e seus descendentes. Todavia, não se esgota o tema, pois aponta para novas questões e para a possibilidade de resgatar uma outra versão, via novas fontes.

## OBRAS CONSULTADAS

A ERA Vargas. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945). **Educação Cultura e Propaganda**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_evp001.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_evp001.htm)> Acesso em 12 nov. 2001.

ABÉLÈS, Marc. O racionalismo posto à prova da análise. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: A Construção de um Mito (1928-1930)**. Porto Alegre: PUC, 1995. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1995.

ABUD, Katia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103- 114, 1998.

ACHILLES, Paula. **O Brasil em marcha**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

ACKER, Celso Henrique. **Serviço Militar e Nacionalidade: Os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul - O Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 1996.

ACKER, Celso Henrique; SILVA, Marilda Almeida da. Especial 100 anos de Ijuí. **Jornal da Manhã**, Ijuí, 13 out.1990. Cadernos do Centenário, 2.

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 22, n.75, ago. 2001.

AITA, Carmen Sílvia Aragones. Discurso político e relações internacionais: o Estado Novo e o governo Roosevelt (1936-1945). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 145-153, dez. 1995.

**ÁLBUM de recortes de jornais de Minoly Gomes de Amorim, 1906-1923**. Panambi, datil. Museu e Arquivo Histórico de Panambi.



ALARCON, Elvaldo de. “**E o sangue brasileiro correrá...**”. Porto Alegre: Editora Du Barry, 1942.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a construção do saber. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 137-160, 1998.

ALVES LIMA. **Pátria Reflorida**: Hino ao Estado Novo. São Paulo: Cultura Moderna, 1938.

ALVES, Paulo. O poder judiciário no Estado Novo (1937-1945). **História**, São Paulo: UNESP, v. 12, p. 253-271, 1993.

AMSTAD, Theodor (org.); RAMBO, Arthur Blásio (trad.). **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ARANHA, Oswaldo. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/html/biografias/evbio\\_oswaldoaranha.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav/historia/html/biografias/evbio_oswaldoaranha.htm)> Acesso em 17 nov. 2002.

ARAÚJO, Rejane. **Verbetes Temático**: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP e sua atuação (1939-1945). Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7791\\_2.as](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7791_2.as)> Acesso em 26 mar. 2002.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. **O canto Orfeônico escolar e a formação da identidade nacional no Brasil 1937-1961**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 2000.

AVANCINI, Elsa. Educação e poder. O processo de formação da identidade nacional brasileira. **Diálogos**, Canoas: La Salle, n. 2 (dez. 2001), p. 241-264, 2000.

AVENIA PUERTAS, Ibirapuan Bernasconi Nunes. Democracia Popular e Nacionalismo Libertador: a luta antifascista no Brasil entre 1933 e 1945. **Boletim**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>> Acesso em 09 jan.2001.

AZEVEDO AMARAL. **O Estado Autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://www.ngarcia.org/nel/amaral/index.html>> Acesso em 25. nov. 2002.

BAGGIO, Kátia Gerab José Veríssimo: uma visão brasileira sobre as Américas. Encontro da ANPHLAC, III, 1998, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anphlac.cjb.net/>> Acesso em 28 mai. 2002.

BAGGIO, Kátia Gerab. A questão da Identidade Nacional em Porto Rico. Encontro ANPHLAC, III, 1998, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em. <<http://orbita.starmedia.com/~anphlac/ensaio5.htm>> Acesso em 12 mar. 2002.

BAIRON [SANTANA], Sergio. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. **Revista História**, São Paulo, n. 129-131, p. 19-30, .ago-dez/1993 a ago-dez/94.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da República. In: WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva Pilatti. **Revoluções e Conferências**. Curitiba: SBPH-PR, 1989.

BARROS VIDAL. **O Brasil que o Presidente Getúlio Vargas está construindo**. s.l.: s.ed., 1940. (Coletânea de Artigos publicados na Imprensa),

BARROS, Sérgio Micelli Pessoa de. [O papel político dos intelectuais da oligarquia]. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 180-188.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

BASSANEZI, Maria Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BASTOS, Maria Helena Camara. **O novo e o nacional em Revista**: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). USP, 1994a.

BASTOS, Maria Helena Camara. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino: 1939-1942. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, p. 135-143, jan-mar 1994b.

BAUER, Otto. A nação. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BELLINTANI, Adriana Yop. **A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 2001.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico Bibliográfico brasileiro**. 1930-1983. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC: Ed. Forense, 1984.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. **A Polícia Política e a Revista Vida Policial**: Uma Face do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 1997. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1997.

BERTONHA, João Fábio. Divulgando o Duce e o fascismo em terra brasileira: a propaganda italiana no Brasil, 1922-1943. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa-PR, v. 5, n. 2, inverno 2000. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v5n2/berthonha.htm>> Acesso em 15 jun. 2002a.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

BERTONHA, João Fábio. **Migrações internacionais**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br./reportagens/framere.port.htm>> Acesso em 20 mai. 2002b.

BETHLEM, HUGO. **Vale do Itajaí: Jornadas de Civismo**. Rio De Janeiro: José Olympio, 1939.

BLAY, Eva Alterman. Abdelmalek Sayad. *Imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 43, n. 1, 2000.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDALISE, Carla. Camisas-verdes. O Integralismo no sul do Brasil. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.10, n. 02, p. 17-35, (julh/dez 1997) 1998.

BRASIL. Leis, decretos, etc. **Lex: coletânea de legislação e jurisprudência**. São Paulo: Lex, 1985.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

BRETAS, Marcos Luiz. Polícia e polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 1920. In: **Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**. n. 3, p. 25-34, out. 1997b.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAMARA, Aristides de Lima. A nacionalização do ensino. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, p. 236-252, abril de 1940.

CAMARA, Aristides de Lima; NEIVA, Arthur Hehl. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, Ano II, n. 1, janeiro de 1941.

CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 383-418.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/ FGV, 1999.

CAMARGO, Aspásia. GÓES, Walder. **Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

CAMÕES FILHO. **O canto do vento**. História dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros. São Paulo: Scritta, 1995.

CAMPOS, Derocina Alves. **Flores da Cunha X Getúlio Vargas: da União ao Rompimento**. Porto Alegre: PUC, 1995. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1995.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANABARRO, Ivo dos Santos **Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do Integralismo em Ijuí**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 1994.

CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da era Vargas**. 2. ed Brasília: Universidade de Brasília, 1994

CANDIDO, Antônio. O processo de 30 e suas conseqüências – aspecto cultural. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 108-123.

CAPANEMA, Gustavo. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_gustavocapanema.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_gustavocapanema.htm)> Acesso em 12 mar. 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: Freitas, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998b, p. 183-213.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.16, n.31-32, 1996.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARAVANTES, Rejane Marli Born. **A Crise Política de 1932 no RGS: o papel de Flores da Cunha**. Porto Alegre: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARNEIRO, J. Fernando. As colônias alemãs no sul do Brasil em face da política nacional. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 16, p. 12-21, 1951.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. República, identidade nacional e anti-semitismo (1930-1945). **Revista de história**, n. 129-131, p. 153-164, ago/dez 1993 a ago/dez 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Força, medo, liberdade: algumas coisas não combinam entre si... **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania**. Disponível em: <[http://www.justica.sp.gov.br/vrev\\_8a.htm](http://www.justica.sp.gov.br/vrev_8a.htm)> Acesso em 14 dez. 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Inventário Deops: Alemanha**. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997b.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos: idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas**. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/ SEC, 1997a.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, Anelise Muller de. Livros didáticos dos anos 30/40 e o ensino de história. **Caderno de História**, Uberlândia, v. 5, n. 5, p. 41-50, jan-dez 1994.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Idéias e Identidade na América: Quatro Visões. Encontro da ANPHLAC, III, 1998, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.anphlac.cjb.net/> Acesso em 28 mai. 2002.

CARVALHO, José Murilho de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. **Dados**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 16 ago. 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, mar. 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações Imaginadas. **Revista Antropolítica**, Niterói: UFF, v. 1, n. 1, p. 7-36, jan/jun 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e dos modernos: a República no Brasil. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999a.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999b.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da Historiografia educacional Brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CASTELLO, José Aderaldo. Reflexões sobre a narrativa ficcional dos anos 30. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 171-179.

CASTRO, Eurydes; CASTRO, Flávio (orgs.) **Anuário de Cruz Alta**. Em comemoração ao 128º Aniversário de fundação da cidade. s. l.: s. ed., 1949.

CASTRO, Evaristo Afonso de. **Histórico do Club Litterario Aurora da Serra da Cidade de Cruz Alta**. s.l.: Typografia do Comercial, 1887.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Seminários**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHIARAMONTE, José Carlos. Acerca del origen del Estado en el Río de la Plata. **Anuário Del IEHS 10**, Tendil, p.27 a 50, 1995.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. **Anos 90**: CPG em História da UFRGS, v. 1, n.1, p. 49-83, mai. 1993.

COELHO DE SOUZA, J. P. Palavras às novas gerações – notas para um ensaio. In: **Rio Grande do Sul: Imagens da Terra Gaúcha**: a obra documentária do Estado Sulino, Fronteira Externa do Brasil. Porto Alegre: Cosmos, 1942.

COELHO DE SOUZA, J. P. **Denúncia**. O nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Thurmman, 1941.

COHEN, Ilka Stern. **Entre História e Política**. RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996. Disponível em: <<http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/revista9.htm>> Acesso em 29 nov. 2001.

COLONIZAÇÃO. **Alemães**. Disponível em: <<http://www.riogrande.com.br/historia/colonizacao4.htm>> Acesso em 15 mar. 2001.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.



COMBLIN, José. **Nação e nacionalismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1965.

**COMEMORAÇÕES do Estado Nacional 1937-1942**: na voz das classes e na palavra do Chefe. Rio de Janeiro: Olímpica, 1943.

COMUNIDADE Evangélica Panambi. Notícias do Centenário. **A Notícia Ilustrada**, Panambi, 29 nov. 2002.

CORDEIRO DE FARIAS, Oswaldo. **Nacionalização**. Dois discursos proferidos pelo Interventor Federal Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias. Porto Alegre: Liv. Do Globo, 1941.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Urbanização e identidade étnica. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, V, 2001, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002. p. 81-90.

CORSETTI, Berenice. A reação do Estado novo aos movimentos políticos da zona de colonização do Rio Grande do Sul. **História: Ensino & Pesquisa**, Porto Alegre: Mercado Aberto, v. 1, n. 3, p. 33-54, 1986.

CORSI, Francisco Luiz. **O Estado Novo**: Política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2000.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.); LACERDA, Sônia et al. **História no plural**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Anos 90**, Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, n. 10, dez. 1998.

COUTO, R. Ribeiro. O problema da nacionalização. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano II, n.1, p. 18-38, jan. 1941.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. **A Cultura Lusófona, uma cultura ameaçada**. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos, 2000, Recife. **Anais**. Disponível em: <<http://nmnt.fgf.org.br>> Acesso em 29 mai. 2002.

CRUZ, Ecleides de Fátima Bleichuvel. “**Dois Instituições e Um Projeto**: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917-1945)”. Porto Alegre: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 2001.

CUBER, Antoni. **Nas margens do Uruguai**. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. (Artigo publicado em 1898, no *KALENDARZ POLSKI*).

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

CUNHA, Flores da. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_floresdacunha.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_floresdacunha.htm)> Acesso em 17 mai. 2002.



CUNHA, Jorge Luiz da. **Rio Grande do Sul und die deutsche kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914.** Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil.** Mito, história, etnicidade. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Os domínios da experiência, da ciência e da lei: os manuais da Polícia Civil do Distrito Federal, 1930-1942. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 235-264, 1998.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ Ed. FGV, 1999.

**DA INDEPENDÊNCIA ao Estado Novo.** [s.l.]: D.I.P, 1940.

DALMÁZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DAMASCENO, Athos. À margem do processo de aculturação dos alemães no Rio Grande do Sul. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 18, p. 9-17, 1953.

DAMATTA, Roberto. Brasil: uma Nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 204-219, 1988. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>> Acesso em 10 fev. 2002.

DÂNGELO, Milton. Ouvindo o Brasil: O ensino de história pelo rádio – décadas de 1930/40. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 17 mai. 2001.

DANTAS, Mercedes. **A força nacionalizadora do Estado Novo.** Rio de Janeiro: DIP, 1942.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

**DECRETO-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0389.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0389.htm)> Acesso em 23 abr. 2002.

DEZEM, Rogério. **Inventário Deops: módulo III, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DIETRICH, Ana Maria. O Partido Nazista em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Inventário Deops: Alemanha**. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997b.

DIETZ, Roberto Eugênio. **Colégio Evangélico Panambi**. 65 anos de atividades de ensino particular. 1903-1968. Panambi: s.ed., 1968.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Tempos de incerteza**. A discriminação aos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

DINIZ, Ely Roque. Empresários e Estado na década de trinta. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 301-335.

DOHMS, Hermann. **Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos**. Organizado por Martin N. Dreher. Porto Alegre: PUC, 2001.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal/ Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DREHER, Martin N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses** – Série História, v. 3, n. 2, 1999.

DREHER, Martin N. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 31, n. 142, 1995.

DUARTE Cândido. **A Organização Municipal No Governo Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: DIP, 1942.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**, Porto Alegre: UFRGS, p. 19-29, 1994.

ELMIR, Cláudio Pereira. Polícia, Justiça e Imprensa: As Disputas para a Constituição do Campo Legítimo para a Enunciação do Crime. **Revista Justiça e História**, Porto Alegre, v. 1/2, n. 1, 2001. Disponível em: <[http://www.tj.rs.gov.br/consulta/index\\_consulta.htm](http://www.tj.rs.gov.br/consulta/index_consulta.htm)> Acesso em 08 jun. 2002.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Porto Alegre: PUC, 2002. Tese (Doutorado em História), PPGH, PUCRS, 2002.

FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, n. 17, 1996.

FALCON, Francisco J. C. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da.(org.) **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

FAORO, Raimundo. O processo de 30 e suas conseqüências. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 88-90.

FAULHABER, Hermann. **Pequeno Tratado de História do Brasil** por perguntas e respostas para uso das escolas primárias. 5. ed. Ijuí: Ulrich Löw, 1937.

FAULHABERSTIFTUNG. **Neu-Württemberg**. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien. Stuttgart (Alemanha): s.ed., 1933.

FAUSEL, Eric. **Cinqüentenário de Panambi 1899-1949**. s.l.: s.ed., 1949.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios**. História da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. **O Estado Novo no contexto internacional**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/irbr/cursos/PALESTRA/Palestra%20Boris%20Fausto.htm>> Acesso em 20 nov. 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. In: **História Unisinos**, Número Especial, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. **Memória e História: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FENSTERSEIFER, Milton. 1899-1999. Centenário da Colonização de Panambi. **Folha das Máquinas**, Panambi, 23 jun. 1999.

FERREIRA, Fábio. Revolução de 30: fatos precursores. **Revista Tema Livre**. Niterói-RJ, n. 2, jul. 2002. Disponível em <<http://www.revistatemalivrepg.ig.com.br/index.htm>>. Acesso em 02 jan. 2003.

FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, n. 2, mai. 1994.

FIORI, Neide Almeida. Homogeneidade cultural brasileira: estratégias governamentais sob o Estado Novo. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo**. Lisbos/Florianópolis: Sociais/EdUFSA, 2000.

FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1987.

FISCHER, Martin. Dr. Robert Löw. Lebens und Charakterbild eines deutschen Journalisten in Brasilien. **Die Serra-Post**. Ijuí, 6 mar. 1972 (Sonderausgabe zur hundertsten Wiederkehr des Geburtstage von Dr. Robert Löw. Extra).

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.

FORTES, Alexandre. **'Nós do Quarto Distrito...'** A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese (Doutorado em História), Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974**. São Paulo/ São Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais "25 de Julho", 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Prefácio. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. Disponível em: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>> Acesso em 25 set. 2002.

Freyre, Gilberto. **Contra o preconceito de raça no Brasil**. Discurso proferido na Câmara dos Deputados Federais, Rio de Janeiro, 17 jul. 1950. Disponível em <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>> Acesso em 03 mar. 2002.

FREYRE, Gilberto. **Nós e a Europa germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX**. Prefácio. Rio de Janeiro: Grifo, 1971. Disponível em: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>> Acesso em 18 abr. 2002.

FREYRE, Gilberto. **O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno**: comentários em torno de um tema complexo. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 41-57. Disponível em: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/index.htm>> Acesso em 03 mar. 2002.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, Nelson Jahr. **O Estado Novo, ideologia e propaganda política**: A legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Loyola, 1982.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GERTZ, René E. Estado Novo: um inventário historiográfico. In.: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O feixe e o prisma**: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

GERTZ, René E. Nacionalização: Um incidente em Caí. In: RAMBO, Arthur. **Anais do VIII e IX Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Os “quistos” étnicos alemães. **Estudos Leopoldenses. Série História**, São Leopoldo, v. 2, n.1, p. 7-25, 1998.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GINZBURG, Carlo. Introdução. In: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio** – o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. Das colônias e dos colonos no Brasil. **Ágora**. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, v.2, n. 1, p. 91-107, jan/jun. 1997.

GOMES, Ângela Castro. Empresariado e legislação social na década de trinta. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 252-280.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **História**, São Paulo: UNESP, v. 16, p. 109-129, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. A legislação social nos anos 30: um estudo de processo decisório. **História e Perspectiva**, Uberlândia, n 7, p. 5-45, jul-dez, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**, Rio de Janeiro/UFF: Relume/Dumará, v. 1, n. 2, p.31-58, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 1, n.2, p. 264-275, 1988.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial:** ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, Latifúndio, Migrações.** A Colonização do Período Republicano no RGS- Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre: PUC, 1988. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1988.

GRÜTZMANN, Imgart. Deus, germanidade, pátria. In: DREHER, Martim (org.) **Seminários: Igrejas, imigrantes e restauração.** Porto Alegre: Est/Cehilla, 2002, p. 308-334.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. **Nacionalismos:** o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HABERMAS, Jürgen. Realizações e limites do estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia.** São Leopoldo: Unisinos, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997a.

HEYMANN, Luciana Quillet. **As obrigações do poder:** relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1997b.

HILTON, Stanley Eon. **Suástica sobre o Brasil:** a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HINNAH, Denise. **Ser retratista em Panambi.** História oral de vida. Ijuí: UNIJUÍ, 1999. Monografia (Graduação em História Licenciatura Plena), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro:** repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.



HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

IGREJA Batista "Emanuel". **75º aniversário**, 1906-1981. Panambi: [s.e.], 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: população e habitação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v. 20, Tomo I Série Regional: Rio Grande do Sul.

JUNGE, Jürgen G. A formação das Comunidades Evangélicas no Vale do Ijuí Grande. **Simpósio de História da Igreja**. São Leopoldo: Rotermund S.A./Editora Sinodal, p. 175-182, 1986.

KAPLAN, Marcos. **A formação do Estado nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Liv. Eldorado Tijuca, 1974.

KERBER, Alessander. **O que é que a Baiana tem?** Representações da Nação Brasileira nas canções interpretadas por Carmen Miranda na Década de 30. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. Dissertação (Mestrado em História) PPGH, UNISINOS, 2002.

KEULLER, Adriana T. A. Martins. História e Memória: trajetória e perspectiva no final do século. In: Encontro da ANPUH-ES, III, 2000, Espírito Santo, 2000, **Anais**. (Des)caminhos da colonização. Espírito Santo: Anpuh-ES, 2000. Disponível em: <<http://www.anpuhes.cjb.net/>> Acesso em 29 abr. 2001.

KIPPER, Maria Hoppe. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. **A Política Cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência**. Porto Alegre: PUC, 1994. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1994.

KOONINGS, Kees. SILVA, Patricio et. al. Etnicidad y formación nacional en America Latina y el Caribe. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-graduação da UFRGS. Porto Alegre, n. 6, dez. 1996.

KREBS, Débora Taísa. **Representações da cidade, visões do cotidiano**: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 1999.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 95-106.



- LEIDENS, Sandra Maria. **O Discurso Estadonovista: Retórica e Realidade**. Porto Alegre: PUC, 1994. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1994.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LEITZKE, Eugen. **Carlos Ernesto Knorr, Anna Müdsam Knorr**. Cem anos da História familiar em terras brasileiras. s.l.: s.ed., 2002.
- LEITZKE, Eugen. Pontos de nossa história. In. ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES DE PANAMBI. **Porções de Bem Querer**. Panambi: s. ed., 1997.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LENZI, Branca Regina (org.). **Semana da Pátria 1940**. Porto Alegre: s.ed., 1940.
- LESCHEWITZ, Edgar. **Panambi: Vale das Borboletas Azuis**. Disponível em: <<http://www.ieclb.com.br/historia.htm>> Acesso em 10 jan. 2002.
- LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 28, p. 121-150, 1994.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. O Rio Grande do Sul e a revolução de 30. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 25-43.
- LIMA, Josino dos Santos. **Cidade de Cruz Alta: lenda histórica de sua fundação**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.
- LIMA, Nísia Trindade. HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In. MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- LIMA, Roberto Kant de. **A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- LOVE, Joseph L. A república Brasileira: Federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta – A experiência Brasileira (1500-2000) A grande transação**. São Paulo: Senac/Sesc, p. 121-160, 1999-2000.
- LOVE, Joseph. A Revolução de 30 e o regionalismo gaúcho. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 60-83.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, PPGH/PUC-SP, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

MACEDO, Sérgio. **Getúlio Vargas e o culto à nacionalidade**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1941.

MACHADO, Leão. **Uma Revolução em Marcha**. São Paulo: DIP, 1942.

MACIEL, Anor Butler. **Subsídios para o Estudo da Estrutura Política do Estado Novo**. Porto Alegre: Globo, 1937

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

MAGALHÃES, Marionilde Breopohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia": As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MALHEIROS, Adil Alves. **Panambi: o Vale das Borboletas Azuis**. 2 ed. atual. e ampl. Santa Rosa: Kunde, 1990.

MANN, Michael. Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

MARQUES, José de Oliveira. Colonização e povoamento. **Revista de Imigração e Colonização**, Ano I, n. 2, p. 205-209, abr. 1940.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MARTINS, Mario. **Hitler guerreia o Brasil há dez anos**. Infame trama nazista no Paraná. Curitiba/PR: Empresa Editora "O Dia", [1942].

MAUCH, Cláudia. Policiamento em Porto Alegre nos primórdios da República. In: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.

MAUCH, Cláudia. VASCONCELOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

MEDEIROS, Borges de. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_borgesdemedeiros.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_borgesdemedeiros.htm)> Acesso em 20 mar. 2002.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.

MELLO, Eliane de. "**O Alemão é mais...**" A construção das relações interétnicas num núcleo de colonização alemã: O caso de Panambi. Ijuí: UNIJUÍ, 2003. Monografia (Licenciatura Plena em História), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivo, patrimônio e memória**. Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 1999.

MERRICK, Thomas W. La Población de América Latina 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **Historia de America Latina**. Barcelona: Editorial Crítica, 1997. v. 11.

MEYER, Dagmar E. Estermann. "**Alemão**", "**estrangeiro**" ou "**teuto-brasileiro**"? Representações de docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/0219t.htm>> Acesso em 18 out. 2001.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEYER, Dagnar E. Estermann. **Identidades Traduzidas**: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Wuerttemberg uns Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Druck com Bibliographischen Institut in Leipzig, 1904.

MICHELS, Sérgio Ervino. **A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências), PPG em Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2001.

MICHELS, Sérgio Ervino. Colégio Evangélico Panambi – Rumo ao Centenário (1903-2003). **A Notícia Ilustrada**, Panambi, 08 nov. 2002.

MONTEIRO, John Manuel. As "Raças" Indígenas no pensamento brasileiros do Império. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MONTEIRO, Rejane Penna. **A Nova Polícia**: A Guarda Civil em Porto Alegre (1929-1938). Porto Alegre: PUC, 1991. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1991.

MORSCH, Maria Luiza Azevedo. **A Ideologia Brasileira Como Fator de Integração Forçada do Descendente do Imigrante Alemão à Cultura Nacional**: 1937-1945. Porto Alegre: PUC, 1988. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 1988.

MOTTA, Márcia M. M. História, Nação e Intolerância: uma análise sobre a questão sérvia. **Boletim**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>> Acesso em 09 jan. 2001.

MÜLLER, Christian A língua alemã e o nacionalismo: aspectos da política lingüística do regime autoritário. **Boletim**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>> Acesso em 09 jan. 2001.

MÜLLER, Filinto. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_filintomuller.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_filintomuller.htm)> Acesso em 09 jan. 2001.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

MUNIZ, João Carlos. Apresentação, **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano I, n.1, p. 3-4, jan. 1940.

NAIRN, Tom. O internacionalismo e o segundo advento. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

NEUMANN, Marinês. A cultura germânica durante o Estado Novo: o caso de São Martinho em Santa Cruz do Sul/RS. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, V, 2001, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002a. p. 159-165

NEUMANN, Rosane Marcia. **A colonização alemã na Linha Ocearu no final do século XIX**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. Monografia (Licenciatura Plena em História), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 2000.

NEUMANN, Rosane Marcia. “Não São Eles Tão Felizes Como Nós...” A campanha de nacionalização e a integração dos alemães à sociedade brasileira. **CRONOS-Revista de História**, Minas Gerais, n. 6, p.129-148, 2002b.

NEUMANN, Rosane Marcia. As relações de poder local na campanha de nacionalização. VI Encontro Estadual de História - Ser historiador, 2002, Passo Fundo. **Anais**. Passo Fundo: UPF, 2002c, (CD-ROM).

NEUMANN, Rosane Marcia. **Correio Serrano**: órgão dos interesses regionais. Seminário Nacional: Imigração e Imprensa, 2002d, São Leopoldo, [no prelo].

NEVES, Luis Felipe Baêta. A inclusão do progresso e a mistura da ordem – Notas sobre Gilberto Freire e o positivismo no Brasil no Século XIX. In: Seminário internacional novo mundo nos trópicos. **Anais**. Disponível em: [http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/a\\_inconclusao.html](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/a_inconclusao.html)> Acesso em 10 jan. 2003.

NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre: PUC, 1999. Tese (Doutorado em História), PPGH, PUCRS, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, PPG em História da PUCSP, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, José Luiz Martins. **A formação da Juventude Brasileira**: um instrumento do Estado Novo. São Leopoldo: UNISINOS, 1992. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 1992.

**O BRASIL e os imigrantes**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/alemaes>> Acesso em 20 jan. 2002.

O CENTENÁRIO da Comunidade Evangélica de Panambi. **Folha das Máquinas**, Panambi, 29 nov. 2002.

**O SENADO e a presidência de Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/historia/rep08.htm>> Acesso em 29 nov. 2002.

**O SENADO e o início da 2ª República**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/historia/Rep07.htm>> Acesso em 29 nov. 2002.

O SENADOR da República. **Veja**, São Paulo: Ed. Abril, n. 186, p. 22-30, semanal, 29/mar./1972.

**O SIPS e suas finalidades**. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940.

OBERACKER, Carlos Henrique. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1967. Tomo II, v. 3.

OBERACKER, Carlos Henrique. **A contribuição teuta à formação da Nação Brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

OLIVEIRA E SILVA. **O Município no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940.

OLIVEIRA VIANA. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_oliveiraviana.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_oliveiraviana.htm)> Acesso em 29 jan. 2002.

OLIVEIRA VIANNA. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.

OLIVEIRA VIANNA. **Biografia e Textos escolhidos**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/imortais.htm>> Acesso em 10 abr. 2002.

OLIVEIRA VIANNA. Os imigrantes germânicos e slavs e sua caracterização antropológica. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, Ano I, n.1, p. 23-32, jan. 1940.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Nacionalização e ensino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As idéias fora de tempo. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 425-437.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et. all. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ Ed. FGV, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. Ordem e progresso. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos, 2000, Recife. **Anais**. Disponível em: <[http://prossiga.bvvgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/ordem\\_progresso\\_ro.html](http://prossiga.bvvgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/ordem_progresso_ro.html)> Acesso em 17 jun. 2002.

OZAN, Maria Elena Rodríguez. El Inmigrante Europeo: 1839-1930. In: ZEA, Leopoldo (coord.). **América Latina en sus ideas**. México e Paris: Siglo XXI e UNESCO, 1986.

PAGANI, Marcos Fernando. **O Nacionalismo na Região Colonial Italiana – a ação dos Centros Culturais (1937-1945)**. Porto Alegre: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 2001.

PAIVA, Cesar. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARADA, Maurício. Demonstrações épicas: cerimônias políticas em contextos autoritários. **Boletim**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>> Acesso em 09 jan. 2001.

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O DIP e a juventude: ideologia e propaganda estatal (1939/1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, n.14, p. 99-113, mar./ago. 1987.



PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSO, Maria Teresa Cavalheiro. **Imigração alemã em Panambi**. Ijuí: UNIJUÍ, 1996. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 1996.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. Reflexos da Revolução de 30 na educação brasileira. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 198-209.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

PELLANDA, Ernesto. *O colono Alemão, o Deutschtum, o nazismo e sua recuperação nacional*. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 2, p. 110-123, 1945.

PENNA, Rejane. Polícia e poder no Estado Novo. **Diálogos**, Canoas: La Salle, n. 2, p. 13-33, 2000 (dez./2001).

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 6-30, jun./jul. 2000.

PERRAZZO, Priscila Ferreira. **O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia do Estado Novo: visões regionais. In.: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1991.

PETERSEN, Silvia R. F. O conhecimento histórico na atualidade. In. KRIEGER; ARANHA (org.). **Rumos da Pesquisa**. Porto Alegre: PROPESQ/UFRGS, 1998.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. Imigração. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III. v. 2.

PETRY, Andrea Helena. “**É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, Uno, coeso e forte, O BRASIL DO BRASILEIRO! ...**” - Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 2003.

PETRY, Leopoldo. **O 125º aniversário da Colonização alemã no Rio Grande do Sul**, 25 de Julho de 1949, Dia Do Colono. São Leopoldo: Rotermond, 1950.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Imigração alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro. Rio Grande do Sul, século XIX. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v.10, n. 02, p. 165-177, (julh/dez 1997), 1998.



PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O estado novo e a nacionalização. **Biblos**: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, v. 7, p. 223-239, 1995.

PINA, Patrícia. **Indagações sobre Nacionalismo e polêmica na América Latina**. In: XIII Encontro da Anpoll. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/histlist/patricia.html>> Acesso em 03 mai. 2002.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PISTORELLO, Daniela. “**Os homens somos nós**”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 2001.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n 10, 1992.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**: Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

PRIORI, Angelo. DOPS, repressão, violência e controle social. **Revista da Aduem**. Disponível em: <[http://www.aduem.org.br/revista/revista\\_dops.htm](http://www.aduem.org.br/revista/revista_dops.htm)> Acesso em 30 jan. 2003.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª Coluna no Brasil**: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1942.

PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul**: relatório (II). [s.l.]: [s.n.], [1942].

PY, Aurélio da Silva. **O nazismo no Rio Grande do Sul**: relatório. [s.l.]: [s.n.], [1940].

RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8, p. 488-517.

RAMBO, Arthur B. A dinâmica da expansão colonial. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, IV, 2000, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002. p. 17-23.

RAMBO, Arthur B. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

RAMBO, Arthur B. A identidade teuto-brasileira em debate. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999.

RAMBO, Arthur B. Nacionalização e ação policial no Estado Novo. **Estudos Leopoldenses. Série História**, São Leopoldo, v. 1. n.1, p. 149-182, 1997.

RAMBO, Balduíno. A imigração alemã. In: BECKER, Klaus (org.) **Enciclopédia Rio-Grandense**. O Rio Grande antigo. Canoas: Editora Regional, 1956. v.1, p. 75-123.

RAMBO, Balduíno. A nacionalização. **Pesquisas**, São Leopoldo: UNISINOS, n.27, 1989.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

REINHEIMER, Dalva Neraci. Colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um processo de integração e desenvolvimento no século XIX. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, IV, 2000, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002. p. 25-40.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

REIS, João Bauer. **O nazismo sem máscara**. Fatos e documentos. Rio de Janeiro: L. A Josephson Editor, 1938.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, fev de 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em 05 abr. 2002.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVISTA VIDA POLICIAL, n. 1 a 83, de 1938 a 1945.

RIBAS, Antonio de Lara. **A ordem política e social e a campanha contra o nazismo no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: DOPS, 1943.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.); LACERDA, Sônia et al. **História no plural**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

RIOS, Angélica de Medeiros. **Ser ou não ser italiano**. Descendentes de Imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo. Porto Alegre: PUC, 2001. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 2001.

RIOUX, Jean Pierre. Pode se fazer uma história do presente? **Questões para a história do presente**, Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Tipografia Liderança A. Dal Forno, 1964.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O processo de 30 e suas conseqüências – o problema social da década de 30. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 99-107.

ROMERO, Sílvio; BARRETO, Luiz Antônio (org.). **Compêndio de história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed., Universidade Federal de Sergipe, 2001.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. **Cruz Alta**. Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

ROTERMUND, Wilhem. **Bendize, ó minha alma, ao Senhor**. Em comemoração do 100º aniversário do D. Dr. Wilhelm Rotermund. São Leopoldo: Folhas Evangélicas n. 2. Sínodo Rio Grandense, 1943.

SÁ, Eliane Garcindo de. Mestiço: entre o mito, a utopia e a história. In: IV Encontro da ANPHLAC, 2001. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anphlac.cjb.net/>> Acesso em 28 mai. 2002.

SADEK, Maria Teresa Aina. A questão ideológica na década de 30. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 437-450.

SALGADO, Plínio. **Biografia**. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_pliniosalgado.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_pliniosalgado.htm)> Acesso em 28 mai. 2002.

SANCHES, Valdir. **EUA investigaram o fundador da Varig**. Disponível em: <<http://www.jt.estadao.com.br/suplementos/domi/2001/02/04/domi005.html>> Acesso em 16 mai. 2001.

SANCHES, Valdir. **O vôo do nazismo sobre o Brasil**. Disponível em <<http://www.jt.estadao.com.br/suplementos/domi/2001/02/04/domi005.html>> Acesso em 16 mai. 2001.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. La Población de América Latina, 1850-1930. Tendencias generales e la inmigración. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **Historia de América Latina**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. v. 7

SANSONE, Lívio. As Relações Raciais em *Casa-Grande & Senzala* Revisitadas à Luz do Processo de Internacionalização e Globalização. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SANTANA, Nara. **Associações Nazistas no Brasil**. 1937-1945. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1texto5.htm>> Acesso em 23 out. 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Negro como Lugar. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SANTOS, Ricardo Ventura. Da Morfologia às Moléculas, de Raça à População: Trajetórias Conceituais em Antropologia Física no Século XX. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SANTOS, Viviane Teresinha dos. **Inventário Deops: módulo V – Italianos**. Os seguidores do Duce: italianos fascistas no Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHMITT-PRYM, Elmar; MALHEIROS, Alcione B.; VINCENSI, Teresa L. **Paróquia São João Batista de Panambi, 45 anos**. Sarandi: Graf. Ed. A Região, 1997.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até o ano de 1859**. Tradução de Martin N. Dhreher. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora Unisinos/Editora da PUCRS, 2003.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg**. Berlin e Leipzig: Berlag Walter de Gruyter & Cia, 1936.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial**. 2 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. A Revolução de 30 e o problema regional. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 367-376.

SCHWARTZMANN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos Capanema**. 2. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/Editora Paz e Terra, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Educacional Limitada, 1940 -1943.

SECRETARIA DO CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, n.1, p. 5-22, jan. 1940.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. A Revolução de 1930 e as relações internacionais: da fraqueza ao realismo (1930-1938). In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 149-165.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942:** o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional; (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS, V, 2002, Lajeado. **Anais.** Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002.

SEYFERTH, Giralda. A Assimilação dos Imigrantes Como Questão Nacional. **Mana:** Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, v.3, n.1, abril 1997.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim:** Um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: UFRGS. IFCH, n. 14, nov. 2000.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP,** São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar.-mai. 2002.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o papel do racismo na política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, e cultura:** A constituição da identidade teuto-brasileira. Disponível em :<[http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45.html/Zar45\\_Seyf.html](http://www.iacd.oas.org/Interamer/Interamerhtml/Zarur45.html/Zar45_Seyf.html)> Acesso em 14 dez. 2001.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana,** Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-35, 1 sem. 1988.

SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão. **Com Ciência.** Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. n. 17, dez. 2000/jan. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br./reportagens/framere.port.htm>> Acesso em 10 abr. 2002a.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica:** ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **O Regionalismo da Tradição na Perspectiva Nacionalista:** A Identidade Regional Segundo Gilberto Freyre. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos, 2000, Recife. Disponível em: <[http://prossiga.bvfgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/o\\_regionalismo.html](http://prossiga.bvfgf.fgf.org.br/sinmt/artigos/o_regionalismo.html)> Acesso em 29 mai. 2002b.

SEYFERTH, Giralda. Os alemães no Brasil: uma síntese. **Com Ciência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. n. 17, dez. 2000/jan. 2001b.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Resenha: NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de Marca. As relações Raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp. **Mana**, Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abr. 1999.

SGANZERLA, Claudia Mara. A lei do silêncio. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, V, 2001, Lajeado. **Anais**. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002. p. 183-188.

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A Lei do Silêncio**: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945). Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, Alvimar. **O Novo Brasil**. Rio De Janeiro: Borsoi, 1939.

SILVA, Carla Luciana Souza da; CALIL, Gilberto Grassi. **Velhos integralistas**: a memória de militantes do Sigma. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Cristina Maria da. Vôos Imaginários na (Des)coberta da Nação: Teoria, Comunicação e Ideário Nacional. In: III Encontro da ANPUH-ES, 2000, Espírito Santo. **Anais**. Disponível em <[http:// http://www.anpuhes.cjb.net/](http://http://www.anpuhes.cjb.net/)> Acesso em 20 abr. 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Rediscutindo o Totalitarismo. In. Seminário de História do Tempo Presente. Totalitarismo, Ditadura e Revolução no Século XX. **Boletim**. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1.html>> Acesso em 09 jan. 2001.

SILVA, José Luiz Werneck da.(org.) **O feixe e o prisma**: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, José Pereira da. **As melhores páginas de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: A. Marcal, 1940.

SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Porto Alegre: ERUS, 1983.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOUZA, Ismara de. **Inventário Deops**: módulo IV, espanhóis: República Espanhola: um modelo a ser evitado. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.



SPONCHIADO, Breno Antônio. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUC, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, PUCRS, 2000.

STEGER, Hanns-Albert. **Gilberto Freyre y Alemanha**. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos, 2000, Recife. Disponível em: <<http://nmnt.fgf.org.br>> Acesso em 29 mai. 2002.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **A elite diplomática brasileira e as visões sobre a Argentina durante o Estado Novo**. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 1996.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930/1945). **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo: UPF, v. 3, n. 1, p. 55-61, julho de 2002.

TANNO, Janete Leiko. Repressão e controle social no governo Vargas (1930-1945). **Pós-história**, Assis: UNESP, v. 4, p. 139-154, anual 1996.

TAVARES, José Nilo. Getúlio Vargas e o Estado Novo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.) **O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo**. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1991.

TERENA, Marcos. **Os Povos Indígenas e o Mito da Miscigenação**. In: Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos, 2000, Recife. Disponível em: <<http://nmnt.fgf.org.br>> 29 mai. 2002.

TESCHE, Leomar. **A prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942**. São Leopoldo: s.ed., 1995.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Do saber colonial ao Luso-Tropicalismo: "Raça" e "Nação" nas primeiras décadas do Salazarismo. In: MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

TORRES, Alberto. **Biografia**. Disponível: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_albertotorres.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_albertotorres.htm)> Acesso em 20 mar. 2002.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS. v. XXVI, n. 1, jul. 2000.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

TRUDA, Francisco de Leonardo. **A colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.



**UM PASSEIO de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Rodrigues, 1939.

**VARGAS nos jornais.** Disponível em: <<http://getuliovargas.com02.com>> Acesso em 22 abr. 2002.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil.** Rio De Janeiro: José Olympio, 1938. 10 v.

VARGAS, Getúlio. **Biografia.** Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/hm/biografias/ev\\_bio\\_getuliovargas.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/hm/biografias/ev_bio_getuliovargas.htm)> Acesso em 22 abr. 2002.

VEIT, Patrícia Schmidt. **A História Oral e a Fotografia na construção historiográfica do Integralismo em Ijuí.** Ijuí: Unijuí, 2002. Monografia (Licenciatura Plena em História), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 2002.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIALES HURTADO, Ronny. Las migraciones internacionales: reflexiones teóricas y algunas perspectivas de análisis desde la historia. **Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica en Historia, Archivística y Estudios Sociales.** Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia, n. 1, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/c1-his.htm>> Acesso em 12 out. 2002.

VEIRA, Maria do Pilar de A.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C.; KHOURY, Yara M. A. **A pesquisa em história.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

VOGT, Olgário Paulo. Repressão x medo: arbitrariedades cometidas durante a Campanha de Nacionalização em Santa Cruz, RS. In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, V, 2001, Lajeado. **Anais.** Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002. p. 129-142.

WEBER, Regina. **O trabalhador fabril em gestação:** depoimentos sobre os anos 30 e 40 no interior do Rio Grande do Sul. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia:** trabalho e etnicidade no sul do Brasil. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul:** O “25 de Julho” em São Leopoldo. 1924-1949. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFRGS, 2000.

WEFFORT, Francisco. O processo de 30 e suas conseqüências - aspecto político. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, 1983, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 94-99.

WEHRMANN, Bruno Guido. **Condor**. Comunidade, história e cultura. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.

WERLE, Flávia O. C. **O sistema político-administrativo da educação**. Análise das relações de poder entre as instâncias federal, estadual e municipal no período republicano. Porto Alegre: PUCRS, 1996 Tese (Doutorado em Educação), PPGP, PUCRS, 1996.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil**: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WILLEMS, Emílio. Assimilação e educação. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 7, p. 107-111, 1946.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1940.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: UFRGS. IFCH, n. 14, p. 177-204, nov. 2000.

XAVIER GUERRA, François. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro: UERJ, p. 9-30, 1999/2000.

ZARTH, Paulo A. **Do arcaico ao moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 1994. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 1994.

ZARTH, Paulo A. **História agrária do Planalto Gaúcho**. 1850-1920. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo A. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. In: ZARTH, Paulo A. et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

#### *Jornais*

A NOTÍCIA ILUSTRADA. Panambi, 1970-2003.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1937-1944.

CORREIO SERRANO. Ijuí, 1917, 1930-1945.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, avulsos 1939-1943.

DIÁRIO OFICIAL. Porto Alegre, avulsos.

DIÁRIO SERRANO. Cruz Alta, 1939-1943.

DIE SERRA-POST. Ijuí, avulsos.  
FOLHA DA SERRA. Cruz Alta, 1939-1943.  
FOLHA DAS MÁQUINAS. Panambi, 1992-2003.  
JORNAL DO ESTADO. Porto Alegre, 1939.  
ZERO HORA. Porto Alegre, 1998.

*Locais de pesquisa*

Academia de Polícia de Porto Alegre, Porto Alegre  
Arquivo Benno Menz, UFRGS, Porto Alegre  
Arquivo da Biblioteca do Colégio Santíssima Trindade, Cruz Alta  
Arquivo da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo  
Arquivo Dops, Porto Alegre  
Arquivo Histórico de Cruz Alta, Cruz Alta  
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS, Porto Alegre  
Arquivo Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo  
Arquivo Municipal de Cruz Alta, Cruz Alta  
Arquivo Nacional - AN (Material fornecido pela prof. Berenice Corsetti)  
Arquivo particular do Jornal Diário Serrano, Cruz Alta  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul -APERS, Porto Alegre  
Casa Civil, Porto Alegre  
Casa de Cultura Justino Martins, Cruz Alta  
Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira - Partido Republicano  
Progressista - AIB-PRP, Porto Alegre  
Delegacia de Polícia de Panambi  
Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, Ijuí  
Museu e Arquivo Histórico de Panambi - MAHP, Panambi  
Museu Hipólito da Costa, Porto Alegre  
Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros - NETB, UNISINOS, São Leopoldo  
Secretaria da Igreja Batista Emanuel, Panambi  
Secretaria da IECLB – Paróquia Panambi Centro, Panambi  
Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, Porto Alegre  
Solar dos Câmara - Assembléia Legislativa, Porto Alegre

*Depoimentos Oraís*

**Charlotte Anna Hesselmann Wolgien**, nascida em 16 de julho de 1912, em Bierdorf no lago Ammersee, Alemanha. Migra, com a família para o Brasil em 1924. De família católica, torna-se evangélica luterana após casar. Coursou o curso primário na Alemanha. Dona-de-casa, coordenadora do grupo da DBJ, participante de várias entidades culturais. Entrevista concedida a Rosane Marcia Neumann, em 16/06/2002, no Lar de Idosos Moriá, São Leopoldo-RS.

**José dos Santos Cavalheiro**, nascido em 18 de maio de 1914, na Linha Assis Brasil, interior de Panambi. Católico. Escolaridade: primário. Agricultor até 1962, quando passou a residir na cidade. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 16/02/2002, em sua residência (Avenida Presidente Kennedy, Bairro Arco Íris).

**Nilsa Hack Röhle**, nascida em 03 de dezembro de 1918, na área urbana de Panambi. Evangélica luterana. Escolaridade: primário (até a sétima série). Dona de casa. Filha de Luis Martin Hack, sub-intendente e sub-delegado de Panambi na década de 1930, e sempre atuante na política local. A mesma também teve forte atuação na comunidade evangélica e na sociedade de leitura Faulhaber, bem como na Sociedade Cultural 25 de Julho. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 23/02/2002, em sua residência (Rua Maurício Nassau, 47, Bairro Zona Norte).

**Walter Roberto Kepler**, nascido em 14 de fevereiro de 1919, na cidade (hoje em frente a Praça Central, no prédio da Farmácia Hisserich) de Panambi. Batista (Emanuel). Escolaridade: pastor. Filho da tradicional família imigrante Kepler. Atuou por alguns anos na empresa Kepler Weber, dedicando-se posteriormente à vida religiosa, como pastor da Igreja Batista, realizando o curso de teologia no Rio de Janeiro. Trabalhou por dois períodos na Igreja Batista Emanuel local. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 18/02/2002, no Lar da Velhice Tabea (Centro).

**Lindolfo Adolfo Spode**, nascido em 8 de novembro de 1921, na Linha Inhame (hoje), interior do município de Panambi; e **Irma Borges Spode**, nascida em 28 de agosto de 1925, na Linha Jacicema. Evangélico luterano. Escolaridade até 4ª série. Agricultores, residentes atualmente na zona urbana da cidade. Lindolfo foi pracinha na II Guerra Mundial, indo para a guerra em 44 e retornando em 45, não chegando a combater. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 16/02/2002, na sua residência (Rua Frederico Kray, Bairro Erica). (Obs.: Lindolfo faleceu em maio de 2002).

**Nerci Silva Santos**, nascida em 12 de abril de 1923, na cidade de Panambi (hoje avenida Kennedy). Católica. Escolaridade: secundário. Profissão: professora. Atuou no magistério público estadual de Panambi até se aposentar. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 15/02/2002, em sua residência (Avenida Presidente Kennedy, Bairro São Jorge)

**Otmar Sigismundo Klos**, nascido em 27 de novembro de 1925, na área urbana de Panambi. Evangélico luterano. Escolaridade: primário. Filho de imigrantes alemães, que atuam desde o início como fotógrafos, permanecendo essa atividade na família até hoje. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 21/02/2002, na Foto Klos (Rua Josino Lima, Centro).

**Hélio Schüller**, nascido em 03 de junho de 1927, em Condor (na época pertencente a Panambi). Evangélico luterano. Escolaridade: 4ª série (4 anos na escola particular em língua alemã e mais dois no Grupo Escolar). Trabalhou de 1942 a 1960 na empresa Faulhaber, sendo que nesse tempo passou a Sociedade Anônima, quando era um dos acionistas. De 1960 a 1980 na Malharia Panambi, onde também integrou a sociedade anônima; quando regressou para a empresa Faulhaber, permanecendo até 1992, ao se aposentar. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 15/02/2002, na sua residência (Rua Barão do Rio Branco, Centro).

**Walter Wahlbrink**, nascido em 11 de julho de 1927, na Linha Gramado (hoje), interior do município de Panambi. Evangélico luterano (e por algum tempo congregacional). Escolaridade até 4ª série. Família de agricultores, conjugando a essa atividade a de ferreiro e numa época, proprietário de um salão de baile. Na década de 60 foi vereador, quando também transferiu-se para a área urbana, onde passou a ser funcionário público, até se aposentar. Ao mesmo tempo, sempre foi músico. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 14/02/2002, na sua residência (Bairro São Jorge)

**Bruno Prass**, nascido em 29 de fevereiro de 1928, no interior de São Leopoldo. Migrou para Panambi em 1945. Evangélico luterano. Escolaridade: professor. Professor de língua alemã e portuguesa no Colégio Evangélico Panambi. Atuando nos mais diferentes setores da comunidade local. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 14/02/2002, em sua residência (Rua Alfredo Brenner, 321, Centro).

**Herta Reinke Schwarz**, nascida em 09 de setembro de 1928, na área de “chácaras” de Panambi (saída para Condor). Batista (Emanuel). Escolaridade: professora (secundário). Autodidata, professora nos anos de 1945 e seguintes, quando também realizara um curso normal para professora e uma viagem de dois anos para a Alemanha. Devido a problemas de saúde, teve que deixar a profissão. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 13/02/2003, no Lar da Velhice Tabea, Centro.

**Orlando Idílio Schneider**, nascido em 15 de janeiro de 1929, na cidade (hoje Rua General Osório) de Panambi. Evangélico luterano. Escolaridade: secundário. Industrial. Trabalhou a vida inteira como industrial, herdou a empresa OLVEPIM de seu pai. Foi prefeito do município por 3 mandatos, vereador, bem como atuante em outras instituições. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, em 13/02/2002, na empresa Olvepim (Rua Paulo Becker, Bairro São Jorge).

## **A N E X O**

## LISTA DOS ANEXOS

- ANEXO A** – Mapa de localização de Panambi, cedido por.....
- ANEXO B** – Mapa da Colônia de Neu-Württemberg, cedido pelo MAHP.
- ANEXO C** – Lista de imigrantes que ingressaram na colônia de Neu-Württemberg entre a I e II Guerra Mundial, cedida pelo MAHP.
- ANEXO D** – Modelo de Salvo Conduto, arquivo pessoal.
- ANEXO E** – Grupo de “nazistas” de Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi estampados na Revista Vida Policial, abril de 1944.
- ANEXO F** – Aspectos do Acampamento da Juventude Teuto Brasileira (DBJ) em Neu-Württemberg, no ano de 1937, foto cedida pelo Grupo de Escoteiros Gustav Kuhlmann.
- ANEXO G** – Prédio do Colégio Elsenau inaugurado em 1935, foto cedida pelo MAHP.
- Anexo G1** – Placa colocada junto ao prédio do Colégio Elsenau durante o período em que abrigou o Grupo Escolar, pelo governo estadual. Foto cedida por Bruno Prass.
- ANEXO H** – Sala principal, das festividades relativas a inauguração do colégio Elsenau, com as fotografias de Hindenburg (esq.), Getúlio Vargas (centro) e Hitler (dir.), foto cedida pelo MAHP.
- ANEXO I** – Sete de Setembro em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, 1939, foto cedida pelo MAHP
- ANEXO J** – Sessão de nacionalização em Neu-Württemberg/Pindorama/Panambi, foto cedida pelo MAHP
- ANEXO L** – Desfile de escolares na Linha Assis Brasil, na década de 1930, portando bandeiras da Alemanha nazista. Foto cedida por Ilse Kuff.



## ANEXO A

**Município :**

PANAMBI

**Estado:**

Rio Grande do Sul

**Distância do Município à Porto Alegre (Capital):**

380 km

**Distância dos Municípios Limítrofes:**

Norte - Condor 16 km; Sul - Pejuçara 25km;

Leste e Sudoeste - Santa Barbara do Sul 32 km;

Oeste e Noroeste - Ajuricaba 69 km e Ijuí 42 km.

**População:**

31.670 Urbana : 26.345 Rural : 5.325

**Clima:**

Temperado Altitude: 480 m acima do nível do mar

**Rodovias de Acesso:**

Em direção Norte-Sul é ligada pela BR-158,

Leste-Oeste BR 285.





## ANEXO C

### IMIGRANTES PROCEDENTES DA ALEMANHA, A PARTIR DE 1921, ESTABELECEM-SE EM NEU-WÜRTTEMBERG

1. Christian Danzer – 1921 – Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
2. Adam Hörz – 1923 – Metzingen (Urach), com família, 7 filhos.
3. Karl Spittler – 1924 – Dettingen (Urach), com família, 2 filhos.
4. Gottfried Streicher – 1924 – Neuhausen (Urach), com família, 6 filhos.
5. Robert Schmied – 1923 – Ehningen (Neutlingen), com família, 3 filhos.
6. Jakob Epple – 1924 – Kirchheim U. Teck, com família, 2 filhos.
7. August Class – 1924 – Grafenberg (Urach), com família, 3 filhos.
8. Friedrich Holderle – 1925 – Klein-Bettlingen (Nürtingen), com família, 4 filhos.
9. Friedrich Schmied – 1925 – Klein-Bettlingen (Nürtingen), com família, 2 filhos.
10. Karl Streicher – 1924 – Neuhausen (Urach), com família, 3 filhos.
11. Georg Geckeler – 1924 – Oeden-Waldstetten (Münsingen).
12. Hubert Härer – 1924 – Unter-Urbach (Schorndorf).
13. Oswin Jensch – 1923 – Ailenburg, Sachsen, com família, 3 filhos.
14. Friedrich Krebs – 1925 – Oettingen Bayern.
15. Friedrich Hande – 1924 – Grafenberg (Urach), com família, 5 filhos.
16. Johannes Handel – 1925 – Dettingen (Urach), com família, 4 filhos.
17. Paul Bossler – 1922 – Hülben (Urach), casou em 1925.
18. Hans Hartmann – 1922 –, agrimensor, Urach, verheiratet 1924, 1 filho.
19. Wilhelm Bossler – 1924 – Hülben (Urach), com esposa.
20. Albert Lotterer – 1923 – Urach, com família, 1 filho.
21. Gottlob Höhn – 1924 – Urach, com família, 1 filho.
22. Karl Höschele – 1924 – Urach, com família, 2 filhos.
23. Hermann Höschele – 1925 – Urach, com família, 2 filhos.
24. Wilhelm Höhn – 1922 – Urach, com família, 1 filho.
25. Adam Müller – 1925 – Dettingen (Urach), com família, 4 filhos.
26. Friedrich Kuhn – 1922 – Beuren (Nürtingen), casou em 1925, 1 filho.
27. Karl Schwarz – 1924 – Hülben (Urach), com família, 2 filhos.
28. Wilhelm Trommer – 1923 – Urach, com família, 1 filho.
29. Karl Greiner – 1924 – Weiler (Schorndorf), casou em 1925, 1 filho.
30. Ernst Schmidt – 1925 – Gross-Bettlingen (Nürtingen), com família, 2 filhos.
31. Robert Neher – 1925 – Weiler (Schorndorf), com família, 4 filhos.
32. Karl Hutt – 1922 – Weiler (Schorndorf), casou em 1925.
33. Albert Spiesshofer – 1924 – Plochingen, com família, 1 filho.
34. Karl Fischer – 1924 – Plochingen, casado.
35. Johann Munz – 1924 – Plochingen, com família, 4 filhos.
36. Paul Scholpp – 1924 – Urach, com família, 1 filho.
37. Heinrich Sauter – 1924 – Urach, casado.
38. Augusts Schöll – 1923 – Messingen (Urach), com família, 2 filhos.
39. Eugen Kern – 1923 – Neuhausen (Urach), casou em 1924, 1 filho.
40. Robert Ruff – 1923 – Untertürkheim (Stuttgart), casou em 1925.
41. Fritz Reusch – 1923 – Metzingen (Urach), com família, 1 filho.

42. Wilhelm Dahl – 1925- Elberfeld, com família, 3 filhos.
43. Fritz Haag – 1924 – Bempflingen (Urach), com família, 6 filhos.
44. Ernst Dietz – 1924 - Weiler (Schorndorf), com família, 2 filhos.
45. Wilhelm Ilg – 1925 – Kleinheppach (Schorndorf).
46. Franz Schöllkopf – 1924 – Ditzingen (Leonberg), com família.
47. Heinrich Alle – 1924 – Grafenberg (Nürtingen), com família, 3 filhos.
48. Karl Böhringer – 1924 – Urach, casou em 1926.
49. Gotthilf Schmied – 1923 – Neuhausen (Urach), com família, 2 filhos.
50. Fritz Tünnermann – 19224 – Bad Oeynhausen, com família, 5 filhos.
51. Christian Muckenfuss – 1921 – Kolberg (Nürtingen), com família, 2 filhos.
52. Andreas Muckenfuss – 1924 – Kolberg (Nürtingen), com esposa, 1 neto.
53. Heinrich Ott – 1926 – Weiler (Blaubeuren), casou 1926.
54. Adolf Reich – 1924 – Urach, com família, 5 filhos.
55. Dr. August Lieberknecht – 1924 – Marburg a.d. Lahn, com família, 6 filhos. 1911-1924 na Argentina, nasceu na casa Paroquial em Zu Breitau (Hessen).
56. Arthur Söder – 1924 – Stuttgart, com família, 3 filhos.
57. Karl frauens – porfessor, 1926, Hörste (Westfalen), com esposa.
58. Ludwig Häring – 1922 – Dettingen (Urach), casou em 1925.
59. Karl Dressler – 1924 – Urach, com família, 3 filhos.
60. Frau Klara Von Reuss, Wwe. – 1924 – Ravensburg, 4 filhos.
61. Frau Marie Distel – Geb. Von Reuss – 1924 – Ravensburg, 2 filhos.
62. Joseph Hemesath – 1924 – Iburg (Hannover), casou em 1924.
63. Eduard Fritz – 1924 – Neuhausen (Urach).
64. Karl Fritz – 1926 – Neuhausen (Urach).
65. Paul Pflüger – 1924 – Bissingen a.d. Enz, casou em 1926.
66. Richard Sauer – 1924 – Schnaitheim (Heimsheim).
67. Ernst Haas – 1924 – Dettingen (Urach), com mulher.
68. Friedrich Keppeler – 1923 – Grafenberg (Nürtingen), com família, 6 filhos.
69. Karl konrad – 1924 – Waldshut (Baden), casou em 1925.
70. Karl Maier – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
71. Franz Bär – 1924 – Werben (Sachsen), com família, 3 filhos.
72. Johannes Zeitter – 1924 – Wilhelmsdorf (Ravensburg), casou em 1926.
73. Gottlob Bebel – 1924 – Urach , com família, 6 filhos.
74. Karl Lips – 1924 – Esslingen, com esposa.
75. Elisabeth Ahrens – 1926 – Wismar (Mecklenburg).
76. Karl Haas – 1924 - Dettingen (Urach), casou em 1925.
77. Dr. Gustav Kuhlmann – 1922 – Büche (Pommern), casou em 1923.
78. Eugen Henne – 1926 – Aalen.
79. Ludwig Werner – 1924 – Gruorn (Urach), casado.
80. Joseph Hesselmann – 1925 – Lüdringhausen (Bayern), com esposa, 6 filhos.
81. Eugen Bossler – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
82. Friedrich Graser – 1924 – Metzingen, com família, 1 filho.
83. Dr. Wilhelm Dippon – 1924 – Beutelsbach (Schorndorf), casou em 1926, 1 filho.
84. Dr. Leo Viktor – 1924 – Bonn a.Rh. com esposa, 1 filho.
85. Gustav Löffelhard – 1924 – Dottingen (Münsingen), com esposa.
86. Ludwig Hisserich – 1924 – Darmstadt, com esposa.
87. Arthur Engbrecht – 1924 – Danzig.

88. Otto Imminghaus – 1924 – Werden-Kettwig (Essen), com esposa, 2 filhos.
89. Erich Waldschmidt – 1924 – Wetzlar.
90. Wilhelm Henzler – 1924 – Neckarhausen (Nürtingen), com esposa.
91. Karl Henzler – 1924 - Neckarhausen (Nürtingen), com esposa.
92. Anton Amann – 1924 – Waldshut (Baden), com esposa, 5 filhos.
93. Frau Bertha Lechner – Wwe. – 1926 – Waldshut (Baden), 4 filhos.
94. Gotthilf Wurster – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 2 filhos.
95. Emil Wurster – 1922 - Dettingen (Urach), com 2 irmãos.
96. Ernst Strobel – 1924 – Ravensburg, com família, 4 filhos.
97. Gottfried Reusch – 1924 - Neuhausen (Urach), com família, 3 filhos.
98. Wilhelm Werz – 1924 - Würtingen (Urach), com família, 6 filhos.
99. Gottlob Hönes – 1923 – Zuffenhausen (Stuttgart), com família, 1 filho.
100. Albert Ilg – 1924 – Kleinheppach (Schorndorf), casou em 1926.
101. Gottlieb Bernhard – 1923 – Kniebel (Reutlingen).
102. Wilhelm Heumann – 1924 – Beeke (Bückeberg), com família, 3 filhos.
103. Albert Bader – 1924 – Gomadingen (Münsingen), com família, 2 filhos.
104. Wilhelm Böhringer – 1924 – Oedenwaldstetten (Münsingen).
105. Jakob Maisch – 1924 – Grafenberg (Nürtingen).
106. Eugen Rall – 1923 - Dettingen (Urach).
107. Johann Reusch – 1924 – Neuhausen (Urach).
108. Gustav Schulte – 1924 – Baichingen (Stuttgart)
109. Jakob Reichle – 1923 - Dettingen (Kirchheim).
110. Wilhelm Eppl – 1925 – Kirchheim u.L.
111. Karl Seiz – 1923 – Stuttgart, com família, 3 filhos.
112. Joseph Hannes – 1921 – Leutesdorf a. Rhein para São Paulo, em 1925 para Neu-  
Württemberg , casou em 1922, 1 filho.
113. Simon Maier – 1924 – Kohlberg (Nürtingen), com família, 2 filhos.
114. Reinhold Lieb – 1923 - Dettingen (Urach), com esposa.
115. Karl Fischer – 1923 – Holzmaden (Kirchheim), casou em 1925.
116. Fritz Köhler – 1924 – Elberfeld, com família, 6 filhos.
117. Wilhelm Hettler – 1924 – Adelshofen (Baden), com família, 2 filhos.
118. Heinrich Hellmann – 1925 – Barmen, com família, 1 filho.
119. Friedrich Reichenecker – 1923 – Riedrich (Urach), com família, 6 filhos.
120. Albert Marschalek – 1924 – Mariental in Polen (cidadania da Prússia) com família, 6  
filhos.
121. Fritz Kurzawa – 1924 – Luisental in Polen (Cidadania da Prússia).
122. Karl Schlehuber – 1924 – Dachau (Bayern), com família, 2 filhos.
123. Emil Rifisch – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
124. Willi Rifisch – 1924 - Dettingen (Urach).
125. Johann Reuter – 1923 – Raidwangen (Nürtingen), com família, 8 filhos.
126. Wilhelm Klein – 1924 – Stuttgart, com família, 4 filhos.
127. Wilhelm Kullen – 1924 – Hülben (Urach), com 1 filha.
128. Emil Bertsch – 1924 – Gablenberg – Stuttgart.
129. Christian Raichle – 1924 - Dettingen (Kirchheim).
130. Johann Raichle – 1924 - Dettingen (Kirchheim), com família, 3 filhos.
131. Albert Rapp – 1924 – Reutlingen, com família, 1 filho.
132. Otto Lips – 1924 – Esslingen, com família, 3 filhos.

133. Walter Bilstein – 1924 – Gevelsberg (Westfalen), com família, 7 filhos.
134. Karl Müller – 1926 – Bad Oeynhausen.
135. Philipp Siedler – 1924 – Aalen.
136. Jakob Schäfer – 1924 – Neuhausen (Urach), com família, 4 filhos.
137. Wilhelm Reusch – 1924 – Nauhausen (Urach), com família, 4 filhos.
138. Gotthilf Salzer – 1924 – Neuhausen (Urach), casou em 1925.
139. Hermann Wegermann – 1924 – Barmen, com família, 2 filhos.
140. Ludwig Kling – 1920 – Stuttgart, casado.
141. Hermann Berndorfer – 1925 – Stuttgart.
142. Wilhelm Ullrich – 1924 – Altshausen (Saulgau), casou em 1925, 1 filho.
143. Christian Mayer – 1925 – Höfingen (Leonberg), com família, 4 filhos, 1 neto.
144. Jakob Winter – 1923 – Neuhausen (Urach), com família, 3 filhos.
145. Adolf Hofmann, professor, 1926 – Reichenbach (Schlesien).
146. Emil Weiblen – 1924 – Neuhausen (Urach), casou em 1925, 1 filho.
147. Hermann Brudi – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 4 filhos.
148. Georg Kober – 1924 – Oedenwaldstetten (Münsingen).
149. Eugen Wagner – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 4 filhos.
150. Adam Müller – 1925 - Dettingen (Urach), com família, 2 filhos.
151. Christian Schwarz Senior – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 4 filhos.
152. Christian Schwarz Junior – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 2 filhos.
153. Johannes Buchfink – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 5 filhos.
154. Albert Bader – 1924 – Gomadingen (Münsingen), com família, 2 filhos.
155. Karl Zobel – 1924 – Urach, com família, 4 filhos.
156. Johann Trost – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
157. Karl Knapp – 1925 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
158. Paul Schüle – 1923 – Neusen (Urach).
159. Hans Ebinger – 1924 – Urach, casou em 1925.
160. Hermann Ebinger – 1924 – Urach, com esposa.
161. Johann Schnitzler – 1926 - Dettingen (Urach), com família, 6 filhos.
162. Willi Kittelmann – 1925 – Bonn a. Rhein, com família, 1 filho.
163. Wilhelm Schäfer – 1923 - Dettingen (Urach), com família, 3 filhos.
164. Fritz Bück – 1923 – Urach.
165. Ludwig Geckeler – 1923 – Adenwaldstetten (Münsingen).
166. Georg Gretzinger – 1923 – Hirscheck (Saulgau), com família, 2 filhos.
167. Gotthold Widmann – 1923 – Ditzingen (Leonberg), com família, 3 filhos.
168. Joseph Bäuerle – 1923 – Stammheim (Ludwigsburg), com família, 4 filhos.
169. Karl Schnitzer – 1924 – Urach, com família, 2 filhos.
170. Alfons Klein – 1924 – Gomadingen (Münsingen), com família, 3 filhos.
171. Adolf Schaal – 1924 – Nürtingen, com esposa.
172. Georg Kuhn – 1920 - Metzingen (Urach), com família, 6 filhos.
173. Wilhelm Goller – 1924 – Würtingen (Urach), casou em 1926.
174. Erwin Reusch – 1920 – Metzingen (Urach), com família, 2 filhos.
175. Friedrich Herr – 1920 - Metzingen (Urach), com família, 2 filhos.
176. Albert Zobel – 1924 – Urach, com esposa.
177. Gottlieb Müller – 1924 - Dettingen (Urach), com família, 6 filhos.
178. Heinrich Alfig – 1924 – Ibbenbüren (Westfalen), com família, 3 filhos.

Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Panambi – MAHP.



## ANEXO D


**REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA**  
 5ª. REGIÃO POLICIAL  
 SUB- DELEGACIA DE POLÍCIA

Pindorama, 27 de JUNHO de 1942

**SALVO-CONDUTO N.º 348.-**

Válido por 60 dias, salvo revalidação

Nome: ALFREDO NEUMANN  
 Nacionalidade: Brasileira  
 Idade: 28 anos solteiro  
 Profissão: Agricultor  
 Residência: Pindorama  
 Destino: MUNICIPIO DE PALMEIRA

Assinatura do portador:  
*Alfredo Neumann*

SELOS

  
 POLEGAR DIREITO





**OBSERVAÇÕES**

Viaja acompanhado de: ( só )

*Berta Wimer Rosa*  
 Sub-DELEGADO DE POLÍCIA

Mod. 52



## ANEXO E



FOTOGRAFIA N.º 15

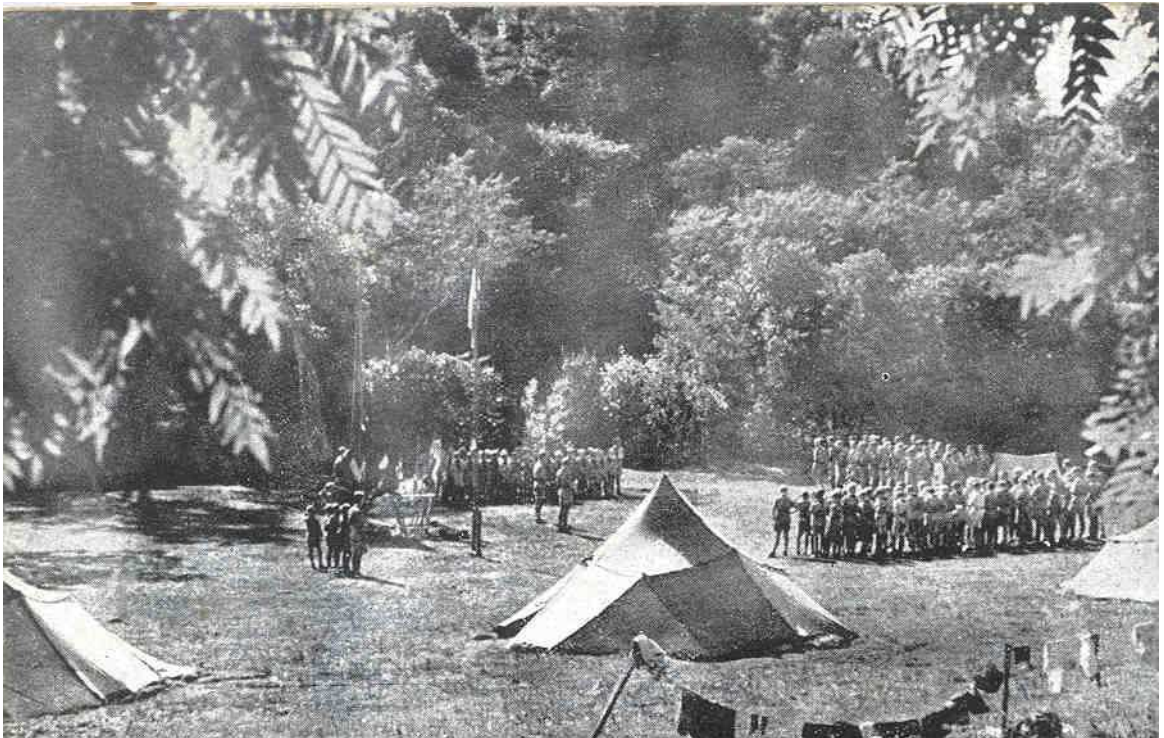
Esta é uma foto histórica: mostra-nos, reunidos, os Chefes do partido Nacional Socialista em Pindorama, hoje não menos dispersos e impotentes que o seu partido.

São eles, contando-se da esquerda para a direita e de cima para baixo, os seguintes:

- |                                |                            |
|--------------------------------|----------------------------|
| 1 — H. Ellmann                 | 12 — Hötler                |
| 2 — Prof. Scheigler            | 13 — Ernesto Hass          |
| 3 — “ Geraldo Paschke          | 14 — Werner Hanscha        |
| 4 — “ Karl Frauens             | 15 — José Hermesath        |
| 5 — Guilherme Klein            | 16 — Hans Ebinger          |
| 6 — Keller                     | 17 — Roberto Graser        |
| 7 — Maia                       | 18 — Paul Walter Goldhardt |
| 8 — Pastor Leopoldo Strohtmann | 19 — Gustav Motzkus        |
| 9 — Fritz Graser               | 20 — Carlos Schnitzer      |
| 10 — Otto Mutton               | 21 — Cristiano Meier       |
| 11 — Kuhn                      |                            |



ANEXO F



**ANEXO G**





## ANEXO G1



ANEXO H



ANEXO I





**ANEXO J**





ANEXO L

